

TALITA MACHADO VIEIRA

**FUTEBOL E MULHERES NO BRASIL:
um jogo possível?**

ASSIS

2022

TALITA MACHADO VIEIRA

**FUTEBOL E MULHERES NO BRASIL:
um jogo possível?**

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Doutora em Psicologia (Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade).

Orientador: Prof. Dr. José Sterza Justo

Bolsista: Fundação e Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, Processo Nº 2017/18130-9).

ASSIS

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ana Cláudia Inocente Garcia - CRB 8/6887

V658f Vieira, Talita Machado
Futebol e mulheres no Brasil: um jogo possível? / Talita
Machado Vieira. Assis, 2022.
226 p. : il.

Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista
(UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Prof. Dr. José Sterza Justo

1. Jogadoras de futebol. 2. Gênero. 3. Cartografia.
4. Psicologia social. 5. Corpo - Aspectos sociais. I. Título.

CDD 796.33

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: FUTEBOL E MULHERES NO BRASIL: um jogo possível?

AUTORA: TALITA MACHADO VIEIRA

ORIENTADOR: JOSÉ STERZA JUSTO

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em PSICOLOGIA, área: Psicologia e Sociedade pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. JOSÉ STERZA JUSTO (Participação Virtual)
Departamento de Psicologia Social e Educacional / UNESP/FCL-Assis

Prof. Dr. LEONARDO LEMOS DE SOUZA (Participação Virtual)
Departamento de Psicologia Social e Educacional / UNESP/FCL-Assis

Profa. Dra. FLÁVIA FERNANDES DE CARVALHAES (Participação Virtual)
UEL / Londrina

Profa. Dra. SONIA REGINA VARGAS MANSANO (Participação Virtual)
UEL / Londrina

Prof. Dr. PAULO ROBERTO DE CARVALHO (Participação Virtual)
UEL / Londrina

Assis, 06 de maio de 2022

*Às meninas que nos habitam e se lançam na imensidão
de desejos incertos para fazer seu jogo acontecer.*

Às jogadoras que deram corpo a esta pesquisa.

Às pessoas afetadas pela pandemia de Covid-19.

AGRADECIMENTOS

Sento para escrever estes agradecimentos no mesmo lugar em que meu jogo com a academia e a pesquisa se iniciou, a Universidade Estadual de Londrina. Esse lugar, embora o mesmo, já é totalmente outro, ocupado de maneiras diversas e com sentidos distintos. Novo começo na UEL acompanhado de um final na querida Unesp de Assis. Mas não cabe falar de começos, finais e recomeços. Há tão somente processos, jogos articulados em condições de possibilidades específicas. Jogos que sempre se configuram em parcerias. Pontuais ou duradouras, parceria constituem os lugares.

Às atletas que toparam fazer parte da pesquisa e compartilhar suas histórias.

Ao clube que abriu suas portas para me receber.

À minha mãe, Dona Ana, que instigou em mim o desejo pelo conhecimento. Obrigada por me apontar a educação como caminho, deixando-o, porém, livre para que eu pudesse produzir minhas próprias trilhas e sentidos.

À minha namorada, Samara, que se fez apoio mesmo para as crises que não compreendia, se fez presença para os momentos em que precisava compartilhar e soube se fazer ausência em respeito aos silêncios que também necessitei.

Ao meu orientador, José Sterza Justo, que não deixou a peteca cair! Seu entusiasmo com a pesquisa era contagiante e foi combustível fundamental nesse percurso. É difícil encontrar palavras para falar sobre a relação vivida e o que pude aprender com o Justo. Sou muito grata por essa orientação, cujos sentidos extrapolam enormemente minha formação como pesquisadora. Sua recusa radical a assumir posturas autoritárias ou de verticalizar as relações, bem como seu interesse genuíno pelo que falávamos em supervisão produziu muita implicação. Um parceiro de jogo que desejo levar para a vida.

À Sonia Regina Vargas Mansano, minha outra orientadora, de fato embora não de direito. Sempre digo que Sonia foi a responsável por me colocar nesse jogo chamado pesquisa. De educadora tornou-se uma amiga e, agora, uma colega de trabalho. Sua voz ecoa na minha escrita, para apontar os excessos, as faltas e trazer ótimas questões! Sonia é a busca incansável por escritas outras. Obrigada por acolher minhas (sutis) desobediências.

Aos demais membros que aceitaram compor a banca e foram vozes nessa escrita polifônica. Ao Leonardo Lemos de Souza, professor da Pós-Graduação, que dialogou com o projeto inicial e esteve conosco na qualificação. Nas duas ocasiões trouxe contribuições fabulosas à pesquisa e ao desenvolvimento do texto. À Flávia Fernandes de Carvalhaes, uma amiga querida que a UEL me trouxe por meio do projeto coordenado por Sonia. Flávia foi

muito gentil ao se dispor à leitura cuidadosa do texto no momento da qualificação, trazendo apontamentos que me ajudaram a abrir caminhos e permitiram fluir a escrita. Ao Paulo Roberto de Carvalho, que foi meu professor na graduação e teve papel significativo na minha formação, ao apresentar autores e perspectivas fundamentais para esta tese. Deixo, ainda, um agradecimento à Ana Lorena Marche, cuja parceria no trabalho de campo não apenas possibilitou a pesquisa, mas a tornou desejável. Na qualificação, Lorena trouxe indicações valiosas para fazer avançar as discussões apresentadas à época. Sua voz também atravessa esse texto. Sucesso no novo projeto com a CBF!

À Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, em especial ao Professor Rui Proença Garcia, meu orientador na FADEUP, e à Professora Paula Silva, pelo acolhimento, pelas discussões e trocas durante o estágio de pesquisa. Vocês atravessam o texto da menina.

Ao pessoal da biblioteca, aos técnicos e docentes do Programa de Pós-Graduação da Unesp de Assis, sem os quais nada disso seria possível!

Às amigas e aos amigos que me sustentaram do começo ao fim. À Ruth Tainá Aparecida Piveta, Danielly Christina de Souza Mezzari e Carolina Villanova Heguedusch, pelo apoio para atravessar as crises de síndrome da impostora. Um tripé de respeito! A indiscernibilidade que existe entre elas torna impossível agradecer a cada uma separadamente. Ao Renan Marques de Oliveira e seu companheiro Eduardo Zago Lima, dois amigos que abriram a casa e o coração para me acolher em inúmeras ocasiões do trabalho de campo. À Vanessa Santiago Ximenes que, durante um almoço no Nonoca, me presenteou com uma questão fundamental para os rumos da pesquisa (o último capítulo da tese poderia, facilmente, ser assinado em coautoria com ela). À Fernanda Capelli, Tayla Cristina Mancini e Ariadne Suzuki de Lima, outro tripé que me sustenta, trazendo o riso e a leveza de se jogar conversa fora, nas mesas de bar, sarjetas ou quintais. Ao Orlando Amaro de Oliveira e Souza Júnior, o flamenguista com o qual me faço outra para vagabundear. À Aline Monteiro, pelas trocas, amizade e parceria de tantos anos.

Aos colegas do grupo de pesquisa, pelas trocas e discussões.

À Carolina Leão de Freitas Gomes, pelas “consultorias” nos temas jurídicos.

À Luana Paes pelo trabalho de correção.

À Júlia Mafra, pela leitura atenta e pelos apontamentos.

À FAPESP, processos nº 2017/18130-9 e nº 2019/07231-4, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pelas bolsas no país e no exterior que viabilizaram a realização da pesquisa e possibilitaram experiências formativas diversificadas e de qualidade.

À todas, todos e todes que resistem aos tempos sombrios.

Resumo:

A presente pesquisa teve por objetivo investigar os efeitos do marcador de gênero no processo de construção da carreira de mulheres como jogadoras de futebol. Baseando-se na estratégia metodológica da cartografia, o estudo contou com uma etapa histórico-documental e outra voltada à realização de entrevistas semiestruturadas com nove jogadoras de futebol de um clube do interior paulista, sendo cinco da equipe principal e quatro das categorias de base. Desse modo, foi possível percorrer as vicissitudes da modalidade ao longo da história, bem como acompanhar os processos em meio aos quais essas mulheres se produzem como jogadoras de futebol. Tanto no âmbito da história social do futebol de mulheres quanto das trajetórias das atletas, constatou-se a insuficiência da categoria gênero, quando considerada isoladamente, na compreensão das complexas relações de poder e disputas que constituem o universo futebolístico. Além das dificuldades, preconceitos e sofrimentos relatados, campo macropolítico formado pelos sentidos mais estabilizados ao se falar sobre as mulheres no futebol, localizamos, também, movimentações micropolíticas produzidas no cotidiano que favorecem a permanência das mulheres numa instituição que lhes é hostil, bem como sinalizam potenciais embrionárias de um jeito outro de se fazer, jogar e viver o futebol. Nesse caso, seu aspecto de produção cultural ganha contornos, primando pela dimensão lúdica e prazerosa do jogar, pelo caráter de sociabilidade coletiva e de amizade na vida esportiva e pelas possibilidades de reinvenção de si, criando modos outros de subjetivação no jogo e na vida.

Palavras-chave: Futebol de mulheres; Gênero; Cartografia; Psicologia Social; Corpo

Abstract:

The present research aimed to investigate the effects of the gender marker in the process of building women's careers as soccer players. Based on the cartographic methodological strategy, the study included one historic documentary stage and another stage focused on semi-structured interviews with nine female soccer players from a club in the countryside of São Paulo state, being five of them from the main team and four from the youth category teams. Therefore, it was possible to go through the modality vicissitudes throughout history as well as to follow the processes in which these women produce themselves as soccer players. In the scope of both the social history of women's soccer and athletes' trajectories, it was observed the insufficiency of the gender category, when considered individually, in the understanding of power and contests intricate relations that compose the soccer universe. Along with the reported difficulties, prejudices and suffering, the macro-political field formed by the most solid meanings when talking about women in soccer, we also located micropolitical moves that are produced daily and favor this group to stay in an institution that is hostile to them, likewise, these moves indicate embryonic potentials of a different way of doing, playing, and living soccer. In this case, its aspect of cultural production is shaped emphasizing the playful and the pleasurable dimension of playing, the aspect of collective sociability and friendship in sports life, and the possibilities of reinventing oneself creating other ways of subjectivation in the game and life.

Key words: Women's Soccer; Gender; Cartography; Social Psychology; Body

SUMÁRIO

PRELIMINARES DO JOGO	10
PARA SUSTENTAR A FRAGILIDADE DE AUTORIA	10
PERCURSOS METODOLÓGICOS E A PESQUISA COMO JOGO	17
1 SITUANDO A PESQUISA E (DES)SITUANDO A PESQUISADORA	17
1.1 Súmula da partida: caminhos da pesquisa	19
1.1.2 O campo (ou do enquadre metodológico para a realização da pesquisa)	19
1.1.3 A formação do plantel (ou da estratégia que orientou nossas movimentações em campo)..	20
1.1.4 A bola (ou da unidade de análise).....	21
1.1.5 A escalação (ou dos instrumentos adotados no trabalho de campo)	23
1.1.6 O jogo (ou considerações sobre o processo de análise dos dados e organização da tese)....	28
PERCURSOS TEÓRICOS.....	33
1 DA MACRO E DA MICROPOLÍTICA NO FUTEBOL DE MULHERES	33
2 SOBRE CORPO E GÊNERO.....	37
2.1 Dicotomias biológicas e seus efeitos sobre os corpos.....	37
2.2 Mulher: a encarnação de uma ficção política	40
2.3 Futebol, gênero e a produção do corpo	45
3 TROCANDO PASSES ENTRE O FUTEBOL DE MULHERES E O FEMINISMO	51
3.1 Acompanhando as movimentações e as lutas das mulheres no futebol.....	53
4 PENSANDO O OUTRO DO FUTEBOL.....	57
4.1 Jogando com as interseccionalidades no futebol.....	59
PERCURSOS HISTÓRICO-DOCUMENTAIS.....	63
1 COM VOCÊS, O FUTEBOL DE MULHERES: CARTOGRAFANDO LINHAS HISTÓRICO-DOCUMENTAIS DO PAÍS DO FUTEBOL	63
1.1 Histórias e geografias: relevos de um futebol proibido.....	63
1.2 Tempos de chumbo no futebol de mulheres	76
1.3 A mudança de sentido: abertura para um futebol possível?.....	82
2 POLÍTICAS PARAESTATAIS NO FUTEBOL.....	90
2.1 Problematizações sobre a criação do S para falar, escrever e jogar os futebolis	95
PERCURSOS DE CAMPO.....	100
1 O “DEMOCRÁTICO” FUTEBOL BRASILEIRO: MENINAS EM CAMPO.....	104
1.1 Um jogo de regras não ditas	105
1.2 Embates na escola.....	110
1.3 Refinamento das formas de subjugação e das tentativas de exclusão.....	115

1.4	O jogo da violência simbólica	117
1.5	É jogando que refazemos as regras do jogo.....	125
2	MULHERES E O LUGAR DE <i>OUTRO</i> DO FUTEBOL	128
2.1	Condições do campo de jogo.....	128
2.2	Em posição de impedimento.....	130
2.3	Trabalho de atleta: um jogo sem fim.....	132
3	LINHAS QUE RECORTAM O <i>OUTRO</i> DO FUTEBOL.....	138
3.1	Regionalidade e migrações: em busca de jogos possíveis	138
3.2	Gerações, idades e as diferentes condições para o jogo	143
3.3	Lesbofobia, erotização e racialização em campo	147
3.4	(Im)pressões plurais no futebol de mulheres	152
4	VIDAS EM CAMPO: MOVIMENTAÇÕES MICROPOLÍTICAS DAS ATLETAS DE FUTEBOL	162
4.1	Reconhecimento social: ver e ser vista	163
4.2	O direito ao prazer	171
4.3	A amizade em campo	182
	PARA ENCERRAR... AQUELA RESENHA.....	193
	REFERÊNCIAS.....	203

PRELIMINARES DO JOGO

PARA SUSTENTAR A FRAGILIDADE DE AUTORIA¹

O que nos une nesta passagem é, paradoxalmente, o que nos distancia de encontrar um lugar apaziguador para chamar de nosso dentro do campo da Psicologia. Falamos com os espaços urbanos, com a literatura, com o esporte. Talvez seja a experiência deste não-lugar com o qual nos deparamos que tenha nos impulsionado a este projeto coletivo, na tentativa de produzir um lugar-meio, de consistência movediça, para que ele possa acolher as transições necessárias ao processo de produção do conhecimento. Afinal, o que é, estritamente, a Psicologia ou o psicológico? Caminhamos para este final provisório da formação acadêmica, talvez sem condições de responder à tal questão da maneira como se poderia esperar. Definir a Psicologia a partir de uma autorreferência é, no mínimo, uma tarefa complicada. Se fosse para extrair uma definição com base numa zona de sentido mais ou menos estável, parece-nos que a melhor aposta seria atribuir-lhe um lugar de fronteiras. É no tensionamento característico das regiões fronteiriças que temos buscado produzir uma Psicologia e um entendimento possível acerca do dito psicológico. Trata-se, portanto, de uma produção que resulta das tensões provocadas ao travarmos nossos diálogos com os espaços urbanos, com a literatura e com o esporte. Tal como se diz do povo de Minas, temos sido pesquisadoras a comer pelas beiradas.

Em partes, o mal-estar provocado decorre da concepção de Ciência forjada na modernidade e que alimenta uma política cognitiva que se expressa, principalmente, pelo tripé que se forma pela suposta existência de um sujeito do conhecimento, pela divisão do conhecimento em disciplinas bem demarcadas e pela orientação teleológica e pragmática para alimentar o “progresso” tecnológico. É, sobretudo, em relação ao primeiro que se manifesta a problematização da ideia de autoria.

O termo “política cognitiva” nos ajuda a colocar em evidência o pressuposto de que os modos de conhecer e pensar são forjados sempre por meio de uma posição com relação a si e ao mundo (KASTRUP, 1997). Posição que diz do nosso lugar no seio das relações sociais, dos nossos posicionamentos, perspectivas, desejos. Kastrup (1997) nos apresenta e defende uma dimensão inventiva inerente à cognição. A invenção não se caracteriza por criar novas soluções para problemas existentes, mas sim por inventar novos problemas. E inventar novas

¹ Texto escrito a três: Carolina Villanova Heguedusch, Danielly C. Souza Mezzari e Talita Machado Vieira.

problemáticas implica, necessariamente, em uma prática com a matéria (KASTRUP, 1997), em uma produção de novos mundos e, por meio daí, em uma produção de novas formas de conhecer. A política inventiva opera por intermédio de um tensionamento constante entre ação e problematização. Inventa problemas sem abandonar a experimentação.

Sem perder de vista esses tensionamentos, apostamos nas escritas coletivas como potencialidades na direção de promover algumas fissuras no que apregoa a Ciência, em maiúsculo. A ideia de escrever “a duas”, “a três” não é nova nem mesmo nos textos acadêmicos. Fazemos isso o tempo todo. Nos artigos. Junto de colegas de pesquisa. Junto a orientadoras/es. Não estamos com isso querendo dizer que, quando se escreve “a uma”, se escreve sozinha. Muito pelo contrário. Aliás, é justamente sobre isso que tentamos refletir quando nos propomos a produzir, juntas, uma introdução para as (três) teses. Teses que são, obviamente, produzidas em três textos diferentes, seguindo com suas problemáticas e prolongamentos particulares, mas que compartilham deste texto. Pensamos que, justamente no ato de três teses compartilharem de um mesmo texto, nossa proposta poderia caminhar na direção de um tensionamento nas discussões em torno da autoria.

Escrever este texto em conjunto é um dos efeitos provocados por algo caro a nós e que, constantemente, renegamos no processo de produção da pesquisa. Lugar, aparentemente, tão solitário que carrega todos esses imperativos de produtividade, rapidez, eficiência e competitividade. Esse algo que nos é precioso é a amizade e o prazer que ela resgata. É tão interessante poder falar de amizade e de prazer na produção de uma pesquisa quanto é pensarmos na razão de nunca falarmos sobre isso. O trabalho parece que, em um plano comum, sempre vem associado à “trabalheira”, à “empreitada”, ao “esforço”. Não é trabalho se não for árduo, monótono, desgastante.

Nós nos conhecemos há seis anos, quando ingressamos no programa do mestrado na Unesp, em Assis. E, desde então, nos aliamos nesse percurso da vida que passa, também, por esse lugar de “estar em pesquisa”. Este texto é um dentre os bons efeitos dessa nossa amizade. A amizade e o prazer expandem as possibilidades dos modos de se relacionar com o outro para além dos definidos pelos funcionamentos individualistas. Bem para além! A amizade é política. Ela diz sobre o cuidado e o compromisso com o outro. O cuidar de si se faz junto com o cuidar do outro. Implica em algo de cooperatividade, coexistência e em modos de viver mais criativos e resistentes à normalização e à passividade. A amizade aciona a atividade crítica.

Em nossas conversas da vida, sempre localizamos ansiedades em comum – também – sobre o fazer da pesquisa, afinal, “são muitos os enunciados coletivos que atravessam um

texto e muitas vozes que falam sem se submeterem a um autor, o qual é apenas um ponto de agenciamento das forças e não uma consciência que cria a partir do vazio” (LEMOS *et al.*, 2015, p. 286-287). Pouco a pouco, torna-se perceptível a mútua presença de cada uma em nosso pesquisar, sendo este texto a máxima expressão dessa amizade na escrita. E ficamos animadas com o acontecido.

Parece-nos necessário, além disso, refletir, ainda que brevemente, sobre esse espaço privilegiado que é o da academia, da Universidade. Enquanto pesquisadoras situadas dentro de um programa de pós-graduação de uma Universidade pública, temos a oportunidade de trabalhar e escrever uma história, uma pesquisa, por caminhos colhidos, minimamente, na particularidade de escolhas pessoais e coletivas e de trocas localizadas. Não que isso implique em desdenhar de qualquer luta em reivindicações críticas pela valorização do papel da pesquisadora, do pesquisador, na área de ciências humanas e sociais. (Ainda mais nesse cenário quase medieval em que temos que fazer o papel de advogado do diabo e defender o óbvio). Longe disso. Pelo contrário, o desejo é, fundamentalmente, pela reflexão e pelo questionamento dos funcionamentos e das estruturas que formalizam e mantêm esses lugares de privilégio, isto é, as relações de poder na feitura do saber. Mas o contexto é tão aterrorizantemente caótico que, às vezes, ao fazer críticas válidas a esses espaços, não podemos deixar de atentar para os privilégios envolvidos para que, hoje, ocupemos esse lugar.

Antes mesmo de escrever a primeira palavra de seu texto, o pesquisador acadêmico já está em uma posição de autoridade. Ele ocupa um lugar privilegiado na partilha do sensível: lê, interroga, seleciona, teoriza e fala sobre e “em nome” daqueles que estuda. Ele ocupa um lugar de legitimidade para falar, descrever e registrar o que os sujeitos pesquisados vivenciam (MARQUES; OLIVEIRA; MORICEAU, 2018, p. 93).

Procuramos não perder de vista os exercícios de poder que estão em jogo ao simplesmente escrevermos essas frases. Entendemos, também, que essa nossa tentativa não resolve nem elimina as estruturas sociais que mantêm e legitimam modos específicos de produção de conhecimento científico. No entanto, coletivizar a autoria de uma tese, mesmo que momentaneamente e apenas de soslaio, pode ser uma alternativa possível para fissurar esses lugares de saber tão bem orquestrados e hierarquizados.

Uma assinatura é uma ficção

A autoria de uma ideia, de um percurso, nos leva muito facilmente a afirmar o pressuposto de que o processo de criação tem a ver com uma noção de genialidade, de

individualidade. Se é um “eu” que escreve palavras, que organiza pensamentos, então como poderia ser diferente? Quem, além de um “eu”, poderia reivindicar essas frases? Seguindo esse raciocínio, uma tese serviria para fazer aparecer genialidades. Para que indivíduos pudessem, por meio de um processo solitário e introspectivo, chegar ao clímax de suas pesquisas e proporem algo novo ao mundo acadêmico e científico. Mas a genialidade, é claro, não é para todas as pessoas.

Seguimos por um tempo falando sobre isso, rindo de nós mesmas na nossa busca por, ao mesmo tempo, caber nesse mundo da pesquisa e transgredir, em alguma medida, as normas que o sustentam. Rimos de nós mesmas pela necessidade que sentimos de sempre validar o que escrevemos convocando nomes já consolidados e, depois, rimos, também, da falácia que é o tal “falar em nome próprio”. Conhecemo-nos durante o mestrado e seguimos, desde então, perspectivas teóricas que nos convidam a problematizar o conceito de sujeito como uma entidade unívoca, homogênea e coerente e a olhar com mais cuidado para os processos de individualização de problemáticas sociais, de práticas coletivas e de práticas de pesquisa... E nos vimos reproduzindo esses pressupostos no cotidiano dos nossos trabalhos enquanto pesquisadoras. Como não sermos devoradas pela lógica produtivista, individualista e meritocrática que está impregnada, também, na academia? Como não nos sentirmos incompetentes e incapazes ao não correspondermos aos critérios de ritmo de produção, de brilhantismo, de coerência?

Nos nossos encontros dentro e fora da academia, pensávamos em como escrever uma tese que fizesse sentido para nós mesmas. Como fazer aparecer, na dimensão estética dos nossos trabalhos, os incômodos que, na maior parte das vezes, conseguimos, no máximo, teorizar sobre? Como não deixar de fora do texto as nossas inseguranças, receios, erros, lugares-comuns? Como falar sobre o fato de que, quase sempre, não fazemos ideia de onde estamos pisando e que fazer pesquisa envolve, em grande medida, não fazer ideia de para onde ir?

Cursamos uma disciplina que teve como proposta discutir, dentre outras coisas, a produção daquilo que se considera monstruoso, abjeto socialmente. Discutimos, ao longo das aulas, o quanto é necessário criar um outro abjeto para sustentar aquilo que é a norma, que é “normal”. Porém, ainda assim, uma das inquietações que surgiu para nós tem a ver com a nossa dificuldade, coletiva, de falar sobre os monstros que habitam nossos próprios corpos. Pareceu-nos bastante possível falar das “figuras monstruosas” que são construídas para sustentar lugares de privilégios e de normalidade, fazer críticas pesadas a isso, mas sempre desde um lugar de quem parece não perceber que está também infectada por toda essa

maquinaria que cria outros abjetos. Sempre de um lugar de quem não se reconhece como agente (re)produtora, em grande medida, dessas normas que criam margens o tempo todo. E ficamos nos questionando sobre até que ponto não criamos narrativas de brilhantismo, de coerência, de “limpeza” sobre nós mesmas, sobre as relações que estabelecemos com os espaços da academia, sobre nossas pesquisas e deixamos os monstros que nos habitam (e que habitam nossos textos) sempre debaixo do tapete, atrás das palavras, fazendo poeira, mas nunca aparecendo.

Não podemos deixar de dizer que uma autoria é sempre uma ficção. Dizer isso não é negar a existência de um processo singular, único, que existe em cada produção com a qual podemos interagir. É explicitar que processos criativos são frutos dos encontros que temos, das conversas, dos espaços pelos quais circulamos, dos conceitos e das teorias dos quais nos aproximamos, dos afetos que atravessam nossos corpos no nosso dia a dia. E tudo isso tem a ver com processos coletivos, que não são fruto da genialidade de uma pessoa ou de um grupo. Pareceu-nos importante encontrar um modo de, nos nossos textos, expor, em alguma medida, a falácia dos nossos nomes, das nossas assinaturas. Estamos, o tempo todo, dentro dos nossos grupos de pesquisa, das nossas conversas em bares, dos nossos encontros, intervindo nas pesquisas uma das outras, sugerindo maneiras de se aproximar do campo, apresentando novas perspectivas, trocando ideias sobre como escrever nossos trabalhos.

Mari Luz Esteban (informação verbal)² afirma que uma ideia individual é uma ilusão na medida em que ideias são sempre forjadas coletivamente. Ela nos provoca a acompanhar o surgimento de uma temática, de um problema colocado em forma de escrita, bem como as transformações deste ao longo dos espaços pelos quais percorreu durante o processo da escritura e do quanto esse problema foi afetado pelos encontros coletivos. Para a autora, falamos pouco das criações coletivas, do quanto uma ideia dita em um grupo sempre se reinventa com as intervenções de várias pessoas, de modo que se transforma, por fim, em algo que não pertence a ninguém. É curioso perceber que falamos da ilusão que o pressuposto da autoria implica sem deixar, no entanto, de assinar os nossos textos. Paradoxos sobre os quais podemos apenas fazer alusão, apenas roçar de leve, nunca solucionar.

Se a autoria é uma ficção, disso não decorre que não seja uma ficção necessária. Se nos parece relevante diluir a força das fronteiras que delimitam um “eu” que escreve, é necessário, também, reafirmá-la em alguns momentos. Escrever desde lugares dissidentes do modelo de humanidade, cisheteronormativo branco masculino, cria, muitas vezes, uma

² Fala da prof^a Mari Luz Esteban durante Conferência, Madri, 2019.

necessidade de fazer ressoar uma voz que não encontra o mesmo aparato de inteligibilidade que sustenta as vozes hegemônicas:

Escribo para grabar lo que otros borran cuando hablo, para escribir nuevamente los cuentos malescritos acerca de mí, de ti. Para ser más íntima conmigo misma y contigo. Para descubrirme, preservarme, construirme, para lograr la autonomía. Para dispersar los mitos que soy una profeta loca o una pobre alma sufriente. (ANZALDÚA, 1988, p. 223).

Anzaldúa aponta para a relação existente entre sua necessidade de escrever e de, ao mesmo tempo, conectar-se com outras “*mujeres tercermundistas*”, outras “*mujeres de color*”. Escrever, a partir dessa perspectiva, alude a uma produção que é sempre coletiva, que diz de processos que não se constroem isoladamente. E tem como efeito, além disso, desestabilizar um projeto científico já extremamente consolidado que institui como norma uma escrita que é sempre masculina, sempre branca, sempre hétero.

Esse é o sujeito que também organiza o modo como aprendemos a pesquisar, a pensar e a escrever. Mesmo estando dele distantes. Um modelo que aprendemos a investir em nossas escolhas teóricas pelo caminho. Desde minúcias às quais não nos damos conta até os autores aos quais nos referenciamos e citamos em nossos textos, em uma tentativa desesperada de fazer-nos consistentes e legítimas. “Todas nós sabemos que mulheres leem como homens e mulheres escrevem como homens, porque é assim que nos ensinam. Nós somos treinadas para ler como homens” (ANZALDÚA, 2009, p. 7). E nos vemos assim, sustentando um jogo cruel de epistemicídios. Negando nossos pares em nossas escritas.

A noção de autoria pressupõe um regime de escrita que está ancorado nas normas vigentes. No entanto, fazê-la ruir totalmente em nome de um coletivo pode, também, apagar lugares de contraponto que, como propõe Anzaldúa, são importantes para escrever novamente histórias que foram mal escritas. A questão é justamente contrapor essa autoria sempre propriedade desse lugar específico. Esta é nossa aposta: sustentar a fragilidade da autoria. Sustentar um compromisso, um exercício contínuo, para conceber esses vários outros lugares provisórios, impermanentes e coletivos. A tentativa de fissurar esse modelo canônico nos coloca em um relativo lugar de fragilidade. Esta, no entanto, não constitui um “problema”, mas, precisamente, uma condição a ser sustentada. Longe de negar as multiplicidades, singularidades e personalidades que ressoam na tessitura sensível de nossos textos, o objetivo é trazer à cena as disputas que envolvem esse lugar, geralmente, legitimado por tal sujeito específico do conhecimento.

Por isso, quando dizemos de uma escrita que se pretende coletiva, não nos referimos apenas à sua forma, em que diferentes sujeitos se reúnem para a produção de um texto. A

mudança formal não implica, necessariamente, uma alteração qualitativa, modificando o que é dito ou a maneira de dizer. Ainda assim, apostamos no entrelaçamento das dimensões ético-estético-políticas. Inventar outras formas também pode demandar novas proposições. É o que buscamos ensaiar com a escrita deste texto. Produzir uma escrita de abertura, agenciada por questões que nos atravessam, sem nos pertencerem ou se limitarem a nós. Uma escrita acontecimento e que pode ser tecida por um par de mãos ou por um bocado delas.

PERCURSOS METODOLÓGICOS E A PESQUISA COMO JOGO

1 SITUANDO A PESQUISA E (DES)SITUANDO A PESQUISADORA

Uma jovem atleta portuguesa, ao falar sobre uma lesão que havia sofrido, disse-me que não existe atividade que nos dê prazer e que não envolva algum tipo de risco. Cada uma de nós tem a possibilidade de descobrir um “lugar” onde, apesar de arriscado, sente-se, de alguma maneira, impelida àquela forma de expressão. Para as meninas e mulheres com as quais estive durante esta pesquisa, esse lugar é o campo, e suas palavras são escritas com a bola. Na pesquisa, usamos, como matéria de expressão, as ideias na forma de palavras, correndo atrás daquilo que elas conseguem dizer com um toque, um drible, uma defesa e um gol. A vida delas é um texto encarnado. Tem músculo, osso, pele, cicatriz, lembrança, violência, cirurgia, lesão, dor, conquista, alegria e prazer.

Fato é que, com alguma “sorte”, conseguimos, efetivamente, descobrir esse nosso-lugar e coabitá-lo na teia relacional que dá sentido a ele. Pesquisadora? Torcedora? Jogadora de pelada? Com quantos clubes é possível se identificar? De quantas maneiras podemos estar em campo? Menina que não foi jogadora. Mulher que se faz pesquisadora e vai a campo tentar produzir outras formas de participar do jogo envolvente. Posições transitórias. Pertencimentos relativos e múltiplos.

Encontrar um suposto lugar não torna, de modo algum, o arriscar-se como algo confortável, pois as incertezas que envolvem o viver jamais se dissipam totalmente. Há, nos riscos da investigação, uma série de dilemas que tem em sua origem uma natureza ética, mas que, com o tempo, é descaracterizada por nós em favor de um revestimento moral. Daí decorre o medo, pois toda a riqueza que as dúvidas poderiam disparar se reduz a um parâmetro universal-formal, passando a significar: será que estou fazendo do “jeito certo”? E, por medo de não fazermos do “jeito certo”, nos recusamos a qualquer tentativa de fazer, seja como for. A hesitação que se radica em preocupações sobre os efeitos e desdobramentos de uma dada ação cede lugar a uma força incapacitante que pode fazer cessar qualquer movimento. Paramos. Não falamos. Não escrevemos.

O dito “jeito certo”, muito frequentemente, pode ser traduzido por realizar algo de acordo com as maneiras já conhecidas e consagradas, replicar um modelo. É aí que deixamos de procurar nossas próprias palavras para recorrer aos cânones. Talvez seja mesmo inevitável que façamos isso, afinal, seria possível criar a partir de um nada absoluto? Possivelmente, certa dose de “repetições” e “replicações” tenha tomado lugar ao longo do texto que se apresenta. Porém, guardamos a expectativa de que não tenhamos nos limitado a elas.

Claro que precisamos de algumas parcerias de jornada, autores e autoras para darmos as mãos (além das tantas parcerias cotidianas). Longe de esgotar a rede de nomes que compuseram este texto conosco, apontamos Judith Butler, Patricia Hill Collins, Oyèrónkẹ Oyèwùmí, Gilles Deleuze, Félix Guattari e Michel Foucault, como autoras e autores de meio-campo. Clássicas/os camisa 10, que distribuíram o jogo nas transições ofensivas. Um meio-campo mesclado, no melhor estilo de um futebol transnacional, contou também com pensadoras brasileiras, como Virgínia Kastrup, Suely Rolnik, Lélia Gonzalez, Carla Akotirene, Silvana Goellner, Caroline Soares de Almeida, Mariane Pisani, Cláudia Kessler. É que o futebol, esta produção tão genuinamente nossa, não poderia ser deixado, exclusivamente, aos pés dos gringos. O esquadrão de nacionais conta, ainda, com inúmeras/os autoras/es da Educação Física, da História, da Sociologia, da Antropologia e da Psicologia do Esporte cuja identificação nominal seria impossível de ser feita no espaço de uma apresentação.

Tais colegas de bricolagem são tão importantes quanto necessárias, mas não para fazermos uma repetição daquilo que disseram. Se recorremos às suas palavras, que seja para encontrar as nossas próprias. Que seja para mostrar o que as palavras deles e delas nos ajudam a pensar sobre nosso campo-problema: o futebol de mulheres. A parceria nos auxilia a ver um broto na raiz que tínhamos julgado já murcha e sem vida. Além disso, ela serve para nos deslocar, provocar descentramentos quando estamos demasiado fixadas num tema ou numa discussão. Boas parcerias trazem novos jeitos de olhar (e de ouvir), nos colocam dúvidas, nos interrogam sem expectativa de resposta. Geralmente, estão a pensar conosco. Elas nos dão base para desenvolver nossas ideias e criar nossos jeitos de dizer.

A seguir, apresentaremos percursos e movimentações de nossa pesquisa sobre do futebol de mulheres (KESSLER, 2016)³ no Brasil, a qual atentou para as experiências de atletas em diferentes estágios da carreira esportiva e para como os marcadores de gêneros atravessam suas trajetórias nesse processo. Como toda boa resenha sobre um jogo de futebol, esta conversa sobre mulheres boleiras é composta por saberes múltiplos, como sinalizamos. Nestas considerações iniciais, abordaremos os percursos metodológicos envolvidos na

³ Nesta pesquisa, adotamos o termo “futebol de mulheres” em lugar de “futebol feminino”, seguindo o argumento da antropóloga brasileira Cláudia Kessler (2016) de que o futebol, enquanto modalidade esportiva, tem requisitos de *performance* que lhe são próprios, com a diferença de ser protagonizada por homens ou por mulheres. Além disso, a autora se vale do termo para referir um futebol com modos de organização, significados e valores distintos daqueles que circulam e produzem o futebol hegemônico. A alteração nos termos intenta uma mudança de perspectiva que procura olhar para o futebol de mulheres a partir de suas positivities, recusando, assim, o discurso das ausências, o qual toma o futebol masculino hegemônico como norma e sempre ressalta o que faltaria às mulheres para atingir esse ponto ideal.

produção do estudo. No último item da seção, que trata da análise do material, traremos uma apresentação sumária das movimentações que compõem nossa tese-jogo.

1.1 Súmula da partida: caminhos da pesquisa

Súmula se refere a um relatório que pretende informar os principais acontecimentos no decorrer de uma partida: número de faltas, placar do jogo, expulsões, quais jogadoras foram punidas com cartões. Traz, além disso, o registro de intercorrências e eventos inusitados durante o jogo: refletores queimados, confusão entre torcidas, invasões ao gramado, dentre tantas outras coisas. Nosso propósito aqui é apresentar uma súmula da pesquisa, dando ênfase aos caminhos metodológicos que demarcaram nosso campo e que direcionaram nossas movimentações por ele, bem como a algumas experimentações no decorrer da pesquisa e às contribuições desta para os redirecionamentos da investigação.

1.1.2 O campo (ou do enquadre metodológico para a realização da pesquisa)

Para esta investigação, adotamos uma perspectiva de pesquisa como movimento, marcada pelo nomadismo no modo de conhecer e que possibilita a abertura para a experimentação dos problemas investigados, bem como para reformulações constantes das questões que nos interrogam (MANSANO, 2012). Ao conceber a realidade como campo aberto, em constante produção e multifacetado, tal perspectiva deixa de ver o fenômeno como algo independente e objetivo: a pesquisa se constitui no encontro entre a pesquisadora e aquelas que se dispõem a dialogar com ela. Não vamos até um determinado lugar pesquisar o que lá se encontra. O tal lugar só se configura com a nossa chegada, ou melhor, se reconfigura com a nossa entrada, uma vez que não podemos ignorar a existência de condições históricas, sociais e institucionais que também interferem na produção do contexto do qual nos aproximamos.

Daí que, para nós, a pesquisa é entendida como um corte que se opera na realidade. Abre nela uma fenda, criando relevos e contornos que serão vividos e experimentados em conjunto com os demais agentes ali situados. A pesquisa altera o curso usual do cotidiano e dos acontecimentos que o produzem. É desde o início uma prática, uma forma de intervenção sobre si e sobre o outro no âmbito do espaço intermediário que brota nessa relação. Tal modo

de pesquisar se reconhece parcial e produz conhecimentos localizados, vinculados à experiência daqueles e daquelas que vivem, praticam e produzem o campo.

É como dizer que só sabe o que realmente se passou numa partida quem a jogou. Só quem está dentro de campo, no 11 contra 11, pode dizer dos ânimos e das intensidades que circularam por ali e fizeram variar o jogo. “O time vinha muito bem, mas o gol das adversárias pesou para nós”. “A gente não estava conseguindo se encontrar em campo”. “Elas estavam numa crescente, mas conseguimos segurar e contornar a defesa bem postada. Marcamos e vencemos”. As frases fictícias são revestidas por uma atmosfera, aparentemente, vaga e genérica, mas apenas aos olhos mais distantes e que desconhecem as sensações envolvidas naquilo que procuram comunicar. Assim é a pesquisa de caráter nômade: um processo de disponibilidade para as sensações que só tem ocasião para ocorrer quando a pesquisadora se mistura ao campo, produzindo-o em conjunto. Para conhecer “o que faz o jogo”, é preciso jogar um jogo comum.

1.1.3 A formação do plantel (ou da estratégia que orientou nossas movimentações em campo)

Apresentadas as medidas, formas e demarcações do campo, as futebolistas são tomadas por uma nova urgência: os modos de ocupar, se distribuir e se movimentar por aquele espaço. Cada decisão implica e impacta no coletivo e nos desdobramentos do jogo. Razão pela qual é necessário que as movimentações sejam orquestradas em conjunto. Não podemos ignorar que rearranjos nem sempre planejados ou racionalmente decididos se fazem necessários à medida que são experimentadas as intensidades específicas de cada jogo. A “boa” formação é aquela que reserva espaço para o vivo de cada partida e para os improvisos inventados pelas atletas. Afinal, o jogo tende ao caos, deixando aberto o espaço para a criação.

As estratégias metodológicas que adotamos para conduzir nossas pesquisas cumprem papel semelhante. Dizem das formações, dos propósitos e do modo de entrada no campo. Cada movimentação produz uma série de efeitos, cujos rastros demarcam as jogadas efetuadas ao mesmo tempo que criam o campo de jogo. A estratégia metodológica, mais que orientar as etapas e oferecer instrumentos e ferramentas para que cheguemos a uma resposta, auxilia-nos na invenção de um modo de interrogar. Diferentes estratégias não questionam os fenômenos nem constroem os problemas da mesma maneira.

Optamos pela cartografia (DELEUZE; GUATTARI, 2011), escolha que vem acompanhada de novos termos, noções, conceitos e princípios. É possível que experimentemos confusões e desarranjos no contato com as novidades desse universo. Diante

do desconcerto, iniciamos um rastreamento dos caminhos trilhados por outros e procuramos compreender a cartografia por meios indiretos. Tentamos encontrar as pegadas e as estradas construídas alhures por outras pessoas, ansiando uma palavra final e definitiva capaz de nos trazer “certezas apaziguadoras” (MANSANO, 2012, p. 6).

Porém, a proposta da cartografia tem mesmo a ver com o lançar-se à vivência do contexto investigado para coabitá-lo (ALVAREZ; PASSOS, 2015) e experimentá-lo. Ela diz respeito ao acompanhamento de processos que constituem os campos investigados (BARROS; KASTRUP, 2015). Para Suely Rolnik (2016), a cartografia é um:

desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem. Paisagens psicossociais também são cartografáveis. A cartografia, nesse caso, acompanha e se faz ao mesmo tempo que o desmanchamento de certos mundos – sua perda de sentido – e a formação de outros. (ROLNIK, 2016, p. 23).

Tal estratégia pressupõe a criação de mapas movediços, provisórios e parciais, porque “inteiramente voltad[a] para uma experimentação ancorada no real” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 30), em constante transformação. Tais mapas, que podem se suceder e sobrepor, destacam contornos das formações macro e micropolíticas dos campos existenciais investigados: não somente seus pontos enrijecidos e as figuras cristalizadas produzidas pelas normatividades, mas também as linhas intensivas irreduzíveis a tais regulações e que animam possibilidades outras de se viver e se constituir como sujeito. Assim, podemos dizer que a cartografia se aproxima mais de um conjunto heterogêneo de pistas, de um modo de conceber a pesquisa e da relação entre ela, as pesquisadoras e as/os voluntárias/os do estudo do que de um rol de procedimentos que prescrevem o caminho a ser seguido.

Com o tempo, percebemos que, nesse aspecto, cartografar não é tão diferente assim de jogar futebol. Não aprendemos a chutar uma bola, fazer passe, domínio, matar no peito e a nos movimentar em campo apenas observando outros a fazerem ou seguindo orientações verbais de terceiros. A bola tem peso e tem tempo. Interage com o ar que muda sua direção e velocidade. A grama molhada a faz correr de jeito diferente. Grama sintética também. Quem é craque no campo pode não ser na quadra ou na areia, pois as condições são outras. São especificidades que precisamos sentir para conhecer e aprender-fazer.

1.1.4 A bola (ou da unidade de análise)

No 11 contra 11, o conjunto de ações coordenadas que anima o jogo se desdobrará sempre em referência ao objeto esférico que concentra a atenção de todos, atletas e torcida.

Ser redonda é apenas uma dentre as várias características que definem a bola com a qual se joga. São dezessete as regras que estabelecem o jogo de futebol, sendo a segunda delas dedicada, exclusivamente, para se falar da bola. Nesta regra, definem-se o material e os valores mínimos e máximos de pressão, perímetro e peso da “gorduchinha”.

De modo similar, a realização da pesquisa solicita, também, algumas definições, a fim de restringir o campo e os fenômenos aos quais se direcionará a atenção do pesquisador. De onde serão obtidas as informações para se aproximar das indagações? O que e quem interrogar? Nosso objetivo consiste em percorrer a trajetória de mulheres futebolistas, de alto rendimento e da categoria de base, atentando para suas experiências com os marcadores de gêneros, em especial, seus efeitos nos processos de construção da carreira esportiva.

A noção de experiência adotada por nós se apoia em Foucault (2017b, p. 8), que a concebe como a “correlação, numa cultura, entre os campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade”. Aqui, miramos as normatividades de gênero, as quais estabelecem condições sociais desiguais e hierarquizam relações entre corpos designados como homens e mulheres. Ao atentar para o modo como os marcadores de gêneros afetam a trajetória e a condição esportiva das atletas, nos interessam tanto os efeitos reificadores e as formas de sujeição quanto os atos subversivos e os modos de subjetivação em meio aos quais essas mulheres se constituem.

Scott (1998) critica o uso da experiência como dado autoevidente ou fundamento no processo de construção do conhecimento. Segundo a autora, tal abordagem essencializa acontecimentos e sujeitos, tornando-os preexistentes e independentes em relação um ao outro, o que reitera as noções identitárias, reafirmando os modos de organização que homogeneizam a existência e naturalizam hierarquias sociais. Além disso, complementa:

Não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos pela experiência. Experiência nesta definição torna-se, então, não a origem de nossa explanação, não a evidência legitimadora (porque vista ou sentida) que fundamenta o que é conhecido, mas sim o que buscamos explicar, sobre o que o conhecimento é apresentado. (SCOTT, 1998, p. 304).

Uma mulher, um homem, uma lésbica, um heterossexual, um negro, um branco, uma criança, um adulto não existem *a priori* ou fora de uma relação. Seus relatos, portanto, não são representações autoevidentes do que lhes ocorre por serem quem são, mas comunicam parte do processo sobre o que e como se constituem.

Diante dos objetivos apresentados, podemos situar nossa unidade de análise principal na fala das atletas e nas narrativas que elas produzem sobre a construção de suas carreiras esportivas. O estudo contou com a participação de nove atletas vinculadas a um clube do

interior paulista de grande destaque e projeção no cenário nacional do futebol de mulheres. Respeitando os princípios da ética institucional de pesquisa (CNS, 2012), destacamos que adotaremos nomes fictícios para nos referirmos às participantes do estudo e de outras pessoas do clube com as quais dialogamos, garantindo seu sigilo.

Após o exame de qualificação, atentando para as contribuições da banca avaliadora, entendemos que seria importante fazer uma apresentação mais detalhada das atletas entrevistadas, contemplando elementos sociodemográficos e psicossociais das informantes. Com isso, esperamos contribuir para a formação de uma imagem que se aproxime da complexidade que constitui cada uma delas e do lugar do futebol em suas vidas. Por uma finalidade didática, tal apresentação será alocada na abertura dos percursos de campo, quando adentraremos, especificamente, no material das entrevistas.

A experiência tal como a concebemos aqui não se desdobra num campo hermético. Embora não seja estritamente circunscrita e condicionada, é atravessada por condições sociais, históricas e políticas que formam sua conjuntura. Recorremos, novamente, a Scott (1998), para quem a historicização contribui para que sejam evitadas as naturalizações, as essencializações e as homogeneizações identitárias. Assim, percebemos a importância de que o estudo contemplasse, também, parte de uma história social do futebol de mulheres no Brasil, considerando suas relações com o Estado brasileiro e com alguns órgãos institucionais do ludopédio. Entendemos que a visitação a esse passado-presente-contínuo poderia colaborar para a compreensão dos processos que constituem a modalidade e a experiência das atletas entrevistadas.

1.1.5 A escalação (ou dos instrumentos adotados no trabalho de campo)

A definição do modelo de jogo traz consigo a preocupação na escolha das atletas que melhor corresponderão às intenções dos micros e macrossistemas pensados para orientar as movimentações em campo. Cada atleta, a despeito dos exaustivos treinamentos, expressa sensibilidades específicas. É como se cada corpo fosse dotado de uma inteligência própria, única. Algumas jogadoras apresentam características que lhes permitem um melhor posicionamento nas zonas defensivas do campo, outras têm um excelente desempenho na criação de jogadas de ataque. Há, ainda, aquelas que, mesmo tímidas durante toda a partida, podem ser decisivas, apresentando um alto potencial de finalização. Esses aspectos precisam ser cuidadosamente observados, a fim de que se possa chegar à seleção do 11 mais pertinente à tática escolhida e aos objetivos definidos para uma partida em particular.

A escolha dos instrumentos ou das técnicas de investigação cumpre função similar. O cuidado nessa definição é significativo, na medida em que demarca os modos de entrada e pontos de conexão inicial com o campo, podendo interferir nas relações que produzimos ali. Olhando para nossa estratégia de investigação, nossos objetivos e nossa unidade de análise, optamos por utilizar o estudo documental, a observação-participante e a entrevista semiestruturada.

A presença do estudo documental se faz sentir, predominantemente, nas movimentações de meio campo de nossa tese-jogo. Optamos por acompanhar a constituição do futebol de mulheres a partir da relação histórica entre este e o Estado brasileiro. A fonte principal dessa parte do estudo foram as legislações e os documentos oficiais produzidos no Brasil que tratam da participação feminina na modalidade (1941-2015). De modo suplementar, recorreremos aos acervos da Folha de São Paulo, da Biblioteca Nacional, do Museu do Futebol, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do Arquivo Gustavo Capanema, que nos forneceram materiais, como jornais, imagens, dados estatísticos e documentos governamentais, que colaboram para a elucidação do cenário em meio ao qual as leis e políticas nacionais das quais tratamos emergiram.

Ao acolhermos uma indicação da banca avaliadora, introduzimos uma seção que contemplasse as regulamentações dos órgãos gerenciais da modalidade que afetam, de maneira mais incisiva, os processos institucionais no futebol. As fontes consultadas englobam documentos dos órgãos gerenciais em diferentes níveis de gestão, publicados entre 2016 e 2020, além de algumas reportagens. Cumpre mencionar que tais fontes não foram submetidas a um exaustivo processo analítico, posto que a referida seção se propõe a um sobrevoo institucional.

A observação foi empregada por fornecer a possibilidade de aproximações iniciais com as relações e o contexto investigados. Na estratégia cartográfica, a observação é, necessariamente, participante, movente, pressupondo um deslocar-se pelo campo, tateando as linhas que o configuram, variando os focos de atenção, segundo as sensações despertadas (KASTRUP, 2015).

A primeira etapa de aproximação com o campo teve início em outubro de 2017, quando negociamos o contrato de pesquisa e conhecemos o clube presencialmente, e se estendeu por seis visitas até setembro de 2018. Nesse período, além das conversas com Laura,

coordenadora que nos acolheu e mediou o contato com as atletas, pudemos interagir com outros membros da comissão técnica e do departamento de futebol feminino⁴.

Após estabelecer os primeiros contatos com a Laura, definimos as atividades das quais participaríamos: treinamentos em campo e jogos disputados em competições oficiais. Desse modo, seria possível a nossa aproximação com parte do cotidiano das atletas. Nessa altura, Laura sugeriu a possibilidade de acompanharmos as atletas no vestiário, antes do início das partidas. A oferta mostrava o interesse da coordenadora em colaborar com a pesquisa⁵, mas decidimos recusá-la por entender que o acesso ao vestiário está condicionado à permissão das atletas, principalmente, e da comissão técnica, sobretudo, da treinadora ou treinador.

Na incerteza quanto ao que seria olhado, as elaborações de Kastrup (2015) foram de grande valor. A autora destaca a importância de se manter, inicialmente, um funcionamento de atenção à espreita, capaz de realizar a “detecção e a apreensão de material, em princípio desconexo e fragmentado, de cenas e discursos, [que] requerem uma atenção sem focalização” (KASTRUP, 2015, p. 33). Segundo ela, mais que uma função seletiva, a atenção não se restringe à seleção do conjunto de elementos que integram a experiência da qual participa a pesquisadora, mas atua na configuração do seu campo perceptivo. Este seria constituído pelas expectativas, anseios e teorias prévios levados conosco e que podem reduzir nossa sensibilidade, diminuindo as possibilidades de acolher as surpresas e sensações que irrompem no trabalho de campo.

Em sintonia com as recomendações de Kastrup (2015), tivemos a alegria de nos deparar com um inesperado grande valor para a produção de nosso percurso, em especial, quanto aos objetivos iniciais e ao modo de organização das entrevistas. Ainda no projeto, nosso interesse versava, principalmente, sobre a dimensão das violências e dificuldades enfrentadas, foco que foi sendo deslocado à medida que experimentávamos o campo de pesquisa. Foi por meio da observação que elaboramos uma interrogação sobre um aspecto tanto mais sutil quanto fundamental na problematização de nosso tema: se há tantas dificuldades, o que sustentava a permanência daquelas mulheres no futebol?

⁴ Por se tratar do nome oficial do departamento, empregamos o termo “futebol feminino” em vez de “futebol de mulheres.

⁵ Desde o início das conversas, a disponibilidade e solicitude de Laura foram notórias. No primeiro encontro, para coletar as assinaturas e firmar o contrato formal da pesquisa, a coordenadora me recebeu pessoalmente e dedicou sua manhã à sua apresentação pessoal e do clube, ressaltando dificuldades e projetos em curso. Além disso, me levou para conhecer o alojamento da equipe principal, bem como os locais de treinamento desta e da base. Todo o traslado feito em seu veículo particular, nessa e em outras ocasiões em que estive no clube.

O deslocamento das questões postas de início começou durante uma partida da equipe principal pelo Campeonato Brasileiro, em julho de 2018. Ao adentrar no estádio, tínhamos, como horizonte inicial, o foco nas condições do jogo, as interações da torcida com as atletas, principalmente, manifestações preconceituosas ou discriminatórias. A partida, marcada para iniciar às 15h, tinha como palco climático condições nada favoráveis: tempo seco e temperatura elevada. Ao subir as escadas de acesso à arquibancada, já era possível constatar a presença do silêncio quase absoluto. Ao avistar o campo, o silêncio se materializou em ausência de torcida.

Pensando que a atividade profissional do esportista de alto rendimento é, em grande parte, orientada pela apresentação de si no espetáculo, emergiu o questionamento sobre o que sustentaria a presença daquelas mulheres em campo, haja vista a baixa presença de público e a ausência de transmissão televisiva do jogo. Naquele momento, foi possível perceber a importância de não reduzir a investigação ao âmbito das dificuldades e enfrentamentos travados pelas atletas para perseguirem suas carreiras. Expor as disparidades, violências e desigualdades que marcam seus percursos continuava necessário, no entanto, também o era fazer um giro na maneira de abordar o tema.

Nesse giro, passou a nos interessar o “modo de vida da atleta de futebol”, tanto em suas dores e dificuldades quanto em suas potências. Assim, seria possível realçar os dilemas, os percursos e os agenciamentos envolvidos na produção de uma vida e dos modos de existir no mundo como mulheres futebolistas. Para além de uma macropolítica que as inscreve como praticantes de um futebol relegado à margem e, necessariamente, faltante, dado sua não correspondência ao modelo hegemônico da modalidade, passamos a mirar, também, os aspectos micropolíticos de suas existências. Neles, talvez, apreenderíamos a dimensão afirmativa das diferenças que as afastam do referido modelo e, por vezes, produzem questões importantes e incômodas à modalidade como um todo.

A escolha da entrevista se orientou pela sintonia que apresenta em relação ao nosso objetivo e unidade de análise. As entrevistas foram realizadas em formato semiestruturado e individualmente. O roteiro de questões disparadoras foi dividido em três grandes blocos, que abordavam: a) trajetória esportiva; b) o futebol como trabalho/formação; c) condições atuais da prática. O caráter mais aberto da entrevista privilegia a compreensão e pressupõe tal momento como acontecimento dialógico, no qual os sentidos e objetivos, relativos aos temas propostos e àqueles que emergem, são negociados (FONTANA; FREY, 2000). Nesse caso, a entrevista se constitui muito mais como uma prática, uma experiência compartilhada, que como ferramenta de recolha de informações.

O convite de participação foi feito às atletas no final de maio de 2019, contando com o apoio de Laura para mediar o contato. Após a introdução feita por Laura, apresentamos, brevemente, os objetivos e a proposta da pesquisa. Os encontros ocorreram no final do mês de junho de 2019. Nossas conversas aconteceram nas arquibancadas do estádio ou em praças próximas aos alojamentos. As entrevistas foram realizadas em encontro único, com exceção de Joana e Marina. A primeira pela fluidez e desejo de falar sobre suas vivências, a segunda por necessidade sentida de nossa parte após a retomada do áudio.

Ao tecer considerações sobre a entrevista na cartografia, Tedesco (2015, p. 37) pontua que “o manejo cartográfico da entrevista não condiciona a validade da pesquisa ao distanciamento neutro do pesquisador em relação aos sujeitos. Diferentemente, empenha-se em construir e alimentar a experiência compartilhada entre pesquisador e sujeitos”. Com isso, podemos notar que a entrevista, na cartografia, pressupõe a afetação provocada pelo envolvimento mútuo entre aqueles que a realizam.

O caráter de intimidade experimentado nesse momento pode causar estranhamentos, como se, ao nos colocarmos, estivéssemos nos furtando aos objetivos da pesquisa ou ao rigor necessário para assegurar a validade do estudo. Fragilidades que surgem na tentativa de se produzir a pesquisa desde perspectivas que recusam o lugar de verdades universais. Ocorre que, no âmbito da pesquisa como movimento, a troca e a disponibilização de si para as sensações que ela pressupõe são tanto esperadas quanto almejadas, uma vez que “o corpo sensível e implicado do pesquisador ganha relevância nesse tipo de investigação” (MANSANO, 2012, p. 8), atuando como importante ferramenta do fazer investigativo em seus deslocamentos pelo campo.

Tal envolvimento pode se dar em formas e graus variados. Algumas vezes, se expressa num diálogo mais fluído que se desdobra entre a pesquisadora e a participante (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013). Em outras, a escuta cria ocasião de acolhimento em que a participante se sente à vontade para narrar suas trajetórias e vivências, sem que haja tantas interferências ou colocações da parte da pesquisadora. A entrevista pode produzir condições de uma escuta diferenciada, talvez nem sempre disponível aos que colaboraram conosco. Por tal motivo, é importante respeitar as manifestações das participantes ao trazer conteúdos que, por vezes, não correspondem direta e imediatamente às expectativas e aos objetivos expressos em nossos roteiros-mapa. Nessas situações, convém a disponibilidade para negociar os interesses no jogo entre o que desejamos saber e o que as/os participantes desejam falar.

Nas entrevistas que realizamos, diferentes memórias foram vividas, produzindo paisagens e linhas-tema, que ora se aproximavam, ora se distanciavam das expectativas

presentes em nosso roteiro. Os novos cenários formavam relevos significativos, a partir de linhas que irrompiam de modos inesperados e que puderam ser perseguidas e trilhadas, criando modos de olhar, de ouvir e de tocar o que nos chegava do campo. Daí afirmarmos que o roteiro é mapa, enquanto a entrevista é cartografia: um traçado incerto e fugidio, em que ao mesmo tempo que nos furta aos nossos objetivos, faz com que nos deparemos com os nossos problemas e questões.

1.1.6 O jogo (ou considerações sobre o processo de análise dos dados e organização da tese)

O pensamento se produz a partir de um plano de referência (SANTOS, L. D., 2011), assim como o jogo é enquadrado pelo campo da partida. As linhas que o demarcam estabelecem os limites e condições de possibilidade das ações das equipes em confronto. No entanto, o jogo não se realiza apenas pela circunscrição às linhas. O jogo tende ao caos. Geralmente, a estratégia aparece como tentativa de ordená-lo e regimentá-lo. Por excelência, o futebol, enquanto jogo de confronto (*ágon*), define relações de cooperação e de oposição/competição, porém, a combinação e recombinação entre os elementos que dele participam são infinitas e imprevisíveis. O regramento que o demarca não consegue impossibilitar a criação. Por vezes, uma estratégia pode propor não um ordenamento, como modo único de organização (e antecipação), mas a ideia de abertura para o vivo do campo e do jogo. O mesmo ocorre no processo da pesquisa e de elaboração das nossas teses e dissertações. Nos opomos e buscamos cooperação com autores e autoras, com o material de campo, com os conceitos. Nos recombinações com eles. Criações inesperadas. Desdobramentos indesejáveis. Improvisos felizes, ainda que nem sempre (quase nunca) deliberadamente planejados/treinados.

Há, no ato de jogar, um conjunto de sensações que é experimentado e provocado, o qual, na relação com as marcações lineares, dá os contornos ao que chamamos jogo. Assim, além do plano de referência, há um plano de sensação envolvido tanto no jogo como no processo do pensar. O limite não é, portanto, limitação, mas condição para experimentarmos as sensações que fazem de um conjunto de movimentos um jogo.

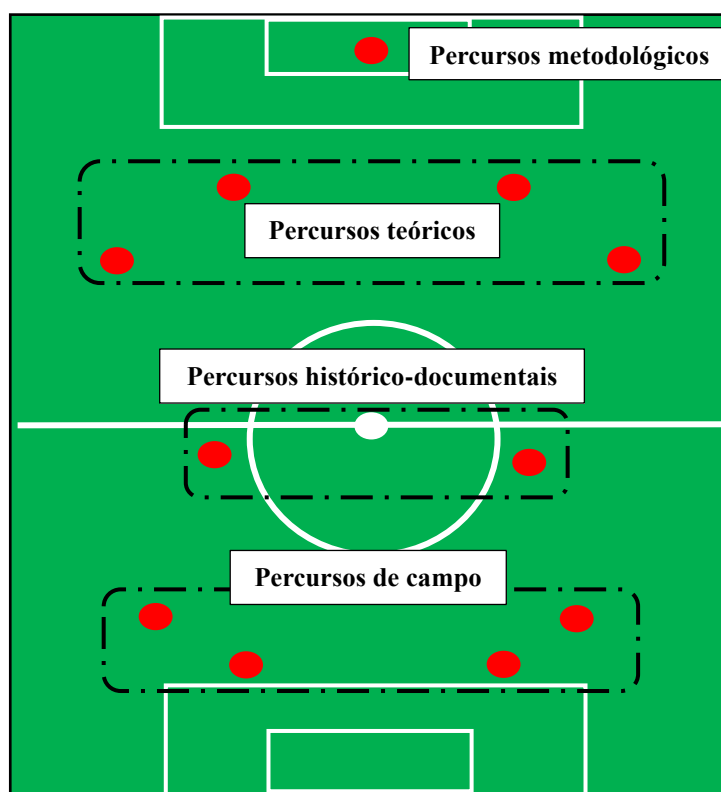
As sensações se inscrevem neste plano, constantemente referido e tensionado. Nesta pesquisa, o nosso campo, o futebol, cruza-se com outro, o gênero, não para se limitar a ele, mas para tensioná-lo, para problematizá-lo a partir dos desdobramentos das linhas que os compõem. Futebol e gênero são, já, linhas em si mesmas, ainda que não sejam unitárias. Durante nosso trabalho de campo e nas etapas posteriores de revisitação dos dados

produzidos, nos deparamos com as multiplicidades que constituem esses dois conjuntos de linhas de referência.

Mesmo sabendo da infinidade de linhas que formam o campo, não é possível olhar para todas sob pena de, ao tentar fazê-lo, não apreendermos sequer uma delas. No jogo, também estabelecemos zonas focais para as quais dirigimos nossa atenção. Quando se trata de um fã do esporte, ao assistir o time do coração, olhamos a bola e o entorno mais imediato por onde ela circula. O jogo é dinâmico, de modo que é preciso estarmos sensíveis às forças que imprimem mudanças de sentido ao direcionarem a bola para outros setores do campo.

A bola se desloca pelo campo acompanhando as movimentações produzidas pelo esquema tático. Este expressa as possibilidades e propostas de jogo: mais defensivo, mais propositivo, cadenciado, dentre tantas outras. A distribuição das jogadoras em campo também forma linhas. Inicialmente rígidas, elas se desmancham e assumem novas formações à medida que o jogo acontece. Afinal, o jogo é vivo. A produção da pesquisa e sua redação passam por movimentações similares: o texto se forma e se dilui, abre novos caminhos e adquire delimitações. Acompanhando a metáfora do jogo, o texto, aqui apresentado, está distribuído como organização tática: 1-4-2-4. O tradicional “capítulo” será chamado, aqui, de “zona do gramado”. Cada zona está distribuída por diferentes setores: defesa (percursos-teóricos), meio-campo (percursos histórico-documentais) e ataque (percursos de campo).

Figura 1 – Distribuição tática da tese-jogo



Fonte: Autora, 2022.

Nos percursos teóricos, buscamos realçar discussões de conceitos e temas que foram acionados na tentativa de compreender as linhas que emergiram no decorrer do estudo documental e das entrevistas. Neles, são debatidos: as noções de macro e micropolítica; a perspectiva do gênero como ficção política e seus efeitos na constituição dos corpos; os diálogos e as tensões entre as lutas das mulheres no futebol, bem como as pautas do feminismo; a concepção de interseccionalidades, pretendendo realçar as segmentações que nos atravessam e interferem na produção das experiências em meio às quais se constituem mulheres diversas.

Com relação aos elementos presentes na zona histórico-documental, podemos dizer que formam uma linha transversal, posto atravessar as demais. Nessa parte do campo, se sobressai a dimensão macropolítica (DELEUZE; GUATTARI, 2012) do futebol de mulheres. Uma parte diz respeito à imposição de sentidos do Estado sobre tal segmento, e outra aborda as recentes políticas de gênero dos órgãos de gestão da modalidade. A problemática de fundo, nessa discussão, pode ser resumida pela questão: de qual futebol o Brasil é país?

Nos percursos de campo, o material foi elaborado a partir dos registros das observações, das notas do diário de campo e das entrevistas. Para orientar nossa relação com os produtos do trabalho de campo, elegemos Kastrup (2015) como parceira de jogo, nos inspirando em suas elaborações sobre o funcionamento da atenção na cartografia. A autora destaca quatro gestos atencionais: o rastreio, o toque, o pouso e o reconhecimento atento. Os diferentes gestos atencionais atuam simultaneamente, não sendo lineares ou sequenciais (KASTRUP, 2015). Nos movimentos apresentados a seguir, a ênfase atribuída a algum dos gestos se refere à intensidade com a qual se fez presente nos diferentes encontros que tivemos com o campo e com os materiais produzidos, sem corresponder a uma segmentação em fases, etapas, tampouco ao domínio ou hierarquia de um ou outro gesto no processo de análise.

Um primeiro encontro nos remete ao momento das visitas ao campo: o acompanhamento de treinos e jogos, as visitas aos alojamentos, as conversas com membros da comissão e a realização das entrevistas com as atletas. Nessa altura, os relevos temáticos eram, ainda, demasiado genéricos, de contornos pouco definidos, pois os observávamos à distância. Eles nos convidavam a uma aproximação sensorial que possibilitasse o acionamento de outros sentidos. Durante essas movimentações, ganharam destaque os gestos atencionais de rastreio e toque apontados por Kastrup (2015). O primeiro, como atenção aberta e sem foco específico; o segundo, como uma aproximação que convida à exploração mais tátil do que foi notado. Daqui, resultou um tipo de dado da ordem das sensações

despertadas, colaborando para definir alguns traçados iniciais de análise e para o planejamento da sequência do trabalho.

As entrevistas foram transcritas, mas a elaboração das linhas de análise se deu pela escuta dos áudios. Optamos por proceder dessa maneira, considerando que, na transição do dito para o escrito, parte do que é comunicado pode se perder (SILVERMAN, 2000) – os silêncios, as hesitações, as recalitrâncias, as variações de entonação. Ao revisitar os áudios para efetuar as transcrições, tivemos um segundo encontro, agora, mais próximo do gesto de pouso, que reconfigura o campo atencional, conferindo maior focalização sobre o material (KASTRUP, 2015). Nossa pergunta-guia para esse momento era: “o que foi dito?”.

Como a leitora e o leitor verão, as transcrições procuraram incorporar os movimentos da oralidade na escrita. O resultado pode ser visualmente incômodo, evocar estranheza pelas palavras quebradas, descontinuidades gramaticais e ortográficas (ora com perfeita concordância entre os termos, ora não). Na tentativa de desestabilizar o monopólio da visão na produção ou apreensão do sentido, fica o convite à vocalização desses trechos. Talvez outros campos de compreensão possam ser atingidos ao incorporarmos o conjunto voz-audição ao processo de leitura. Além disso, foi nossa intenção evitar uma formatação que se somaria a tantas outras já dirigidas às futebolistas ao longo da história e que adequasse as atletas para consentir sua entrada no texto científico. Afastando-nos da posição de juízes e arautos, mesclamos a redação conforme a norma padrão aos modos de dizer coloquiais, buscando:

Um uso amplo da língua, “que balance e que bagunce o desfile e o julgamento”, que obedeça às regras do momento, da interação, do ato verbal, que crie suas próprias regras de acordo com suas necessidades de expressão e comunicação, e que não se submeta às expectativas prévias dos juízes, que nem estão sambando na avenida, mas vigiando do alto os passistas para ver se estão dançando “certo”. Uma noção de língua “que aumente o movimento”, que faça circular as idéias, que permita ao maior número possível de falantes se expressar, se comunicar, interagir e criar a sociedade. Uma noção de língua, enfim, “que sacuda e arrebe o cordão de isolamento”, o fosso que sempre separou a pequena elite dos que “sabem a língua” da imensa maioria condenada à mudez e ao silêncio, sob o pretexto de “falar tudo errado”. (BAGNO, 2001, p. 12).

No terceiro encontro, nos dedicamos à escuta reiterada das gravações, tendo como questão orientadora o “Como foi dito?”, de modo que pudéssemos selecionar temas relevantes para a investigação, segundo os objetivos traçados e o caminho percorrido. Nesse movimento, buscamos exercitar o modo de funcionamento da atenção apresentado por Kastrup (2015, p. 46) como reconhecimento atento, o qual nos reconduz “ao objeto para destacar seus contornos singulares”. Nele, a paragem sobre os aspectos que ativaram nossas sensibilidades, em outros movimentos, cria a intersecção entre passado e presente, memória e percepção, num processo

que constrói diferentes versões para o mapa do trabalho de campo (KASTRUP, 2015), conectando observações, bibliografias, entrevistas e notas de campo. Um movimento em que “a percepção se amplia, viaja percorrendo circuitos, flutua num campo gravitacional, desliza com firmeza, sobrevoa e muda de plano, produzindo dados que, enfim, já estavam lá” (KASTRUP, 2015, p. 47). Por fim, emergiram quatro eixos que compõem os percursos de campo, a saber: a) iniciação esportiva; b) trabalho; c) interseccionalidades no futebol de mulheres; d) vidas em campo: movimentações micropolíticas das atletas de futebol.

Assim, os percursos de campo destacam as narrativas das atletas acerca de suas trajetórias na construção de uma carreira no futebol e de como o atravessamento pelos marcadores de gêneros, em intersecção com outros marcadores sociais, produz as experiências que as constituem. Ao percorrermos sua aproximação inicial e a prática sistemática da modalidade, visibilizamos as dificuldades encontradas, mas, sobretudo, as diferentes maneiras pelas quais criaram brechas e produziram caminhos possíveis para se manterem em campo. Foi nosso intento mostrar tanto os aspectos que compartilham, decorrentes de sua marcação como o *Outro* do futebol, quanto os recortes que as segmentam no interior dessa categoria, muitas vezes, considerada homogênea. Por fim, procuramos percorrer uma questão que se tornou patente ao longo do estudo: diante de tantos desafios, enfrentamentos, precarização, o que faria com que permanecessem no futebol? Daí nosso deslizamento por entre as conexões da dimensão micropolítica do futebol de mulheres, deslocando-nos por entre algumas linhas de passe que produzem seu jogo: o reconhecimento recíproco, as experimentações dos prazeres e as relações de amizade.

Nossa proposta é de uma tese-jogo, formada por linhas e movimentações que se conectam, sem que se estabeleça uma relação hierárquica no vasto campo percorrido. Com isso, é possível transitar pelos diferentes setores do campo apresentados na Figura 1. A saída de bola com a goleira-método pode ser tanto em conexão direta com o ataque (percursos de campo) quanto trabalhada desde a defesa, passando pelo meio-campo até a meta adversária.

É sabido que nenhum jogo se joga só. Inspiradas em Macedo (2018), tentamos sustentar a parceria com as atletas para além do momento de realização das entrevistas. As transcrições foram enviadas a elas para que pudessem revisá-las e alterá-las, caso desejassem. Também, à medida que os capítulos eram elaborados, enviávamos a elas para que aquelas que pudessem ler tecessem comentários e sugestões sobre o que foi produzido. Esse contato é feito pela troca de textos, mas, principalmente, por diálogos em canais digitais. É importante frisar que o contato mais assíduo se deu, principalmente, com uma delas, em razão das mudanças de clube e dos novos projetos assumidos pelas jogadoras no decorrer da pesquisa.

PERCURSOS TEÓRICOS

1 DA MACRO E DA MICROPOLÍTICA NO FUTEBOL DE MULHERES

No cenário esportivo, o Brasil é popularmente definido e reconhecido como país do futebol. Tal afirmação se sustenta somente se pretermirmos a diversidade de manifestações que a modalidade abriga em favor de uma de suas formas, a saber, o futebol de alto rendimento praticado por homens cisgênero (KESSLER, 2016). Ao rastreamos os caminhos do futebol de mulheres (KESSLER, 2015, 2016), por meio das regulamentações do Estado brasileiro e da FIFA, bem como das trajetórias de atletas, vemos se desenharem contornos distintos daqueles já conhecidos na modalidade convencional. Um percurso que permite tanto a problematização das construções cabais que insistem em recusar a participação das mulheres e impor seu alijamento deste esporte quanto evidenciar as lutas e resistências das atletas diante das normatividades que as segmentam e procuram circunscrever suas possibilidades de experiência e constituição. São dimensões e funcionamentos macro e micropolíticos do campo de jogo.

Deleuze e Guattari (2012) apresentam o par conceitual macro e micropolítica afirmando que a relação entre tais aspectos é coextensiva. Assim, os autores convidam a um modo de pensar que entende a ocorrência simultânea do macro e do micro nos diferentes planos da vida (no Estado, nos pequenos grupos e, até mesmo, no indivíduo, há o macro e micro se atravessando, escapando e sendo capturados). Segundo os autores:

A política opera por macrodecisões e escolhas binárias, interesses binarizados; mas o domínio do decidível permanece estreito. E a decisão política mergulha necessariamente num mundo de microdeterminações, atrações e desejos, que ela deve pressentir ou avaliar de um outro modo. (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 111).

Tal imbricação faz notar que “tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo *macropolítica e micropolítica*” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 99, grifo dos autores). Suas linhas nascem e se prolongam uma sobre a outra, modificam-se, afetam-se. Não se sobrepõem, mas se pressupõem e se diferenciam qualitativamente. São linhas que criam continuidades entre si. Misturam-se de maneira a ser difícil localizar um ponto como origem ou causação. Eis como se dá a coextensividade entre micro e macropolítica, colocando abaixo toda noção de pureza.

No futebol, algo semelhante se passa: a macropolítica institui as formas de jogo (quem joga, como se joga), enquanto a micropolítica lhe escapa, transborda as segmentaridades

delineadas e propõe modos outros de jogar. As mulheres também jogam e de maneiras distintas – mesmo esporte, modalidades diferentes (outros corpos, outras movimentações) –, fazendo agitar os recortes que definem uma forma-futebol, a qual possui aspecto endurecido e busca se conservar estabelecendo monopólio. Aqui, micro e macropolítico operam em sentido inversamente proporcional: forma-futebol *versus* futebol de mulheres (ou outras intensidades futebolísticas – *fútbol callejero*, futebol LGBTI+).

Contudo, não se pode afirmar que a relação de oposição seja a natureza do par conceitual, haja vista que ela também pode ser diretamente proporcional. Nesse caso, linhas de segmentaridades duras, que recortam as potências dos corpos por linhas de gênero, de raça, de classe, de idade e de sexualidade, podem fazer aliança com relações micropolíticas no sentido de afirmação da forma-futebol, mostrando que “quanto mais a organização molar é forte, mais ela própria suscita uma molecularização de seus elementos, suas relações e seus aparelhos elementares” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 102). A esfera da micropolítica, não obstante sua maleabilidade, também pode investir nas formações contornadas pelas linhas duras.

Aqui, os autores nos ensinam sobre o erro axiológico, relacionado às segmentaridades maleáveis que concernem à micropolítica, e que “consistiria em acreditar que basta um pouco de flexibilidade para ser ‘melhor’. Mas o fascismo é tanto mais perigoso por seus microfascismos, e as segmentações finas são tão nocivas quanto os segmentos endurecidos” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 102). Com isso, nos é colocado o desafio de desconstruir avaliações morais que tenderiam a qualificar o macro como ruim ou mal e o micro como bom.

Assim, quando se constata a reivindicação das atletas por igualdade em relação ao futebol masculino, é importante ter em vista que, mesmo no segmento privilegiado da modalidade, apenas uma ínfima parte dos operários da bola goza das benesses financeiras e sociais da espetacularização do esporte (RIAL, 2009; ALMEIDA; JAHNECKA, 2020). A realidade espetacular que nos é transmitida está longe de reunir as experiências díspares dos vários homens que integram o futebol profissional (CAMARGO, 2017), espaço dotado de muitas possibilidades de satisfação, mas que também produz distintas formas de exploração e despotencialização da vida, como o atestam os casos de suicídio entre atletas e aspirantes na categoria masculina (ATACANTE..., 2021; EX-JOVEM..., 2020; MOTA, 2019; RAMOS, 2019).

Tais alertas não deslegitimam as lutas das mulheres por reconhecimento e regulamentação jurídica de seu trabalho, mas lembram que, mesmo no lugar idealizado, a calma não existe. Nesse sentido, é importante questionar sobre as implicações de

reivindicar igualdade de participação em um sistema cunhado sob bases desiguais para fins de exploração. Um dos potenciais do futebol de mulheres parece residir em sua capacidade de interrogar o modo como as práticas têm sido organizadas e os efeitos deletérios que podem produzir, inclusive no âmbito hegemônico desse esporte. Ao entrarmos em contato com as atletas, notamos que elas permitem, ainda que parcialmente, o descentramento em relação aos modos dominantes de se constituir como sujeito no futebol. Com isso, anunciam possibilidades outras de existir no esporte. Possibilidades de diferença que trazem, junto, embates entre a macro e a micropolítica no futebol de alto rendimento e que acabam por reservar às mulheres a posição de impedimento no jogo mais amplo do poder.

Embora sejam coextensivos entre si, macro e micropolítica possuem distinções e referem-se a processos específicos. Deleuze e Guattari (2012) pontuam que a diferença entre elas é de natureza qualitativa, e não quantitativa, como poderíamos supor de imediato. Uma diferenciação que diz respeito aos seus modos de funcionamento mais que à sua forma ou topografia. Rolnik (2016) é elucidativa a esse respeito quando afirma:

macro e micro, aqui, não têm absolutamente nada a ver com o “grande” (a sociedade, o Estado... o todo) e “pequeno” (o individual, o intraindividual, o grupal... a parte, a unidade). Não se trata de uma diferença de grau, mas de natureza. Não se trata de uma diferença de tamanho, escala ou dimensão, mas de duas espécies radicalmente diferente de lógica. (ROLNIK, 2016, p. 59, grifo da autora).

Assim, a macropolítica designa o campo dos significados, sentidos e papéis que já estão prontos, das formas sociais e subjetivas que são julgadas como legítimas e disseminadas como normas a serem seguidas por um social mais amplo. Ela apresenta tendência totalizante e remete às chamadas linhas duras do plano da existência. As linhas duras são aquelas providas de uma dimensão “finita, visível e consciente da organização dos territórios. Ela cria roteiros de circulação no mundo: diretrizes de operacionalização para a consciência pilotar os afetos” (ROLNIK, 2016, p. 51). Sua atuação se dá por meio de grandes recortes que organizam a vida por oposições binárias. Ela remete aos sentidos fechados que codificam a existência: qualificam, classificam e normatizam a partir de um eixo central tomado como referência. São roteiros prontos, existências pré-moldadas. É de tipo reprodutivo e opera pela replicação de modelos (de homem, de mulher, de relacionamento, de viver, de morrer, de jogar futebol).

A macropolítica, a despeito da tentativa de totalização e organização da existência, não é absoluta, de modo que há sempre algo que escapa e vaza em meio às formas fechadas que ela pretende estabelecer e instituir. Desse modo, as linhas enrijecidas que encontramos nas formas macropolíticas são constantemente fissuradas pelas agitações que permeiam e animam

a vida, as quais correspondem à micropolítica, esfera das “formações do desejo no campo social” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 127). O micropolítico se volta para o campo das relações cotidianas, das conexões improváveis, dos modos de sentir, das percepções e interações que se encontram além das prescrições e previsões inscritas nos códigos de uma dada formação social. É aquilo que lhes escapa.

Ao longo do jogo que se segue, nossas movimentações em campo deram visibilidade aos processos instituídos no futebol relativos a um conjunto específico de corpos, a saber, aqueles marcados como femininos, nas suas intersecções de classe, raça, sexualidade e idade. São movimentações que operam por linhas de segmentaridade dura e que se fazem presentes em distintos momentos do texto, tanto nas políticas desportivas, no âmbito do Estado brasileiro e dos órgãos paraestatais da modalidade, como nas trajetórias narradas pelas atletas durante as entrevistas. Tais linhas foram consideradas, especialmente pelo seu efeito de produzir experiências situadas, na medida em que dispõem as jogadoras em posições distintas no campo do jogo social. Acioná-las foi uma forma que encontramos para recursarmos qualquer ideia de univocidade, universalidade e homogeneidade no coletivo de futebolistas entrevistadas.

Mas nossos percursos apresentam, também, as linhas micropolíticas tracejadas nesse campo de disputas. Maneiras pelas quais as futebolistas escaparam às tentativas de cerceamento do seu fazer, como dribles para conseguirem se livrar da marcação acirrada que procura alcançá-las de todos os lados. Assim, desviam de suas formulações e prescrições, não pela via da negação ou da recusa absoluta, mas dobrando-as para criar modos outros de se relacionarem, produzirem vida e jogarem futebol.

2 SOBRE CORPO E GÊNERO⁶

“Menino veste azul e menina veste rosa”. Foi com essa frase que a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos anunciou o início de uma “nova era” no Brasil, logo após o encerramento da cerimônia de sua posse, no dia 2 de janeiro de 2019, conforme publicação no site da Folha de São Paulo (“MENINO...”, 2019). No discurso, ela ainda pontuou as bases do seu pensamento conservador, destacando sua filiação evangélica, seu posicionamento contra o movimento feminista e contra os estudos sobre gêneros e sexualidades na escola.

A “nova era” vislumbrada pela ministra é uma era conservadora que se opõe e promete deletar um cenário anterior de conquistas para as minorias políticas, bem como retroagir a outros tempos, tidos, imaginariamente e à revelia de qualquer conhecimento histórico, como tempos de felicidade e harmonia (ALMEIDA; TONIOL, 2018). A ditadura militar, por mais paradoxal que possa parecer, é colocada como exemplo desse tempo saudoso ao qual se deseja regressar. Os retrocessos causados pelas atuais políticas adotadas em várias esferas da vida (GONÇALVES, 2019; MELLO-THÉRY, 2019) e, particularmente, nas relações de gênero (ZANATTA *et al.*, 2016), tornam mais transparentes e contundentes as dicotomias dos códigos interpretativos universais, pautados na materialidade biológica como fundamento, cujos efeitos permeiam as experiências que constituem os seres humanos (JACO; ALTMANN, 2017).

Estudos mostram a relevância das arenas desportivas enquanto espaços profícuos para pensarmos sobre as normatividades de gênero e seus efeitos, no sentido seja da sua reprodução, seja do seu questionamento (CAMARGO; KESSLER, 2017; VIEIRA; JUSTO; MANSANO, 2018; VIEIRA; MEZZARI, 2019). Os marcadores de gêneros, em sua intersecção com raça, classe, sexualidade e idade, são produtores das experiências em meio às quais as futebolistas se constituem, conforme veremos nos percursos de campo. O corpo-matéria, enquadrado pelos códigos da morfologia corporal e da cisheterossexualidade compulsória, é tomado como referência para orientar as possibilidades de movimento, da vivência corporal e esportiva.

2.1 Dicotomias biológicas e seus efeitos sobre os corpos

⁶ Parte deste texto encontra-se publicado no Dossiê temático: “Gênero, tecnologias e (novas) formas de subjetivação nas práticas esportiva”, na revista Estudos Feministas.

“É menino ou menina?”. Tem-se aí uma pergunta corriqueiramente dirigida às gestantes que, dificilmente, levanta grandes problematizações. A naturalização da questão, porém, não esconde a carga de fundamentos e expectativas que ela carrega, e a resposta tende a funcionar como um quase-decreto ao implicar o aspirante a ser humano num universo de significados que o antecede. Mesmo de uma perspectiva estritamente biológica, responder à tal pergunta não é tarefa simples e depende de múltiplos fatores, como cromossomos, hormônios e funcionamento da fisiologia do organismo (CAMARGO, 2020; PIRES, 2020, 2021), todos subtraídos em favor da morfologia genital que também é enquadrada pela matriz binária pênis-vagina. Ainda que consideremos essa complexidade, será realmente possível estabelecer o sexo insistindo em aspectos exclusivamente biológicos? Tal definição decorreria de um ato isolado e unilateral? Seria possível extrair do sexo, considerado como corpo material, os fundamentos para a assunção do gênero, entendido como performatividade social? Se assim o fosse, não estaríamos insistindo numa divisão rigorosa que pressupõe a natureza em oposição à cultura e à história?

Em *Dualismos em duelo*, a bióloga Anne Fausto-Sterling (2002) problematiza a dicotomia estabelecida entre natural e cultural e as implicações desta para o campo dos estudos de gêneros e sexualidades. Ao se defrontar com a divisão entre sexo e gênero, a autora destaca os problemas que podem decorrer de abordagens que tendem a identificar o sexo ao corpo e à anatomia, e o gênero às normas sociais que moldam o comportamento, como duas realidades autônomas e relativamente independentes entre si. Para ela, ainda que a perspectiva contribua para pôr em evidência o caráter construído das desigualdades e da hierarquia que organiza as relações entre homens e mulheres, ela mantém o corpo inquestionado, um campo neutro e suposto atestado objetivo de uma diferença fundamental e irredutível. Assim, o corpo permanece como território aberto à reivindicação, servindo de suporte aos que procuram as evidências materiais de diferenças que confirmam e acabam por justificar as normas instituídas de gênero e as desigualdades nos exercícios de poder que lhes são decorrentes.

Temos que notar que, quando analisamos o corpo, não existe fora, além ou aquém da cultura e das práticas sociais. Ele próprio é produto de conjunturas sócio-históricas, sofrendo variações em seus usos, manipulações e significados (VIGARELLO, 2000; SANT’ANNA, 2011). Com frequência, as evidências somáticas observadas poderiam ser melhor compreendidas se olhadas enquanto efeitos de processos específicos, em vez de origem ou causa dessas mesmas diferenças. Se falarmos de corpo como unidade fixa, imutável e universal, porque, supostamente, pertencente a um âmbito puro e esterilizado da biologia, estamos expulsando a dimensão corporal da própria história da humanidade. Como se nos

fosse possível conceber duas realidades distintas e independentes, em que teríamos o corpo de um lado e o mundo sócio-histórico que o circunda, de outro.

O corpo é a narrativa encarnada de uma época, bem mais um “arquivo vivo” (VIGARELLO, 2000) com suas disparidades, prescrições e proscricções, do que um oráculo contendo as verdades últimas determinantes da existência. Por ser vivo, é atravessado, marcado e constituído por experiências cotidianas. Quando consideramos, por exemplo, irregularidades no ciclo menstrual feminino, é pouco provável que alguém objete contra o argumento de que elas podem decorrer de situações estressantes vividas pela mulher. Nesse caso, constatar a desregulação dos hormônios que modulam o ciclo em nada avança a respeito do que a tenha provocado. O que se conhece é o efeito, e é sobre ele que se atua quimicamente. Por outro lado, quando olhamos para os hormônios sexuais e sua ocorrência em níveis distintos entre fêmeas e machos humanos, parece inadmissível considerar que estejam associados aos modos e às condições de vida. São encarados como fatos em si mesmos, ditos naturalmente determinados e, por essa razão, tomados como causas para diferenças constatadas entre homens e mulheres. Qualquer ocorrência que conteste tal norma como verdade universal passa a ser enquadrada à matriz pela via da patologia (síndrome do ovário policístico, síndrome de insensibilidade aos andrógenos, dentre outros), tornando-se um corpo passível de intervenção médico-farmacológica.

Nessa perspectiva, ganha contornos o problema da matéria como fundamento explicativo e inquestionável das diferenças entre homens e mulheres. Butler (2000) discute o tema a partir daquilo que entende como o processo de estabilização do sexo no corpo. Ela questiona a suposta neutralidade da categoria “sexo”, que é utilizada como determinante na nomeação do gênero. A oposição entre sexo e gênero tende a pressupor o primeiro como realidade de significação autoevidente de um corpo (aquilo que um corpo “é”, o seu “sexo”), pertencente ao domínio da natureza e anterior a qualquer construção discursiva socialmente organizada. Porém, a autora defende que, em nossa cultura, é a partir do momento em que se nomeia um “sexo” que o corpo se torna inteligível. Se um corpo e seu sexo só são assimilados a partir dos códigos que os interpretam, como sustentar sua existência pré-discursiva? Seria possível defender que o corpo é o terreno sobre o qual se produz algo, o gênero, permanecendo ele próprio imune a uma produção?

Com frequência, afirmar o caráter discursivo da diferença sexual é, levemente, rotulado como pretensão de atribuir ao discurso o lugar de origem ou causa daquilo que ele nomeia. A essa crítica, Butler (2000, p. 119) argumenta: “afirmar que o discurso é formativo [...] significa afirmar que não existe nenhuma referência a um corpo puro que não seja, ao

mesmo tempo, uma formação adicional daquele corpo”. O discurso não origina o corpo e tampouco causa a diferença sexual (BUTLER, 2000), mas, como prática viva, demarca as condições segundo as quais sua existência é tornada legítima. O corpo feminino, em particular, o das mulheres brancas⁷, por exemplo, teve sua legitimidade, por muito tempo, condicionada à maternidade, sendo a realização da sexualidade da mulher circunscrita ao âmbito do matrimônio, com finalidade de procriação. Assim, podemos dizer que o corpo é contingente às regulações histórico-sociais que o inscrevem discursivamente na cultura. Esta acaba por converter o corpo em fundamento da confirmação dos códigos que o tornaram inteligível – como quando se diz que a mulher realizou sua natureza ao tornar-se mãe.

Ora, dizer que o corpo se produz mediante uma discursividade que atua sobre ele não é o mesmo que negar as diferenças existentes entre os humanos, expressão de nossa diversidade. O que está em causa, aqui, é a recusa em reduzir essas diferenças a uma grade estabelecida a partir da categorização binária do sexo-gênero, uma vez que a diversidade é constatada, inclusive, entre tipos reunidos sob um mesmo agrupamento. Do mesmo modo, não podemos ignorar que tais diferenças digam respeito mais aos produtos tornados visíveis por um dado processo do que às suas causas.

Com o exposto nos parágrafos anteriores, esperamos ter evidenciado que nosso argumento não pretende ser um manifesto de negação ou recusa da dimensão material como uma daquelas que constitui a nossa experiência corpórea. Pelo contrário, nos pautamos pela defesa da indissociabilidade entre o corpo e as práticas sociais, uma vez que:

nossas experiências corporais devem sua existência ao nosso desenvolvimento em culturas e períodos históricos particulares [...] À medida que crescemos e nos desenvolvemos, nós, literalmente e não só “discursivamente” (isto é, através da linguagem e das práticas culturais), construímos nossos corpos, incorporando a experiência em nossa carne mesma. Para entender essa proposição, precisamos desgastar as distinções entre o corpo físico e o corpo social. (FAUSTO-STERLING, 2002, p. 59).

2.2 Mulher: a encarnação de uma ficção política

Tratar a noção de mulher como efeito de uma ficção política tem, certamente, uma porção de implicações. Ressaltamos, a partir de Preciado (2019), que o aspecto ficcional do gênero não diminui seu caráter produtivo de mundos, relações e corpos. O gênero, como

⁷ Cumpre salientar que a sedimentação histórica da maternidade como destino natural tem desdobramentos distintos para mulheres negras e mulheres brancas, refletindo em sentidos díspares de tal experiência. O tema, embora relevante, foge ao escopo do trabalho para este momento. Para aprofundamento, consultar *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*, de Patrícia Hill Collins (2019), e *Mulheres, raça e classe*, de Angela Davis (2016).

pontua o autor, é uma ficção que produz carne. O uso dessa abordagem nos interessa para seguirmos na argumentação que pretende desnaturalizar a ideia de gênero como desdobramento natural do corpo, acolhendo algumas indicações que nos foram oferecidas durante a qualificação pelo professor Dr. Leonardo Lemos de Souza.

Gayle Rubin (1993) nos apresenta alguns aspectos antropológicos e psicossociais envolvidos na produção da subordinação e passividade atribuída às mulheres dentro de um sistema de relações sociais falocêntrico. Com isso, ela desafia os argumentos naturalistas e biologicistas que, por vezes, são adotados na tentativa de explicar e justificar a desigualdade de poder entre os sexos, a subjugação feminina e suas consequências.

A partir de sua proposta de sistema sexo/gênero, a autora mostra como os aspectos da biologia são arranjados segundo um conjunto de relações sociais que produz a subordinação das mulheres. Para isso, recorre à elaboração de Lévy Strauss sobre as relações de parentesco, afirmando se tratar de uma “imposição da organização cultural sobre os fatos da procriação biológica” (RUBIN, 1993, p. 7) que teria como núcleo de seu estabelecimento e funcionamento a troca de mulheres entre os homens. As práticas de troca podem ser constatadas em diversas culturas e sociedades humanas ao longo da história. Um aspecto elementar de sociabilidade. A troca de presentes, por exemplo, serve ao estabelecimento ou reafirmação de laços entre os parceiros envolvidos, definindo a necessidade implícita de reciprocidade e celebrando vínculos de confiança e solidariedade.

Rubin (1993) nos fala sobre os casamentos como segmento da troca de presentes em que as mulheres seriam o mais precioso deles. A prática, subsidiada pelo tabu do incesto, explicita que os sistemas de parentesco são fundados na exogamia e na heterossexualidade compulsória. Para além dessas questões, já discutidas pela autora em tela, nos interessa ressaltar que a troca de mulheres aponta posições e funções distintas para cada sexo sob certo modo de organização das relações sociais: os homens são identificados como aqueles que estabelecem as relações na troca, e as mulheres são aquilo que é trocado.

Vemos se desenhar a noção de que gênero é o produto e, ao mesmo tempo, o elemento acionado para organizar, hierarquicamente, as relações sociais entre corpos morfológicamente distintos. Para Scott (2019, p. 67), “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos [...] é uma forma primeira de significar relações de poder”. A autora ressalta, ainda, a importância de nos atentarmos para a construção do gênero além das relações de parentesco, dado que outras instâncias, como a economia e a política, também participam de tal produção. Dentre os vários segmentos que produzem gênero, o esporte ascende como campo para o encontro com tais questões. Kessler

(2015), por exemplo, nos lembra que a adoção de categorias binárias para organização das modalidades esportivas reitera a hierarquização das relações a partir das diferenças percebidas na morfologia corporal.

Segundo Rubin (1993), o parentesco, bem como o sistema de trocas que o estabelece, corresponde a uma forma de organização, e a organização produz poder. Nesse caso, sendo os homens os agentes organizados enquanto parceiros de troca, se estabelece o exercício do poder como prerrogativa masculina. Assim, a autora elucida a prática e o sentido cultural que, em determinadas relações sociais, concebem a noção de mulher como ser (e corpo) destituído da possibilidade de exercer o poder, limitando-se a um objeto em processos conduzidos pelos homens. Como afirma Rubin:

A “Troca de mulheres” é uma abreviação para expressar que as relações sociais de um sistema de parentesco especificam que os homens têm certos direitos sobre suas parentes e que as mulheres não têm os mesmos direitos sobre si mesmas ou sobre seus parentes do sexo masculino. Nesse sentido, a “troca de mulheres” é uma percepção profunda de um sistema no qual as mulheres não têm direitos plenos sobre si próprias. (RUBIN, 1993, p. 10).

A autora destaca, ainda, que, para o adequado funcionamento desse sistema, é indispensável uma dose abundante de passividade por parte das mulheres, de modo que “a sexualidade feminina preferida seria aquela que correspondesse ao desejo de outros, em lugar daquela que ativamente desejasse e procurasse uma resposta” (RUBIN, 1993, p. 13). Segundo ela, a condição passiva e subordinada é descrita pela Psicanálise freudiana como o desdobramento normal (e esperado) para a subjetividade e sexualidade feminina, na medida em que prepararia a fêmea humana para performar a mulher – feminina, passiva e heterossexual.

Para a autora em tela, a Psicanálise postula o Complexo de Édipo como momento em que a jovem fêmea reconhece a castração, produzindo nela um sentimento de inferioridade. A constatação não seria derivada de uma superioridade natural do pênis, mas das definições de situação, organizadas por uma cultura falocêntrica, que atribuem sentidos hierarquizados às genitálias masculina e feminina, correlacionando o pênis ao poder. Tal aspecto deixaria de ser visto como tragédia para se converter em desejo, quando a jovem se desse conta de ser condição necessária para o amor de um homem – aquele que, supostamente, poderia presentear-lhe, momentaneamente, com o falo, sem, no entanto, jamais cedê-lo totalmente.

Assim, passividade e heterossexualidade são colocadas como condições para a entrada na vida social e a obtenção de um lugar legítimo na cultura, posto que a recusa ao reconhecimento da castração teria como desdobramento a psicose na vida adulta (FREUD, 1925). Mais que isso, tais características assumem a posição de indicadores do sucesso da

fêmea humana, nas esferas sexual e subjetiva, em corresponder ao “desenvolvimento prescrito rumo à feminilidade” (FREUD, 1925, p. 262). Racionalização que pode servir para justificar práticas empreendidas com vistas à normalização dos corpos marcados como femininos e que pretendem encaminhar as mulheres ao desfecho de sua “natureza”. Acompanhamos Rubin (1993) quando afirma a pertinência das críticas que são feitas a essa teorização, visto que esta se apresenta como racionalização da subordinação feminina, ressaltando, porém, seu valor como descrição do processo de domesticação das mulheres numa cultura fálica.

Na mesma linha de argumentação, Monique Wittig (2019) recusa a noção de mulher como atributo derivado do pertencimento a um “grupo natural”. Segundo ela, o termo designa a nomeação de um mito, uma “formação imaginária”. Além disso, a autora toma parte da célebre frase de Simone de Beauvoir, a qual afirma, categoricamente, que não se nasce mulher, mas que somos levadas a assumir essa personagem por meio de processos psicossociais, politicamente orquestrados. Em sua argumentação, as lésbicas evidenciam que as mulheres não integram um suposto grupo natural, tampouco que o tornar-se mulher, no sentido estrito da ficção, seria um destino inequívoco determinado pela biologia ou pelas práticas psicossociais. Isso ocorre porque recusamos a heterossexualidade e a norma dos gêneros binários: a sapatão não é uma mulher, e sua recusa não implica que precise tornar-se um homem. É importante assinalar que os argumentos da autora sobre a desnaturalização dos corpos consideram que tanto a mulher quanto o homem são produtos de relações sociais e categorias políticas, afinal, gênero é relacional, com existência histórica e finita.

Segundo Wittig (2019), os processos socioculturais que tentam nos converter em mulher culminam na deformação de nossos corpos e mentes, a fim de que venhamos a corresponder à suposta natureza da qual seríamos produto. Impelidas a acolher uma natureza deformada como nossa composição biológica natural, um novo giro se faz para inculcar a ideia de que a inferioridade, as violências e as desigualdades vividas são consequências dessa natureza desfigurada. Como resultado, acabamos por naturalizar relações históricas e políticas que produzem o mito da mulher e, por conseguinte, da diferença “natural” entre homens e mulheres. Ao falarmos da subjugação das mulheres, temos em vista que a categoria é heterogênea, assim como os efeitos que decorrem dessa condição. Como foi destacado pelo professor Dr. Leonardo Lemos de Souza, durante nosso exame de qualificação, uma perspectiva interseccional (AKOTIRENE, 2019; GONZALEZ, 2019) é imprescindível para considerar os atravessamentos dos diferentes marcadores sociais da diferença na produção das experiências que constituem os sujeitos sociais. Tal aspecto será abordado posteriormente.

No livro *A invenção das mulheres*, Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2021) destaca os usos políticos da dimensão biológica do corpo como estratégia de dominação que pretende reduzir e marcar as existências nomeadas como outro, aquele ou aquela que, em alguma medida, é dito diferente desde a perspectiva de quem o/a nomeia. A ideia de diferença que se erige a partir daí toma como pressuposto a noção de degenerescência, assumindo uma conotação depreciativa. Desse modo, a diferença suscita a concepção de desvio em relação a um modelo ou tipo original, o que resultaria numa queda em desgraça. No mundo Ocidental, é no corpo, apreendido por uma matriz bio-lógica, que se radicam as evidências da diferença, sendo também a corporeidade acionada para racionalizar as desigualdades sociais. Conforme a autora:

quem está em posição de poder acha imperativo estabelecer sua biologia como superior, como uma maneira de afirmar seu privilégio e domínio sobre os “Outros”. Quem é diferente é visto como geneticamente inferior e isso, por sua vez, é usado para explicar sua posição social desfavorecida. (OYĚWÙMÍ, 2021, p. 27).

A autora é enfática ao atribuir tais construções de sentido, afirmadas como verdades universais, ao Ocidente colonizador. Ao partir da cultura Iorubá, a autora em questão aborda a realidade anterior à colonização para destacar a inexistência de divisões com base em gênero e a irrelevância da morfologia corporal na organização das relações sociais, até então, pautadas pelo critério de senioridade. Ao longo da discussão, ela explicita como as práticas coloniais se articularam para produzir códigos referidos ao corpo, em particular, ao dimorfismo sexual, para organizar as relações naquele território após a dominação britânica, instituindo a grade dos gêneros binários, a hierarquização e a desigualdade, produzindo homens e mulheres.

O uso da biologia como recurso para legitimar práticas de exclusão das mulheres do futebol é algo bastante presente na realidade brasileira (GOELLNER, 2005). Afirmção que pode ser constatada no processo histórico da modalidade, bem como na trajetória atual de meninas e mulheres que praticam o futebol. Como veremos adiante, os relatos produzidos demonstram que as objeções feitas à participação de garotas em competições, jogos escolares ou brincadeiras de rua são, geralmente, justificadas com frases como “porque você é menina”, “meninas são mais fracas, podem se machucar jogando” ou “meninas não sabem jogar”. Definições que, de saída, entendem gênero como um produto determinado pelo corpo, um dado imediato, e não como um produto de relações sociais. Naturalização que pressupõe, ainda, outras séries lineares, como a maior ou menor habilidade em se jogar futebol.

2.3 Futebol, gênero e a produção do corpo

O mundo do futebol é importantíssimo como usina de simulações e de produção de simulacros do corpo, a maioria dicotomizados, pelos quais surgem “corpos feios ou bonitos”, “magros ou gordos”, “malhados ou franzinos”, “masculinos ou femininos” e assim por diante. Pela popularidade, valorização e visibilidade do futebol na cultura brasileira, como também na cultura de muitos outros países, o corpo aí forjado se irradia como ideal para o conjunto da sociedade. De maneira geral, ainda prevalece a concepção de que o corpo projetado a partir do campo de futebol deva ser o de um homem cisgênero, suporte e agente da virilidade, da agressividade e da alta *performance* física (FARIA, 2009; MOURA, 2019). Um corpo que exalta uma performatividade masculina hegemônica e inferioriza ou ignora as feminilidades, fomentando uma semiose que naturaliza a política machista de subalternização das mulheres.

Retomamos o argumento de que, desde o momento em que se nomeia o “sexo” de um corpo, este é já inserido num universo de expectativas, discursos, práticas e vivências institucionais que preveem para ele uma trajetória social específica, conforme sua morfologia sexual. Mesmo a dita nomeação se encontra já enredada aos códigos culturais, sendo que o sexo parece não existir fora ou além do gênero, pois:

não há como recorrer a um corpo que já não tenha sido interpretado por meio de significados culturais; conseqüentemente, o sexo não poderia qualificar-se como uma facticidade anatômica pré-discursiva. Sem dúvida, será sempre apresentado, por definição, como tendo sido gênero desde o começo. (BUTLER, 2003, p. 29).

Desse modo, a distinção entre sexo e gênero, expressão da dicotomia natureza-cultura, parece ser desnecessária, e mesmo contraproducente, para avançar na análise das questões que tais categorias se propõem a discutir. A tomada da morfologia corporal como fundamento inquestionável na designação do sexo oblitera o fato de que o próprio corpo é olhado desde um sistema histórico-social organizado em torno da noção de diferença sexual. Organização que faz funcionar a heterossexualidade compulsória e a hierarquia que assegura determinadas vantagens a um dos polos em detrimento ao seu oposto. O sexo não é um atributo neutro, e sua nomeação coloca o corpo num campo político-discursivo que o constituirá para torná-lo viável e inteligível para o sistema no qual está inserido. O corpo, com suas gestualidades, movimentos e contornos, é componente indispensável na ficção do gênero coerente.

Ainda que as práticas regulatórias que fiscalizam tal coerência intervenham sobre os corpos ao longo de sua existência, é na “etapa da vida” nomeada como infância que elas encontram objeto privilegiado. Salgado e Souza (2018) destacam que o corpo das crianças, sobretudo as de tenra idade, é investido e modelizado de acordo com processos de

masculinização e feminilização. Operação que é possível mediante a produção da infância como campo discursivo marcado pela inocência e dependência, estabelecendo a disponibilidade do corpo infantil para ser enunciado pelo adulto. Como afirma Lélia Gonzalez (2019), o *infans* é aquele desprovido de voz própria. Ele não fala por si mesmo, mas é falado. Salgado e Souza (2018), por sua vez, enfatizam o quanto a criança é destituída do direito sobre o próprio corpo, bem como de seu desejo. Quantas e quantos de nós não ouvimos a fatídica sentença “Você não tem querer!” ao nos opormos a alguma determinação de nossas/os cuidadores?

A compreensão de infância como etapa inicial de um curso linear, progressivo e teleologicamente orientado para o ideal de adulto completo colabora para que sejam admitidas práticas cujo intuito é a normatização das crianças e de seus corpos. Colocado como dependente e sujeito às enunciações e aos propósitos do adulto, o *infans* é corrigido, adaptado e normalizado, ao passo que é educado, cuidado e protegido. É a perspectiva do adulto que orienta seu “desenvolvimento” e demarca sua conformidade ou anormalidade. Um dos aspectos centrais nesse processo diz respeito à coerência da identidade de gênero, ao que as práticas corporais e esportivas não ficariam alheias.

O que se defende, aqui, é que tanto o gênero como o sexo e, em última análise, o próprio corpo são, efetivamente, alvo de moldagem por parte do plano político-discursivo que circunscreve suas existências, desde a mais tenra infância. Isso ocorre mediante práticas institucionais diversas que, reiteradamente, buscam estabilizar uma coerência linear entre o “sexo” de um corpo e o gênero que supostamente lhe corresponde.

A tentativa de definir as possibilidades de experimentação das pessoas, a partir da morfologia corporal, nos remete, novamente, à discussão de Oyěwùmí (2021). Para a autora, a elaboração das diferenças e a racionalização das desigualdades, no Ocidente, atribuem ao corpo um lugar central. Tal centralidade evidencia dois pilares indispensáveis à produção dos modos ocidentais de conhecer: a bio-lógica, que toma a biologia como referência na produção das categorias sociais e na organização da sociedade, e a visão, sentido privilegiado pela cultura ocidental na apreensão e significação do mundo e das experiências nas quais nos constituímos.

Da combinação entre a bio-lógica e a primazia da visão, formam-se as bases de um “raciocínio corporal” (OYĚWÙMÍ, 2021, p. 32), empregado na organização e na explicação das relações sociais ocidentais. Assim, nós, ocidentais, tendemos a nos pautar nos aspectos presentes nos corpos, ou acessíveis por meio do seu escrutínio pormenorizado, como dados incontestáveis de uma verdade última a respeito das hierarquias sociais. Fora de uma

epistemologia dependente do olhar e da bio-lógica, as definições atuais que utilizamos para atribuir o estatuto de “homem” ou “mulher” aos sujeitos humanos perderiam sentido.

A antropóloga Bárbara Pires (2020) mostra a insuficiência do critério do dimorfismo sexual na sustentação das categorias binárias do gênero ao destacar o caso da ex-judoca brasileira Edinanci Silva, mulher diagnosticada com variante intersexual. A partir da noção de elegibilidade feminina para o esporte, a pesquisadora nos conduz por um percurso que tensiona radicalmente as normas de gênero que atuam no esporte, suas limitações e as violências que, por vezes, são impostas aos indivíduos inapreensíveis por tal categorização, a fim de que possam se tornar elegíveis para a prática esportiva de alto desempenho. Como Pires (2020) demonstra, para se tornar esportivamente viável, muitas vezes, se faz necessário submeter um corpo íntegro, funcional e saudável, porém incategorizável, a um processo de debilitação, cujos efeitos físicos e psicossociais se estendem para além da carreira esportiva.

A breve digressão acima não nos afasta demasiadamente de nossa discussão. A autora em tela nos fala da figura da mulher masculina/masculinidade feminina, apontando-a como um dos principais componentes que sustentam as práticas regulatórias no esporte feminino, formalizadas em procedimentos de verificação de gênero das agências desportivas, como a *FIFA Gender Verification* (FIFA, 2011). Regulamentos assim definem os critérios para a elegibilidade na categoria feminina. Trocando em miúdos: designam os marcadores biológicos (quais são e as taxas aceitáveis no organismo) que um corpo deve apresentar para ser considerado feminino e admitido para disputas na categoria.

Ao evocar a imagem da mulher masculina, Pires (2020) assinala que, no esporte feminino, os processos de *doping*, por exemplo, seriam frequentemente mobilizados por denúncias de virilidade e lesbianidade. A submissão de mulheres atletas a tais verificações não estaria, necessariamente, relacionada a um cartel de excelentes resultados esportivos, mas seria motivada, também, pelo grau de desvio que seu corpo e, no limite do virtual, sua sexualidade poderiam sugerir. Vejamos as colocações da autora:

Essas certezas hormonais são fundamentadas por marcadores sociais bem visíveis [...] O diagnóstico embasado em taxas, laudos e imagens garante o peso do código biológico num movimento posterior ao escrutínio semiótico que engendra a regulação da feminilidade esportiva. Não interessa a funcionalidade da musculatura em si, o que definitivamente importa é o grau de virilização, em suma, regula-se sempre a aparência da perigosa masculinidade feminina. (PIRES, 2020, p. 303).

A aparência masculinizada das mulheres parece produzir efeitos similares no futebol. O tema foi abordado em pesquisas sobre o esporte tanto de participação (OLIVEIRA, 2014) quanto de alto rendimento (PISANI, 2012). Neles, a correlação entre a masculinização da mulher e a lesbianidade é uma constante entre as entrevistadas, com raras exceções. Para as

autoras dos dois estudos, essa correlação é icônica da tradição ocidental, que associa as noções de gênero e sexualidade, tornando complexas a análise e a compreensão das questões relacionadas a tais categorias (OLIVEIRA, 2014; PISANI, 2012). Mais que correlacionar gênero e sexualidade, algumas participantes do estudo de Pisani (2012) consideram a sexualidade não normativa, ou os vestígios que sustentam tal presunção, a razão principal para as dificuldades enfrentadas pelo futebol de mulheres no que tange à obtenção de patrocínio, adeptos e financiamentos. A saída apontada por elas é que tais jogadoras se feminizassem, e não que a lesbofobia fosse questionada. Afinal, numa sociedade de espetáculo (DEBORD, 2003), a imagem é central na mediação das relações sociais. As condições para a elegibilidade da atleta de futebol parecem, ainda, esbarrar nos termos constitutivos da ficção política da mulher – feminina e heterossexual.

O perigo contido na imagem da mulher masculina consistiria, portanto, no anúncio de uma lesbianidade real ou virtual. Ao que parece, o risco repousa naquilo que a transgressão de gênero pode significar enquanto possível violação da heterossexualidade normativa e compulsória. Ressalte-se que as transgressões efetivas da norma heterossexual podem até ser toleradas, desde que a performatividade de gênero não suscite desconfiança (MOREIRA; PRADO; CAVALEIRO, 2019; SILVEIRA, 2008).

Atestamos, assim, a impossibilidade de considerarmos os marcadores sociais isoladamente. O incômodo em relação à sexualidade não normativa varia segundo uma performatividade de gênero específica (SILVEIRA, 2008), ao mesmo tempo, esta parece gerar desconforto por anunciar, no limite do virtual, uma dissidência do desejo e da prática sexual em relação à heteronorma (MOREIRA; PRADO; CAVALEIRO, 2019). Certamente, as intersecções de raça, classe e idade também afetam a maneira como tais temas são percebidos, julgados e conduzidos entre os distintos agentes produtores do futebol. Nessa altura, notamos como as questões relativas à sexualidade se interseccionam às definições de gênero e produzem condições sociais que podem resultar no apagamento das mulheres futebolistas, bem como em sua inviabilização como agentes da modalidade e sujeitos políticos.

Como temos visto, o recurso ao dimorfismo sexual é insuficiente para sustentar as definições que nos categorizam em gêneros binários. Além disso, o corpo biológico é, também, produto das experiências de socialização. As vivências possibilitadas tendem a produzir marcas e são efetivamente “incorporadas”, como diz Fausto-Sterling (2002, p. 59). É no corpo que a cultura se faz natureza. Butler (2000) afirma que o processo de sedimentação do sexo e do gênero no corpo não se limita ao ato isolado e inicial que nos nomeia como um “ele” ou “ela”. A norma binária é continuamente reafirmada e inscrita sobre o corpo, na

tentativa de produzi-lo em conformidade com suas definições. O corpo sexuado, que resulta da citação reiterada da norma, se converte, inversamente, em fundamento de sua legitimidade, retroalimentando o poder da norma. Tal processo pode ser apreendido sob o conceito de performatividade, que é:

sempre uma reiteração de uma norma ou conjunto de normas. E na medida em que ela adquire o status de ato no presente, ela oculta ou dissimula as convenções das quais ela é uma repetição [...] sua aparente teatralidade é produzida na medida em que sua historicidade é dissimulada. (BUTLER, 2000, p. 121).

A atuação performativa envolve um mecanismo complexo e diversificado que opera por meio de inúmeros segmentos da sociedade, como a família, a educação, as práticas corporais e desportivas, os saberes da medicina e da psicologia que, em graus variados, constituem e são constituídos pela norma do sexo binário. Contudo, deflagrar o aspecto performático de gênero é, também, explicitar seu caráter dramático e não referencial (BUTLER, 2019a), evidenciando a inexistência do modelo a ser imitado ou circunscrevendo sua existência aos atos performativos empreendidos pelos sujeitos.

A concepção que pressupõe o corpo sexuado como realidade material autorreferencial, com significação em si mesma, também serve de fundamento para a formulação de estereótipos de gênero, os quais funcionam como citação reiterada da norma que os cria, sedimentando o “sexo” e o gênero no corpo (BUTLER, 2000, 2014). Foucault, a propósito de seu estudo sobre o dispositivo de sexualidade (FOUCAULT, 2017a), ensina que os novos procedimentos do poder já não se restringem ao domínio da lei e do direito, tendo transbordado os limites do Estado e de seus aparelhos, para ser exercido sob a forma difusa do controle e da normalização. Como veremos, a transgressão cometida por meninas e mulheres boleiras saiu do domínio da ilegalidade, no qual fora interpretada durante quase quarenta anos (1941-1979), e adentrou o terreno da “anormalidade”, cujos agentes de controle se encontram dispersos no tecido social.

Nesse ponto, encontramos a concepção foucaultiana de que a onipresença do poder decorre de que ele “provém de todos os lugares” (FOUCAULT, 2017a, p. 101), não havendo um ponto central do qual se projetaria. Concepção que abandona a ideia da existência de um lugar ou um agente detentor do poder. Em vez disso, propõe que as posições no jogo de forças, em nosso caso, que produzem a ficção da mulher, são múltiplas e provisórias, podendo emergir de esquemas deliberadamente organizados, bem como de arranjos inusitados e, até mesmo, improváveis. As figuras de outrora, fixadas numa oposição direta e perpétua (dominadores vs. dominados), se diluem, colocando como imperativo a abertura para a complexidade das relações em seu caráter produtivo.

Uma das implicações disso para nossa discussão é que o gênero, embora seja uma ficção orquestrada em meio a um emaranhado institucional difuso, não corresponde a uma marca que se inscreve sobre corpos passivos, como bem apontado por Butler (2019a) ao conceber a dimensão performática dos gêneros. Como as relações que produzem os gêneros poderiam afetar a aproximação, o acesso e a prática do futebol por garotas? Questão que se desdobra em nossos percursos de campo.

3 TROCANDO PASSES ENTRE O FUTEBOL DE MULHERES E O FEMINISMO

Pensar sobre as lutas das mulheres pelo direito de jogar futebol no Brasil nos aproxima de uma infinidade de pautas dos feminismos. Relação que, talvez, possamos observar de modo mais direto e proeminente no que tange à reivindicação de escolher sobre a condução da própria vida sem os constrangimentos de uma racionalização biopolítica⁸ sobre nossos corpos e destinos. Uma pauta que mira o direito sobre o próprio corpo e luta pela sua desnaturalização, afastando-nos da ficção política da mulher, discutida anteriormente. É nesse aspecto que parecem se entrecruzar a participação das mulheres nos esportes e os feminismos.

Camargo e Altmann (2021, p. 5) nos lembram que tal relação nem sempre é reconhecida, todavia afirmam que

competir nos esportes foi um ato feminista [...] Tais práticas contribuíram para a desconstrução de uma visão fragilizada do corpo da mulher e extremamente atrelada à sua função reprodutiva, bem como ampliaram as possibilidades de vida pública.

Mais que negar as teses de base biológica e orgânica empregadas na racionalização das proibições e prescrições interpostas às mulheres, a participação na cena esportiva colaborou para redistribuir a economia dos desejos, anunciando outras possibilidades de subjetivação para os corpos marcados como femininos. Melo (2021), por exemplo, mostra a importância da participação das mulheres no tênis, ainda em fins do século XIX no Brasil, para fomentar modificações na moda e no vestuário feminino no conjunto da sociedade. A indumentária esportiva feminina, inicialmente prezando pela elegância, graciosidade e pudor relativos à apresentação do corpo na cena pública, transformou-se com o tempo, passando a primar pelo conforto e pela funcionalidade para a execução dos movimentos e gestos esportivos. A veiculação dessas imagens nos folhetins da época contribuía para fazer circular outras imagens de mulheres, ampliando o imaginário coletivo e lançando novos componentes de subjetivação no social.

Em que pesem as distintas interposições regulatórias e seus efeitos sobre os corpos de mulheres múltiplas, os esportes em geral e o futebol em particular parecem se apresentar como segmentos que permitem lutas e conquistas em diálogo com pautas feministas. É uma maneira pela qual se pode reivindicar o direito ao próprio corpo, na tentativa de modificar seu

⁸ Conjunto de práticas que intervêm sobre as esferas biológica e orgânica da existência, adotando como norte uma racionalização política, afinal, é sempre a uma urgência desse domínio que irá responder, usualmente, tentando ocultar tal dimensão. Para maior aprofundamento, consultar *A história da sexualidade: a vontade de saber*, de Foucault (2017a).

estatuto de corpo em si (objeto de exposição e violação sexual, maternidade compulsória ou negada e exploração no trabalho) para corpo para si, em que as próprias mulheres possam dispor de seus corpos para diferentes modalidades de uso com a garantia de condições seguras para tal (direitos trabalhistas e previdenciários, bem como direitos sexuais e reprodutivos).

Por sua vez, as reivindicações feministas também auxiliam na reconfiguração das condições de possibilidade de acesso e manutenção de mulheres nas práticas esportivas. Para Goellner, Botelho-Gomes e Silva (2012), os movimentos feministas e as teorizações que emergem a partir deles ajudaram a desconstruir:

os discursos hegemônicos que, fundamentados na universalização das categorias homem e mulher, anulavam as diferenças presentes em cada uma dessas categorias. Tal universalização estava ancorada na ideia de que mulheres e homens têm características distintas e inatas, e estas são imutáveis. E mais: que tais características determinam traços de caráter e comportamento, funções sociais, espaços de pertencimento e possibilidades de socialização para eles e para elas, inclusive no esporte (GOELLNER; BOTELHO-GOMES; SILVA, 2012, p. 6-7).

Na esteira desse debate, vemos a importância da discussão levantada e das ações empreendidas pelos movimentos feministas no sentido de visibilizar a presença de relações hierárquicas de gênero no âmbito desportivo. Tal atuação contribui para explicitar tradições e práticas capilarizadas no cotidiano que visam a controlar e a enquadrar o corpo das mulheres, tolhendo suas possibilidades de produção desejante de modos de vida. Os feminismos colaboram, dentre outras coisas, para questionarmos argumentos que naturalizam desigualdades políticas, sociais e institucionais entre os gêneros que buscam fundamentos biológicos sobre as diferenças entre homens e mulheres, masculino e feminino. Assim, o universo esportivo, visto pelo prisma das relações de gênero (SCOTT, 2019), revela que diferenças nas condições de acesso e de estrutura para o desenvolvimento da prática nas categorias masculina e feminina não podem ser vistas como casuais. É também pela via das relações de gênero que se torna possível questionarmos os pressupostos de que haveria modalidades fundamentalmente próprias para homens e para mulheres, bem como as desconfianças e sanções dirigidas aos/às praticantes que transgridem tais fronteiras.

Rubio (2011) apresentou outras contribuições dos feminismos ao esporte. A autora destaca, por exemplo, a pressão do movimento de mulheres, na França do início do século XX, para que o Comitê Olímpico admitisse a participação das atletas em algumas modalidades do programa dos Jogos de Verão, na edição de 1900. A autora lembra, ainda, que o ano da conquista do direito das mulheres ao voto no Brasil, 1932, foi o mesmo da estreia da saudosa Maria Lenk, primeira brasileira a participar dos Jogos Olímpicos. Nos anos 1980, em meio à efervescência das lutas pela retomada da democracia no Brasil, vale mencionar a

inserção de uma partida de futebol entre mulheres como parte das atividades de encerramento do 1º Festival Nacional de Mulheres nas Artes, em 1982. O evento, coordenado pela atriz Ruth Escobar e bastante divulgado entre os círculos feministas da época, acontecia quando o futebol de mulheres ainda amargava com a proibição do esporte no Brasil (SILVA, 2015). Voltaremos ao caso nos percursos histórico-documentais.

3.1 Acompanhando as movimentações e as lutas das mulheres no futebol

Via de regra, os espaços ligados à prática esportiva e à cultura física, dos gestos e movimentos, tendem a ser esvaziados como lócus de exercício político, militância e pensamento crítico. Mesmo pelo lado das forças progressistas, a situação não é muito diferente. Com relação ao futebol, por exemplo, a sociologia brasileira nos mostra que o afastamento entre pensamento crítico e esporte é herdeiro da ideia, gestada nos movimentos de classe do início do século XX, de que a modalidade agiria como ópio do povo, instrumento de controle social e alienação política (ANTUNES, 1994; CALDAS, 2001; DAMATTA, 1982, 1994). Ademais, as frequentes associações do futebol com imagens sexualizadas dos corpos de mulheres evocam reações, individuais ou coletivas, que identificam a modalidade como um todo como território exclusivamente constituído para o gozo e para a afirmação de uma masculinidade branca e cis-heteronormativa. À vista de tais considerações, seria possível vislumbrarmos um movimento feminista no futebol de mulheres?

Sem focalizar o futebol, Tralci Filho e Araújo (2011), assim como Rubio (2011), discutem a inexistência de movimentos coletivos e articulados no esporte brasileiro no que se refere ao debate sobre as desigualdades de gênero e a situação das atletas. Rubio (2011) compreende tal característica do esporte nacional a partir da noção de cordialidade, apontando que o protagonismo das mulheres no esporte (suas lutas e conquistas), por vezes, assume caráter personalista e privatista, dificultando a formação de um projeto coletivo. Nossos dados são instigantes a esse respeito, mostrando que as vinculações coletivas existem e são parte importante da sustentação das atletas na vida atlética, como veremos nos percursos de campo. Trata-se, porém, de uma coletividade vivida mais intensamente no âmbito das relações cotidianas, geralmente, sem ascender a um movimento sistematizado de representação política. Constatação que, de modo algum, apresenta-se como questionadora da força política contida ali. Há política, todavia ela opera em outras frequências, nem sempre sendo equalizada sob a forma de representação e institucionalização.

Ao falar dos avanços na implementação de uma política de equidade de gêneros no futebol, Almeida (2018, 2019) destaca a importância da inclusão do termo gênero no estatuto da FIFA, a partir de 2016, como princípio a ser observado na elaboração dos regimentos de seus órgãos associados. Para a autora, uma mudança dessa natureza contribui para a redistribuição das forças, formando um novo campo de disputas no qual as reivindicações, com base em desigualdade de gêneros, adquirem respaldo institucional.

Quando um grupo de atletas da seleção redigiu e publicou uma carta protesto, em 2017, após a demissão da treinadora Emily Lima, primeira mulher a comandar a seleção brasileira de mulheres, o coletivo se pautou nas novas políticas anunciadas pela FIFA quanto à equidade de gênero e pedia por maior representatividade feminina nos cargos gerenciais e técnicos (JOGADORAS..., 2017). Reivindicação legítima, mas que, como nos lembra bell hooks⁹ (2019), não garante o compromisso com pautas feministas e com uma agenda progressista que preze pela garantia e ampliação dos direitos sociais.

A representatividade é conquistada, ao longo do tempo, em cargos estratégicos e por pessoas comprometidas com a modalidade e com a melhoria da situação das mulheres no jogo. Em 2020, tivemos a nomeação de Aline Pellegrino para o cargo de Coordenadora de Competições Femininas da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). No mesmo ano, a Dra. Ana Lorena Marche, membro da nossa banca, foi nomeada Coordenadora de Futebol Feminino da Federação Paulista de Futebol (FPF). Alguns componentes que formam a agenda da modalidade, apresentada por Pellegrino, são: carteira assinada, planos de saúde e boas condições de treinamento (CHAVES, 2020). Com isso, a gestora mostra o compromisso com a busca por direitos trabalhistas e médico-assistencial para as atletas, embora o planejamento inicial vise apenas aos clubes da série A1 do Brasileiro (BARLEM, 2020).

Ainda em 2020, foi determinada a equiparação dos valores das diárias pagas aos convocados para a seleção brasileira masculina e feminina (GORTÁZAR, 2020). Em seu artigo, Almeida (2019) também fez alusão aos movimentos protagonizados por atletas mundo afora, sobretudo no contexto das seleções nacionais, na reivindicação pela isonomia salarial entre mulheres e homens após a mudança no estatuto da FIFA já mencionada. Na perspectiva de hooks (2019), a isonomia salarial se aproxima das pautas reformistas do feminismo, as quais, embora sejam válidas, por vezes, não provocam modificações significativas na ordem instituída.

⁹ A autora assina suas obras grafando seu nome em letras minúsculas.

A autora em tela mostra os limites da abordagem reformista ao partir do pressuposto de que haveria homogeneidade nas posições ocupadas por homens e mulheres, respectivamente, como opressores e oprimidos. Entendimento que acaba por ocultar a existência de outros sistemas de dominação e controle, responsáveis pela reprodução de formas diversas de exploração, tais como o racismo e o classismo. Considerar a existência de tais sistemas nos leva a reconhecer que as posições de poder são intercambiáveis entre os distintos sujeitos sociais.

Segundo a autora: “desde o princípio, mulheres brancas reformistas com privilégio de classe eram bem cientes de que o poder e a liberdade que queriam era a liberdade que elas percebiam que os homens de sua classe aproveitavam” (hooks, 2019, p. 67), na medida em que muitos homens negros e da classe trabalhadora também se encontravam privados dos direitos reivindicados por tais mulheres. Assim, a luta feminista extrapola a reivindicação pela igualdade (civil, política, epistemológica), orientando-se pela reivindicação de um mundo outro e de maneiras outras de nos relacionarmos (e de fazermos futebol).

Dessa maneira, o questionamento das condições sociais que produzem desigualdades políticas e econômicas entre homens e mulheres diversos tendia a ser suprimido com a obtenção do melhor acordo para algumas mulheres. A partir de hooks (2019), entendemos que o potencial do feminismo está em sua capacidade de questionar radicalmente os distintos sistemas de opressão que atingem nossas existências, reduzindo-as, tornando-as precárias e empobrecidas. Assim, como o entendemos, o feminismo está para além de um movimento pelo fim das desigualdades com base em gênero e, igualmente, não é uma frente de luta exclusiva às mulheres. No entanto as reivindicações por direitos sociais, políticos e civis também não podem ser menosprezadas, especialmente num cenário sombrio como o que temos vivido no Brasil após o Golpe de 2016, em que os fundamentalismos religioso e do neoliberalismo desmontam nossas instituições e nos deixam expostos à moral e ao mercado na regulação da vida.

No futebol de mulheres, algumas reivindicações que se aproximam de pautas reformistas podem desconsiderar o sistema de castas que organiza o futebol global em Ligas, Campeonatos e Séries, com graus diferenciados de reconhecimento, garantias sociais e remuneração entre continentes, nações e no interior de cada país. Nem todos os homens que jogam futebol desfrutam das benesses sociais, econômicas e simbólicas reservadas aos protagonistas do grande espetáculo contemporâneo (ALMEIDA; JAHNECKA, 2020). Assim, tomar o futebol masculino como meta e modelo, buscando igualdade em relação a ele, não assegurará boas condições para várias mulheres que, a exemplo do que ocorre entre os

homens, continuarão ocupando posições inexpressivas no espetáculo, com baixas remunerações, com contratos de trabalhos inexistentes ou precários, sem recolhimento e cobertura previdenciária.

Como vimos, no Brasil, os movimentos articulados para uma representação coletiva das mulheres atletas no jogo político do esporte são ainda recentes, escassos e descontínuos, o que, por vezes, dificulta a localização de um projeto compartilhado. Entretanto as movimentações das atletas, mesmo marcadas pela descontinuidade, pela aparente individualidade e pelas alianças eventuais, parecem provocar deslocamentos e reorganizações no campo de disputas que as fazem avançar no desejo de jogar futebol e de, nele, fazerem uma vida outra.

Assim, as (re)existências das atletas apreendidas como “pontas soltas” de um processo de luta não remetem, necessariamente, a um *modus operandi* falho, mas podem ser percebidas como uma forma de militância outra. Se inexistente um coletivo coeso, contínuo e teleologicamente orientado para dar representação à pauta da mulher atleta, talvez seja pela impossibilidade de reduzir as multiplicidades ao uno. Tal ausência, contudo, não as indispõem a uma coletivização. São pontas soltas para conexões possíveis. Como veremos nos percursos de campo, nosso material de pesquisa sugere que articulações coletivas pulsam com vigor no cotidiano e parecem ter grande importância para sustentar as atletas na produção de uma vida possível no futebol.

Por outro lado, à medida que as atletas provocam a redistribuição das forças no campo de jogo, avançando na institucionalização do seu trabalho, por exemplo, novas questões começam a se apresentar. Se a construção da sua legitimidade no jogo persegue o mesmo caminho traçado pelo futebol masculino e toma este modelo como ideal para seu funcionamento, quais serão as novas margens que a inclusão delas poderia estabelecer? Questão que não temos a pretensão de responder, apenas apresentar como problematização para o campo. O que colocamos em causa é mais o desafio de pensar outros referenciais para a organização do futebol de espetáculo e para a condição dos/as atletas do que reivindicar uma nova linha de segmentaridade dura e identitária “da mulher no esporte/futebol”.

4 PENSANDO O *OUTRO* DO FUTEBOL

A noção de *Outro*, no âmbito dos estudos feministas, é forjada na filosofia de Simone de Beauvoir (1967) para discutir a definição do tornar-se mulher, rejeitando a ideia de um destino selado pela biologia. Em tal processo, é notória a dimensão relacional, pois o tornar-se mulher demarcaria a referência e a oposição ao homem. Este, na suposta condição de ser universal, é tomado como eixo central, a norma a partir da qual se definem as gradações de pertencimento à esfera social legítima, a qual constitui e é representada nos âmbitos da política, da economia, da ciência, do direito e de todo o aparato institucional inaugurado com a Modernidade. No futebol, o efeito de tal processo implica na reprodução de uma perspectiva negativa acerca da prática desenvolvida pelas mulheres: ao sempre tomarmos o futebol masculino de matriz espetacular como referência e ideal a ser atingido, só vislumbramos o futebol de mulheres a partir do que lhe faltaria (KESSLER, 2016).

A crítica de Djamila Ribeiro (2017), acompanhando as problematizações levantadas a partir do feminismo negro, vai no sentido de mostrar que o *Outro* beauveriano também é segmentado, tal qual o sujeito apontado como norma universal, posto existirem homens e masculinidades diversos, os quais assumem posições distintas nas relações de poder. O *Outro* postulado como categoria unitária, por vezes, provoca o apagamento das multiplicidades de modos de ser das mulheres, dando contornos a uma noção de *Outro* supostamente absoluto. Nesse caso, a agenda de pautas levantadas sob o mote da “libertação da mulher” se assenta numa experiência de mulher e de feminilidade que se apresenta como universal dentro da categoria: a da branquitude e da classe média.

Angela Davis (2016) destaca que o ideal de feminilidade, apontado como cárcere das mulheres, em pouco ou em nada congrega a experiência das mulheres negras. Entre estas, a elucidação das marcas de “aprisionamento” necessita de uma abordagem interseccional, na qual os elementos do sexismo se correlacionam aos do racismo. A autora supracitada mostra como a pauta feminista inicial, ao assumir como direcionamento a luta pelo direito ao trabalho ou a superação do mito da fragilidade feminina, por exemplo, não contemplava a situação das mulheres negras e pobres que há muito já se encontravam nessa esfera da vida pública e sem os embargos de uma suposta delicadeza que lhes seria inerente. Os atravessamentos de classe e raça criam condições diferenciais de existência para as mulheres, urgindo a necessidade de visibilizar e conjugar pautas heterogêneas e de atuar em distintas frentes de batalha, em vez de se focalizar um eixo único e central de reivindicação. Portanto, para falar de mulhereS, seria preciso considerar os efeitos do racismo ainda presente, assim como tantos outros

atravessamentos, em lugar de evocar apenas os enunciados subsumidos da experiência ou ameaça de encerramento nas obrigações da vida doméstica, matrimonial e maternal. Assim, Ribeiro (2017, p. 41), baseando-se no trabalho de Grada Kilomba, pontua que a mulher negra seria o outro do outro, “a antítese de branquitude e da masculinidade”.

Ao evidenciar os diferentes matizes que posicionam hierarquicamente os sujeitos no tecido social, Davis (2016) contribui para desmitificar a concepção tanto fantasiosa quanto romantizada acerca dos movimentos das mulheres¹⁰ como supostamente uníssonos e harmônicos. Pelo contrário, tais movimentos estariam, também, marcados por disputas internas, de modo que as pautas elegidas para reivindicação ou o modo de coordenar as associações, muitas vezes, culminavam na reprodução dos sistemas de opressão dentro dos próprios grupos mobilizados (DAVIS, 2016).

Lélia Gonzalez (2019) complementa esse debate ao apontar que racismo e sexismo se entrecruzam para tentar produzir o apagamento das mulheres negras. Para elucidar seu argumento, a autora joga com as posições de mulata e empregada doméstica que se encontram num mesmo sujeito: a mulher negra. A diferença entre elas está, apenas, nas situações em que são vistas. No primeiro caso, a mulata, como figura destaque do carnaval, abre caminho para que a mulher negra adentre a esfera pública de modo reconhecido e prestigiado, embora sexualmente objetificada e apontada como atração exótica pelos estrangeiros. Já a empregada doméstica é seu lugar do cotidiano, no qual mantém a presença no espaço público pela via do trabalho, porém, agora, como sujeito anônimo (GONZALEZ, 2019).

Assim, Gonzalez (2019) mostra que a conjugação entre racismo e sexismo, consubstancializada no corpo das mulheres negras, apaga suas existências e estabelece uma autorização social tácita que as coloca como corpos disponíveis para a violação sexual ou exploração do trabalho. Não se trata de racismo ou de sexismo. São ambas, simultaneamente. A noção de interseccionalidade é forjada no bojo do pensamento feminista negro (CRENSHAW, 1993), retratando uma posição de encruzilhada, surgida no encontro das diferentes avenidas de identidades sociais (AKOTIRENE, 2019). As posições são sempre intercambiáveis e relacionais, não admitindo o argumento de uma dominação ou opressão absolutas e invariáveis.

A interseccionalidade nos instrumentaliza a enxergar a matriz colonial moderna contra os grupos tratados como oprimidos, porém não significa dizer que mulheres

¹⁰ A autora toma como base, para suas análises, o movimento sufragista nos Estados Unidos e busca reconstruir a história do episódio desde uma perspectiva das lutas e enfrentamentos das mulheres negras e das mulheres da classe trabalhadora.

negras, vítimas do racismo de feministas brancas e do machismo praticado por homens negros, não exerçam técnicas adultistas, cisheterossexistas e de privilégio acadêmico. (AKOTIRENE, 2019, p. 27).

Desse modo, a noção de interseccionalidades nos auxilia a relativizar as posições ocupadas nas relações de poder, e os sentidos vinculados às identidades sociais, que, usualmente, fixam lugares e funções inequívocas e invariáveis de oprimidos e opressores, dominadores e dominados, são examinados considerando a complexidade e as definições de situação dos contextos problematizados. Como num jogo, as funções e os posicionamentos assumidos são sempre contingentes.

4.1 Jogando com as interseccionalidades no futebol

A questão do gênero também não se manifesta isoladamente na tentativa de codificação de um território futebolístico para as mulheres, sendo atravessada por marcadores como classe, raça, sexualidade, idade e origem, como grandes centros de bifurcação e classificação da vida. À vista disso, entendemos que adotar uma perspectiva interseccional colabora para a apreensão e análise dos processos que procuramos compreender. Mais que o acúmulo simples das formas de violências associadas a cada um dos marcadores sociais, a ideia de interseccionalidades pressupõe mudanças de caráter qualitativo no modo como as mulheres, no caso de nossa pesquisa, estão posicionadas no campo social. Posições que demarcam tanto condições de sua opressão e exploração quanto possibilidades de criação e resistência.

No contexto do futebol, a existência de uma masculinidade normativa ¹¹ (heterossexual, viril, agressiva, ativa e dominadora) como referência pode ser vislumbrada em sutis práticas discursivas que habitam o cotidiano. Há futebol e futebol feminino, este marcado, específico, particular porque distinto daquele, universal. O feminino aí colocado situa uma posição de inferioridade. Tratar-se-ia de um futebol que não importaria ou que importaria menos, repetindo a designação que o feminino recebe nas relações sociais da vida pública.

O futebol, genérico e universal, ainda é terreno atribuído e identificado aos homens, necessariamente, aqueles que performam uma masculinidade normativa. Damo (2005) pontua

¹¹ Optamos pelo emprego do termo masculinidade normativa, especificando os componentes aos quais se associa, em vez da noção de masculinidade hegemônica. Para um aprofundamento no tema, recomendamos a leitura do artigo “Da masculinidade hegemônica à masculinidade queer/cuir/kuir: disputas no esporte”, de Brito (2021).

que o futebol congrega um caráter simbólico de grande valor na constituição dessa masculinidade no Brasil. O futebol seria um espaço e uma prática importante para que um corpo designado masculino experimente essa masculinidade e se produza como determinado tipo de homem. Eliene Faria (2009) nos fala da prática do futebol lúdico, de bricolagem, no bairro ou na escola, e da reciprocidade que existe entre esta atividade e a subjetividade masculina normativa. A relação do futebol com tal masculinidade, nos diz a autora, se materializa no corpo, produzindo uma corporalidade idealizada para o menino-homem e tornando tal corpo referência na representação do jogo.

Freitas (2007) mostra que, no universo simbólico do futebol, as mulheres e o feminino são negativados, sendo associados ao demérito, ao desdém e à derrota. Uma operação que se dá com base em um registro binário, nesse caso, demarcando O futebol e um futebol Outro. Organização produzida por recortes de tipo concêntrico, com áreas que se aproximam ou se afastam do eixo central. Ao considerarmos que é por exclusão constitutiva que a norma se produz e se afirma (BUTLER, 2003), é necessário que as margens continuem existindo para dar-lhe sentido. A regra do jogo, mais que definir quem está dentro ou fora de campo, estipula as maneiras de cada agente ocupá-lo, traçando os contornos de inteligibilidade para cada um: a bicha não pode jogar, já a mulher gostosa de shortinho está desimpedida¹².

No entanto, como destacou Rubin (2003) em entrevista cedida à Judith Butler, o questionamento sobre as relações de gênero e sobre o modo como estas estão organizadas não é a resposta absoluta para todos os problemas sociais. No futebol, em sua matriz espetacular, a dimensão da sexualidade ganha destaque, em especial, pelo esforço e pela repulsa que tal contexto manifesta com relação à homossexualidade. Detendo-se sobre situações vivenciadas nos estádios, Moura (2019) mostrou como a subjetividade homossexual é forçosamente inscrita, visibilizada e chamada a compor o espaço futebolístico apenas para que possa ser excluída dele. Sua função é a de demarcar o polo inferior num jogo de hierarquias. O autor cita, por exemplo, os xingamentos desferidos entre torcedores que, frequentemente, estão ancorados na atribuição de uma identidade homossexual ou feminina aos adversários a fim de depreciá-los¹³.

¹² Em alusão à declaração do ex-coordenador da seleção feminina da CBF, Marco Aurélio Cunha (CASTRO, 2015), disponível em: <https://trivela.com.br/brasil/marco-aurelio-cunha-as-jogadas-e-que-precisam-ser-bonitas-nao-as-jogadoras/>.

¹³ Os gritos de “bicha”, quando o goleiro adversário vai cobrar o tiro de meta, são um exemplo notório. Podemos lembrar, além disso, dos vários “apelidos” pelos quais os torcedores identificam adversários, como no caso do São Paulo Futebol Clube, conhecido como o time dos “bambis”, em alusão à homossexualidade (bambi é um veado que protagoniza uma animação infantil).

Quando pensamos no futebol de mulheres, a (pré)suposta lesbianidade das atletas também assume contornos problemáticos. Desde o fim dos anos 1970 e no período que se seguiu à regulamentação da modalidade, é notória a aposta da imprensa e das entidades gestoras de “feminizar” esse futebol no intuito de popularizá-lo (KNIJNIK; SOUZA, 2004; SALVINI; MARCHI JÚNIOR, 2013; SILVA, 2015; ALMEIDA, 2016). A legitimidade era, assim, buscada por meio de uma adequação estética das jogadoras, uma performatividade de gênero na tentativa de, simultaneamente, aproximá-las da “mulher de verdade”, lugar do qual se poderia subsumir sua heterossexualidade, e fazê-las responder ao gozo do macho, em consonância com as finalidades de um esporte androcêntrico (CAMARGO, 2021). Longe de ser tema do passado, a lesbianidade, real ou virtual, segue como uma das forças que atuam na organização do campo de jogo.

A dimensão racial também ganha contornos significativos para pensarmos sobre os esportes de espetáculo. Na história do futebol brasileiro, abundam exemplos sobre o racismo dirigido a atletas negros/as. O ex-goleiro Barbosa, por exemplo, levou para o túmulo a insígnia de culpado pela derrota do Brasil no Maracanazo¹⁴. A suposta falha ocorrida na ocasião teve sua análise e julgamento com base não no desempenho do atleta, mas em sua cor. Um erro individual é, assim, projetado sobre o conjunto da população negra e, nesse caso, fundamentou a criação do estigma sobre o goleiro negro: goleiro é uma posição de confiança e não se poderia confiar num negro para exercê-la. A cobrança e a avaliação acerca do desempenho de atletas negros/as, portanto, ultrapassa a esfera do indivíduo, sendo sua raça/cor, enquanto coletividade (identidade coletiva), que se encontra sob escrutínio.

É interessante destacar que a sobreposição da coletividade ao indivíduo também se apresenta em situações de êxito esportivo. Nesse contexto, contudo, recorre-se à biologização, que neutraliza o efeito glorioso e o mérito da conquista, bem como evita a associação do povo negro a referenciais de reconhecimento público e vitória (TRALCI FILHO, 2019). Um exemplo típico é atribuir o desempenho de atletas negros/as à sua compleição e fisiologia, mantendo reconhecimento social do mérito como prerrogativa da branquitude.

O episódio envolvendo Barbosa mostra que o esporte escolhido como veículo para a mensagem da democracia racial e do convívio harmônico entre as raças denunciava a veemência do racismo no Brasil. Além de Barbosa, podemos lembrar de Pelé, alvo do racismo

¹⁴ Maracanazo é como ficou conhecida a final da Copa de 1950, disputada entre Brasil e Uruguai, terminando com a vitória da seleção Celeste. Para saber mais sobre o episódio, consultar Monteiro (2020), acessando o link: <https://ge.globo.com/blogs/memoria-ec/post/2020/07/16/maracanazo-70-anos-saiba-porque-brasil-x-uruguai-de-50-e-um-jogo-unico.ghtml>.

institucional, quando decidiu que não jogaria mais pela Seleção e almejou iniciar uma carreira empresarial, conforme discutiu o professor José Paulo Florenzano numa série de artigos publicada no portal Ludopédio, em 2019¹⁵.

Ao levarmos em consideração a situação das mulheres negras, outros elementos se somam ao conjunto já exposto. Além da desconfiança e da pressão que recobrem sua participação nos esportes, ainda são alvo de suspeitas quanto ao gênero, em razão dos contornos corporais ou desempenho que colocam em questão o mito da fragilidade feminina (CAMARGO, 2020; PIRES, 2021). A ficção do (cis)gênero e da branquitude se funde na produção das regulações que definem as condições para elegibilidade das atletas no alto rendimento. Eric Camargo (2020) destaca a ausência de definição sobre o que seja raça e a desconsideração desse marcador social nos estudos adotados para a elaboração das normas de elegibilidade esportiva na categoria feminina. De acordo com o autor:

Se por um lado, procurar diferenças biológicas inerentes entre raças pode ser um dispositivo de inferiorização e controle colonial, ignorar os efeitos da produção cultural de diferenças sociais baseadas em raça produz um ideal universal branco [...] raça só aparece para dizer que as atletas negras estatisticamente “não importam”. Com esse referencial silenciosamente branco, as mulheres negras se tornam alvos mais frequentes dessa vigilância, escrutínio e diferenciação em relação à norma. (CAMARGO, 2020, p. 136).

Desse modo, as mulheres negras são posicionadas em algum lugar entre A mulher (verdadeira) e a besta/fera, racionalizando a produção das margens em que são situadas, as quais diminuem suas possibilidades de acesso e representatividade em espaços de prestígio, como o esporte de espetáculo em escala global. A respeito disso, cumpre lembrar que as três atletas que compuseram o pódio dos 800 metros na Rio-2016, todas negras e de países africanos, tiveram suas participações impedidas nos Jogos de Tóquio, após a regra¹⁶ que reduziu o limite de testosterona na categoria feminina do atletismo (PEREIRA; CONDE, 2021). O que colocamos em causa não é a existência de uma intencionalidade racista, mas sim os efeitos produzidos por tais regulamentações. Efeitos que, se não acusam de uma intenção consciente, podem, sim, apontar para as raízes difusas de preconceitos que nos constituem e subjetivam, na medida em que participam das relações sociais nas quais nos fazemos. Preconceitos devidamente escamoteados por uma boa dose de formulações de base bio-lógica.

¹⁵ A série composta por 4 artigos pode ser consultada em Florenzano (2019), pelo link: <https://ludopedio.org.br/arquibancada/a-cerimonia-do-adeus-a-nacao-traida-parte-1/>.

¹⁶ Uma nova orientação foi publicada em novembro de 2021 (LINS, 2021) e está disponível em: <https://www.olimpiadatododia.com.br/embaixada-olimpica/399088-coi-publica-nova-politica-de-inclusao-pessoas-trans/>.

PERCURSOS HISTÓRICO-DOCUMENTAIS

1 COM VOCÊS, O FUTEBOL DE MULHERES: CARTOGRAFANDO LINHAS HISTÓRICO-DOCUMENTAIS DO PAÍS DO FUTEBOL

A escolha por percorrer linhas macropolíticas a partir da relação do futebol de mulheres com o Estado brasileiro se justifica pelo fato de o Brasil ter sido o único país das Américas no qual a proibição da modalidade se deu na forma de lei, conforme conta a pesquisadora Brenda Elsey, em entrevista à Folha de São Paulo (RODRIGUES, 2019). Além disso, segundo Elsey, ainda que episódios semelhantes tenham ocorrido em outras partes do mundo, como na Inglaterra, o veto se dava, lá, usualmente, pelas Federações desportivas, e não pelo governo do país, como ocorreu aqui. Por outro lado, desde a chamada “Anistia ao Futebol Feminino” (ALMEIDA, 2013), as iniciativas estatais têm se configurado na principal fonte de suporte financeiro da modalidade: patrocínio de campeonatos, elaboração de políticas públicas de esporte que possibilitassem alguma renda para atletas-destaque (bolsa atleta), forte presença do poder público municipal na formação e manutenção de equipes que predominaram na manutenção da modalidade após a revogação da proibição.

Embora com medidas de eficácia questionável que, por vezes, colaboravam para instituir a precariedade profissional, a presença estatal foi uma constante para oferecer algum fomento à prática, evidenciando uma alteração no sentido atribuído ao tema. Nesse percurso, também procuramos dar ênfase aos atravessamentos entre gênero, raça, classe e sexualidade, na tentativa de visibilizar diferentes marcadores sociais que se articulam na produção das experiências que compõem as futebolistas. Marcadores que enquadram e procuram fixar os sujeitos em domínios específicos e preestabelecidos, criando dicotomias que servem à manutenção de hierarquias. Contudo, como se verá, à medida que avançamos na discussão acerca dos arquivos escolhidos e seus efeitos sobre as mulheres que jogavam futebol, fomos surpreendidas por pequenos feixes de inconsistência que assinalavam a parcialidade e a presença de fissuras em relação às normativas vigentes.

1.1 Histórias e geografias: relevos de um futebol proibido

É lugar comum as pesquisas que se dedicam ao estudo do futebol de mulheres no Brasil fazerem menção ao Decreto-Lei 3.199 de 1941, primeira legislação esportiva nacional, em razão de esta instituir a proibição das mulheres em praticar esportes considerados

contrários à sua natureza (FRANZINI, 2000, 2005; GOELLNER, 2005, 2008, 2009; KESSLER, 2015; MORAES, 2012; ALMEIDA, 2018). O artigo 54 do referido dispositivo legal era taxativo quanto ao impedimento, como se pode ver a seguir.

Art. 54. Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país (BRASIL, 1941, não paginado).

Ainda que o Decreto supracitado tenha despontado no início da década de 1940, a esportividade das mulheres já figurava como tema de debate em distintos setores da sociedade há pouco mais de vinte anos (GOELLNER, 2005). O assunto, longe de se restringir aos circuitos especializados, foi amplamente discutido: jornalistas, profissionais da medicina e da Educação Física, populares e representantes de clubes (FRANZINI, 2005; MOURA, 2003; GOELLNER, 2005). Tal caráter faz vislumbrar o fato de que uma normativa não se caracteriza, exclusivamente, pela existência de um texto legal, mas de um conjunto de condições capazes de provocar sua irrupção e lhe dar sustentação (VIEIRA; JUSTO; MANSANO, 2018).

O cenário delineado acima destaca as composições de linhas micropolíticas que fizeram encarnar uma legislação que instituía a binarização dos corpos distribuídos pelo campo social, tomando como fundamento a morfologia sexual considerada correlata às performatividades de gênero (BUTLER, 2003, 2019a), estabelecendo quais deles estariam avalizados para a prática de desportos específicos. Tal argumento nos leva a perceber que os aspectos micropolíticos não remetem, necessariamente, à produção de vidas e sociedades autônomas, como bem pontuam Deleuze e Guattari (2012) ao discutirem o fascismo.

Ao consultar matérias jornalísticas sobre o tema, notamos que o conteúdo questionador, por vezes expresso já no título, versava sobre a adequabilidade ou não das mulheres para a prática do futebol. Para ilustrar, podemos mencionar matéria publicada no Jornal Folha de São Paulo em 26 de maio de 1929, intitulada “A mulher e o esporte: a propósito do futebol feminino”. O texto apontava para o movimento denominado como “invasão das mulheres” nas mais variadas atividades sociais, incluindo o futebol. Considerava que outras modalidades esportivas poderiam ser muito mais proveitosas para elas, além de mais adequadas para seu organismo e temperamento, devendo o acesso à prática do futebol permanecer restrita aos homens (A MULHER..., 1929, p. 17).

Dentre as modalidades indicadas, encontravam-se o tênis, a natação e a ginástica, práticas bastante difundidas entre as mulheres da elite brasileira urbana e que correspondiam àquelas consideradas coerentes com a dita natureza feminina composta pela beleza,

delicadeza e fragilidade. Em atenção a tal natureza, deveriam ser evitadas quaisquer práticas esportivas que implicassem contato físico direto, graus elevados de agressividade, emoções “fortes”, suor excessivo ou um delineamento corporal de musculatura hipertrofiada (GOELLNER, 2005; RUBIO; SIMÕES, 1999). Assim, o esporte era visto como prática privilegiada tanto para a obtenção das configurações corporais consideradas apropriadas para cada gênero como para a produção de aspectos subjetivos desejáveis às funções que deveriam ser futuramente assumidas por homens e mulheres na vida social.

Notamos que a normatividade que se pretendia imprimir aos esportes praticados pelas mulheres contava com um polo negativo, repressor e demarcador daquilo que se supunha não corresponder ao feminino. Mas contava, também, com um polo positivo, voltado para o estímulo e para a produção de uma feminilidade, por meio dos esportes e da adesão a uma cultura física que coadunasse com a performatividade que se pretendia codificar para as mulheres, sobretudo calcada na maternidade e no matrimônio.

À vista das considerações anteriores, podemos depreender dois aspectos que sinalizam a disparidade no interior da norma que se pretendia estabelecer para a cultura corporal e esportiva das mulheres: a) de um lado, a preocupação em afastá-las das modalidades consideradas prejudiciais à sua saúde, por conta de uma suposta fragilidade natural; b) por outro, o esforço em fazê-las aderir aos esportes em graus moderados de intensidade e apenas modalidades sem contato físico, preferencialmente, fora do âmbito competitivo. Se o corpo é estritamente um produto da natureza e expressão natural da essência feminina ou masculina, como se poderia supor, a partir da primeira constatação, por que o empenho despendido para conduzi-lo por práticas sociais capazes de moldá-lo tal qual a essência pressuposta?

A proibição expressa na lei visava a forçar a instituição de um sentido para interpretar os corpos marcados como femininos. Olhar para o referido dispositivo jurídico e atentar para sua funcionalidade dentro do contexto a que buscava responder nos permite notar que tal linha não se constitui como uniformidade linear, mas se produz a partir da composição entre feixes de linhas outras. Assim, a macropolítica do futebol de mulheres durante o século XX traz rastros de linhas políticas de gênero, de raça e de classe que estabeleciam os modos de vida legitimados socialmente para os corpos naquele período.

O Brasil do Estado Novo varguista era marcado pela preocupação com a produção de uma identidade nacional. O projeto de nação encabeçado pelo governo Vargas, ancorado nas ideias e teorias do higienismo e da eugenia, tinha como horizonte o aperfeiçoamento racial do brasileiro (embranquecimento da população), considerado elemento-chave para melhorar os índices de desenvolvimento do país (SILVA, 2018). É em meio a esse cenário que o desporto

emerge como campo de disputa política, passando a ser tratado como área de ação estratégica para o governo (MOURA, 2003).

Nesse quadro, o corpo feminino, reduzido à sua função reprodutiva, é convertido em bem nacional, um objeto sobre o qual se deveria atuar a fim de potencializá-lo para o acolhimento da maternidade futura (GOELLNER, 2005, 2008). As figuras de esposa e, sobretudo, de mãe se tornam as representações centrais no discurso oficial sobre as mulheres no Estado Novo. O esporte, enaltecido como método para a elevação moral e aperfeiçoamento da saúde, é transformado em ferramenta para tal intervenção.

Dado o lugar de destaque do futebol na cultura popular, ele desponta como segmento de atuação do governo, que passa a projetá-lo como símbolo nacional e a utilizá-lo como canal para a capilarização dos valores do regime. Por essa razão, defendemos que a interdição posta pelo Decreto 3.199/41 se ancorava, também, em um fundamento simbólico. Nesse sentido, a proibição deflagrava a recusa em reconhecer as mulheres como coparticipes do espetáculo que se converteu em uma das principais insígnias nacionais, expressando, em sentido ampliado, uma recusa ao pertencimento e à nacionalidade de modo paritário (GOELLNER, 2005), algo semelhante ao que temos vivenciado no Brasil contemporâneo.

Na senda dessas argumentações, é interessante destacar uma carta encaminhada à Presidência da República em 1940, um ano antes da publicação e homologação do Decreto-Lei 3.199, de 1941, destacado no início desta seção. No documento, assinado pelo cidadão que se identifica como José Fuzeira, consta uma detalhada descrição da situação do futebol praticado por mulheres em alguns centros urbanos do país. A carta de Fuzeira trazia estimativa do número de quadros estabelecidos em São Paulo, Belo Horizonte e no Rio de Janeiro, além da suspeita de que se planejava fundar uma Liga Feminina de Futebol na capital federal. O texto foi publicado pelo jornal *Diário da Noite* de 7 de maio de 1940, com o seguinte título para a matéria: “Um disparate sportivo que não deve prosseguir”.

A preocupação que motivou a denúncia, solicitando a atenção do chefe de Estado sobre o tema, prezava pela preservação moral e fisiológica das mulheres engajadas em tal atividade. Segundo Fuzeira, a prática do futebol colocava a saúde das mulheres em risco, podendo comprometer os órgãos de reprodução devido à agressividade típica do jogo. Para ele, havia uma incompatibilidade fundamental entre a “natureza” da mulher, que a predisporia à maternidade, e os aspectos constituintes do futebol. Segundo o remetente, os efeitos deletérios ocasionados pela prática do futebol por mulheres poderiam afetar, também, a saúde de seus futuros filhos e, desse modo, do próprio país (UM DISPARATE..., 1940).

A articulação buscada por Fuzeira nos mostra a tentativa de fazer ressoar relações e sentidos que atravessavam o cotidiano nas instâncias de Estado, aparelho de captura do vivo e de produção de segmentaridades que busca instituir os modos de organização da sociedade. Aqui, podemos observar a coextensividade entre micro e macropolítica, em que a primeira se faz representar por meio da segunda, sem, contudo, restringir-se a ela. Por outro lado, revela o quanto as linhas macropolíticas se alimentam das potências que caracterizam a micropolítica para se engendrar e se sustentar. Assim, a carta de Fuzeira é exemplar na elucidação do jogo de movimentações e articulações entre os dois conjuntos de linhas considerados.

A carta de Fuzeira foi encaminhada para apreciação da Subdivisão de Medicina Especializada, que confirmou as preocupações daquele cidadão. O parecer emitido pela Subdivisão afirmava que tais preocupações possuíam base no conhecimento científico que dispunha de “interminável bibliografia sobre o assunto” (PARECER..., 1940, p. 518). Apesar da variedade de fontes alegada pelo parecer, o documento menciona apenas um estudo, do campo da medicina, realizado em 1921, na Inglaterra, cujos resultados desaconselhavam a prática do futebol e as competições de remo para mulheres.

Em meio às discussões que se colocavam, notamos que, raras vezes, as mulheres envolvidas nas atividades esportivas colocadas sob inquérito foram solicitadas a se manifestar sobre o tema. Um episódio, porém, divergiu desse quadro. Ainda na efervescência do debate que despontou no ano de 1940, o *Jornal dos Sports* (1931-2010), periódico da cidade do Rio de Janeiro especializado em assuntos desportivos, recebeu, em sua redação, a visita de Adygram (anagrama para Margaryda), apresentada pelo jornal como jogadora e presidente do Sport Club Brasileiro, a qual objetava contra as declarações de Fuzeira.

As contestações foram publicadas pelo jornal, que transcreveu partes de seu discurso. Em seu protesto, marcado pela ironia, Margaryda questiona a expertise do referido cidadão nos assuntos desportivos e deixa-lhe o convite para acompanhar uma partida de futebol de mulheres, na qual poderia constatar os benefícios da atividade para a saúde e, caso observasse algum risco, apontar quais seriam os aspectos prejudiciais (DEFENDEM-SE..., 1940, p. 6).

As alegações de José Fuzeira não eram sem fundamento, no que diz respeito à popularização do futebol de mulheres na capital federal, onde já somava, pelo menos, vinte equipes organizadas. Nas páginas do *Jornal dos Sports*, assim como em outros periódicos da cidade, cresciam as matérias que anunciavam e cobriam os acontecimentos nos *matches* entre equipes femininas ou reportavam a fundação de novos times (BONFIM, 2019). Notamos que outras performatividades de gênero, para os corpos marcados como femininos, começavam a ganhar espaço na imprensa, em evidente contrariedade ao modelo oficial de Estado: mulheres

com roupas folgadas e *shorts* curtos, exibindo seus corpos em praça pública nos embates futebolísticos, como podemos observar na Figura 2, coletada da exposição permanente “Visibilidade para o Futebol Feminino”, do Museu do Futebol, que registra uma partida ocorrida em gramados cariocas em 1940.

Figura 2 – Mulheres jogando futebol no Rio de Janeiro, em 1940



Fonte: Visibilidade... (1940).

Do mesmo modo, as partidas suscitavam aspectos considerados impensáveis para o “temperamento” feminino. É o que vemos em uma pequena nota sob o título “N’um match feminino houve pancada a valer. A interrupção da luta – As ‘valientes’ e outras coisas”, publicada na página 2 do *Jornal dos Sports*, de 19 de maio de 1931 (N’UM..., 1931). O relato é sobre o acirrado confronto entre as equipes Madame Lessa Alves e Madame Macedo que fora interrompido depois de uma jogada mais violenta. Segundo a reportagem, após receber uma entrada mais dura de Odette, do time Lessa Alves, a atacante Clelia se levantou e desferiu uma bofetada em sua agressora. A confusão foi generalizada entre as duas equipes, levando à suspensão temporária da partida. Assim, percebemos que, por meio do futebol, com sua exposição em veículos especializados, ganhava visibilidade uma performatividade de gênero divergente daquela delineada pelo discurso oficial do Estado para as mulheres.

Cumprir notar, ainda, que as protagonistas que emergiam pela prática do esporte bretão apresentavam uma estética bem mais difusa e descentrada em relação ao ideal branco europeu que se pretendia disseminar e fazer dominante do Brasil daquele período. A Figura 3 ilustra nosso argumento, mostrando a equipe do Casino Realengo.

Figura 3 – Equipe do Casino Realengo, em 1940



Fonte: Revista Educação Physica (1940).

Entre peles negras e brancas, cabelos crespos, lisos, longos e curtos, corpos magros e gordos, vemos que o futebol revelava mulheres não padronizadas, destoantes do ideal buscado na construção da nacionalidade. É importante destacar que, ao levantar a distribuição dos clubes e campos cariocas onde ocorriam jogos dessas equipes, Bonfim (2019) encontrou sua concentração nos subúrbios do Rio de Janeiro, fato que é reiterado na Figura 4, que traz a divulgação dos jogos de futebol de mulheres no período noturno, no jornal *A Noite Ilustrada*.

Figura 4 – O futebol feminino dos subúrbios (jornal A Noite Ilustrada, edição de 2 de setembro de 1931)



Fonte: O football... (1931).

Antes visto como reduto das classes médias e ocupado por chácaras que serviam ao descanso e lazer, os subúrbios se tornam recobertos pelo desprestígio social. Isso ocorria tanto pela nova feição populacional que se instalava ali – trabalhadores, pobres, negros, imigrantes nordestinos – quanto pela ausência de condições habitacionais e de serviços do Estado – esgoto, água encanada, energia elétrica, hospitais (MAIA; CHAO, 2016; SANTOS, L. S., 2011). Para Santos (L. S., 2011), mesmo a higiene, prática tão difundida na época, parecia não ser suficiente para fazer os referidos serviços chegarem às áreas mais afastadas do centro. Tal constatação nos dá condições para questionar o argumento adotado para levar a cabo a proibição da prática do futebol entre as mulheres.

Conforme vimos, o incentivo à atividade física se converteu em ferramenta central do discurso nacionalista no Brasil a partir dos anos de 1930. O fomento à prática sistemática e regular da atividade física e do esporte era feita em atenção às diferenças morfológicas dos corpos, prescrevendo exercícios diferenciados para “meninas e meninos”, de modo a preservar e respeitar suas respectivas “naturezas”. Goellner (2008) mostra que, além dos marcadores de gêneros, tais prescrições levavam em consideração critérios raciais e socioeconômicos, evidenciando que as recomendações de adesão a uma cultura física se encontravam embebidas nos ideais eugênicos e higienistas, além de articuladas ao projeto de construção de um “Novo Brasil”, o qual se pretendia branco e elitizado.

Sobre as medidas do período que focalizavam o corpo feminino como célula preferencial de intervenção, a autora afirma que “não pouparam esforços para criar condições de educar, fortalecer e aprimorar o corpo feminino branco, observado como principal instrumento para atingir uma raça branca, representada como superior e perfeita” (GOELLNER, 2008, p. 4). Seu argumento revela o modo diferencial no tratamento dirigido aos corpos de mulheres brancas e negras, à luz do referido projeto, aqui expresso e exemplificado pelas políticas desportivas. Macropolítica esportiva distintiva de corpos, produzindo segmentaridades de gênero e de raça.

Ora, se, por um lado, o conjunto de atividades recomendadas às mulheres brancas tinha em vista o aperfeiçoamento de seus corpos para prepará-los para a maternidade, favorecendo o ideal de branqueamento populacional, por outro lado, o futebol foi destacado como uma das principais modalidades que ofereciam riscos ao potencial reprodutivo das mulheres. Conforme nos sugere a reconstrução dos acontecimentos, a modalidade vinha sendo praticada por mulheres brancas pobres, negras e dos subúrbios cariocas. Em que pese o alerta feito por Bonfim (2019) quanto à heterogeneidade que marca (e marcava) os subúrbios cariocas em termos sociodemográficos, consideramos pertinente levantar o questionamento: por que o incômodo e a proibição do futebol de mulheres?

Algumas razões podem nos ajudar a ensaiar respostas. Primeiro, podemos considerar que o período abordado se caracterizava por um intenso movimento de industrialização empreendido pelo governo Vargas (BRESSER-PEREIRA, 2012; FERREIRA, 2012). Nesse caso, teríamos um critério de cunho econômico e radicalmente pragmático: era preciso manter o cuidado com relação ao crescimento populacional, também, entre a classe trabalhadora, de modo a assegurar o abastecimento do mercado de trabalho para a indústria incipiente. A afirmação encontra respaldo em registros disponíveis no portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre estatísticas do século XX.

Conforme dados do IBGE, entre 1938 e 1939, o aumento no número de habitantes foi de 886.351 pessoas. Tais valores, por si só, parecem não corroborar nosso argumento. No entanto vale considerar que o crescimento da população tinha ampla dependência da imigração, sobretudo nos anos finais daquela década, uma vez que a diferença entre nascimentos e óbitos registrados em 1938, por exemplo, foi de 186.889 pessoas, quantidade

que não chega a um quarto do crescimento populacional registrado no mesmo período (IBGE, 2019)¹⁷.

Há uma segunda linha de argumentação que também nos auxilia a compreender como se delinearam os acontecimentos que parecem estar associados à proibição do futebol de mulheres. Se, por um lado, a ameaça da esterilização feminina, decorrente da prática do futebol, pode nos soar absurda hoje, por outro, o risco simbólico oferecido pelas patricias futebolistas à moral da época e ao ideal de feminilidade, supostamente natural, parece suficiente para fazer levantar as críticas e os opositores à modalidade. Aqui, saímos do plano estritamente biológico e nos deparamos com um terreno político multifacetado que compõe nosso tema. Para adentrá-lo, é importante considerarmos três aspectos já mencionados: a existência de uma política higienista e eugenista orientada por um objetivo de embranquecimento da população; o argumento de que a prática do futebol oferecia riscos ao aparelho reprodutivo das mulheres; o fato de que tal atividade ganhou vida, principalmente, entre mulheres dos subúrbios, cuja composição demográfica caracterizava o segmento social que se desejava suprimir. Retomamos a pergunta já elaborada: por que o incômodo e a proibição do futebol de mulheres? Lélia Gonzalez (2019) nos ajuda nessa questão:

o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. (GONZALEZ, 2019, p. 242).

As contribuições da autora oferecem suporte adicional ao nosso argumento acerca das razões simbólicas para a proibição do futebol de mulheres, iniciada em 1941. O futebol vinha se constituindo como locus prestigioso da vida pública em que as mulheres negras apareciam, deixando o anonimato das posições cotidianas que lhes são autorizadas.

Diante do exposto, entendemos que olhar para a proibição do futebol de mulheres no Brasil significa atentar, também, para as relações raciais, de classe e para a lesbofobia (que será retomada em outros setores da tese-jogo) e para o modo particular como tais elementos influíram na percepção da prática do futebol por mulheres enquanto transgressão. São linhas que se cruzam no delineamento dos relevos que dão forma às figuras de um dado sistema social de segmentaridades duras. Linhas de corte que produzem pares opostos, binários, em que cada um dos polos serve à manutenção recíproca do outro. A figura transgressora não se

¹⁷ Os dados podem ser consultados no site do IBGE, no arquivo intitulado “População absoluta e relativa do Brasil, das suas Unidades Federadas e dos municípios das respectivas capitais, calculada para 31 de dezembro — 1937/1939”, pelo link: <https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/populacao.html>.

encontra, de maneira alguma, “excluída”, mas é necessária como atestado cabal da existência daquela que lhe é contrária: a forma admitida e estimulada pela norma.

Como apresentado nesta seção, o futebol praticado por mulheres, no período considerado, ganhava destaque nas páginas dos periódicos cariocas. Além disso, começaram a ser mais frequentes as excursões das equipes do Rio para se apresentarem em outros estados, como São Paulo e Minas Gerais, atraindo ainda mais a cobertura da imprensa e ampliando a visibilidade dessas mulheres dissonantes. Tal exposição na mídia era constatada já naquele período, como mostra uma nota publicada no jornal *A Noite*, de 10 de janeiro de 1941, em que se lê: “Foi uma das inovações que caracterizaram o ultimo ano no Brasil: a criação dos clubes de football feminino [...] chegou a ganhar espaços especiais nas páginas da imprensa diária” (FÓRA..., 1941, p. 3).

Mais do que exibir mulheres de calções e chuteiras, as publicações na imprensa mostravam mulheres em pleno uso do espaço público, capazes de ações agressivas e de contestar quem tentasse lhes tolher o direito de praticar o futebol. Por meio deste esporte, elas começaram a ganhar visibilidade e eram destacadas com prestígio pela mídia esportiva: mulheres negras, pobres e dos subúrbios. A despeito das tentativas de invisibilizar suas existências, aquelas mulheres, por meio do futebol, ousaram existir socialmente e a seu modo.

A concepção interseccional colabora, aqui, para problematizarmos a justificativa oficial do Estado acerca da proibição da prática do futebol por mulheres. Se, amparada em formulações da eugenia, havia uma intencionalidade de gerenciamento demográfico (redução das populações negras e empobrecidas do país), por qual razão se proibiria uma prática espontânea que culminaria, justamente, na esterilização das mulheres pertencentes aos grupos que se pretendia reduzir? Talvez o que estivesse em causa fosse menos sua função reprodutiva e mais a projeção midiática e o reconhecimento social conseguidos por mulheres negras e suburbanas que questionavam a “essência feminina”, “naturalmente” frágil.

Se adotamos um ponto de vista econômico, somos levadas a defender que interessava preservar a reprodução daqueles corpos, de modo a atender à demanda de uma indústria crescente. Aqui, lembramos de Angela Davis (2016), quando discute a condição da mulher negra na economia escravocrata estadunidense: um corpo que, tal qual de seus congêneres masculinos, era visto como unidade produtiva, na lavoura, nos afazeres da casa ou na reposição da mão de obra. Em Beatriz Nascimento (2019), encontramos considerações homólogas para o contexto brasileiro. A autora destaca a dupla função da mulher negra no regime colonial enquanto trabalhadora e (re)produtora de novas mercadorias/unidades de trabalho para abastecer o mercado interno do escravagismo. Desde tal perspectiva, podemos

assumir que a abolição do sistema escravista não teria libertado as mulheres negras de sua dupla função no mercado de trabalho brasileiro, apenas modificado a natureza jurídica de sua relação com ele – de escrava, passava à trabalhadora precarizada; de reprodutora de novas mercadorias humanas, à mãe (ainda que sua prole seguisse servindo ao abastecimento do mercado de trabalho).

Disso, extraímos o intento de que a possibilidade de existência dessas mulheres deveria permanecer encerrada ao âmbito do trabalho, fosse como trabalhadora ou como fornecedora de mão de obra, sendo-lhes dificultadas outras formas de participação social, como a recreação e o lazer, particularmente, se lhes rendessem algum tipo de reconhecimento, prestígio e *status* na vida pública. Aqui, a esterilização eugênica atuava pelo apagamento simbólico das mulheres negras, remetendo-nos às contribuições de Lélia Gonzalez (2019): a presença negra sendo marca inegável na constituição da cultura brasileira é ostensiva e violentamente apagada, na tentativa de recusar sua relevância na produção da brasilidade.

Além da presença pública como futebolistas, as mulheres ocupavam cargos de direção e atuavam na fundação de clubes, espaço de relevante prestígio social e que vinha se tornando reduto das elites do futebol, representadas na figura dos cartolas, principalmente após a profissionalização da modalidade entre os homens (VIEIRA, 2017). Possivelmente, tal forma de ocupação do espaço público também incomodava, na medida em que se transgredia a esfera privada, identificada ao doméstico, usualmente reservada e vista como natural e essencialmente feminina (ABOIM, 2012; D'ANGELO, 2001; OKIN, 2008).

Conforme vimos anteriormente, o Sport Club Brasileiro contava com uma mulher como presidente do clube. O caso não era isolado; além de Margaryda (Adyragram), existem matérias que noticiam como gestora/fundadora de entidades desportivas a senhora Carlota Alves de Rezende/Carlota Silva¹⁸, que teria sido responsável pela criação de nove clubes cariocas de futebol de mulheres, dentre eles, o famoso Primavera F.C. Além das matérias jornalísticas, a personagem Carlota e a sua atuação no futebol foram apresentadas, também, na dissertação de Aira Bonfim (2019).

Um acontecimento envolvendo dona Carlota parece ter tido um papel importante para que se endossasse a proposta proibicionista, conforme podemos acompanhar por meio da cobertura que o jornal A Noite fez sobre o caso. Em edição de 10 de janeiro de 1941, o referido jornal apresenta uma curta matéria intitulada “Fóra de campo...a polícia apitou e a

¹⁸ Em periódicos da época, encontramos as duas variações para se referir à mesma pessoa, como se pode deduzir a partir do conteúdo das matérias publicadas.

‘paredra’ dos nove clubs de football feminino foi parar no xadrez”, na qual afirma que ela aliciava jovens, obrigando-as a “correr varias voltas em torno do campo todas as manhãs, submete-las a puxados exercícos individuais para, á noite, exhibi-las nas escolas de dansa da cidade” (FÓRA..., 1941, p. 3). Tal matéria acompanha a interpretação policial sobre o caso e sugere que dona Carlota atuava como uma espécie de cafetina, usando o futebol e o clube como pretextos para reunir as jovens e modelar seus corpos, a fim de prepará-las para suas atividades noturnas. Tal narrativa, porém, oblitera o fato de que o Primavera realizava jogos, inclusive, excursionando para outros estados e com projetos de ir ao estrangeiro. Ademais, em matéria do dia 11 de janeiro, Carlota conta que as atletas recebiam “bicho” pelas partidas, com valores que variavam entre 10 e 15\$000 réis (SOLUÇAVA..., 1941, p. 3).

A matéria do dia 17 de janeiro explicitava os planos da equipe de jogar no estrangeiro, em chamada que dizia “Não irá a Buenos Aires o scratch de saias – a polícia não permitirá e vai fechar o Primavera”. O texto destaca o conteúdo do contrato e o nome de alguns envolvidos na excursão, conforme segue: “até a roupa lavada, além das passagens, seria paga pelo ‘empresário’ Affonso Doce. Serviu como intermediário do ‘negócio’ o sr. Waldemar Silva” (NÃO..., 1941, p. 8). Cumpre reiterar que, com base no que foi reportado pelo jornal, apenas dona Carlota foi detida para prestar depoimento à polícia. A matéria é encerrada trazendo a fala do delegado Linneu Cotta, que afirma, categoricamente: “O Primavera não irá a Buenos Aires. A policia não permitirá um absurdo dessa natureza. Mesmo porque, provado como está que se trata de uma organização ilícita” (NÃO..., 1941, p. 8).

O jornal O Imparcial também fez a cobertura do caso. Em matéria do dia 11 de janeiro de 1941, anunciava: “Presa uma das mentoras do football feminino”, e vale destacar que o texto coloca como ponto culminante, para o desencadeamento da ação policial, a possível excursão da equipe do Primavera à Argentina para uma exibição de futebol feminino naquele país. Além disso, o periódico clama para si um papel de destaque por ter noticiado o fato que, segundo avalia, “provocou repulsa na chronica sportiva da cidade”, temerosa pelo comprometimento do “[...] patrimonio moral e sportivo da mulher brasileira” (PRESA..., 1941, p. 8), alertando as autoridades policiais para que pudessem agir. Tal abordagem seguiu em outras publicações do mesmo periódico, representando Carlota Rezende como pessoa mal-intencionada, que agiu aliciando e explorando “moças inexperientes” (AGIU..., 1941, p. 15) que acabariam por envergonhar o Brasil no exterior. O aspecto crítico conferido ao projeto de excursionar pelo estrangeiro parece guardar relações com a ideia de fazer a representação do país via esporte base da identidade nacional, a partir das mulheres.

O assunto reaparece em 1948, no *Jornal dos Sports*, o qual afirma que a proibição da modalidade estaria ligada a um esquema ilegal, encabeçado pelos diretores dos clubes: “Alegaram exploração de menores, vigarices, malandragens etc. Parece que os diretores dos tais clubes faziam os matches e embolsavam o dinheiro” (VARGAS NETTO, 1948, p. 4). Em que pese a contribuição desses fatores, Vargas Netto (1948) ressalta que a campanha se ancorou em pareceres médicos que apresentavam motivos de cunho biológico, morfológico e *estético* (tirar a feminilidade da mulher) utilizados na fundamentação do relatório do General Newton Cavalcanti (*A MULHER...*, 1941), favorável à proibição.

1.2 Tempos de chumbo no futebol de mulheres

O cenário sob o qual alvoreceu o recrudescimento da proibição de alguns desportos para mulheres remete a um dos momentos mais sombrios da história do Brasil: a ditadura civil-militar. Foi o relatório apresentado pelo General Newton Cavalcanti, em 1941, que deu base para a Deliberação normativa nº 7, de 1965, publicada já em tempos de ditadura civil-militar, na qual se especificavam as modalidades proibidas às mulheres (BRASIL, 1965). O novo regulamento marcava uma fase de recrudescimento da proibição da prática desportiva entre elas, sobretudo aquela desenvolvida de maneira sistemática e nos moldes do esporte de competição (GOELLNER, 2005, 2009).

Conforme pontuam Carvalhaes e Mansano (2016), o quadro de lutas que caracterizou a década de 1960, no Brasil, esteve marcado pela coexistência de códigos de gênero díspares. Desse modo, era possível observar a presença simultânea de “um modelo de feminilidade tradicional e o anúncio de novas formas de viver entre as mulheres” (CARVALHAES; MANSANO, 2016, p. 151). A coletânea de textos jornalísticos publicados por Clarice Lispector, organizada por Maria Aparecida Nunes, sob o título de *Correio para mulheres* (LISPECTOR, 2018), nos dá uma mostra contundente acerca do clima de pluralização nos modos de ser das mulheres naquele período. Considerando serem textos produzidos para colunas de conselhos para mulheres em jornais, é plausível assumir que seu conteúdo mantenha certa sintonia com o conjunto das relações sociais da época, particularmente no que se refere aos modos de sociabilidades femininas instituídos no período.

No texto intitulado “Uma mulher esclarecida”, encontramos uma espécie de tradução da situação de trânsito entre os diferentes códigos de feminilidade e da tensão que parece ser característica da ocupação desses entre-lugares. Com isso, a autora, mesmo sem abrir mão dos locais tradicionalmente destinados às mulheres, como mãe e esposa, apresenta fissuras na

maneira como tais imagens costumam ser produzidas, veiculadas e incutidas sobre os corpos marcados como femininos. Essa nos parece uma interpretação ímpar para enunciar o momento de efervescência apontado por Carvalhaes e Mansano (2016), na medida em que expõe as disparidades que emergiam e coexistiam com os modelos tradicionais.

A publicação de uma versão mais rigorosa da legislação que restringia a prática desportiva entre as mulheres parece ascender como tentativa de reiterar performatividades tradicionais de gênero entre elas, aparando arestas que escapavam aos sentidos macropolíticos estabelecidos. Silva (2015) relata a presença pujante da ideia de uma feminilidade essencializada, a qual estaria em risco pelo envolvimento da mulher com o futebol, fosse como praticante ou espectadora. Para ilustrar, a autora se refere a um episódio ocorrido no Peru, em 1969, em que um grupo de torcedoras, insatisfeitas com o árbitro da partida, invadem o gramado e começam a agredi-lo. A reprovação da manchete não se dirigia à atitude em si, mas sim ao fato de ter sido protagonizada por mulheres e pela suposta ameaça de que a “moda pegasse”, de modo a tornar tal conduta naturalizada entre as moças.

Nosso argumento ganha sustentação adicional ao considerarmos a intensa participação das mulheres na vida política durante o período, uma nova força social que se organizava, cada vez mais ganhando corpo e voz (PINTO, 2003). Além disso, os esportes, em geral, apesar de serem usualmente tomados, principalmente por alguns segmentos acadêmicos, como práticas alienantes ou “ópio do povo”, fornecem, também, uma ocasião para encontros, conversas, diálogos e debates, aspecto que pode colaborar para a formação de movimentos e associações, aglomerações que poderiam incomodar a cúpula militar (VIEIRA, 2017).

Dentre os novos modos de vivenciar e produzir a feminilidade, o período de intenso ânimo na vida política do país assistiu à participação significativa das mulheres nesse segmento. Segundo Pinto (2003), pelo menos desde os anos 1940, tem-se relatos de manifestações promovidas por mulheres no Brasil. A ocorrência de movimentos protagonizados por elas sinalizava para o rearranjo no cenário das forças políticas do país. Ainda que não fossem considerados feministas, uma vez que tinham como pauta a reivindicação contra a carestia, e não o questionamento da subordinação e dos papéis sociais atribuídos às mulheres, apontavam para a emergência de um novo grupo político organizado (PINTO, 2003). O engajamento das mulheres em lutas pela ampliação de sua autonomia contribuiu para tornar o movimento um nicho de resistência e enfrentamento aos autoritarismos e à austeridade que marcaram nossa sociedade ao longo da ditadura civil-militar (SARTI, 2004).

No período de chumbo, o futebol não passou alheio aos desmandos do governo militar. Além de ser visto como importante aliado na promoção dos valores do regime, uma vez que funcionava como canal de comunicação quase direto com as massas, dado seu caráter popular, o ludopédio foi utilizado como ferramenta para operar a tradicional política clientelista brasileira (VIEIRA, 2017). A situação de troca de apoio, em diferentes regiões do país, por uma vaga no campeonato nacional de clubes provocou um verdadeiro desgaste no futebol praticado por homens e, na ponta desse processo, castigou, principalmente, o corpo dos atletas. Sob o pretexto de promover a dita integração do país, o campeonato nacional, surgido em 1971, que iniciou com 20 equipes para a realização de 229 jogos, chegou a contar com 94 clubes, totalizando 581 partidas, em 1979 (HELAL, 1997). O fato pode ser expresso na frase que circulava na época: “Onde a ARENA vai mal, um time no nacional”.

É válido pontuar que o inchaço do calendário, além de fornecer meios para ampliação da base aliada nos confins do país, serviu como justificativa para atender aos interesses econômicos da ditadura ao garantir uma vasta agenda de apostas na Loteria Esportiva. Sua arrecadação se destinava “para fins sociais e para a promoção do desporto, cabendo ao CND a distribuição dos recursos” (PRONI, 2000, p. 142-143). Não por acaso, foi após a designação do Almirante Heleno Nunes para coordenar a Confederação Brasileira de Desportos (CBD), que respondia ao CND, que se observou o crescimento acentuado no número de clubes participantes da competição nacional (VIEIRA, 2017).

Apesar da tentativa de se reenquadrar as “feminilidades divergentes”, mediante publicação do decreto que recrudescer a regulamentação sobre os desportos femininos, é possível encontrar episódios que atestam a vida do futebol praticado por elas mesmo sob a proibição expressa. Conforme nos lembra Goellner (2005), a existência do impedimento, e mesmo o silêncio em relação ao futebol de mulheres durante o período entre 1941 e 1979, não significa a ausência absoluta dessa prática.

Silva (2015) analisou três periódicos paulistas entre 1965 e 1983, ano em que o futebol de mulheres foi, de fato, regulamentado, e rastreou as ocorrências perdidas, esquecidas ou não percebidas, bem como os conflitos em torno desse futebol clandestino, a fim de explicitar sua vida. A autora mostra que, no período anterior ao decreto destacado por nós nesta seção, os relatos sobre o futebol permaneceram ocupando as páginas dos periódicos, mas apresentavam uma característica especial: retratavam os jogos como espetáculos, os quais eram realizados por jogadoras vedetes e, frequentemente, estavam associados a algum evento beneficente. Para Silva (2015), tal modo de operar se configurava numa estratégia para realizar os eventos de modo a burlar a proibição, pois os situava no campo do entretenimento, e não do desporto.

Já os ensaios para promover o futebol de mulheres no interior dos clubes, ocorridos em equipes como Bahia, Santos e Vitória, recebiam marcação mais acirrada por parte dos órgãos e agentes repressores.

O que se verifica, a partir do estudo da autora, é o engajamento do CND na coibição e repressão de partidas que pretendiam desenvolver a modalidade como prática sistemática, em caráter competitivo e de rendimento. Portanto, o órgão se voltava para o impedimento do futebol de competição, não apresentando restrições ou considerando fora de sua alçada atuar na regulação do futebol de mulheres de caráter lúdico, recreativo e de entretenimento. Linhas micropolíticas de possibilidade para a afirmação do desejo futebolístico daquelas mulheres.

O mesmo pode ser notado na pesquisa apresentada por Moraes (2012), em que a autora mostra a ocorrência do futebol de mulheres no interior da Bahia, na cidade de Jequié, durante a década de 1970. Se, por um lado, o *Association* era praticado de modo relativamente livre e sem apresentar grandes ou enérgicos opositores, cumpre mencionar que ele se dava nos moldes de uma prática desinteressada, com aspectos de atividade lúdica. Conforme afirma um de seus entrevistados, os garotos que colaboravam para que o jogo das meninas acontecesse sequer levantavam o questionamento de serem mulheres jogando futebol, pois o que se sobressaía era a prática recreativa, o caráter de “brincadeira”. A pesquisadora retrata um quadro diferente ao examinar, na mesma pesquisa, a realidade do futebol praticado pelas mulheres em Feira de Santana, onde o rigor e a sistematicidade configuravam um cenário que dava abertura para manifestações de preconceito em relação às praticantes.

O trabalho de Silva (2015) deixa entrever a presença de uma prática sistemática e competitiva entre as mulheres no interior do estado de São Paulo. Para a autora, o afastamento em relação aos centros de controle dificultava a fiscalização sobre o seguimento da norma, o que contribuiu para a promoção do futebol de mulheres nessas regiões. Já nas capitais, a vigilância sobre a questão era viabilizada, justamente, por haver maior visibilidade desses eventos e maior proximidade em relação às instâncias de controle. Tais achados nos ajudam a compreender a geografia específica que verificamos, ainda hoje, no futebol de mulheres do Brasil, no qual os clubes de tradição e camisa estão localizados no interior dos estados ou fora dos grandes centros regionais¹⁹. Além disso, tais clubes são, geralmente, vinculados aos municípios (tal qual o clube participante de nossa pesquisa), num formato distinto do que, usualmente, se observa no futebol dos homens.

¹⁹ É o que podemos observar nos casos do Kindermann (SC), do Foz Cataratas (PR), da Ferroviária (SP), do Rio Preto (SP), do São José (SP), do Vitória das Tabocas (PE) e do Iranduba (AM), para citar apenas alguns.

Na esteira do que nos apresenta Silva (2015), encontramos o trabalho de Raphael Ribeiro (2018), que relata a história de confrontos entre duas equipes femininas do interior mineiro, o Vespasiano e o Oficina, ao longo de 1968, período em que o futebol de mulheres estava, explicitamente, proibido. Segundo o autor, as disputas começaram com o objetivo de arrecadar fundos para realizar reformas e benfeitorias na escola municipal, prosseguindo, depois, pelo desejo das jovens garotas em continuar jogando. À medida que o evento ganhou destaque na imprensa mineira, despertou a atenção dos agentes do CND, que recuou na decisão de reprimir as partidas dada a causa à qual se vinculava. Aqui, vemos, novamente, o recurso ao apelo e à vinculação à ação beneficente sendo utilizados como estratégia para driblar a proibição e as medidas repressoras que partiam do referido órgão.

No período posterior a 1965, Silva (2015) se depara com uma cobertura do futebol de mulheres que noticia o crescimento da modalidade no exterior. Ainda que focalizando o exterior, tal acompanhamento ajuda a evidenciar a existência deste futebol como esporte de fato, e não mais como espetáculo circense dos anos trinta (BONFIM, 2019), de artes, de vedete ou com caráter beneficente das décadas de 1950 e 1960 (SILVA, 2015) no Brasil.

Nas terras tupiniquins, a autora em questão retrata um intenso e vívido movimento do futebol varzeano entre as mulheres ao longo da década de 1970, inclusive com a participação de uma equipe da Polícia Militar, mesmo órgão responsável por abafar a prática quando desenvolvida em determinados moldes. Ela questiona sobre a ausência da repressão do CND naquele contexto, apontando como possível resposta sua ocorrência no cenário da várzea, locus futebolístico relegado à marginalidade por excelência: longe dos holofotes, do grande público e dos contratos publicitários.

Com isso, notamos que, nos anos 1930 e 1940, a exposição midiática das patrícias suburbanas do futebol parece ter colaborado para fomentar a campanha de seus opositores. Por outro lado, na década 1970, foi nas sombras dos campos de terra batida e dos gramados mais afastados dos olhos da mídia que as mulheres encontraram condições para produzir seu futebol. Cumpre mencionar, também, que, quando tais eventos ganhavam cobertura, apareciam recobertos de uma narrativa bastante distinta daquela observada na primeira metade do século. Como vimos, naquele período, o modo de visibilizar o futebol de mulheres trazia relatos das partidas, enfatizando uma dimensão técnica, os desentendimentos e brigas, mostrando um feminino não normativo. Já nos anos de 1970, os achados de Silva (2015) mostram que os textos jornalísticos atuavam na reiteração de normas e padrões de feminilidade com o uso abundante de adjetivos demarcadores do lugar tradicionalmente conferido às mulheres (por exemplo, beldades em campo).

A diferença evidenciada entre os períodos de 1930-40 e 1970 favorece a formulação de uma matriz explicativa comum: mais que um risco à saúde ou uma indisposição predeterminada biologicamente, a futebolista era vista como um risco à feminilidade instituída. Assim, o modo como se retrata esta personagem parece ser determinante no lugar que lhe será conferido no espetáculo esportivo: será vista ou permanecerá como sombra?

As formulações apresentadas dão sustentação adicional ao argumento da seção anterior: a proibição do futebol de mulheres parece estar associada à ameaça simbólica que a publicação e circulação de performatividades de gênero dissidentes oferecia ao modelo que se pretendia instituir e reproduzir como o feminino. Ao se fazer uma cobertura que enfatize os atributos “femininos” das jogadoras, sua presença na mídia deixa de ser alvo de questionamentos. Ora, o que seria isso senão a formatação do modo pelo qual se admite a entrada e a permanência das mulheres no jogo? Sobreposição macropolítica na tentativa de inscrever um sentido único sobre seus corpos.

O mesmo padrão linguístico mencionado por Silva (2015) despertou nossa atenção em consulta à revista *Placar*, edição de 13 de julho de 1979, na qual se encontra uma matéria sobre a equipe Garotas de Ouro da pequena cidade de Serrana, interior de São Paulo. A matéria é aberta com a seguinte frase: “A graça desse time é o seu rebolado” (CARDOSO, 1979, p. 22D), a qual, mais adiante, é retomada e justificada como mero elogio aos atributos “femininos” da equipe. Em que pese tal abordagem e as constantes referências à “feminilidade” das atletas, a equipe em questão aparece como destaque da revista por colecionar um cartel invejável: em 76 jogos, empatou apenas uma vez, não tendo experimentado a derrota ao longo dos seus cinco anos de existência. Além disso, estava entre os times ligados às causas beneficentes e eventos promovidos pelo próprio poder público, como aniversários das cidades do interior, prática que era comum no período e que não gerava respostas repressivas (SILVA, 2015).

O quadro explicitado nas páginas anteriores revela uma das facetas do momento em que a modalidade, paulatinamente, reconquista alguma visibilidade na mídia, começando a despertar o interesse em sua legalização e reconhecimento. Concomitante à visibilização desse futebol e das mulheres atletas, erigia-se o modo como tal prática deveria se manifestar: alinhado ao feminino normativo, branco, atrativo ao desejo do público masculino que acompanha o esporte, presumido como invariavelmente heterossexual e afastando ao máximo o fantasma do estereótipo da lesbianidade das jogadoras. Embora, é preciso ressaltar, a manutenção da modalidade às sombras não significava sua exclusão da maquinaria social mais ampla, na medida em que servia como contraponto necessário à sustentação da norma de

gênero coerente para as mulheres (RUBIN, 1993). Afinal, como nos lembra Butler (2003, 2019b), são as existências situadas como abjetas, ilegítimas, que demarcam as fronteiras do que se nomeia como norma, aliás, sempre o último elemento da relação a ser nomeado.

A prática é admitida, porém, sob condições específicas de como deveriam ser ou se apresentar as mulheres jogadoras, bem como a quais causas e com quais objetivos elas poderiam se engajar na prática da referida modalidade. O que seria isso senão efeitos de uma macropolítica na produção de recortes e segmentaridades para fazer caber esses corpos e existências em um lugar codificado de antemão e por agentes que lhe eram alheios?

1.3 A mudança de sentido: abertura para um futebol possível?

A década de 1970 foi efervescente tanto para o esporte brasileiro quanto para os movimentos feministas que faziam florescer os questionamentos sobre a situação social e os direitos das mulheres no Brasil. No esporte, a conquista do Tricampeonato Mundial de Futebol e a obtenção definitiva da Taça Jules Rimet fizeram brilhar os olhos dos militares com o potencial publicitário que poderia ser aproveitado pela ditadura, projetando uma imagem positiva desta seja no cenário interno, seja no exterior (BUENO, 2008; OLIVEIRA, 2012). Essa década também marcou a história do movimento feminista brasileiro com o crescimento significativo de eventos e reuniões promovidas para debater as desigualdades e violências vividas pelas mulheres em seus variados contextos e relações (PEDRO, 2006; CARVALHAES; MANSANO, 2016).

O endosso, por parte da Organização das Nações Unidas (ONU), das reivindicações e dos direitos das mulheres, mediante a definição do ano de 1975 como o “Ano Internacional da Mulher” e do decênio de 1976-1985 como “Década da Mulher”, auxiliou a respaldar o movimento brasileiro. Com isso, as lutas das mulheres brasileiras ganhavam novos contornos e começavam a sair da clandestinidade na qual se desenvolveu em anos anteriores, inclusive, por apresentar algumas vinculações com grupos e causas de oposição à ditadura (SARTI, 2004; PEDRO, 2006).

Na mesma década, precisamente em 1976, que se instaurou a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) nº 15/76, intitulada CPI da Mulher, cujo objetivo consistia em “examinar a situação da mulher em todos os setores de atividade” (BRASIL, 1978, p. 11). Tendo como fonte principal os depoimentos de mulheres brasileiras com diferentes ocupações, conjuntamente com a consulta de documentos dentre os quais se destacam os relatórios de organismos internacionais sobre o tema e os estudos tanto nacionais como

estrangeiros. A CPI protocolada em 1976 iniciou a oitiva das “personalidades”, como são apontadas as depoentes, em abril de 1977, estendendo-se até o dia 22 de setembro do mesmo ano. A publicação do relatório data de 1978 e soma 1282 páginas, divididas em dois volumes.

Dentre os diversos temas tratados, duas depoentes trouxeram destaque às desigualdades vividas pelas mulheres no desporto tanto em termos de estímulo à adesão da prática esportiva, nos variados níveis, quanto de diferenças de premiação em competições de alto nível. Cumpre destacar que ambas, a escritora Íris de Carvalho e a ex-nadadora e, à época, professora Maria Lenk, fizeram menção à legislação que impedia a prática de determinados esportes pelas mulheres brasileiras. Em suas falas, apontaram as normativas, já mencionadas aqui, como um exemplo da discriminação com base na morfologia do corporal e como uma das principais razões para o baixo número de mulheres registradas nas federações, portanto, aquelas que, efetivamente, participavam de competições. Ao especificar a informação, Maria Lenk afirmou que o número de atletas mulheres registradas correspondia a 6%, de acordo com o Diagnóstico da Educação Física e do Esporte, de 1971.

A despeito de sua especialização na natação, Lenk afirma considerar que era, sobretudo, a proibição do futebol que impedia o crescimento do desporto feminino, por se tratar do grande esporte nacional. Assim, a ausência de mulheres como expoentes da modalidade de maior projeção no país deixava as jovens sem ter em quem se inspirar, contribuindo para perpetuar o entendimento de que o desporto não é acolhedor ou propício aos membros do sexo feminino.

Apesar de o tema do esporte feminino não ter sido objeto de grande destaque no relatório final da CPI, ele foi contemplado entre as recomendações da comissão aos poderes instituídos. Especificamente, a recomendação de número seis propõe o seguinte encaminhamento: “6 – Revogar as determinações vigentes que limitam, quanto à mulher, as modalidades de esportes que pode praticar. E assegurar e mesmo estimular a presença de mulheres nas direções dos órgãos desportivos brasileiros” (BRASIL, 1978, p. 1282). Tal medida sinalizava para um movimento inicial, no âmbito do Estado, no sentido de revogar a referida proibição, bem como de atuar de modo a fomentar a participação das mulheres em cargos diretivos dos órgãos de gestão do esporte – ainda hoje, uma proposta que se encontra distante de ser realidade.

Foi em meio a esse cenário de efervescência na discussão e reivindicação dos direitos das mulheres que, em 1979, o CND publicou a Deliberação nº 10/79, revogando a proibição outrora em vigor (BRASIL, 1965). No primeiro ponto do documento, consta:

Às mulheres se permitirá a prática de desportos na forma, modalidades e condições estabelecidas pelas entidades internacionais dirigentes de cada desporto, inclusive em competição, observado o disposto na presente deliberação” (BRASIL, 1979, p. 20220).

O interesse pelo o alto rendimento fica explícito no documento, atestando o alinhamento em relação aos anseios da ditadura civil-militar (BUENO, 2008). O objetivo em angariar vitórias esportivas no cenário internacional servia ao regime como estratégia de projeção do país como potência mundial no segmento, além de que ajudava a criar uma imagem positiva do governo militar em território nacional, a qual se encontrava bastante comprometida e questionada à época. Mesmo abrindo a possibilidade da prática, o órgão de gestão desportiva não assumiu a responsabilidade da regulamentação, vinculando-a à iniciativa por parte das entidades internacionais.

De acordo com Silva (2015), a Federação Internacional de *Football Association* (FIFA) desempenhou um papel importante no processo de liberação da prática do futebol competitivo entre as mulheres brasileiras ao pressionar seus membros associados para organizar equipes e competições nacionais. Tal medida tinha em vista a intenção do órgão em promover um campeonato mundial da modalidade entre as mulheres (SILVA, 2015). Um modo de afirmar e manter seu monopólio sobre o futebol mundial. Assim, longe de demonstrar uma preocupação para com o tema mais amplo dos direitos das mulheres, a proposta tinha um caráter reativo frente às iniciativas autônomas de organizar competições entre seleções nacionais de mulheres, como ocorrera em 1970. Aqui, vemos como uma agitação no âmbito micropolítico de grupos autônomos, incluindo mulheres atletas, pode ter colaborado para provocar uma mudança de postura do órgão máximo de gerência da modalidade interessado em evitar o surgimento de “práticas alternativas” (produtos concorrentes) no futebol global.

Como já destacamos, a revogação da lei que proibia a prática sistemática do ludopédio entre as mulheres não significou sua efetiva regulamentação no âmbito dos clubes de futebol. Esta só foi obtida, de fato, em 1983, totalizando 42 anos de veto da prática do referido esporte às mulheres, nos termos da competição e do alto rendimento. Silva (2015) destaca que, em 1982, houve iniciativa por parte de Ruth Escobar, ativista feminista, em promover um jogo de futebol entre mulheres como parte das atividades de encerramento do “1º Festival Mulheres nas Artes”. As equipes formadas por atletas do Rio de Janeiro e de São Paulo iriam se enfrentar no Morumbi, em partida preliminar do jogo masculino entre São Paulo e Corinthians, mas recebeu parecer em contrário da agora denominada Confederação Brasileira de Futebol (CBF, antiga Confederação Brasileira de Desportos). Para a autora, a suposta

revogação de 1979 teria funcionado mais como uma mudança da justificativa para a proibição do que como efetiva autorização da prática do futebol de mulheres – se, antes, o impedimento era de cunho biológico, agora, se tratava de uma questão legislativa internacional, de modo que, não havendo regulamentação dos organismos estrangeiros acerca da modalidade, ela permanecia impraticável nos gramados nacionais.

Esse argumento encontra respaldo na deliberação nº 01/83 do CND, que aponta, dentre suas considerações na decisão de regulamentar e reconhecer a prática do futebol de mulheres: a) a existência de jurisdição sobre o tema na União Europeia de *Football Association*, com normas já baixadas e acolhidas pela FIFA sobre a prática deste futebol; b) o interesse da FIFA em organizar o futebol feminino, expresso pela constituição de uma comissão para estudar o tema (BRASIL, 1983). Apesar do reconhecimento, agora oficial, a entidade máxima de gestão do esporte brasileiro à época mantém uma restrição: “Art. 3º – É vedada, no futebol feminino, a prática do profissionalismo, até que a mesma seja regulamentada por lei” (BRASIL, 1983). Aqui, os órgãos oficiais de gerência tornam explícito um elemento que, segundo nossa hipótese, atuou, mesmo que de modo latente, para a referida proibição desde sua emergência: o veto ao futebol de mulheres consistia, além de uma medida de controle sobre seus corpos, num impedimento ao direito de atuar como trabalhadoras da bola.

Na mesma página do Diário Oficial da União, a Deliberação nº 2/83, que dispõe sobre o uso de propaganda e publicidade nos uniformes e equipamentos dos atletas profissionais de futebol, deixa evidente o reconhecimento, por parte do Estado, do futebol como trabalho (BRASIL, 1983). Porém, tal amparo se restringe à prática desempenhada pelos homens, conforme regulamentação obtida ainda em 1933, sob a gestão de Getúlio Vargas, defensor dos direitos trabalhistas, como atesta seu legado. Cumpre assinalar que, apenas recentemente, com a nomeação de Aline Pellegrino para atuar na CBF, houve sinalização de uma proposta para formalizar os contratos de trabalho em carteira, inicialmente, visando às atletas que atuam nos clubes que disputam a série A1 do Brasileirão (BARLEM, 2020).

Após esse período, a presença do Estado nos temas atinentes ao desporto acompanhou os movimentos observados no conjunto geral da sociedade brasileira, com a crescente abertura econômica ao capital estrangeiro e o alinhamento do país à esteira global do neoliberalismo, sobretudo, ao longo da década de 1990. Especificamente no campo esportivo, em 1993, com a aprovação da Lei 8.672/93 (BRASIL, 1993), denominada Lei Zico, extinguiu-se o CND, desvinculando, de modo formal, a relação entre o Estado e as entidades desportivas do país. Com a Lei 9.615/98 (BRASIL, 1998), chamada Lei Pelé, o giro neoliberal completava seu ciclo no âmbito das práticas desportivas, em particular, aquelas que

objetivam o rendimento. Se a lei de 1993 abriu às entidades a possibilidade de instituir o modelo de gestão do clube-empresa, em 1998, tal formato se tornava mandatário, convertendo clubes em entidades de direito privado.

Durante esse momento de intensas transformações, a abordagem específica da participação das mulheres na prática do ludopédio não figurou entre os objetos debatidos pelos dispositivos jurídicos estatais. De fato, podemos afirmar que foi um período de silenciamento do Estado sobre o tema. Ora, nada mais adequado ao quadro social, político e econômico que ganhava contornos: numa fase de abertura econômica e flexibilização, não faria nenhum sentido abordar um tema que demandava exatamente o oposto, a saber, a obtenção de formalidade, reconhecimento, com normas que garantissem a seguridade das praticantes. Haag (2018) fortalece nosso argumento, ao fazer uma breve comparação com os momentos históricos (trabalhismo nacionalista varguista x neoliberalismo de capital internacional) de demanda por profissionalização nos futebolis de homens e de mulheres, o que mostra a importância da análise contextual na problematização do tema.

Ainda que a questão da desportividade feminina tenha ressurgido na década dos anos 2000, tanto na Política Nacional do Esporte (BRASIL, 2005) quanto no II Plano Nacional de Políticas para Mulheres (BRASIL, 2008), o tema foi tratado de maneira bastante genérica. Usualmente, referia-se ao âmbito do esporte de participação, nas esferas do lazer e da recreação. Mesmo assim, já se podia observar a mudança de sentido nas políticas de esporte e lazer destinadas às mulheres.

No documento de 2005, podemos notar as mudanças entre as diretrizes definidas para a política esportiva, ao estabelecer: “A universalização do acesso e promoção da inclusão social [...] criando igualdade de oportunidades, prioritariamente, à população carente e aos marginalizados, como negros, índios, deficientes e mulheres das camadas mais pobres” (BRASIL, 2005, p. 36). Igualmente, dentre as ações estratégicas, focaliza-se o “fortalecimento da participação da mulher no esporte” (BRASIL, 2005, p. 41), confirmando a tentativa de reconfigurar o lugar feminino no desporto e estabelecer condições de equidade neste segmento. Antes cerceadas, agora, as mulheres se tornavam objeto de estímulo à prática desportiva indiscriminada.

Foi apenas no III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2013-2015) que se pôde observar o reaparecimento efetivo e específico da questão do futebol de mulheres. Deste, destacamos a referência explícita ao tema da profissionalização das mulheres no desporto em uma das linhas de ação apresentada pelo documento. Outro item a ser destacado encontra-se entre as metas estabelecidas: “F. Estimular a criação e consolidação de cinco competições

regionais, bem como a consolidação da competição nacional de futebol feminino” (BRASIL, 2013, p. 76). Além disso, o programa previa ações detalhadas que colaborassem para a execução de cada uma de suas linhas, definindo os órgãos responsáveis e os parceiros.

Situação bastante diversa daquela encontrada na Lei 13.155 de 2015, que trata do refinanciamento das dívidas dos clubes com a União. De modo geral, a lei condiciona a cessão dos benefícios à adesão de práticas de responsabilidade fiscal, financeira e de gestão (PROFUT) ali estabelecidas. Nela, o futebol de mulheres ressurgiu como tema do Estado e num dispositivo que trata, especificamente, das questões atinentes ao esporte. No artigo 4º, encontra-se arrolada uma série de contrapartidas a ser implementada pelos clubes que decidissem aderir ao programa de refinanciamento. É no inciso X que temos menção ao futebol de mulheres:

X – manutenção de investimento mínimo na formação de atletas e no futebol feminino e oferta de ingressos a preços populares, mediante utilização dos recursos provenientes: a) da remuneração pela cessão de direitos de que trata o inciso I do § 2º do art. 28 desta Lei. (BRASIL, 2015a).

Se, por um lado, constata-se a iniciativa de garantir condições para o fomento e a manutenção da categoria de base e do futebol de mulheres junto aos clubes, por outro, deixa uma lacuna significativa: afinal, o que é investimento mínimo? Na medida provisória (MP 671/2015), que originou a lei em questão, atribuía-se à Autoridade Pública de Governança do Futebol (APFUT), criada pelo mesmo regulamento e alocada no agora extinto Ministério do Esporte, a função de estabelecer: “Art. 21, § 1º, III – Padrões de investimento em formação de atletas e no futebol feminino, conforme porte e estrutura da entidade desportiva profissional” (BRASIL, 2015b), trecho que não consta na redação final. Embora não sanasse a omissão da lei na regulamentação do tema, o inciso mencionado demarcava, de maneira reiterada, a competência da APFUT para definir o “investimento mínimo”.

No texto aprovado, podemos considerar que tal atribuição fica abarcada pelo disposto no inciso II do artigo 19: “expedir regulamentação sobre o procedimento de fiscalização do cumprimento das condições previstas nos incisos II a X do caput do art. 4º desta Lei” (BRASIL, 2015a). Todavia a redação genérica pode deixar margens à interpretação e dificultar o uso da lei para respaldar reivindicações dos grupos interessados.

Além disso, a decisão do Supremo Tribunal Federal (ADI 5450/DF) quanto à inconstitucionalidade de algumas sanções previstas na lei (em especial, quanto à restrição em participar de competições desportivas) comprometeu a eficácia dela (MARCONDES; TOCCI, 2020). Dessa maneira, as contrapartidas estipuladas aos clubes na adesão do PROFUT podem se tornar sem efeito, posto inexistirem sanções contundentes ao seu descumprimento.

Assim, diferente do que ocorrera na legislação de 1941, na qual as mulheres figuravam como um dos objetos da política desportiva, em seu retorno a um texto legal sobre o tema, supostamente visando a fomentar a prática outrora impedida pelo próprio Estado, elas ocupam uma posição acessória. Há de se destacar, ainda, que o dispositivo jurídico trazido aqui também deixa de avançar num ponto central das reivindicações: o reconhecimento da prática do futebol por mulheres como atividade profissional. Tal regulamentação incumbiria aos clubes a obrigação de estabelecer contratos formais, com registro em carteira de trabalho e recolhimento previdenciário, trazendo algumas garantias de seguridade social às atletas. A crítica, porém, não significa desconsiderar integralmente seu conteúdo, na medida em que retoma o tema do futebol de mulheres em documento legal e mostra uma mudança de sentido no tratamento da questão ao abordá-la na esfera do alto rendimento.

Por fim, cumpre colocarmos uma questão fundamental na problematização das transformações ocorridas no campo do futebol de mulheres, no viés abordado por nós. No momento da proibição, a legislação que vetava a prática do futebol por mulheres parece ter funcionado como a corporificação de agitações e mobilizações que emanavam do campo social geral. Assim, a Lei serviu como canal expressivo aos anseios observados em parte da sociedade brasileira daquele período, havendo coextensividade entre os dois segmentos (Estado e sociedade). A forma que se estabeleceu para a relação “mulheres-futebol” possuía legitimidade, amparo social e institucional. Por outro lado, a nova formulação se apresenta como vetor descendente e que, como notamos na análise dos materiais legislativos em questão, carece de estratégias mais cotidianas para sua realização.

Desse modo, quando o Estado brasileiro afirmou que “a prática do futebol está proibida para mulheres”, ele se articulava a um vasto conjunto de organismos e atores sociais, institucionalizando um conceito que já passava por um processo de cocção nas composições relacionais de nossa sociedade. Quando assume a nova postura e proclama “os clubes devem fomentar a prática do futebol entre mulheres”, a situação se passa de modo diferente, uma vez que tal medida aparece desvinculada de um debate com agentes e órgãos que atuavam nas frentes de luta e promoção da modalidade. Carecendo de fundamentação e de um suporte vascularizado, capaz de atingir o cotidiano, estabelece um novo conceito que, no entanto, é vazio. Aqui, destacamos o alerta apresentado por Guattari e Rolnik (1996), no qual afirmam que a transformação revolucionária se atrela a:

uma espécie de mutação entre as pessoas, sem o que caímos na reprodução da sociedade anterior. É o conjunto das possibilidades de práticas específicas de mudança de modo de vida, com seu potencial criador, que constitui o que chamo de

revolução molecular, condição, a meu ver, para qualquer transformação social. (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 186-187).

Assim, vemos que o fim da proibição e a regulamentação do futebol de mulheres deixaram entrever formas de discriminação mais sofisticadas e sutis, ainda que não menos danosas e eficazes em seu alijamento do esporte. Revelam a mudança formal dos preconceitos que sustentam tais desigualdades, e não uma mutação, de fato, no entendimento sobre as atletas e a modalidade. Tal como a conquista do direito ao voto não garantiu equidade social, cultural, política e econômica para as mulheres, a regulamentação do seu futebol não lhes assegurou as necessárias condições de acesso e desenvolvimento da modalidade nos moldes do rendimento, dito desporto profissional. Mesmo sem a proibição jurídica vigente, mantém-se uma relação de tratamento desigual que, dentre outras coisas, reitera a hierarquia entre os gêneros observada no cenário mais amplo da sociedade brasileira.

No percurso traçado, nos deparamos com a atuação de um Estado que insistiu na codificação de um lugar para as mulheres futebolistas, estipulando as condições em meio às quais suas existências seriam admitidas, reconhecidas e visibilizadas. Tenhamos em vista que o momento de estabelecimento da proibição, assim como o de seu recrudescimento coincidiram com períodos de regimes autoritários no Brasil, primeiro, com o Estado-Novo varguista e, depois, com a ditadura civil-militar. Os governos autoritários são marcados, dentre outros elementos, pela tentativa de imposição de um regime monolítico de sentido, também podendo ser classificado como forma de violência simbólica: nada, além da versão oficial, é admitido como interpretação possível ao que quer que seja. Trata-se, portanto, de um período de enrijecimento de normas sociais, morais, de gênero e de sexualidade e que se expressa, no caso olhado por nós, no controle sobre os corpos, em particular, das mulheres.

Porém, como nos lembra Rolnik (2016, p. 51), a despeito das tentativas de delineamento de um campo rígido, “sempre escaparão afetos aos territórios e isso, mais cedo ou mais tarde, decreta seu fim”. Por meio do futebol de mulheres, vemos despontar fagulhas que reluziam possibilidades outras de produções corporais e subjetivas para as mulheres e para os modos de se jogar e fazer futebol. Eram centelhas de desejo que, ao transbordar, fugiam ao cerceamento que se lhes tentou impor. Não cabiam mais no lugar codificado para elas. Aliás, nunca couberam inteiramente.

2 POLÍTICAS PARAESTATAIS NO FUTEBOL

Como vimos, a prática do futebol por mulheres, no Brasil, esteve proibida por quase quarenta anos. Se considerarmos o intervalo até a regulamentação da modalidade, por parte do órgão nacional, chegamos a impressionantes quarenta e dois anos de impedimento. Mas qual o efeito disso? O maior e mais visível é, certamente, a demora para que se desenvolvesse uma estrutura institucional da modalidade, com clubes e campeonatos oficiais. As mulheres sempre jogaram, mesmo enquanto a lei que as proibia estava em vigor. Para isso, usavam de subterfúgios, como os jogos beneficentes ou de caráter festivo, ou mantinham competições de várzea, às sombras do espetáculo.

Mesmo com a regulamentação e a queda da proibição **no âmbito do** Estado, o que se viu, durante muito tempo, foi uma modalidade que se esforçava para se estabelecer e ter continuidade. Sua peleja nos trinta anos seguintes dependeu, majoritariamente, de subsídios do poder público (ALMEIDA; PISANI, 2015). De objeto direto de uma política, o futebol de mulheres se tornou um apêndice.

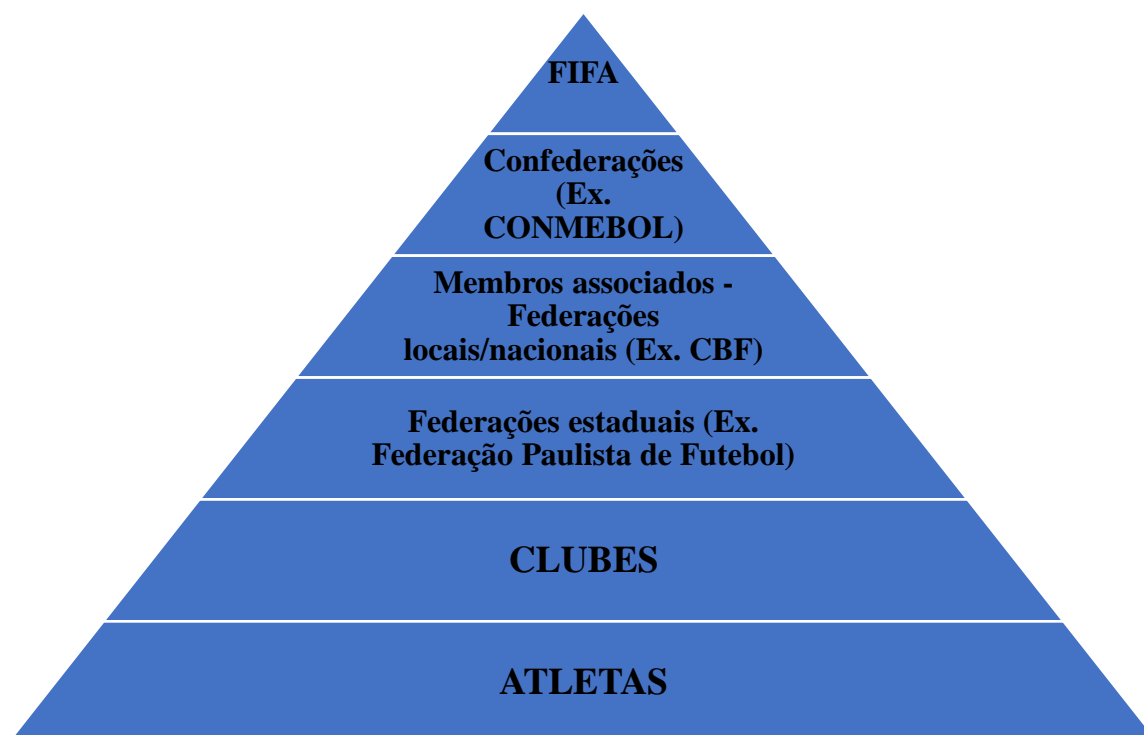
Se as políticas adotadas pelo governo brasileiro, na história recente, para institucionalizar a modalidade são parcas e repletas de fragilidades que dificultam sua implementação ou tornam duvidosa sua eficácia, a ação da FIFA tem produzido efeitos interessantes no sentido de movimentar a organização do campo. Uma história que se iniciou apenas em 1991, quando a FIFA promoveu o primeiro campeonato mundial reconhecido pela entidade, em sugestivo tom de resposta às iniciativas paralelas de organização de torneios, como ocorrera no México em 1970, que vinham angariando bom público pagante sob o uso da marca “Copa do Mundo” (SILVA, 2015).

Organismos multilaterais do esporte, como FIFA, Comitê Olímpico Internacional e federações internacionais das diversas modalidades esportivas atuam como centros de poder monopolizador que codificam regras, organizam eventos, estabelecem calendários oficiais, detêm a exclusividade na negociação comercial das imagens do espetáculo esportivo e na captação dos rendimentos derivados dessas operações. São Estados sem território, na medida em que suas definições são seguidas por todas e todos, mundo afora, que desejem adentrar no universo das competições esportivas. Suas regulamentações podem, inclusive, sobrepor-se às dos países que são escolhidos para sediar os eventos promovidos, tomando, momentaneamente, uma parcela do território nacional sob seu domínio. Assim, locais de competição e outros espaços nas cidades do país-sede são convertidos, por exemplo, em

“território FIFA”, numa evidente confusão de soberania com o Estado-nação onde se estabelece (DARN, 2011).

Disso, podemos depreender o alcance e a força de tais agências. No caso do futebol, portanto, a FIFA procura manter o monopólio sobre tudo que diga respeito à modalidade no âmbito da competição de alto rendimento. De maneira resumida, uma representação gráfica do organograma institucional do futebol poderia ser:

Figura 5 – Organograma institucional do futebol



Fonte: Autora, 2022.

O futebol se apresenta, assim, como uma instituição de hierarquia verticalizada, em que a FIFA é a instância controladora máxima. As políticas que adota assumem força de lei dentro da instituição, como prescrições e proscricções a serem respeitadas pelos estratos inferiores, sob pena de exclusão do futebol institucional, chamado por Damo (2005) de Sistema FIFA-IB²⁰:

Sendo assim, em todas as partes do planeta e independente de quaisquer variantes locais, as equipes ligadas a clubes que fazem parte do sistema FIFA-IB praticam a mesma modalidade de regras e, portanto, modalidades de usos do corpo muito próximas. A circulação de atletas é assim facilitada pois, apesar das variações locais, eles são dotados de uma espécie de gramática incorporada em forma de disposições para a prática de uma linguagem universal. (DAMO, 2005, p. 39).

²⁰ IB – Corresponde à *Internacional Board*, instituição ligada à FIFA e que detém o controle sobre as regras do *Association*.

É nessa dinâmica que se estabelece uma forma-futebol hegemônica na qual se estatizam as regras, convertendo o jogo e as práticas corporais em “esporte” (HUIZINGA, 2019). Mas, para além do que diz respeito, estritamente, ao funcionamento do jogo, a forma-futebol hegemônica demarca um território abstrato que atua sobre as maneiras de organizarem e produzirem o esporte e as relações entre os agentes que o operam, estipulando o que é permitido ou banido dos gramados. A forma é assim definida pelo funcionamento de uma máquina de cortar e recortar:

É ela, o instrumento geométrico, que emite um raio laser e faz reinar por toda parte o grande corte significante, restaura a ordem molar por um instante ameaçada. A luneta para recortar *sobrecodifica* todas as coisas; trabalha na carne e no sangue [...] uma linha de segmentaridade dura em que todo mundo será julgado e retificado segundo seus contornos, indivíduos ou coletividade. (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 80-81).

Com isso, define-se o que será mostrado e o que permanecerá invisibilizado: os corpos que ali circulam, os modos como se movimentam no jogo e no sistema interconectado de clubes, as sexualidades e performatividades de gênero cuja expressão será admitida. Vemos se desenhar o modo de funcionamento macropolítico e o tipo de formações que ele anuncia: corpos disciplinados, gêneros binários, relações de trabalho regulamentadas – uma forma-futebol hegemônica.

Vale lembrar que a estatização promovida pelas entidades gerenciais corta e recorta o jogo num âmbito específico, o alto rendimento e as categorias para sua manutenção (formação), com sua racionalidade orientada pelo par vitória-derrota e, mais recentemente, pela geração de lucros. Certamente, a face mais visível do fenômeno, mas que, definitivamente, não é a única, como também nos lembra Damo (2003, 2005). Temos inúmeras iniciativas que promovem o futebol em meio a outros lugares e com outras perspectivas, produzindo seu selo de qualidade e legitimidade nas (re)invenções do jogo, sem passar pelo centro codificador do Sistema FIFA. Nesse sentido, temos, por exemplo, movimentos como a LiGay, liga esportiva criada por e para pessoas LGBTI (ANJOS; SILVA JÚNIOR, 2018), que promove disputas com equipes mistas, e o Futebol *Callejero*, criado na Argentina nos anos 1990 e que propõe que as regras do jogo sejam decididas e acordadas entre os jogadores antes do início da partida, bem como que as partidas sejam mistas (VAROTTO; SOUZA JÚNIOR, 2020). O formato misto também começou a ser adotado na *Homeless World Cup* (www.homelessworldcup.org/), torneio que reúne os praticantes do Futebol Social (www.futebolsocial.org.br), mais uma iniciativa fora do circuito FIFA.

No contexto do âmbito estatizado do futebol, é válido ressaltar que o exercício do poder não se dá apenas no sentido *top-down*, sendo que as agitações e mobilizações nos segmentos de base da pirâmide também reverberam na ponta, contribuindo para que se repensem as práticas de gestão e regras, explícitas ou tácitas, em vigor. É preciso atentar, também, para o fato de que a atualização das determinações estabelecidas pelo topo se dará sempre em meio a jogos de poder e relações locais. Além disso, a instituição futebolística, assim como outras, não é hermética. Os discursos que adota são atravessados por forças do capital financeiro, dos agentes institucionais (como as/os atletas), da mídia e outros organismos multilaterais, como a Organização das Nações Unidas, por exemplo.

É em meio a esse conjunto difuso de linhas que vemos se organizar uma resposta mais contundente da entidade máxima do futebol às desigualdades de gênero na modalidade a partir de 2016. Naquele ano, a FIFA anunciou a criação de um departamento para o futebol feminino e promoveu alterações em seu estatuto, incluindo a igualdade de gênero como um dos preceitos a serem observados por todo aparato institucional do futebol (ALMEIDA, 2019). Desse modo, impunha a necessidade de que os estatutos de Confederações e Membros Associados atentassem para a importância da igualdade de gênero no futebol. Além disso, arrolou o tema entre os objetos de debate na conferência anual da entidade.

A partir daí, foi possível notar movimentações significativas no campo das Confederações e Membros Associados bastante efetivas para a realidade cotidiana das atletas nos clubes. No caso do Brasil, vinculado à Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL), as mudanças vieram pelo condicionamento da participação das equipes masculinas nos principais campeonatos nacionais e continentais à existência de equipes femininas no clube (MAGRI, 2019).

Recentemente, nos anos de 2018 e 2020, tivemos o lançamento de três importantes documentos. Em 2018, o plano estratégico para o desenvolvimento do futebol de mulheres (FIFA, 2018). Em 2020, o estabelecimento de padrões globais mínimos para a formulação do contrato de trabalho para atletas, com foco na cobertura dos direitos das atletas gestantes, alterando os Regulamentos sobre o Status e Transferência de Jogadores (FIFA, 2020a). Por fim, o Programa FIFA de desenvolvimento das mulheres, também de 2020 (FIFA, 2020b), alinhado ao plano estratégico de 2018.

Acerca das definições sobre os contratos de trabalho, ficavam garantidos os direitos à licença-maternidade remunerada, à seguridade de retorno às atividades e ao recebimento da multa rescisória e indenização em casos de rompimento unilateral de contrato pelos clubes. Ainda, nos casos de quebra unilateral de contrato, prevê sanções esportivas (como

impossibilidade de registrar novas atletas por determinado período) e multas aos clubes (FIFA, 2020a). Um avanço importante e necessário no que diz respeito à proteção das atletas gestantes. Todavia é interessante notar que a cobertura socioinstitucional das atletas trabalhadoras comece a se tecer exatamente a partir do lugar da maternidade.

Gostaríamos, contudo, de ressaltar o planejamento estratégico de 2018. O documento apresentado busca abranger os diversos estratos institucionais do futebol global em um programa robusto e complexo. Estabelecendo como objetivos principais o crescimento na participação, a melhoria do valor comercial e a construção das fundações, prevê a execução baseada em cinco pilares estratégicos: desenvolver e crescer; competir; comunicar e comercializar; governar e liderar; formar e empoderar (FIFA, 2018).

De modo geral, pode-se notar a presença de um plano que tem em vista as especificidades do futebol de mulheres e mira pontos-chave das principais dificuldades institucionais enfrentadas. Isso se evidencia, por exemplo, na importância atribuída à inclusão do futebol como conteúdo curricular na escolarização das garotas e à ampliação da liderança feminina na entidade, na proposta de criação de estratégias de *marketing* próprias e no fomento à investigação científica e aos programas médicos, visando à prevenção de lesões e à melhoria das condições de jogo, de modo a prolongar a longevidade esportiva das atletas.

A orientação econômica e a motivação financeira do programa também são de fácil constatação, sendo que, já na abertura, se faz referência aos sucessos de público e transmissão conquistados na Copa do Mundo do Canadá, em 2015. Não se trata de condenar a proposta por tal razão, mas apenas de deixar marcado que a aposta vem num momento em que a entidade vê o futebol de mulheres como segmento potencial para expansão do mercado futebolístico global. Surfar na onda do mercado pode, sim, trazer visibilidade e alguma oportunidade, mas é permanecer sujeita às suas flutuações, ao que é preciso se manter em alerta, principalmente os coletivos de atletas e as demais trabalhadoras acionadas num momento de inflacionamento comercial.

Por fim, algumas inquietações surgiram na consulta ao documento. Frases como “Implementar uma estratégia de marca distinta para o futebol feminino que inspire desportistas e fãs, e lhe confira uma **nova identidade para complementar a do futebol masculino** e enriquecer a imagem geral do esporte rei”²¹ (FIFA, 2018, p. 15, grifo nosso), “Renovar a estratégia de venda de entradas e desenhar um modelo que integre o **aspecto**

²¹ Tradução livre de: “*Implementar una estrategia de marcas para el fútbol femenino que inspire a deportistas y aficionados, y le otorgue una nueva identidad complementaria a la del fútbol masculino y, en definitiva, enriquezca la imagen general del deporte rey*” (FIFA, 2018, p. 15).

«familiar» do futebol feminino”²² (FIFA, 2018, p. 15, grifo nosso) e “A FIFA reunirá e analisará dados médicos de jogadoras a fim de prevenir lesões, melhorar as condições de jogo e estudar a biologia feminina”²³ (FIFA, 2018, p. 19, grifo nosso) levantaram dúvidas e causaram estranhamento. O que seria o “aspecto familiar do futebol feminino”? Apresentá-lo como um “programa para a família”? Pelo que se define tal caracterização? Ou se trataria apenas de um programa de venda de ingressos? E a “identidade complementar a do futebol masculino”? Não teríamos aí a persistência do binarismo que hierarquiza masculino e feminino? Quais as implicações de tal projeto para o futebol de mulheres?

No que se refere ao estudo da biologia feminina, entendemos que especificidades dos organismos precisam ser conhecidas, no intuito de melhorar a qualidade da preparação das atletas e do atendimento prestado a elas. Entretanto o enunciado aciona um sinal de alerta acerca das práticas regulatórias dirigidas aos corpos femininos no esporte, que acompanham as mulheres desde os primórdios de sua participação no desporto institucional, para definir sua legibilidade esportiva (PIRES, 2021). O processo para definição de corpo feminino elegível no esporte é orientado por marcadores hormonais (já tendo sido composto por exame visual e tátil) e, não raro, acionado para responder às suspeitas sobre a “feminilidade” de atletas que são alvo de constante escrutínio semiótico (PIRES, 2020) em razão, por exemplo, da musculatura hipertrofiada ou da ossatura alargada. Retomando a noção de “exclusão constitutiva” proposta por Butler (2019b), vale questionarmos: quais seriam as novas margens demarcadas para se constituir a legitimidade de um futebol “feminino” ou mesmo de um futebol de “mulheres”? O tema aqui versa sobre questões relacionadas a corpos cis, intersexuais e corpos trans²⁴, o que extrapola o escopo deste estudo, mas que merecem ser mencionadas mesmo que brevemente.

2.1 Problematizações sobre a criação do S para falar, escrever e jogar os futebolis

²² Tradução livre de: “Renovar la estrategia de venta de entradas y diseñar un modelo que integre el aspecto «familiar» del fútbol femenino” (FIFA, 2018, p. 15).

²³ Tradução livre de: “La FIFA reunirá y analizará datos médicos de jugadoras con el fin de prevenir lesiones, mejorar las condiciones de juego y estudiar la biología femenina” (FIFA, 2018, p. 19).

²⁴ Em termos gerais, podemos diferenciar corpos cis e trans em relação à posição assumida pelos sujeitos acerca da identidade de gênero que lhes é atribuída no nascimento. Para os corpos cis, pode-se dizer que tal relação se aproxima mais de uma conformidade, enquanto os corpos trans intensificam o tensionamento da referida identidade. Com efeito, tais posicionamentos se expressam, dentre outros aspectos, nos modos de subjetivação, corporalidades e performatividades de gênero produzidos.

Arlei Damo, antropólogo brasileiro do futebol, começou a criação de um belo problema para o campo dos estudos futebolísticos logo no início deste século. Em 2003, em um artigo de sua autoria, intitulado “Monopólio estético e diversidade configuracional no futebol brasileiro”, ele nos chama atenção para as múltiplas formas de expressão desse jogo que tanto nos envolve. Pluralidade que, por vezes, é obliterada em favor de apenas uma de suas manifestações: o futebol profissional. Efeito, em grande parte, das narrativas midiáticas que centralizariam a produção e a veiculação de imagens sobre o fenômeno, criando a impressão de que a totalidade do real se reduziria ao que é mostrado (DEBORD, 2003).

A crítica de Damo (2003) se dirige também ao universo acadêmico, que, segundo ele, se encontraria refém da narrativa midiática ao eleger o futebol como objeto de estudo, limitando-se, por isso, à investigação do futebol profissional. Para o autor em tela, o estrato privilegiado nas análises designaria apenas uma das facetas que podem ser subsumidas do futebol. Além desse, existiriam, ainda, o futebol de bricolagem (popularmente conhecido como pelada), o futebol comunitário (chamado futebol de várzea) e o futebol escolar. Uma desmembramento inicial do futebol em quatro configurações possíveis.

Por configurações futebolísticas compreendo as segmentações possíveis de um universo amplo e diversificado cujo termo futebol unifica. As quatro segmentações ou matrizes são conexas umas às outras, mas cada qual possui sua especificidade. O que permite distingui-las não é propriamente o significado atribuído à prática, mas o espaço, o tempo e a morfologia social. (DAMO, 2003, p. 136).

Passados quinze anos da invenção desse problema para o campo, o autor retorna ao termo destacando os modos pelos quais ele foi apropriado em pesquisas sobre o tema (DAMO, 2018). Na nova discussão, Damo (2018) aponta para as implicações políticas do conceito de *futebóis*, o qual tem amparado reivindicações de reconhecimento e legitimidade para as práticas que se afastam do futebol espetacular e centralizado em torno da figura do homem cis-hétero que performa uma masculinidade normativa. Feitas essas considerações preliminares, passaremos a uma tentativa de problematizar os processos envolvidos na criação de um jogo plural, focalizando a dimensão do futebol de mulheres na relação com órgãos de gestão da modalidade no Brasil.

Começemos por tratar da estratégia empregada atualmente pela CBF no sentido de tentar institucionalizar o futebol de mulheres. Seguindo normativas internacionais definidas pelos órgãos de gestão da modalidade – FIFA (2016) e CONMEBOL (2018) –, para impulsionar o crescimento e organização do futebol de mulheres, a CBF decidiu colocar em prática uma estratégia para forçar os clubes a criarem e manterem equipes femininas. A medida prevê, desde 2019, como requisito para o licenciamento dos clubes para participação

em competições nacionais e internacionais (masculinas), a existência de uma equipe feminina sênior e de base vinculada ao estabelecimento e disputando competições oficiais. O documento definia, ainda, que o vínculo poderia ser direto, com uma equipe mantida pelo próprio clube, ou indireto, por meio de parcerias com clubes que atendessem a essas condições. Além disso, solicita o encaminhamento dos documentos comprobatórios que atestem o vínculo e descrevem a estrutura que será disponibilizada a essas equipes (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, 2018). À vista do referido projeto, gostaríamos de trazer dois aspectos para serem problematizados.

Primeiro, a tentativa de institucionalizar e difundir o futebol de mulheres parece reafirmar um lugar periférico, estabelecendo-o como uma moeda de troca para possibilitar o acesso às principais competições masculinas, como sugere o título da matéria na Gazeta do Povo: “Por libertadores, Athletico fecha parceria para time de futebol feminino” (POR..., 2018). Sem qualquer diretriz ou parâmetro para os ditos contratos de parceria, os clubes de mulheres ficam à mercê das oscilações de seus “padrinhos” nos campeonatos que os interessam, podendo ter os contratos desfeitos repentinamente quando não têm que disputar competições que solicitem esse requisito.

Por outro lado, mesmo que os ditos “clubes de camisa” resolvam iniciar projetos próprios, como, aliás, foi o caso do próprio Athletico Paranaense (ATHLETICO..., 2019), ainda vemos a necessidade de tensionar a medida, agora, pelos seus desdobramentos simbólicos. Retomamos uma questão já levantada neste texto: a camisa que pesa sobre o peito dos homens é a mesma que pesa sobre o peito das mulheres? O futebol de mulheres tem uma história própria e que é visibilizada, celebrada e fortalecida tanto na academia (BONFIM, 2019) quanto nos espaços culturais, até então, reservados a um futebol “canônico”. Exemplo disso é a exposição promovida pelo Museu do Futebol de São Paulo, em 2019, “Contra-ataque! As mulheres do futebol”. Os clubes tradicionais são outros, e é essa diversidade que parece ser suprimida por meio de medidas como a foi implantada pela CBF, encaminhando aquilo que chamamos de processo de latifundização do futebol.

A latifundização do futebol se refere a um processo de acumulação de poder econômico e simbólico por um número reduzido de clubes, o que, com efeito, resulta, dentre outras coisas, numa centralização geográfica, limitando as zonas de acesso para formação e prática desportiva com vistas ao alto rendimento. Tal processo, em nossa avaliação, opera em favor da adequação a um formato já conhecido e consagrado de futebol. Além disso, caracteriza-se como tentativa de homogeneização clubística ao criar uma situação que

favorece o desnivelamento de condições competitivas em razão da desigualdade de recursos disponíveis entre os clubes.

O trabalho realizado por Mariana Zuaneti Martins, apresentado durante o “1º Simpósio Nacional sobre Futebol e Ciências do Esporte”, promovido pelo Centro Esportivo Virtual (CEV), em 2021, corrobora o argumento. Ela mostra que, a partir de 2019, ano em que entrou em vigor a regra do licenciamento, a representatividade dos clubes no *ranking* nacional passou a ser maior entre as regiões com entidades de tradição no futebol masculino (Sul e Sudeste), em detrimento de outros, principalmente o Norte, nos quais se observa as maiores taxas de prática do futebol entre mulheres. Com isso, a questão colocada é: o modelo proposto colaboraria para uma democratização do futebol de mulheres? Ou, como dissemos anteriormente, se adotado o referencial do futebol masculino, a partir de quais exclusões se produzirá a legitimidade de um futebol de mulheres, ou melhor, de um futebol feminino?

A disparidade econômica para aplicação de recursos e investimento em contratações, somada às medidas institucionais que favorecem a entrada dos ditos “clubes de camisa” nas principais competições (KESSLER, 2015), sob a justificativa de atrair público, delineiam o cenário latifundiário. Neste, apenas poucos clubes detêm as condições de participação competitiva real, fazendo com que aqueles, outrora tradicionais, percam expressividade²⁵.

A crítica reside na insistência em se assumir o futebol masculino como modelo, de modo a que o futebol de mulheres seja passivamente assimilado e moldado tal qual seus pressupostos e história. Não seria possível um processo de institucionalização e profissionalização que considerasse as singularidades do futebol de mulheres, contribuindo, assim, para criar um futebol plural (futebóiS)? É certo que a regulamentação macropolítica, com suas linhas de segmentaridade dura, é necessária para assegurar condições de trabalho e seguridade social para as atletas, mas disso não resulta que seja imperativo seguir o rastro dos caminhos percorridos pelo futebol masculino. Recorrendo a uma citação do escritor Scott Fitzgerald, Deleuze e Guattari (2012, p. 79) trazem alguns alertas, sob a forma de questões:

“Uma verdadeira ruptura é algo a que não se pode voltar, que é irreversível porque faz com que o passado tenha deixado de existir”. Será possível que as viagens sejam sempre um retorno à segmentaridade dura? [...] Será preciso acreditar que a própria segmentaridade flexível torna a formar no microscópio, e miniaturizadas, as grandes figuras das quais pretendia escapar? (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 79).

²⁵ Alguns desses efeitos podem ser vislumbrados pela consulta ao *ranking* da CBF (CAMPOS, 2022): <https://br.bolavip.com/corinthians/Corinthians-lidera-ranking-da-CBF-do-futebol-feminino-20220120-0070.html>.

A proposta de um circuito futebolístico paralelo ao Sistema FIFA, tal qual os exemplos já mencionados, é instigante. Nesse caso, teríamos em algo similar a uma cooperativa, em que atletas e clubes teriam participação direta nas decisões e na organização de competições, negociações de contrato de patrocínio e direitos de transmissão, estabelecendo também os critérios de divisão dos lucros auferidos. É válido considerar, contudo, que iniciativas similares, no âmbito dos clubes, já foram ensaiadas no futebol masculino, nomeadamente o Clube dos 13²⁶ e a Primeira Liga do Brasil²⁷, mas foram frustradas em seus propósitos.

Por outro lado, não se pode negar que o respaldo de uma instituição centenária, como a FIFA, possibilitaria acesso e compartilhamento do amplo e sofisticado aparato técnico, tecnológico, político e financeiro no processo de profissionalização, como demonstra o plano estratégico abordado na seção anterior. Porém, é preciso que se garanta tal acesso e compartilhamento, bem como o protagonismo das atletas e gestores/as do setor na construção e execução do projeto de profissionalização. Nesse caso, vislumbraríamos, talvez, uma via intermediária entre a assimilação passiva, a subjugação total e a produção do zero na construção da legitimidade das mulheres no futebol. Alternativa que poderia, inclusive, apresentar questões importantes para problematizar as práticas de gestão e modelos/padrões de conduta naturalizados no futebol hegemônico. Afirmar de uma diferença no futebol, não como novo modelo a ser seguido, mas como um incômodo que interroga.

Essa terceira via, ao que nos pareceu a partir do diálogo com a banca na qualificação, se aproximaria de um processo de fusão (e não de mera assimilação), sendo conduzido por agentes produzidas/os nesses gramados, jogadoras, ex-jogadoras e demais profissionais conhecedores da modalidade. Mas o que muda entre assimilação e fusão? Ao adotar uma proposta de fusão, deixaríamos de falar em mera introdução de uma prática dissidente de um território instituído e tido como legítimo – feita ao custo dos cortes e recortes para sua adequação – para promover uma reconfiguração do próprio território, com outras aberturas. Reconfiguração que poderia fundir características de ambas as modalidades: O futebol, até então legítimo, e um futebol Outro, até então modalidade dissidente, mantendo em vista que a ampliação formal do reconhecimento (por meio de instrumentos legais, jurídicos, institucionais etc.) não garante, por si só, a mudança do seu *status* social.

²⁶ Mais informações disponíveis em Souza (2019): <https://trivela.com.br/brasil/como-surgiu-o-clube-dos-13/>.

²⁷ Mais informações disponíveis em Ambrósio (2019): <https://www.goal.com/br/not%C3%ADcias/primeira-liga-o-fim-do-torneio-que-nasceu-para-dar-certo-so/5k8wc3hpz0cj1ryxxu1dz4hxw>.

PERCURSOS DE CAMPO

Joana é nascida no interior de São Paulo. Autodeclara-se negra. À época, contava com 22 anos. Gosta de se expressar pelas palavras escritas. Disse produzir pequenos textos e poesias nos horários vagos. Ela nos relatou que, por algum tempo, esteve envolvida com discussões sobre racismo e feminismo. Segundo ela, tinha postura ativista e procurava debater com as pessoas sobre tais temas. Cansou-se. Muita energia para poucos resultados, de acordo com ela. Mas a veia de ativismo negro e feminista segue pulsando ali. Foram chaves acionadas por ela durante as lembranças de sua trajetória esportiva. Integrante da equipe principal do time parceiro na pesquisa, ela morava no alojamento, situação de várias nuances, atravessada pelos desafios do convívio coletivo com “estranhos”, da privacidade e da solidão. Joana conta que veio de família pobre, origem que marca a dimensão concreta de seu sonho: o futebol é visto como meio para que possa dar uma casa para a mãe, ajudar as irmãs a estudarem, prover ao sustento dos sobrinhos. Deseja, também, fazer um curso superior, já tendo cogitado Jornalismo, Fisioterapia e Psicologia. Conta que teve na mãe a figura que mais a ajudou no começo. Mesmo com cinco crianças e uma casa para cuidar, fatos que Joana faz questão de enfatizar, a mãe saía com ela à procura de treinadores, projetos ou equipes para que a filha pudesse jogar futebol. Inicialmente, jogou futsal pelo Guarani, passando, depois, ao futebol de campo da mesma equipe, antes de chegar ao clube parceiro da pesquisa.

Viviane é mineira e se autodeclara afro-brasileira. Aos 25 anos, a atleta da equipe principal recorda do tempo de criança, quando tirava a cabeça das bonecas para jogar futebol. Vem de uma família de classe média baixa que é apaixonada por esporte. Disse que sempre foi muito apoiada, principalmente pelo pai. Mineira que foi aos “Estates” para jogar o *soccer* e estudar administração de empresa. Recorda que, quando chegou ao estrangeiro, não sabia falar inglês: “Cheguei morrendo de fome [...] Pensei ‘e agora, como que eu vou pedir comida?’”. Mesmo sem saber, foi. Aprendeu no ato, com a ajuda de um colega falante de português que se tornou seu professor. A andança pela América lhe deu bases para importantes estranhamentos sobre como se conduz o futebol de mulheres no Brasil. Sua tranquilidade mineira não sobrepuja as críticas que levanta à gestão nacional e dos clubes, bem como às estratégias de organização e reivindicação das atletas. Aqui, mora no alojamento destinado à equipe principal, dividindo o espaço com mais de vinte mulheres. Também realça os desafios do convívio e a falta de privacidade. Em seu currículo, acumula atuações pelo Atlético Mineiro, pela universidade estadunidense e pela Seleção Brasileira. Registra, ainda, três lesões graves no joelho, que marcaram o corpo e a memória.

Paula é do interior paulista, à época da entrevista, com 28 anos. Uma mulher de poucas palavras. Se autodeclara indígena. Segundo ela, a história de suas origens é confusa, mas o pai dizia que sua bisavó havia sido “encontrada” na mata. Conta que a família era de origem pobre, mas teve alguma ascensão ao longo dos anos e, atualmente, integra a fatia da classe média brasileira. Até aquele momento, não cursava o ensino superior. Diferente de outras atletas, ela não reafirma a narrativa mitológica de predestinação ao futebol. Se imaginava jogando qualquer coisa, menos futebol. Sua chegada ao esporte decorreu da baixa estatura que a inviabilizou para o vôlei. No começo, enfrentou resistência dos pais, mas não motivada por preconceitos. Um histórico de bronquite na infância comprometera sua respiração, e a família se preocupava que a maior exigência cardiorrespiratória do futebol pudesse gerar algum problema. O sonho mesmo era a Seleção Brasileira. E foi realizado no impensável futebol, com direito ao Ouro nos Jogos Pan-Americanos de 2015. Além da Seleção e do clube da pesquisa, jogou pelo Braga, de Portugal, por volta de 2016/2017. Retornou por saudades da família. Logo após a perda do pai, Paula sofreu mais um golpe: uma lesão muscular que a afastara dos gramados por sete meses. Disse que foi o futebol, enquanto prática e espaço de importantes laços de amizade, que lhe deu forças no processo de luto e na recuperação da lesão.

Fabíola é capixaba, do interior do Espírito Santo. Mulher, branca, de classe média alta, lésbica. Na época, tinha 28 anos. Morava no alojamento, junto com as demais atletas da equipe principal. Inicialmente, a paixão pelo futebol foi compartilhada e vivida com o irmão, com o qual participava de partidas promovidas por seus amigos. Surgiu para o alto rendimento aos 18 anos, após participar de um campeonato de futsal pelo time de sua cidade que lhe rendeu um convite para jogar no Ipatinga, de Minas Gerais. Foi. Tentou. Desistiu. Condições difíceis, atrasos no pagamento da ajuda de custo. Retornou à casa dos pais e decidiu retomar os estudos. Em suas veredas, sempre ficou dividida entre os estudos e o futebol. Disputa que, até hoje, foi vencida pelo futebol: Direito, Ipatinga, Educação Física, Iranduba, Gastronomia, Flamengo, clube atual. Sempre que se via na necessidade de escolher, a opção era o futebol. Fabíola gosta do reconhecimento, das fotos, dos recados dos fãs nas redes sociais, mas se preocupa também com o salário, e não apenas com a pontualidade, mas também com o valor. Sua posição socioeconômica lhe rendeu possibilidades que, certamente, interferem na definição de seu conceito do que é “ganhar bem”. É essa mesma posição e as possibilidades que teve (e tem) que tornam Fabíola uma incógnita para o clube: tendo boas condições socioeconômicas, dirigentes diziam não entender o porquê ela continua jogando.

Sandra é do interior paulista, tem uma longa e vitoriosa trajetória no futebol. É “prata da casa”. O clube atual foi o mesmo que a revelou. Com quase 35 anos, coleciona histórias e títulos, inclusive uma prata Olímpica de Pequim-2008. Depois de muito alojamento, atualmente, mora com a família. Mulher, branca, lésbica, de classe média. Começou a jogar na rua e na escola. Aos 13 anos, ingressou numa escolinha, após indicação de um professor. Percorria 26 km de bicicleta para treinar. Acordava de madrugada para assistir aos poucos jogos femininos que eram televisionados na década de 90. Ali, crescia um desejo. Permaneceu por 11 anos na agremiação que a revelou. Eventualmente, era emprestada para fortalecer o elenco de outras equipes. Jogou pelo SAAD, Palmeiras, Botucatu e Centro Olímpico antes de migrar para Noruega, onde permaneceu por seis temporadas. Lá, começou a se relacionar com outra atleta e, quando veio visitar a família, decidiu falar sobre sua sexualidade com a mãe. A revelação não foi bem aceita. Para a mãe, a família não suportaria uma nova decepção. Recomendou que Sandra guardasse para si os seus “problemas” para poupar o pai e evitar que ele voltasse a beber. Enquanto esteve nas terras nórdicas, também conheceu a força dos laços de amizade e solidariedade que podem surgir no futebol. Foram as colegas brasileiras que cuidaram dela e a ajudaram na recuperação de uma grave lesão no joelho.

Carolina é rondoniense. Sua peregrinação parece não caber nos 16 anos de vida. Rondônia, Mato Grosso, Pará, Bahia e São Paulo. Primeiro, em Americana, para, depois, chegar às categorias de base do clube atual. Reside no alojamento. Carolina não gosta de categorizações. Disse não se identificar com nenhum grupo étnico-racial, rótulo que, para ela, limita as pessoas e apaga a inerência de nossas diferenças. Declarou, contudo, o pertencimento de classe, dizendo ser de uma família pobre e muito batalhadora, marca que é muito presente em sua narrativa. Os improvisos para arrecadar dinheiro e participar das competições iam da oferta de serviços às colegas de equipe (lavar uniformes) até a solicitação de apoio de políticos em períodos eleitorais – prática que julga ser errada, porém necessária, na ocasião. Quando convidada para passeios, recusava, mas dissimulava a razão. Não queria ser aquela que “não tem condições”. Após alguns campeonatos, ganhou uma bolsa de estudos em troca de suas habilidades esportivas. Uma conquista pessoal e para a família. Quando o time acabou, retornou à escola pública para seguir jogando. Para ela, o futebol era a escolha inequívoca, não importando qual fosse a outra opção. Tanto é que se meteu sozinha em um ônibus para participar de uma peneira em São Paulo. Passou. Os dias de lavar uniformes, vender sorvetes e abordar políticos teriam terminado (?). Orgulho da família.

Bianca é paulista, jovem de 18 anos, declara-se negra. Naquela altura, estava numa espécie de limbo da carreira: sem competições para sua faixa etária, seguia treinando, na

expectativa de uma oportunidade para subir à equipe principal, fosse ali ou em outro lugar. Mesmo diante de uma situação limítrofe, não dava sinais de desgaste ou preocupação. Bianca vem de uma família de classe média baixa e sempre foi alertada pelos pais sobre as dificuldades e incertezas que permeiam a vida das futebolistas brasileiras. Das brincadeiras na rua e na escola, veio o estímulo para persistir. Se jogava bem entre os garotos, certamente, seria destaque entre as meninas. Mesmo assim, sentiu diferença quando foi jogar com elas: não percebia mais o olhar de preconceito, sempre presente nos certames mistos. Estava no alojamento há um ano. Mudou-se tão logo a estrutura foi oferecida pelo clube. Antes, dependia do pai para ir aos treinamentos, trajeto de quase 100 km. Sentia-se culpada pelo investimento de tempo e dinheiro que a família fazia nela por algo tão incerto. Para ela, estava tirando (recursos) da família em benefício próprio. A notícia do alojamento foi recebida com alegria e alívio. O pai não teria mais que se arriscar em viagens após a exaustiva jornada de trabalho e a família pouparia algum dinheiro. “Chorar no começo para sorrir no final” – a frase de Marta era repetida por Bianca como se fosse um mantra. Precisava acreditar nisso.

Alice é amapaense e tem 16 anos. Considera-se parda. A paixão pelo futebol começou por influência da mãe, dando continuidade ao sonho desta que não pôde ser jogadora de futebol. Ela acompanhava a mãe no futebol de final de semana com as amigas. Um dia, resolveu sair da arquibancada e ir a campo. Realidade que a apresentou um embate duplo: quando jogava com as amigas da mãe, era considerada nova demais e temiam machucá-la; quando jogava com garotos da sua idade, duvidavam de sua habilidade por “ser menina” – nos dois casos, assumia o lugar de “café com leite”. O pai, policial aposentado, acredita muito na filha e entrou de cabeça no projeto de torná-la jogadora. Com o pai morando em São Paulo, Alice decidiu se mudar, pois considerava que teria melhores oportunidades nas terras paulistas. A mãe ficou triste com a decisão, mas não se opôs. Na despedida, declarou que seguiria dando seu apoio, apesar da saudade. Alice diz que a situação financeira da família é confortável, porém, às vezes, se incomoda pela dedicação exclusiva ao futebol. Sente que poderia estar ajudando o pai em casa. Daí a importância que atribui ao pagamento dos passes para o transporte, iniciado no clube em 2017: se ela não pode ajudar, ao menos, não sobrecarrega com essa despesa. O investimento afetivo e econômico do pai é importante, mas faz com que se sinta pressionada, situação com a qual afirma estar aprendendo a lidar.

Marina tem 16 anos. Vem de uma família de classe média e se autodeclara branca. Migrou do Mato Grosso do Sul para São Paulo para ter mais oportunidades no futebol. Conta que, aos cinco anos, fugia de casa para acompanhar os treinos do irmão. Certo dia, disse para a mãe que queria jogar. Enfrentou resistência, mas não desistiu e argumentou: “se meu irmão

pode, por que eu não posso?”. Disse que se sentiu “afastada” do futebol apenas por “ser menina”. O elemento do gênero também apareceu em outros relatos. Um deles foi quando fez o enfrentamento do técnico que a deixava treinar, mas não jogar, por “ser menina”. Sua admissão no esporte era apenas relativa. Não era sujeito integral daquela prática. Saiu do time. Quando decidiu ir a São Paulo, outro embate com a mãe que não queria a “única filha mulher” longe. Marina, novamente, acionou o precedente aberto pelo irmão: se ele já fez isso, por que ela não poderia? Mais uma vez “afastada”, não se resignou. Quando conversamos, ela já morava no alojamento. Antes, deslocava-se até a cidade do clube, período em que a frequência aos treinos era condicionada ao orçamento do pai ou às caronas de uma amiga do time. Com o novo recurso, pôde ficar tranquila. As únicas preocupações passaram a ser os estudos e o futebol. Naquele junho, Marina me disse que seu objetivo, na temporada, era chegar à Seleção sub-17. Em dezembro daquele ano, recebera sua primeira convocação.

1 O “DEMOCRÁTICO” FUTEBOL BRASILEIRO: MENINAS EM CAMPO²⁸

A pouca visibilidade do futebol de mulheres representa um desafio para se adentrar esse mundo e as experiências que formam o cotidiano e a trajetória das atletas. Diferentemente do que ocorre com o futebol praticado por homens, sobre o qual existe ampla divulgação de informações pela imprensa e redes sociais, eventos e acontecimentos, assim como documentos oficiais que podem constituir *corpus* de pesquisa, o futebol de mulheres, no Brasil, ainda passa ao largo do grande público e da ciência, nomeadamente da Psicologia.

As entrevistas realizadas com as atletas foi um meio de penetrar esse universo. Um meio de “entrar nesse campo”, em todos os sentidos que a expressão pode assumir. A partir dos relatos das atletas, foi possível nos aproximarmos de suas histórias, de seus desafios, dos problemas que enfrentam, de suas realizações e gratificações nos diferentes jogos dos quais participam; em alguns, como protagonistas principais e, em outros, como peças de um tabuleiro no qual operam forças que disputam o poder nesse campo. Aqui, nos dedicaremos à discussão das dificuldades e dos desafios que enfrentaram na aproximação inicial com o futebol. Tais desafios, como veremos, relacionam-se, em grande medida, às normas instituídas de gênero e sexualidade, as quais são defendidas e operadas por um emaranhado difuso de agentes e relações.

²⁸ Parte deste texto encontra-se publicado no Dossiê temático “Gênero, tecnologias e (novas) formas de subjetivação nas práticas esportiva”, na revista Estudos Feministas.

1.1 Um jogo de regras não ditas

Entre as atletas entrevistadas, os espaços informais, nomeadamente a rua ou a própria casa, tiveram papel importante na sua história com a modalidade, fosse como local de iniciação ou de prática complementar, através das brincadeiras. Joana, atleta da equipe principal, que afirma ter se iniciado no futebol sozinha em casa, relata que, após algum tempo, passou a praticar o esporte na rua com um grupo de garotos: “Depois, eu comecei a ‘jogá’ bola com os ‘muleque’ na rua [...] ficava o dia inteiro na rua (risos) jogando [...] Fugia, ia pra onde minha mãe não queria que fosse [...] Chorava quando minha mãe e meu pai num deixava... meu padrasto” (JOANA). Na pesquisa de Mariane Pisani (2016), a rua também foi indicada como espaço de iniciação esportiva das jogadoras de futebol. Seu estudo mostrou, ainda, que os grupos de garotos atuam como mediadores do acesso das meninas a essa prática.

A lembrança de Joana nos mostra o futebol como possibilidade para a experimentação da rua e, em sentido amplo, do espaço público, algo que se naturaliza como pertencente ao universo masculino. Porém, mais que experimentar a rua, o que encontramos em sua fala é a afirmação criativa dos caminhos do desejo: fugia de casa para jogar bola na rua com os garotos. A fuga ao controle parental para jogar futebol também ganhou contornos na história de Marina:

no começo, foi difícil, ela num, num autorizô e nem nada [...] Aí, teve um dia, que eu fui escondida pa... Pro treino com o meu irmão e falei com o treinador: “Eu quero jogar bola”. Aí, ele foi, deixou eu treiná junto com os menino na categoria mais baixa e foi aí que eu comecei [...] Comecei com cinco anos a jogá bola. (MARINA).

O episódio narrado por Marina se passou quando tinha apenas cinco anos, mostrando que, desde tenra idade, ela já se interessava pelo futebol e buscava os meios para perseguir seu desejo, mesmo que implicasse em “fugir” de casa. A escolha pelo mesmo local onde o irmão praticava futebol se deu em razão de ser o único conhecido por ela, evidenciando a preponderância da figura masculina na aproximação das garotas com a modalidade.

A análise de Fernanda Haag (2018) apontou que a figura masculina parece atuar na mediação entre as garotas e o futebol. No caso elucidado pelos nossos dados, a presença de primos ou irmãos nesses grupos parece ser um facilitador para a participação delas na brincadeira, amenizando eventuais conflitos com a família, como na situação narrada por Joana. A fala de Carolina, atleta em formação, mostra que a presença de um membro da família pode atuar como uma espécie de fiança para a prática do futebol por garotas. Ao comentar sobre sua entrada numa escolinha de futebol, diz:

aí eu comecei a brincar com os amigos dele [primo] e tals. E ele jogava numa escolinha. Aí eu pedi, falei: “Mãe, deixa eu ‘participá’ da escolinha com, com o D.?” Aí, minha mãe falou: “Tá, mas cê só... cê só vai jogá enquanto ele tivê lá, se ele saí, você não joga mais”. (CAROLINA).

Além de Carolina, outras atletas afirmaram que sua iniciação esportiva se deu junto com irmãos ou primos. Fabíola é uma delas: “Num tinha na escola, assim... Num tinha muita menina pra jogá. Aí, acabô que eu tenho um irmão um pouco mais velho, e... Aí ele jogando, e eu acabei me ééé... Me aproximando um pouco mais”. A aproximação do jogo por intermédio dos meninos, presente das diferentes narrativas apresentadas, sinaliza a falta de equipes e de competições especificamente para garotas (ALTMANN, 2015). Argumento que é complementado pela afirmação de Caroline Soares de Almeida e Mariane Pisani (2015) sobre o surgimento relativamente recente de escolinhas de futebol para meninas, ocorrendo de modo mais contundente a partir dos anos 2000.

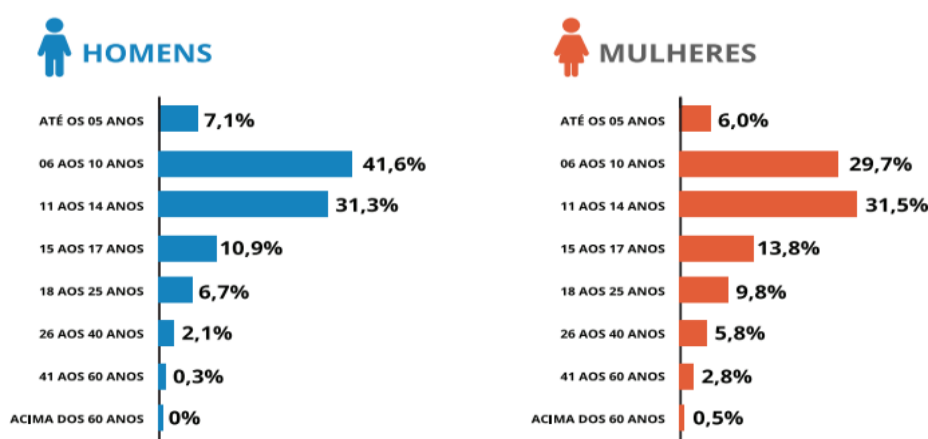
Tais relatos, não obstante algumas alterações na forma do enunciado, sugerem que a entrada e a permanência das mulheres, sobretudo quando jovens, em espaços públicos com finalidades de lazer ou recreação, como a rua ou as escolinhas de futebol, ainda se encontram relativamente associadas à presença de um acompanhante do sexo masculino, geralmente ligado à família, que atua como um mediador desse acesso.

Aqui, gênero e idade se interseccionam, compondo uma condição específica na constituição das futebolistas na infância e juventude. A expressão do desejo de jogar futebol apareceu condicionada à validação dos adultos, mães, pais, cuidadores, professores, e permitida, ou não, segundo os termos e definições estabelecidos por eles. Pode-se até brincar de jogar futebol, como vimos nos excertos destacados, desde que atendidas suas condições sobre onde, quando e com quem se brinca. Entretanto, por vezes, a aceitação de que a filha quer praticar futebol não ocorre sem alguma surpresa e recalcitrância iniciais, como narrado por Marina, que, ao contar para a mãe que queria jogar futebol e frequentar a mesma escolinha de seu irmão, ouviu como resposta: ““Por que jogar bola? Cê num qué fazê *ballet*? Cê num qué fazê outra coisa?”” (MARINA).

A discussão de Salgado e Souza (2018) argumenta que os critérios do adulto procuram regular o desejo da criança, tentando orientá-lo em conformidade com o que é coerente para seu gênero. É a manutenção dessa regularidade que se encontra na base das reivindicações pelo direito das famílias de educarem seus/suas filhos/as. As famílias, criadas no interior desse sistema regulatório, convertem-se em agentes de sua perpetuação, buscando assegurar que a criança continue a ser “o artefato biopolítico que garante a normalização do adulto” (PRECIADO, 2013, p. 98).

Durante o exame de qualificação, um apontamento da Dra. Ana Lorena Marche mostrou outros embargos pertinentes ao tema. Ao trazer dados do Diagnóstico Nacional do Esporte (DIESPORTE, 2015, 2016), ela chamou a atenção para as idades de iniciação e evasão esportiva das meninas. O relatório final do documento citado por ela confirma dados obtidos na pesquisa de campo: a iniciação esportiva entre as garotas, em geral, começa mais tarde, quando comparado aos garotos. Como podemos ver na Figura 6, enquanto os meninos experienciam o pico da iniciação esportiva na faixa etária de 6 a 10 anos de idade, a maior frequência de iniciação entre as meninas está situada no período que vai dos 11 aos 14 anos.

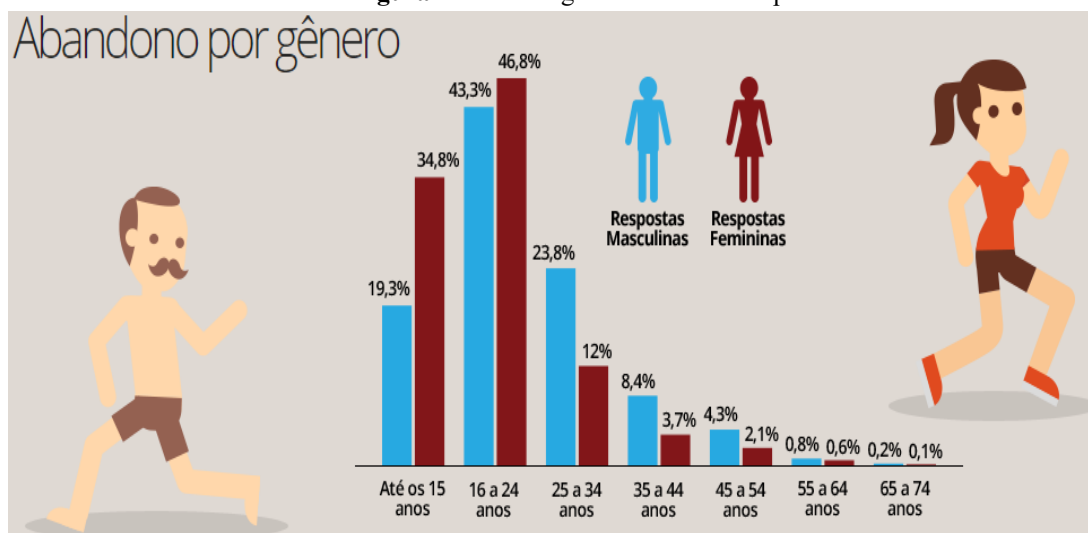
Figura 6 – Idade e gênero de início da prática esportiva



Fonte: Diesporte (2015).

Na Figura 7, obtida na página da Secretaria Especial do Esporte, são apresentados dados acerca da evasão esportiva. Podemos observar que a incidência mais significativa ocorre na faixa etária de 16 a 24 anos, entre meninos e meninas. Todavia a taxa de abandono entre meninas até os 15 anos também é expressiva.

Figura 7 – Idade e gênero de evasão esportiva



Fonte: Brasil (2015c).

De acordo com Ana Lorena, o primeiro ciclo significativo de evasão das garotas ocorre por volta dos doze anos, período que coincide com a menarca. Um processo que transforma os contornos do corpo e seus significados. A jovem vê seu corpo emergir como objeto de desejo entre uns, de temor e desconfiança entre outros, em especial, a família. Um dos efeitos de tal processo pode culminar na remoção das garotas de atividades esportivas, diminuindo sua exposição corporal e evitando o toque entre os corpos, condição inevitável no futebol e em tantas outras práticas esportivas. Tais decisões, por parte da família, amparadas por um discurso do cuidado, no limite, revelam o policiamento sobre a sexualidade feminina. Cerceamento que emerge do cruzamento entre sexo/gênero e idade na definição daquele corpo como impróprio para as experimentações que envolvem o toque na cena esportiva.

As mudanças em seus corpos vêm acompanhadas de uma série de novas prescrições, sempre sob a retórica do cuidado: passam a ouvir que não têm mais idade para brincar de bola na rua, principalmente com os meninos, pois já são “mocinhas”. Como sugeriu o professor Dr. Leonardo de Souza, no diálogo durante o exame de qualificação, o recrudescimento da vigilância e das restrições que a garota vê crescer sobre si guarda poucas relações com sua mera idade cronológica. As novas reprovações parecem coincidir com o momento em que aquele corpo, ao tornar-se reprodutivamente viável, adquire seu máximo valor dentro da economia política do sexo/gênero que estabelece a heterossexualidade compulsória (RUBIN, 1993). Sob a retórica da proteção, a ficção da mulher é reiterada pelo discurso coletivo, especialmente familiar, em favor da coerência de uma identidade de gênero a ser afirmada nesse corpo (SALGADO; SOUZA, 2018). Para meninas e mulheres, o gênero coerente e inteligível supõe uma postura de reserva, a ausência de agressividade e virilidade, visando à preservação do seu corpo para atender às finalidades reprodutivas que lhes são esperadas, implicando que o futebol seja mantido fora de seus domínios.

Além disso, a menstruação pode envolver sentimentos de vergonha e insegurança em relação ao próprio corpo, o que para Brêtas *et al.* (2012) estaria associado aos dogmas culturais e religiosos que compõem a significação desse momento, valorando negativamente esse corpo e sua fisiologia. Diante de tais sentimentos, a garota pode começar a evitar espaços públicos, atividades coletivas e situações de exposição corporal, o que afeta, dentre outras questões, seu engajamento esportivo. Como mencionado no exame de qualificação, o/a professor/a de Educação Física, por meio das práticas pedagógicas que opera, pode colaborar para a ressignificação dessa relação, favorecendo sua permanência no esporte. Tarefa que também convoca a/o psicóloga/a, em sua atuação no contexto escolar ou esportivo, na oferta de espaços de escuta e diálogo.

As experimentações esportivas na infância, como temos visto, são amplamente atravessadas pelo exercício de um poder familiar, o chamado familismo. Almeida e Pisani (2015), ao traçarem os percursos da construção da carreira e do profissionalismo no futebol de mulheres, destacam que o primeiro espaço de luta por reconhecimento e aprovação é o próprio núcleo familiar. Segundo as autoras, a obtenção do consentimento e do apoio/incentivo da família é indispensável para seu engajamento no esporte, uma vez que a participação em campeonatos, projetos esportivos, escolinhas de futebol ou ingresso em categorias de base solicitam a anuência de um responsável legal e envolvem dispêndios financeiros: compra de material esportivo, gastos com transporte para frequentar treinos e/ou competições.

A jovem Carolina, por exemplo, nos contou dos arranjos que fazia em busca de dinheiro para as competições, em virtude dos escassos recursos da família:

eu lavava a roupa de todo mundo por um real a peça [...] comprei um boné e vendi mais caro [...] falei: “Mãe, eu vô comprá suco e vô comprá aqueles pacotinho de...” Aqui fa... Tem lugar que fala “chop”, tem lugar que fala “dindin”... “E, aí, a senhora faz e eu vô vendê nooo... No evento”, que era sete de setembro [...] falei com um monte de vereador, com um monte de deputado, tava bem na época de eleição, então falei com um monte de gente...é errado, mas eu tive que falá...” (CAROLINA).

Nas histórias que acessamos, a relevância das famílias na iniciação esportiva e, posteriormente, na construção da carreira, parece estar associada tanto à referência afetiva que as atletas lhe atribuem quanto ao exercício que fazem do poder conferido pela tradição cultural/moral e legitimado pelo regime jurídico. Há um anseio por parte das atletas, principalmente as mais jovens, de que os familiares as vejam jogando e se orgulhem delas. O futebol parece ser um meio para conquistarem um lugar diferenciado no conjunto das relações familiares, como sugere a fala de Carolina, ao comentar sobre a proposta de uma bolsa de estudos para jogar: “acho que quando eu recebi a proposta pra, pra ‘jogá’ na escola assim, aí já olharam com outros olhos: ‘Ah, lá! O orgulho da família! Ninguém nunca teve essa oportunidade que você tá tendo!’” (CAROLINA). Porém tal aspecto está longe de significar que o posicionamento familiar sobre a prática do futebol emergja em meio às relações harmônicas e pacíficas. As relações familiares podem se configurar de modo a produzir formas de tirania, ainda que sutis e sob a forma do cuidado, e que precisam ser enfrentadas para construir uma posição para si no jogo.

Nas narrativas de algumas das atletas entrevistadas, nos deparamos com relatos de conflitos familiares desencadeados em momentos distintos e por motivos diversos. Aqui, buscaremos nos limitar às implicações do familismo no momento da iniciação esportiva. Como já dissemos, a regulação do desejo da criança, geralmente, se exerce de modo a que se

expresse conforme o gabarito estabelecido pelos adultos, sobretudo dos familiares. Quando são crianças, as razões para a oposição da família parecem se radicar em aspectos que se relacionam à problemática dos gêneros coerentes (com vistas a uma sexualidade heterossexual).

Como já mencionamos, Marina relatou situações de conflito. Quando pediu para entrar na escolinha, a mãe tentou insistir para que ela fizesse *ballet* ou outra atividade, mas Marina não cedeu. Jogou com a reivindicação de igualdade fraternal: “por que meu irmão podia e eu não? Eu falei: ‘Não, eu quero e eu vô!’”. Já Carolina, ao falar dos enfrentamentos familiares, começa localizando a problemática no fato de ter optado por uma carreira nunca ambicionada por alguém de sua família, nem mesmo tios ou primos: “foi muito estranho pra todo mundo, porque na minha família num tem ninguém que fale assim: ‘ah, meu sonho era sê jogador de futebol’. Nem entre os meus primos, meus tios. Ninguém tinha essa perspectiva de vida, de ser jogador de futebol”. À medida que o projeto se materializava, novas razões apareciam entre seus familiares, numa tentativa de desqualificar seu compromisso, alegando se tratar apenas de um *hobby*, uma atividade provisória e que logo seria abandonada. Por fim, declara: “Eeee... Tipo, tinha também muito aquele negócio do preconceito de que se eu fosse uma jogadora de futebol eu vô querê pegá mulher” (CAROLINA). Ora, o que parece ser regulado nas possibilidades corporais da criança, nesse caso, são as virtuais transgressões da heterossexualidade que se acredita que elas possam anunciar.

Dentre as nove entrevistadas, apenas três não relataram qualquer tipo de conflito ou preconceito proveniente da família, nuclear ou extensa, a respeito da prática do futebol. Apesar disso, em todas as entrevistas, pudemos identificar ao menos um familiar de referência que apoiou e contribuiu para o desenvolvimento da carreira, fosse a mãe, o pai, o padrasto ou irmãos/ãos. Talvez um indicativo da importância desse suporte para a iniciação esportiva e persistência na carreira, por razões financeiras, legais e afetivas, como mencionamos.

Tal suporte, embora importante, não pode ser considerado determinante, afinal, inúmeras atletas conseguiram ascender na carreira a despeito da oposição familiar, como é o caso da ex-jogadora “Formiga” (PIONEIRA..., 2017). A questão, portanto, não é a de buscar uma relação de causa e efeito, mas de atentar para aspectos que podem ser facilitadores do processo, contribuindo para a saúde mental e para o desempenho esportivo das atletas.

1.2 Embates na escola

A escola foi outro local apontado como importante para o contato das entrevistadas com a modalidade. A dinâmica nesse espaço manifesta outra linha das dificuldades encontradas para praticarem o futebol. Referindo-se ao chavão “Mulher não sabe jogar bola”, Viviane, atleta da equipe principal, nos conta sobre ficar por último na escolha das equipes escolares:

a gente num podia, né? [...] no começo, quando eu tava na escola, aí todo mundo escolheu o time e eu era sempre a última, né? [...] Era chatante, né? Porque você tá ali... Acho que todo mundo que o direito de... De fazê o que gosta e... E tã oportunidade de fazê qualquer coisa na vida. (VIVIANE).

As avaliações que aparecem no relato de Viviane atestam a reiteração da fronteira entre o que é “de menina” e o que é “de menino”, definindo os espaços e as práticas autorizadas e impedidas para elas e para eles. Esse mecanismo também aparece na fala de Alice, atleta das categorias de base, e mostra que seu funcionamento é operado por agentes distintos. No excerto abaixo, a jovem atleta amapaense relata o estranhamento que sua presença provocava nos meios futebolísticos tanto entre os colegas de time e brincadeira como por parte de uma treinadora adversária que tentou coibir sua participação numa competição:

“O que que ela tá fazendo aqui no meio da gente?”. Contando que o futebol é pra meninos e tudo mais [...] Teve uma vez, acho que em 2011, fui jogá um campeonato [...] Aí, a técnica do outro time... Ééé... Falô que eu num podia jogá, porque eu era menina, e ela não ia deixar eu jogá. Aí eu fiquei muito triste. Comecei a chorá do lado de fora [...] Eu achei uma coisa... Muito... Muito chata, né? (ALICE).

“Fiquei triste”, “achei uma coisa chata”, “foi chateante” foram os termos escolhidos por Viviane e Alice para descrever como se sentiram em relação aos episódios de preconceito. As situações mencionadas pelas atletas confluem para aquilo que Butler (2003) aponta como as consequências punitivas para a performatividades inadequadas do gênero. De acordo com a autora, “os gêneros distintos são parte do que ‘humaniza’ os indivíduos na cultura contemporânea; de fato, habitualmente punimos os que não desempenham corretamente o seu gênero” (BUTLER, 2003, p. 241). Os relatos das participantes nos mostram que tais fronteiras, estabelecidas e reiteradas a partir de práticas e discursos baseados em estereótipos, produzem formas de sujeição que tentam circunscrever um sujeito gendrado, internamente coerente e culturalmente inteligível (BUTLER, 2003).

A menina corporalmente ativa é logo rotulada “menina-macho”, “Maria-homem”, “sapatão”, como revela a fala de Viviane: “desde pequena, quando eu tava jogando com os meninos na quadra, vinha aquelas... É... O pessoal já fazia aquelas gracinha... Ah, ‘Maria-Home’, ‘Sapatão’”. Declarações que assinalam a confusão instaurada por essas garotas no

sistema dicotômico da inteligibilidade cultural de gênero. Fogem ao *script* traçado para elas. Estão a transgredir a fronteira definida para seu corpo e seu “ser”, pelo que se tornam sujeitas a penalizações, em graus, formas, locais e momentos variados. Sendo enquadradas por um campo discursivo que as infantiliza (*infans*), são objeto da normalização que mira a coerência da identidade de gênero. A correção da criança, mais que admitida, é vista como imperativa.

Como foi assinalado por Salgado e Souza (2018, p. 251):

Em nome da inocência e do desenvolvimento normativo, cada manifestação das crianças que vai na contracorrente da infância ideal precisa ser capturada pelos aparatos institucionais que as conformam a um ‘dever ser’”.

O emprego de termos que, culturalmente, podem ser desqualificadores e humilhantes participa de uma estratégia de estigmatização que pretende afastá-las (ou incluí-las como polo inferiorizado) do universo de atividades consideradas demasiadamente agressivas, excitantes e viris, tidas como impróprias para seu gênero. De modo velado, insinua o risco de se ocupar um lugar maldito, uma posição de impedimento cultural. Como sabemos, quem está impedida está, por assim dizer, fora de jogo.

Com efeito, tais práticas reúnem um conjunto de referenciais associados ao futebol e que participam do processo pelo qual a “menina” torna-se seu gênero. Se a ficção política da mulher impõe como horizonte a assunção de uma feminilidade colada à passividade (física e subjetiva), como podemos argumentar a partir de Rubin (1993) e Wittig (2019), as futebolistas precisam reescrever a obra ficcional para se erigirem. Como a ruptura, em sentido estrito e radical, parece, ainda, uma possibilidade distante, as estilizações da personagem se apresentam como tensionamentos interessantes para fazer frente à pretensa estabilidade, univocidade e coerência do gênero.

No diagrama das relações de forças que tenta opor futebol e mulheres, formulações como “ser menina, no Brasil, é não pertencer e não participar das canchas futebolísticas” acabam por ganhar contornos e comunicação. Enunciado que, se não foi suficiente para dissuadir as entrevistadas de praticarem a modalidade e persistirem na construção de uma carreira, parece, ao menos, ter levado a conflitos pessoais, na medida em que gera efeitos nas percepções sobre si mesmas. A fala de Sandra, atleta da equipe principal, elucida o tema:

Na escola, eu tinha muita vergonha, sempre fui muito tímida. Mas mesmo assim, às vezes, tinha alguns jogos, algumas coisas e eu tava lá no meio com os meninos. A única, a única! [...] Demorô um pouco pra eu jogá, na verdade, porque eu falei assim “ah, só eu de menina, só eu”. Às vezes eu tocava na bola e ficava meia tímida [...] eu brincava, às vezes, mas eu sentia ainda que... Era uma coisa muito diferente, né? Aquela menina jogando no meio daquele monte de meninos. (SANDRA).

O trecho destacado revela que a própria atleta tinha dificuldade em assimilar sua participação no esporte, questionando-se por ser a única menina a jogar bola entre os garotos. Assim, jogar futebol com os meninos, na escola, solicitava um processo de negociação com eles e consigo mesma, a fim de construir um pertencimento e um território existencial no referido esporte.

A compreensão do gênero a partir de uma base interna ou como derivação de uma natureza supostamente neutra dissimula suas raízes históricas e sociais, dificultando seu questionamento enquanto categoria política de organização e produção dos corpos e das relações (BUTLER, 2003). Entendido como núcleo de um “eu” ou uma “identidade”, a farsa do gênero coerente permanece blindada e, quando surgem situações que poderiam colocá-la à prova, é o próprio “ser” do sujeito que se torna inquerido.

O que a fala de Sandra deixa entrever quando nomeia sua presença em quadra como “uma coisa muito diferente”? O jogo macropolítico do gênero interpunha a ela o rótulo do estranho – estranho que, aqui, assume o sentido de potencial destruidor, uma vez que ameaça e desestabiliza a coerência identitária. Acusação e temor que vinham dos colegas, mas também dela. Todavia, se acompanhamos Rolnik (1995), vamos encontrar o estranho-em-nós: precisamente o componente que, ao sussurrar, ao escapar das circunscrições rígidas demarcadas pela identidade, nos permite experimentar outras possibilidades de vida:

o estranho é aquilo que, em seu ser, habita a dimensão invisível onde são gerados, incessantemente, os filhotes do seu encontro com a alteridade, isto é, as linhas de virtualidade que precisam se expressar, tomar corpo em sua existência, seu próprio devir. E mais, aquele mesmo algo nele sabe sem saber que a vida, para se afirmar, depende justamente disso, ou seja, depende das linhas de virtualidade poderem tomar corpo numa forma de existência. (ROLNIK, 1995, p. 56).

Eis que o encontro de Sandra com o futebol parece contribuir para fazer emergir um “estranho-em-nós”, como convite ou invasão, que, ao ser acolhido, a coloca em posição de viver outras possibilidades corporais, de movimento e subjetivação, para além daquilo que se lhe estava previsto segundo uma política de gênero coerente e identitária. Um processo que abriu passagem para uma existência que se atualiza como “jogadora de futebol”, e joga, também, com a menina tímida e vergonhosa que se apresenta em estádio lotado e se torna campeã Olímpica.

O estranho-em-nós brota nesse encontro com a alteridade, como pontua Rolnik (1995). Não à toa, a rua e a escola, enquanto espaços da coexistência das diferenças, são os lócus privilegiados da iniciação dessas garotas no esporte e no encontro com a alteridade. No contexto escolar, Priscila Dornelles (2007) mostra que a segregação entre meninos e meninas

é uma prática adotada por alguns professores de Educação Física, baseando-se em concepções estereotipadas sobre os gêneros que entendem a disposição dos garotos e o desinteresse das meninas como características inerentes ao seu sexo.

Altmann (2015) destaca que o estabelecimento escolar tem um papel fundamental seja na reprodução, seja na diminuição das desigualdades observadas entre meninos e meninas no acesso e na experimentação desportiva. Referindo-se especificamente ao futebol, a autora aponta que, muitas vezes, a escola pode ser o único espaço que possibilita às garotas uma aprendizagem sistematizada da modalidade. O relatório do Diagnóstico Nacional do Esporte, mencionado anteriormente, vai além e demonstra que a importância da escola na socialização esportiva das garotas não se restringe ao futebol. De acordo com documento, dentre os homens que declararam terem praticado esporte em algum momento da vida (53,1%), 19,7% deles se disseram praticantes no período escolar. Já entre as mulheres, esse percentual era de 37,1%, sendo que, deste, 36% se declararam praticantes no período escolar (DIESPORTE, 2016). Assim, percebemos a importância da escola para oferecer às garotas possibilidades de experimentação e aprendizagem sistematizada das mais variadas modalidades esportivas. Com efeito, a escola pode ser indispensável para que corpos marcados e lidos como femininos venham a ter experimentações corporais esportivas.

Para Galatti *et al.* (2008), uma orientação pedagógica que mire tais objetivos tem em vista os aspectos socioeducacionais do esporte, pautando-se nos interesses e nas necessidades de quem joga, em vez de focalizar a dimensão técnico-tática, que seria de interesse do jogo. Tais apontamentos realçam, novamente, o protagonismo do/a professor/a de Educação Física na escola ou em outros espaços educativos, o qual, por meio das práticas pedagógicas realizadas, pode cooperar tanto para a dissolução quanto para a reificação dos estereótipos, preconceitos e violências que, por vezes, têm no esporte uma condição privilegiada para sua manifestação.

É preciso, contudo, questionar quais práticas pedagógicas, de fato, respondem a tal propósito. Intervenções pontuais sobre a estrutura do jogo e que não venham acompanhadas pelo diálogo e pela reflexão sobre as situações ocorridas, por exemplo, parecem ter poucos efeitos para uma finalidade de integração e problematização dos marcadores sociais da diferença que atravessam as relações que se estabelecem dentro e fora do jogo. No caso considerado aqui, as intervenções de caráter mandatório parecem não assegurar a participação efetiva no jogo. É a essa problemática que nos dedicaremos a seguir.

1.3 Refinamento das formas de subjugação e das tentativas de exclusão

A partir dos relatos das atletas mais jovens, notamos que a negociação com os garotos, para superar a segregação inicial, nem sempre assegurava a participação efetiva no jogo. A fala de Bianca, por exemplo, mostra que a presença de uma garota em campo, mesmo que no jogo de caráter lúdico, permanecia recoberta de desconfiança por parte dos colegas, sendo assinalada pela jovem como uma situação de preconceito da qual se recorda:

Ah, lembro, mas, tipo, não chegô a sê... Declaradamente. Era só, tipo, entre olhares, quando eu pedia pra, pra jogá bola com os meninos, eles falavam: “Nossa, mas você é uma menina”. Éééé... “Você pode se machucá”. E, tipo, eles me deixavam jogá, mas sempre com uma... Um pé atrás? (BIANCA).

Tal desconfiança, entendida por ela e por outras entrevistadas como uma manifestação de preconceito, por vezes, se convertia em dinâmicas que lhes impossibilitavam participar do jogo. Preconceito que era percebido, também, “entre olhares”. Não qualquer olhar, mas o de quem, desde muito cedo, é entendido (e passa a entender-se) como o sujeito autorizado e legítimo do futebol, o “dono da bola”. A falta de reciprocidade no olhar relatada por Bianca denunciava a reticência do grupo quanto à sua presença e participação no jogo.

Nas falas de várias atletas da base, foi recorrente a menção a episódios em que, mesmo estando dentro do campo ou quadra, não conseguiam se engajar no certame, pois não recebiam a bola de seus companheiros de equipe:

Ah, de preconceito sempre tem, né? Principalmente quando a gente joga com menino “ah, ela é menina! Num toca nela”, “Ah, ela é fraca, num toca nela”. (MARINA).

os muleque num tocava pra mim. Aí eu só ficava lá, correndo atrás da bola [...] Ninguém tocava a bola pra mim. Às vezes o meu primo tocava, mas era bem difícil também. (CAROLINA).

E tinha muito, muita dificuldade, porque os garotos não tocavam a bola por eu sê menina. Não confiavam muito [...] Ah, eu ficava muito frustrada. Porque eu tava dentro de, da quadra... Eu fazia parte do time, mas eles não tocavam a bola pra mim. Por falta de confiança. (ALICE).

Se, antes, os garotos se opunham à entrada das meninas nas quatro linhas, como vimos anteriormente nas falas de Sandra e de Viviane, nas gerações mais jovens, observamos que seu impedimento ao jogo passou a ocorrer por meio de estratégias mais sutis e eficazes. O exemplo narrado pelas jovens jogadoras nos ajuda a pensar sobre a importância de um processo pedagógico e de sensibilização paralelo à criação e ao estabelecimento de outro modo de sociabilidade, na vida em geral e no desporto em particular.

Parte dos relatos trazidos dizem respeito à prática desenvolvida em espaços não institucionalizados, como a rua, marcada pela espontaneidade e desprovida de orientação especializada. Com isso, evidenciamos, novamente, seu papel estratégico, de modo que tanto professores/as de Educação Física quanto psicólogos/as podem atuar como agentes facilitadores do debate acerca dos marcadores sociais da diferença na prática esportiva.

No quadro institucional do futebol (ALMEIDA, 2019; MAGRI, 2019) e das políticas públicas para mulheres (BRASIL, 2013), temos assistido ao crescimento de iniciativas que procuram legitimar a presença e a participação delas nas diversas esferas que compõem a modalidade²⁹. A inclusão da igualdade de gênero no Estatuto da FIFA, elencando-a como um dos princípios de governança da entidade e de suas Confederações associadas, tem desdobramentos importantes, uma vez que colaboram para dar respaldo institucional a reivindicações e protestos de jogadoras, árbitras, gestoras e treinadoras (ALMEIDA, 2019).

Contudo, o alcance de tais medidas tende a permanecer limitado se desconsiderarmos o plano das relações cotidianas nos clubes e em outros contextos da prática esportiva. Mudanças forçadas que combinam determinações vagas e punições podem levar à instauração de um “discurso politicamente correto” sobre a presença das mulheres no futebol, criando um sentido de obrigatoriedade ligado ao esporte³⁰, como afirmou Viviane em nosso encontro:

Futebol feminino, hoje, é... É uma obrigação pra... Às vezes, pra CBF, pra... Pras federações, né? É uma obrigação. “Eu tô fazendo isso aqui só porque a Conmebol me cobrou que todo time da série A precisa dum time feminino”, né? E não porque ELES QUEREM fazer isso. É claro que... Ajudô? Porque... Né?... Subiu... Ééé... Vinte... Mais vinte clubes e num sei o quê... Mas... E aí? E a qualidade... Técnica? E o investimento? Não existe! (VIVIANE).

O desabafo de Viviane, bem como outras falas destacadas nesta seção, nos ajuda a compreender que intervenções de caráter mandatório e “politicamente correto” (como “não se deve excluir as garotas que querem jogar” ou “os clubes precisam contar equipe feminina para terem o direito de disputar competições no masculino”) possuem seu valor, mas, se adotadas

²⁹ É importante frisar que o último Plano Nacional de Políticas para as Mulheres foi publicado em 2013, tendo como referência o período 2013-2015. Após este prazo, a Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em 2015, não foi sequenciada pelo documento de Política Nacional para as mulheres, como vinha sendo feito em anos anteriores (as diretrizes e os objetivos do Plano eram extraídos a partir dos debates levantados durante a Conferência). No site do atual Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, encontramos uma única alusão às ações relativas à participação das mulheres no esporte, no entanto a publicação data, ainda, de 2014. Tais indícios sugerem que nenhuma medida ou política para as mulheres tem sido formalmente apresentada após o Golpe de 2016, que culminou com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Dentre as várias áreas afetadas, também se encontra o esporte.

³⁰ Machismo no futebol: ex-conselheiro do Santos diz que futebol feminino é um lixo (MACHISMO..., 2021). Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Machismo-no-futebol-ex-conselheiro-do-Santos-diz-que-futebol-feminino-e-um-lixo>.

isoladamente, continuam a ser limitadas em termos de mudanças que são capazes de produzir. No plano do cotidiano, as transformações que provocam são apenas formais, e as condições que favorecem a irrupção do problema permanecem inalteradas. Assegura-se a ampliação da presença das garotas nos campos/quadras, mas sua participação no jogo continua restrita.

Algumas questões ganham relevo. O que se reivindica, afinal: o mero crescimento quantitativo da representação feminina nos gramados ou o questionamento da maquinaria esportiva instituída e dos critérios que estabelecem os sujeitos e formatos legítimos da prática? Como tornar uma mudança desejável em vez de necessária, imposta ou obrigatória?

As alterações propostas pelas entidades formalizadas da instituição esportiva, como a FIFA e a CBF, são importantes, uma vez que estabelecem outros eixos para a organização da prática. Todavia gostaríamos de relembrar o alerta de Foucault (2017d):

uma das primeiras coisas a compreender é que o poder não está localizado no aparelho de Estado e que nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado, em um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados. (FOUCAULT, 2017d, p. 240).

FIFA, CBF e outras agências reguladoras do futebol são entidades homólogas aos aparelhos de Estado (“Estados sem território”). Organizações que, por deterem o monopólio sobre a matriz espetacular do esporte (em sua organização, codificação, comercialização e distribuição), são também identificadas como o lugar do poder. Onde ele teria sua morada fixa, exclusiva e permanente. Desse modo, bastaria “conquistá-lo”, “tomá-lo” para que tudo se resolvesse? A história tem fornecido evidências mais que suficientes para refutar essa ideia. A legalização do futebol de mulheres no Brasil, por exemplo, não assegurou sua imediata institucionalização ou a legitimação das mulheres como agentes da prática, em especial, quando se refere à uma finalidade de exercício profissional. Foi e ainda é preciso muita luta para sustentar um lugar em campo.

Assim, baseando-nos nesse alerta de Foucault (2017d), entendemos que o contra-ataque precisa mirar, também, os pontos difusos do cotidiano, irrompendo por todos os lados: nas aulas de Educação Física, nos projetos sociais, nas relações familiares, na cobertura midiática, nas brincadeiras de rua. Os estatutos e mudanças anunciados pelos grandes órgãos, sem dúvida, colaboram com ferramentas conceituais, jurídicas, tecnológicas e orçamentárias. É preciso apropriar-se delas, operá-las, modificá-las, sem esquecer da microfísica das relações sociais cotidianas, “berço” da jogadora de futebol.

1.4 O jogo da violência simbólica

A partir das conversas com as atletas, evidenciamos a compreensão segundo a qual a conquista de um lugar e uma função dentro da quadra/campo estaria condicionada à comprovação de suas habilidades com a bola. Um teste, por assim dizer, capaz de definir o mérito delas para o jogo. Basta ser “boa de bola” para fazer parte do jogo? É nessa discussão que nos deteremos a seguir.

Viviane, a atleta que relatou ficar por último no momento de escolha das equipes entre os garotos da escola, afirmou, em tom descontraído: “eu era sempre a última, né? Nos primeiros dias, né? Aí, depois que ‘cê’ vai jogando e que eles ‘vê’ que você, assim, sabe ‘jogá’, né?” (VIVIANE). Demonstrar o valor esportivo era a única maneira de assegurar ou, ao menos, reivindicar sua participação no jogo. Como apontado por Almeida e Pisani (2015), a partir do relato de uma das participantes de seu estudo, quando as garotas jogam futebol com grupos de meninos ou equipes mistas, é comum que sejam cobradas a comprovarem seu valor e mérito esportivo para os colegas e treinadores. Tal cobrança gera uma situação que a “um só tempo, desafia e reforça as normas de gênero. Afinal, ao mesmo tempo em que faz com que muitas vezes sejam vistas como ‘se não fosse meninas’, reafirmando a hierarquia masculina, também reposiciona as noções de feminilidade” (MARTINS; SILVA; VASQUEZ, 2021, p. 9).

O relato de Marina também ilustra a questão, ao afirmar que seu primeiro treinador, em escolinha mista, não a colocava durante os jogos, em razão de ela ser menina: “eu cheguei nele e perguntei o porquê. Ele disse que por eu ser menina. Eu poderia ‘treiná’, mas ‘jogá’ eu não iria jogar” (MARINA). Frente à declaração de seu treinador, a jovem decidiu procurar um lugar em que, segundo ela, fosse bem-vinda e pudesse jogar. Acabou por encontrar uma equipe de garotas. Ao notar sua evolução como atleta, o antigo treinador pediu para que ela voltasse à equipe, convite que foi recusado. Vejamos a avaliação da jovem sobre o episódio:

Ah, eu num, num sinto raiva, eu num sinto nada. Eu só sou grata porque acho que se num tivesse sido a parte dele ser preconceituoso, eu num teria ido atrás do futebol feminino, eu num teria conhecido as meninas, num teria con... Teria conhecido o meu treinador, que sempre tá comigo. Acho que isso foi bom na minha vida. Foi bom passar por isso. (MARINA).

A situação ilustrada por Marina nos coloca diante da pluralidade de efeitos do poder. Tendo recebido a recusa de seu treinador, a jovem pôs-se a buscar outras equipes, outras garotas que também se interessassem por jogar. Afinal, como já alertara Foucault (2017a), o poder não é apenas coercitivo, mas também produz sujeitos e relações. Poderíamos mesmo dizer que o “não”, embora difícil, foi dobrado pela atleta, dotando-o de uma qualidade

produtiva: no lugar de encerrar seu processo, o “não” a fez agenciar outras possibilidades para si no jogo.

Ao ser perguntada se havia notado alguma diferença entre os dois tipos de treino, sua resposta foi simples e direta: “Não [...] Nenhuma. Acho que tinha mais empenho das meninas, por querer mostrar quem elas realmente é” (MARINA). Porém, quando a habilidade futebolística delas ultrapassava a de seus congêneres masculinos, as repreensões e o risco de exclusão da brincadeira também emergiam, como relata Bianca:

Tipo, eu pedia pra jogá, aí eles deixavam. Aí, se eu fosse melhor do que eles, no outro dia, eles já num deixavam mais. E isso era... Era meio chato. Aí, tipo, eu ia procurá outros lugares pra brincá [...] E como menina, na, na minha infância, meninas não jogavam bola, só tinha eu, tipo, entre dez, quinze meninos, era bem complicado. (BIANCA).

Era preciso ser boa, mas não era permitido ser melhor que eles, sob o risco de ser, novamente, excluída da prática. Para Almeida e Pisani (2015), a questão principal em situações como essa residiria no fato de se tratar de uma mulher que disputa lugares e posições com homens num território ainda amplamente considerado como reserva masculina. Ao entrar na disputa, demonstrar habilidade futebolística e, por vezes, suplantar a qualidade daqueles que detêm o direito “nato” ao jogo, a garota “causa desconforto, surpresa, estranheza, vira atração, uma vez que sua presença desconstrói e desloca esse lugar de perpetuação de masculinidades” (ALMEIDA; PISANI, 2015, p. 18).

A naturalização, criada em nossa sociedade, do futebol como um jogo de homem se atualiza constantemente nesses episódios que povoam o cotidiano. Arlei Damo (2005, p. 139) ressalta a importância dessa modalidade como “arbitrário cultural”, que, mesmo sem ser declarado, participa do processo pelo qual o menino se performa homem nos moldes hegemônicos, como agente viril e ativo. Com efeito, a virilidade constitui-se como referente central a partir do qual se estabelece uma normatividade da prática do futebol. Ao ser sancionada como supostamente exclusiva dos corpos marcados como masculinos, a virilidade é tornada atributo essencial e compulsoriamente ligada a tais corpos. Assim, meninos e homens, a despeito de suas preferências no modo de se colocar e existir no mundo, passam de suportes socialmente autorizados a detentores natos e exclusivos do atributo viril, convertendo-se, assim, em parâmetros para definição da qualidade do jogo e do desempenho individual.

A menina que joga bem, joga “como menino”, como comenta Joana a propósito de uma orientação que recebeu da professora de Educação Física: “ela via que eu... Que eu tinha noção, que eu sabia jogá futebol. Que parecia muito com muito dos meninos ali jogando

também” (JOANA). Aparentemente, quanto mais se parece com um menino jogando, mais a menina é considerada apta e habilidosa para o jogo. A percepção das próprias garotas a respeito de sua habilidade pode ser guiada por essa referência. A declaração de Bianca faz notar que foi a partir de seu desempenho entre os garotos que vislumbrou o futebol como carreira: “Quando eu vi que, tipo, eu conseguia me destacá no meio deles. É, porque, querendo ou não, menina é mais frágil [...] tem suas fraquezas. E, quando eu conseguia me destacá no meio dos meninos, eu pensei e falei ‘Não, é isso que eu quero!’” (BIANCA).

Os excertos destacados mostram a reprodução da ideia que reafirma e naturaliza o masculino viril como norma do futebol, tanto entre profissionais da área do desporto (a professora de Educação Física de Joana) quanto entre as próprias garotas e mulheres, a propósito de suas habilidades esportivas. Aspectos que cooperam para ratificar a concepção de gêneros binários estáveis, lineares e internamente coerentes, discutida por Butler (2003) em sua crítica aos efeitos do sistema sexo-gênero. Além disso, remete à artificialidade naturalizada que o referido sistema produz, ao forjar os sujeitos segundo os critérios que estipula. A menina que joga bem joga “como menino” ou “melhor que o menino”, comete falta, torna-se transgressora e fica suscetível à penalização.

Tanto Bianca como outras participantes consideraram que a prática do futebol entre os garotos, não obstante as dificuldades de participação já relatadas, contribuiu para seu desenvolvimento no esporte. Concepção presente, também, no estudo de Lima (2013), segundo o qual jovens atletas, treinadores e familiares consideravam a prática mista do futebol benéfica ao desenvolvimento das habilidades esportivas das meninas. Nada declaravam, porém, sobre vantagens ou contribuições da prática mista para a formação desportiva dos garotos.

Tal perspectiva parece desconsiderar a polissemia esportiva em favor do desempenho. A potência do esporte como espaço de convívio e aprendizagem social (GALATTI *et al.*, 2008) é obliterada por preocupações de ordem física e técnica. Ademais, a situação revela a persistência do falocentrismo e do binarismo na organização hierárquica do futebol: ao partilharem o mesmo campo, a garota se beneficiaria da presença do menino-norma, parâmetro de rendimento. A fala de Marina, ao abordar os preconceitos vividos, realça a hierarquização das relações de gênero atualizada no cotidiano esportivo:

Ah, sempre tem algum menino que olha e fala: “Nossa, ó as menina de lá jogando bola”[...] Ah: “é menina, vai jogá o que?”, “é só a gente marcá um contra”. Tipo, sabe? Tem esse preconceito. Fala: “ah, a gente é abaixo”, a gente num é abaixo. A gente tem a mesma capacidade que eles, entendeu? É isso que eu sinto como preconceito. (MARINA).

Sedimentação da hierarquia de gênero, cada qual segue na ocupação de lugares específicos: ele, o de quem sabe e detém a regra do jogo; ela, o de quem será avalizada ou não, conforme a régua e a medida criada por e para os homens. Moura (2019) afirma que, ao associar o futebol exclusivamente com masculino viril, opera-se uma “descorporificação” da prática futebolística, não mais interessando “quem pratique o esporte, desde que reproduza a prática masculina a ele atribuída” (MOURA, 2019, p. 112). Assim, um determinado aspecto do fenômeno polissêmico (futebol) é deduzido do caso específico (homem que joga de maneira viril) e convertido em elemento genérico, exercendo o poder de norma.

Todavia a reprodução da performatividade masculina, considerada intrínseca à prática, seria suficiente para assegurar um lugar legítimo e legível para as garotas em campo? A qualidade técnica é, de fato, a única coisa que importa? Os seis prêmios da jogadora Marta como melhor futebolista do planeta, a artilharia da Seleção Brasileira e de todas as edições da Copa do Mundo não foram suficientes para que ela conseguisse patrocínios equivalentes aos de seus congêneres homens. Há certa perversidade nesse jogo que descorporifica o masculino, o viril, estabelecendo-os como norma e parâmetro de excelência futebolística, porém não admite seu descolamento de determinada morfologia corporal, pois significaria “desconsiderar a masculinidade como incindível da estrutura biológica do homem e desenhá-la como uma ficção que se constrói performática e socialmente” (LACOMBE, 2007, p. 215).

O estudo de Valleria Oliveira (2014), com atletas de futebol recreativo, reitera a associação descorporificada do masculino ao futebol, afirmando que: “seja o corpo de um homem ou o corpo de uma mulher, uma jogadora/jogador é pertencente a esse lugar desde que esteja nos padrões de um verdadeiro jogador de futebol – postura viril e vestimenta adequada” (OLIVEIRA, 2014, p. 148). Segundo tal entendimento, um corpo morfologicamente lido como “mulher” poderia ser legitimado como sujeito futebolístico, na medida em que se aproximasse da performatividade masculina normativa do esporte. No entanto tal performatividade parece assumir funções e significados distintos a depender do âmbito da prática em que se apresente. No lazer, segundo o estudo citado, assegura a entrada e o reconhecimento no jogo – entre mulheres adultas, pois, segundo nossos dados, as crianças são reguladas por diferentes tipos de sanções que pretendem assegurar a coerência da identidade de gênero que lhes é atribuída. No alto rendimento, porém, a mesma performatividade viril, constitutiva da imagem da mulher masculina/masculinidade feminina, emerge como alvo de ataques à modalidade em geral e à atleta em particular.

A postura viril e o bom desempenho esportivo da atleta podem até render algum reconhecimento, mas o modo de organização hegemônico instituído no esporte continua, por

diferentes estratégias, a lembrá-la da sua condição de *outsider*: “Você joga muito bem para uma menina/mulher”, “É tão boa que até parece homem/menino jogando”. Frases que, como vimos com Joana, povoam o cotidiano das atletas. Ao que parece, nos espaços organizados pelo código falocêntrico e binário, ao fim e ao cabo, um corpo cuja morfologia sexual e seus caracteres secundários o posiciona na categoria mulher será visto e situado como “naturalmente” inferior, ainda que sua performatividade de gênero o desloque da representação hegemônica do feminino. Aspecto que vai ao encontro do “raciocínio corporal” e da “bio-lógica”, característicos do pensamento ocidental (OYĚWÙMÍ, 2021). É preciso notar, ainda, que tal deslocamento serve à manutenção do código relacional instituído, afinal, a norma se forma por exclusão constitutiva (BUTLER, 2003), logo, depende das existências abjetas para se manter. Algumas falas das atletas entrevistadas corroboram o argumento.

Algumas participantes relataram embates com garotos ou técnicos quando os superavam em certames futebolísticos. A exclusão da brincadeira, já destacada neste setor do gramado, era uma das sanções por tal “transgressão”. Carolina sintetiza a questão da seguinte maneira: “Tomá uma caneta de outro muleque é normal, mas toma uma caneta de uma menina? Aí num dá! [...] você fazê um jogo de corpo com um muleque e perdê? É normal. Agora, você fazê um jogo de corpo com uma menina e perdê? Cê é maluco!” (CAROLINA).

Jogar futebol as coloca no terreno do “estranho”, do que é confuso, porque transitam entre as fronteiras; jogar melhor que um garoto parece tornar mais agudo o estigma de “garota estranha”. Intensifica a frequência e o volume da cacofonia que encarnam. Segundo a jovem, situações como as exemplificadas por ela, “tomar uma caneta” ou “perder no jogo de corpo”, motivavam reações violentas dos garotos, que se sentiam publicamente vexados pelo ocorrido e eram hostilizados pelos colegas e treinadores por estarem “perdendo para uma menina”. O jogo de bola lúdico simula e, desde muito cedo, contribui para a inculcação do funcionamento de outro jogo, o da disputa pelo poder.

Contudo, em alguns relatos, também encontramos o questionamento do regime simbólico que estabelece o viril e o masculino, encarnados num corpo específico, como parâmetros de qualidade esportiva. Ao falar da tomada dos garotos e homens como referência máxima da aptidão esportiva, Joana diz espantar-se com a falta de reconhecimento da habilidade de mulheres atletas, mesmo quando são companheiras de equipe:

Igual quando exalta muito um cara e daí eu falo: “Nossa [...] tem menina que faz isso também e ninguém fala nada”, sabe? Tipo: “Nossa, Nossa! Olha que o que aquele muleque fez!” [...] Aí, eu falo assim: “Nossa, mas a sua companheira ali também faz isso, sabe?” (JOANA).

A declaração da atleta evidencia que a questão principal talvez não seja a da habilidade ou da falta dela no âmbito do real, mas sim das relações de poder que investem e privilegiam o aparecimento de apenas um sujeito como o protagonista. Questão, portanto, radicada no universo de uma dominação simbólica falocentrada, como nos sugere Bourdieu:

Realmente, não seria exagero comparar a masculinidade a uma nobreza [...] a mais perfeita mestria da esgrima não bastava para abrir a um plebeu as portas da nobreza da espada, do mesmo modo, as digitadoras, cuja entrada nas profissões gráficas suscitou enormes resistências por parte dos homens, ameaçados em sua mitologia profissional do trabalho altamente qualificado, não são reconhecidas como tendo a mesma *profissão* que seus companheiros masculinos, do qual são separadas apenas por uma simples cortina, se bem que realizem o mesmo *trabalho*. (BOURDIEU, 2012, p. 75-76, grifo do autor)³¹.

Os critérios para atribuição de valor ou demérito também variam segundo aspectos que envolvem raça, sexualidade, classe social e idade. Assim, não se trata de qualquer homem no jogo da definição do valor de uma dada atividade. Para Cláudia Kessler (2016), a violência simbólica atua pela imposição de representações e ideias sociais de um grupo exclusivo para todos os demais, levando ao cerceamento da autonomia individual. Segundo a autora, no futebol, tal forma de violência pode se manifestar pelo “reforço das hierarquias existentes entre os praticantes de uma matriz masculina e espetacularizada que se sobrepõe às demais”, distinções que se apresentam em termos de “*status*, prestígio e visibilidade de diferentes matrizes e práticas futebolísticas” (KESSLER, 2016, p. 27).

Porém, como vimos na fala de Joana, o exercício do regime de violência simbólica não é inequívoco, e as pretensões despóticas que ele anuncia também falham em seus propósitos. Há estranhamentos. Deslocamentos. Levantam-se questões incômodas ao seu reinado. Erguem-se ações de resistência frente aos seus desmandos. Se Sandra, nossa atleta veterana, sentia-se uma “diferente” por gostar de jogar futebol, sendo a única menina entre os garotos, a jovem Marina não titubeou quando o treinador lhe disse que, por ser menina, não poderia jogar em competições. Saiu do time. Foi procurar outro lugar para praticar o esporte. Não era seu “ser” que estava em questão, e sim a conduta de seu treinador.

Almeida e Pisani (2015) destacam que as gerações mais recentes de meninas futebolistas encontram uma sociedade mais crítica e sensível com relação à objetificação, discriminação e hipersexualização das mulheres, favorecendo a contestação dos preconceitos baseados em gênero. Além disso, o episódio envolvendo Marina nos mostra o que já fora

³¹ Agradeço à colega Joyce Cristina Rodrigues, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Trabalho da USP e pesquisadora sobre o futebol de mulheres, que, durante uma conversa a respeito de nossas investigações, me apresentou essa discussão e o livro de Bourdieu. Uma colaboração preciosa para esta e outras análises que compõem a presente tese.

anunciado por Butler (2019a) ao afirmar que o gênero é produto de relações dinâmicas entre os sujeitos e suas condições histórico-sociais:

Como ação pública e ato performático, o gênero não é uma escolha radical ou um projeto que reflete uma simples escolha individual, ao mesmo tempo que não é imposto ou inscrito sobre o indivíduo [...] O corpo não é passivamente marcado com códigos culturais, como se fosse um recipiente sem vida de relações culturais sagradas e preconcebidas. E nem o Eu atribuído de corpo pré-existe às convenções culturais que essencialmente significam esses corpos. (BUTLER, 2019a, p. 223).

A autora propõe que gênero seja entendido como produto da incorporação ativa e estilizada de um conjunto de possibilidades culturais que se modificam de acordo com as sociedades e tempo histórico considerados. Possibilidades reformuladas segundo as performatividades levadas a cabo por corpos reais que povoam o cotidiano, afinal, “o ato produz significados ao mesmo tempo que performa esses significados” (BUTLER, 2019a, p. 215). Os atos do sujeito sexuado, ao performar o gênero, reiteram, questionam e retroalimentam a ficção ofertada como roteiro. Em linguajar esportivo: as jogadoras podem respeitar disciplinadamente a estratégia, fazer aquilo que é estritamente de sua posição no campo, como podem estilizar taticamente a posição que lhes foi atribuída – goleira-libero, zagueira especialista na bola parada, volante que aparece como elemento surpresa no ataque.

Ao aproximarmos Marina e Sandra, atletas de gerações distintas, é possível entrever a dinâmica das estilizações dos gêneros performados. A importância disso reside tanto nos efeitos desestabilizadores de pretensas identidades coerentes que são reificadas quanto nas marcações que subjetivam os corpos sexuados. Não obstante a persistência das punições para quem escapa ao roteiro ou não respeita a estratégia, o jogo do gênero é dinâmico, vivo e amplamente vinculado aos modos como as/os jogadores desempenham as funções em campo.

A reação de Marina frente à postura do treinador, ainda que possa parecer uma ação estritamente individual, não pode ser desprezada. Nela, encontra-se implícito o entendimento de não mais ver como fundamentalmente conflituosa a ideia de uma relação entre seu corpo e o jogar futebol, mesmo em uma realidade cultural e institucional em que a prática do futebol por meninas ainda sofre inúmeras interdições sociais.

Além disso, há uma conotação de movimento e coletividade, se considerarmos que as possibilidades presentes são também constituídas pelo legado de atletas das gerações anteriores, como argumentado por Almeida e Pisani (2015). As possibilidades de Marina se conectam à existência e aos enfrentamentos travados por Sandra, ainda que a linha dessa conexão seja tênue e descontínua. Longe de significar, porém, que se trate de um espaço isento de disputas internas, haja vista a diversidade de mulheres que constituem o futebol.

1.5 É jogando que refazemos as regras do jogo

Ao longo desta linha, apresentamos e discutimos alguns efeitos da política de gêneros coerentes no acesso e na prática inicial do futebol por garotas no Brasil. A produção desses efeitos é atravessada, também, pelo temor acerca de uma sexualidade posicionada como desviante e que, portanto, precisa ser normalizada. “Desvio” que, mesmo existindo apenas enquanto virtualidade, se ancora em signos de uma transgressão real da performatividade de gênero esperada de meninas/mulheres. Sendo as concepções de gênero e sexualidade fortemente associadas na cultura Ocidental, a transgressão de gênero é fiadora da ideia de desvio sexual e do temor evocado por este. O que se encontra como pano de fundo é a preservação de uma norma de sexualidade, mantendo inquestionada a homofobia latente.

Por envolver o corpo da criança, é importante atentarmos, também, para o marcador etário e o exercício do poder nas relações entre adulto e infante. Sob a retórica do cuidado, o corpo infantil torna-se objeto de práticas corretivas sancionadas culturalmente, porque apoiadas num discurso que concebe a criança como dependente e incapaz (na totalidade da sua existência). Assim, ao desviar das diretrizes estabelecidas pelo adulto, sua correção é autorizada e, inclusive, esperada. Os “desvios” em relação aos estereótipos produzidos pela ficção do gênero coerente estão entre aqueles que acionam o sinal de alerta de maneira mais ruidosa no amplo aparato institucional que guarda a norma do sexo/gênero.

Como evidenciamos, gênero não é o produto de uma determinação unidirecional, emanando de uma unidade central que se inscreve sobre um corpo passivo, tampouco é derivado de um destino biológico e “natural”. O gênero e suas possibilidades constituem-se em meio a um diagrama de linhas difusas e que correlacionam forças múltiplas: a família, a escola, o/a professor/a, a mídia, os órgãos de gerenciamento esportivo, mas também os colegas, as brincadeiras na rua e as próprias atletas.

Ao longo das histórias narradas, vimos que as futebolistas criaram (e criam) fissuras no projeto político de inteligibilidade que pretende fixá-las e produzi-las em coerência com o modelo fictício que corresponderia ao que é dito como sendo seu gênero, correlato aos seus corpos. Por meio de atos encarnados, as entrevistadas mostram a possibilidade de se compreender o corpo a partir de suas realizações, afastando-se do pensamento das essências.

A “mulher de verdade” não é, pois, um destino inequívoco e, ao que parece, precisa ser recusada, ainda que parcialmente, para que, em seu lugar, possam emergir jogadoras de futebol. Afinal, as condições com as quais a aspirante à jogadora de futebol se depara lhe solicitam uma atitude combativa (no campo e fora dele) e reivindicatória e um certo

nomadismo (como veremos adiante) incompatíveis com os ideais de passividade e resignação que constituem a ficção da “mulher de verdade”.

As fissuras, contudo, não se apresentam sob a forma de ruptura definitiva. Como vimos, as negociações que fazem consigo mesmas para assumir posições no jogo passam por arranjos com as expectativas e os estereótipos de gêneros que também as constituem. Sandra, por exemplo, ainda externalizava preocupações sobre ser suficientemente feminina enquanto mostrava as unhas pintadas. Ademais, a persistência da violência simbólica, captada ao longo das narrativas de atletas de gerações distintas, dá sinais das descontinuidades que fazem parte do jogo. O esporte marca e é marcado pelo sexo/gênero. Mesmo assim, é necessário enfatizar algumas mudanças que sinalizam avanços no projeto de institucionalização da modalidade.

Uma delas, e talvez a mais relevante, se refere a que o futebol passa a ser percebido e acionado como uma possibilidade para as estilizações das performatividades de gênero das garotas, sinalizando o afastamento da noção de que “futebol não é coisa de menina/mulher”. É certo que tal enunciado ainda se faz presente no imaginário social brasileiro, pois, como vimos, as práticas de afastamento das garotas do campo futebolístico seguem operando, apoiando-se em estratégias mais sutis, porém não menos eficazes.

Contudo o rastro conservador deixado pela defesa do gênero coerente e das hierarquias que ele institui só faz crescer a importância do que estamos dizendo. Especialmente, porque quem protagoniza o contra-ataque são aquelas a quem esses enunciados se dirigem: as jovens garotas que jogam futebol. Em meio aos posicionamentos marginais que lhes foram atribuídos, elas acolheram o estranho, emergido no encontro com o futebol, abrindo passagem para experimentações outras. O que, a princípio, parece um ato isolado e individual se conecta a uma série de lutas e conquistas anteriores. Segundo Butler (2019a), a performatividade do gênero é, necessariamente, uma ação pública com dimensões coletivas e temporais. Nenhuma estilização acontece num vácuo social, relacional e institucional. Isso nos revela outra linha que gostaríamos de destacar aqui.

A última década tem sido importante para o futebol de mulheres no Brasil. Aumento no número de clubes, competições mais organizadas, perspectiva de ampliação do calendário, mais atletas com contrato formal de trabalho, equiparação no valor das diárias pagas pela CBF, ampliação e fortalecimento dos veículos para transmissão dos jogos e cobertura/divulgação da modalidade, surgimento de equipes e campeonatos de base (ALMEIDA; PISANI, 2015; CALENDÁRIO..., 2021; FRANCO, 2020). Um desdobramento tanto de medidas mais consistentes adotadas pela FIFA (FIFA, 2018) quanto dos levantes de

atletas ao redor do mundo, reivindicando melhoria de sua condição (ALMEIDA; JAHNECKA, 2020).

No entanto, no Brasil, os efeitos desses processos ainda se concentram na região Sudeste do país, nomeadamente no estado de São Paulo. Por isso, quando apontamos tais mudanças, como parte do que pudemos observar, também, no trabalho de campo, é indispensável ter em vista que elas dizem respeito à realidade de um dos clubes mais tradicionais da modalidade, alocado no Estado que apresenta grande tradição e os maiores investimentos em seu desenvolvimento.

A presença de pessoas comprometidas com a modalidade, com destaque para o aumento da presença de mulheres na gerência de equipes e em cargos gestores da modalidade nas Federações e na Confederação (BATISTA; VITOR, 2020), também anuncia boas perspectivas. Mas é preciso manter viva a memória das dificuldades e vicissitudes que marcam o futebol de mulheres em nosso país (ALMEIDA; PISANI, 2015; GOELLNER, 2005; VIEIRA, RODRIGUES, 2021) e atentar para os efeitos das estratégias que visam à sua institucionalização. Cuidados importantes para evitar que as ações fiquem restritas ao aspecto formal do “politicamente correto”, fazendo com que o futebol de mulheres seja percebido como obrigação (MIRANDA, 2021; MACHISMO..., 2021; SIMONI, 2020). Além disso, como já destacamos, é necessário compreender que a representatividade, por si só, não garante o compromisso com pautas feministas para o esporte.

Assim, a tática, no jogo do gênero, não pode se resumir à mera diversificação das possibilidades daquilo que integra o “feminino” e a “mulher de verdade”, que, assim, contribuiria para reificar a ficção e suas personagens, prolongando os efeitos desastrosos que tal trama nos reserva. A capacidade contestatória dos múltiplos atos e performatividades encontra-se em poder evidenciar o caráter simultaneamente dramático e não referencial do gênero (BUTLER, 2019a). O futebol de mulheres pode cooperar para tal propósito, na medida em que gera confusões, cria “problemas” e desestabiliza, mesmo parcialmente, o significativo uníssono do gênero coerente, a ponto de as prescrições e proscricões que ele coloca perderem seu sentido e as bases nas quais se apoiam. Talvez assim possamos diminuir as sanções e os efeitos punitivos que o sistema atual reserva para quem desempenha gênero de maneira considerada inadequada. No horizonte, quem sabe, esportes e expressões corporais, ritmadas ou combativas, futebol ou *ballet*, sem decretos nem ministérios para comandar as experiências de (mo)ver-se. Um esporte e uma cultura corporal radicalmente descategorizados.

2 MULHERES E O LUGAR DE *OUTRO* DO FUTEBOL

Aqui, buscaremos dar enfoque à condição de abjeção que aparece como componente comum às atletas, situadas como o *Outro* do futebol. Tal condição evidencia a persistência de uma definição assente na comparação com o futebol masculino – na sua dimensão organizacional, no estilo de jogo, nas performatividades de gênero, nos clubes “de camisa”, enfim, em diversos aspectos que integram uma subjetividade alçada ao posto de modelo. Assim, abordaremos algumas linhas constituintes do lugar de *Outro* e as implicações de habitá-lo.

2.1 Condições do campo de jogo

Iniciaremos por aquilo que as atletas denominam como aspectos “estruturais” (em geral, significando condições de trabalho), em relação aos quais são inúmeros os entraves que dificultam o processo de construção de uma carreira esportiva no futebol pelas mulheres. Para além da escassez de locais que promovam a prática e o ensino do futebol para elas, como já discutido, existem, ainda, outros elementos a serem considerados, a partir da ótica das jogadoras.

Marina, por exemplo, menciona o conhecimento sobre a precariedade na alimentação oferecida para atletas alojadas, afirmando que “tem meninas, ainda hoje, em base, que come só salsicha pra ir treiná”. A salsicha, alimento de baixo custo e nutricionalmente pobre, foi destacado por Sandra ao rememorar o início da carreira: “a gente comia salsicha com, com macarrão. Direto. Ou sardinha...”, “muitas vezes, a gente num almoçava... Jantava, tipo, lanche, na volta... Suquinho”. Segundo essa atleta, uma das pistas para rastrear a melhoria nas condições atuais do esporte é, exatamente, a alimentação: “Hoje a gente tem uma baita duma cozinheira na F... No alojamento das meninas e, inclusive, no alojamento do, do, da, do sub também” (SANDRA).

Ainda sobre esse tema, Fabíola destacou a precariedade de condições no início da carreira, por volta de 2009: “A gente comia comida gelada lá [...] tinha dia que num tinha muita coisa pra comê, então, a gente meio que passava fome [...] Ia nos lugares pedir patrocínio. Ah, tem patrocínio de supermercado. Aí a gente... Se virava, né? Num tinha quem fazia... A gente se virava”. Aqui, notamos que, para sanar a situação de insegurança alimentar, as próprias atletas se mobilizavam em busca de patrocínios e recursos. O acesso a uma boa alimentação foi enfatizado por Paula como um dos elementos fundamentais para melhorar o

esporte, ao considerar que “o futebol feminino viria de uma boa alimentação, de um bom alojamento, de uma boa remuneração”. Alimentação, moradia e remuneração. Teríamos aí alguns dos pilares para o bom desenvolvimento da prática esportiva, segundo Paula.

As problemáticas envolvendo remuneração e contrato foram trazidas por Fabíola e Sandra. Fabíola relata que, no início da carreira, mudou-se para Minas para jogar, porém recebia apenas uma ajuda de custo: “Eu fui pra Minas, pra Ipatinga. Num ganhando nada assim... Ganhando só uma ajudinha de custo. Fui pro Atlético num recebendo nada”. Por sua vez, Sandra menciona problemas na irregularidade dos pagamentos quando jogou por um clube do interior paulista: “Só que, um ano eu recebi salário, os out... Os outros seis meses... Deu problema. Atraso, atraso, atraso”. Além dos atrasos, a atleta se refere, ainda, à precariedade dos transportes usados no deslocamento para os jogos: “Eu viajei com micro-ônibus. Um micro-ônibus que é um ônibus pequenizim, com umas cadeirinha assim ó [aperta as cadeiras da arquibancada] de plástico, que a gente ia em São Paulo e voltava. Às vezes chovia dentro (SANDRA). Embora Sandra destaque os avanços e as melhorias que observa no clube atual – “hoje, as meninas têm um ônibus pra ir, pra se deslocar pros treinos [...] Tem o alojamento ééé... Tem, tem até o ar-condicionado nos alojame... Nos quartos. Alimentação sensacional. Éééé tem alg... A... Maioria das meninas tem carteira registrada” –, ela se queixa do tempo de duração dos contratos: “acho que poderia até a gente conseguir fazê uns contratos um poucos... Um pouco mais longos assim, né? Pra dá uma segurança, uma estabilidade também pras atletas...”.

Nas falas, encontramos desde itens básicos ao desenvolvimento da prática esportiva, como alimentação, transporte e hospedagem em jogos, até os mais complexos, relacionados à assiduidade nos pagamentos e estabelecimento de contratos formais com todas as garantias que tal condição prevê. São relatos que conflitam diretamente com as imagens usualmente associadas ao grande espetáculo do contemporâneo: o futebol de alto rendimento. Nesse conflito, reside a denúncia do inequívoco gendramento da instituição esportiva em geral e futebolística em particular, como pontuado por Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2020):

Os esportes em geral, e os esportes profissionais em particular, costumam oferecer mais oportunidades para os homens que para as mulheres [...] Essas estruturas de gênero no futebol – por exemplo, a Copa do Mundo masculina foi criada em 1930, e a feminina, apenas sessenta anos depois, em 1991 – promovem um acúmulo de vantagens e desvantagens baseadas no gênero dentro do domínio estrutural do poder da Fifa. (COLLINS; BILGE, 2020, p. 24).

Os aspectos “estruturais”, relativos às condições de trabalho, que são assinalados pelas participantes do estudo evidenciam esse sistema de “vantagens e desvantagens baseadas

no gênero”, apontado pelas autoras em tela. Tais aspectos expressam a condição de desproteção social e jurídica que pode desencadear danos físicos e à dignidade humana. Tais elementos seriam isentos de implicação para o rendimento em campo, argumento acionado com frequência para justificar a posição inferiorizada da categoria feminina na instituição futebolística?

2.2 Em posição de impedimento

A ideia de “dignidade humana”, expressa na seção anterior, nos força a questionar se as futebolistas estariam resguardadas por tal estatuto. Viviane, ao recordar uma lesão sofrida no início de carreira, afirma que se sentiu um “ninguém”, expressando um dos efeitos mais incisivos que decorrem ao se habitar um lugar inóspito, porque fora das demarcações que estabelecem uma existência como legítima. Acompanhemos seu relato:

Tem o tratamento diferente, né? [...] quando eu machuquei, no Atlético mesmo. Eles cortaram meu salário, né? Por... Metade do que era. Entendeu? Eles num tinham esse direito! E, tipo, mas eu também num podia cobrar nada, porque... Quando daquela época, a gente... Num assinô um contrato. A gente só assinava a folha de pagamento. Entendeu? Isso foi cortado [...] Numa situação dessa, machucada e a pessoa vem e corta o teu salário na metade, como se cê num... Fosse ninguém, né? Uma coisa que num acontece e num ia acontecê no masculino nunca, né? Pronto, eu acho que, pra mim, é uma das... Desse tipo de situação... Desse tratamento desigual. (VIVIANE).

Tornar-se “ninguém” é o custo da ininteligibilidade que se estabelece quando uma dada forma de expressão não é assimilável pelos códigos socioculturais lineares que definem quem é o “humano” ou a “pessoa”, termos que, na discussão realizada por Butler (2003), associam-se à identidade de gênero. Para a autora em tela, a matriz cultural binária só reconhece o *status* de “pessoa” aos seres que mantêm a coerência com a lógica supostamente linear e causal entre sexo, gênero, desejo e práticas sexuais. Desde uma perspectiva interseccional (AKOTIRENE, 2019), como a que buscamos adotar, é indispensável agregar à formulação de Butler (2003) o componente racial no processo que distingue o “humano”/“pessoa” do “não humano”/“ninguém”.

No entanto, os modos de existência invalidados ou deslegitimados, segundo os termos das matrizes racial e de sexo/gênero, não podem, por tal razão, ser considerados excluídos do seu domínio. Pelo contrário, são, simultaneamente, seus pilares e produtos, cumprindo papel fundamental na sua manutenção, uma vez que a “matriz cultural por meio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de ‘identidade’ não possam ‘existir’” (BUTLER, 2003, p. 44).

Ser “ninguém”, portanto, é ser privado de um determinado contorno de existência social, no caso relatado por Viviane, implicando na privação do contrato de trabalho formal e das garantias sociais que lhe são decorrentes. Tal condição envolve desde a ausência de alimentação adequada nos espaços de alojamento até a falta de assistência em casos de acidentes de trabalho. Sendo o *Outro* do futebol, as mulheres são tornadas abjetos:

aquilo que foi expelido pelo corpo, descartado como excremento, tornado literalmente ‘Outro’[...] é precisamente através dessa expulsão que o estranho se estabelece. A construção do ‘não-eu’ como abjeto estabelece as fronteiras do corpo, que são também os primeiros contornos do sujeito. (BUTLER, 2003, p. 230).

O limbo social que se cria a partir disso abre margem para toda sorte de violação e violência contra as garotas e as mulheres futebolistas, a exemplo do que temos relatado. Isso se aplica a outros modos de existência nesse universo, na medida em que se afastam do modelo de sujeito normativo e suposto “original” do futebol de espetáculo: o homem-cis-heterossexual que performa uma masculinidade amplamente apoiada na virilidade e circula pelos clubes de maior prestígio social e econômico do mercado futebolístico – a elite do futebol (KESSLER, 2016; MOURA, 2019; ALMEIDA; JAHNECKA, 2020). Lembrando que a posição de sujeito legítimo da prática não isenta esses homens do confronto com situações abusivas e/ou violentas, uma vez que sua condição também é atravessada por segmentaridades raciais, etárias, sexuais, de classe e gênero, por vezes, inclusive, diminuindo as possibilidades de expressarem suas vulnerabilidades.

É interessante notar que diversas complicações derivadas da condição informal de trabalho, que também atinge muitos homens jogadores de futebol (RIAL, 2009), ganharam expressão pela voz das mulheres. Assim, sua ação e a afirmação da diferença que trazem parecem colocar questões para que o esporte possa se repensar nas relações que produz, e não apenas como demandas específicas vindas das jogadoras. Não se trata de colocar o peso e a responsabilidade de tal ação política sobre elas, mas sinalizar que sua existência e reivindicações contribuem para alargar o campo de referência do legítimo no jogo. Contudo, ao vincular a legitimidade ao reconhecimento por parte de um agente regulador, alguma existência continuará posicionada como marginal, enquanto abjeto que justifica o “legítimo”. Se há, portanto, um aspecto inegavelmente macropolítico no horizonte das reivindicações – por contratos de trabalho que assegurem social, econômica e juridicamente as trabalhadoras da bola –, ele não pode ser visto como dissociado da micropolítica, na qual se encontram as bases que sustentam as formas instituídas no presente, hierarquizando relações e posicionando sujeitos em gradações distintas de legitimidade. Um movimento assim orientado demanda a:

desidentificação com os modos de vida que o regime constrói no lugar daqueles que devastou [...] não para voltar às formas do passado, mas para inventar outras, em função dos germens de futuro incubados no presente. Só assim é que a ideia de reapropriar-se da força vital coletiva de criação e cooperação, meio indeclinável para combater o atual estado de coisas, tem chances de sair do papel e dos sonhos utópicos para tornar-se realidade. (ROLNIK, 2018, p. 90).

Assim, mais que tomar o sujeito legítimo estabelecido pelo modelo atual como meta ou ideal a ser alcançado, o desafio para as mulheres boleiras encontra-se em criar outros modos de legitimidade no jogo – e, quem sabe, questionar a persistência da norma binária que organiza o desporto, apontando para uma descategorização do gênero no esporte. Ao investir as formas definidas no presente, pouco ou nada se altera, senão num plano estritamente topográfico, mantendo inalterada a cooptação da potência criadora para a produção do mundo segundo os desígnios do poder instituído. Portanto, sim, o enrijecimento de uma linha trabalhista urge para encerrar ou amenizar a precarização de seu fazer, mas disso não podemos depreender ou assumir que o único caminho válido é aquele mostrado pelo modelo que já existe.

1.3 Trabalho de atleta: um jogo sem fim

As falas das atletas mostram que, além da falta de reconhecimento jurídico de sua atividade, abordada na seção anterior, a ausência de legitimidade social se revela uma fonte de frustração. Mesmo entre as entrevistadas com registro em carteira profissional, foi assinalado o incômodo em relação aos comentários demeritórios do seu fazer. Questionamentos e suposições como: “‘Cê’ tá trabalhando ou ‘cê’ tá jogando bola?” (SANDRA), “Como é que seu emprego é só ‘corrê’ atrás de uma bola?” (PAULA) e “Ah, mas ‘cês’ treinam só duas horas por dia” (VIVIANE) foram mencionados pelas atletas como exemplos de interpelações que as deixam irritadas. São como outros possíveis efeitos do funcionamento de um futebol de sujeito único, cuja identidade depende da subjugação das jogadoras e de outras variantes de jogo, bem como de seu afastamento do estatuto de profissionais, mesmo quando legalmente amparadas.

A profissionalização como mote de sua luta nos jogos que travam cotidianamente apresenta, como meta, a regulamentação jurídica do seu trabalho, cuja forma principal é expressa pelo ideário da carteira de trabalho de assinada, como foi encontrado, também, nos estudos de Almeida (2018), Pisani (2012) e Souza Junior e Reis (2018). Entretanto notamos que o reconhecimento almejado extrapola a dimensão estritamente jurídica, havendo, também, o anseio pelo reconhecimento social de sua atividade como trabalho. Tal aspecto coaduna com

parte dos achados de Almeida (2013, 2018). Para ela, o reconhecimento é componente fundamental da noção de profissionalismo, posto ser elemento presente em distintos momentos do processo no qual as mulheres se constituem como atletas de futebol. Constituição que se produz nas relações sociais formadoras de uma constelação futebolística: família, escola, clubes, outras atletas, comissão técnica, órgãos de gestão, torcida, mídia.

Para as entrevistadas, a falta de reconhecimento social se daria, em partes, pela ignorância das pessoas em relação ao que caracteriza a rotina de trabalho no esporte. Viviane nos elucida a respeito do que estaria por trás das duas horas de treino de campo na rotina do trabalho atlético: “você abdica de tudo! Cê abdica da tua vida pessoal. Cê num tem vida pessoal [...] Tem que trabalhá de segunda a domingo [...] vai pra academia, a gente tem vídeo, né... É... Tem todo... Esse processo [...] É muita coisa por fora, por trás que as pessoas não vê”. Paula também destaca a existência de uma rotina de treinamento que demanda um compromisso “faça chuva ou faça sol [...] Tem ‘meus horário’ de trabalho, que nem um trabalhador mesmo” (PAULA), bem como envolve a produção de um modo de vida que, dentre outras coisas, coloca o desafio do convívio íntimo e constante com pessoas diversas. A expressão “que nem um trabalhador mesmo” deixa entrever a ambiguidade da situação vivida, em que, mesmo havendo atribuições e responsabilidades presentes nas relações sociais do mundo do trabalho, ainda não corresponde ou coincide exatamente com este, ao menos não sem que se faça um esforço linguístico para tal. A despeito de sua polissemia, a noção de trabalho parece ainda se prender a componentes de uma definição clássica, mesmo num tempo marcado pela pluralidade de experimentações e possibilidades com transformações significativas, inclusive nesse campo da existência (GORZ, 2005; HARDT, 2003).

Conforme os relatos das atletas, notamos que a vivência do esporte como carreira implica uma mobilização que ultrapassa o tempo-espço das quatro linhas, ampliando seu campo de jogo. Tal característica faz com que o trabalho se estenda pela vida privada, tornando confusa a separação entre esta e a atividade profissional de esportista, como discutimos em outra ocasião (VIEIRA; MANSANO, 2014).

Quando Viviane fala dos elementos que constituem a rotina invisível do trabalho de atleta, deixa implícita a ideia de que se trata de um aspecto comum à realidade de atletas em geral. De fato, a divisão entre o “dentro” e o “fora” do trabalho parece ser particularmente problemática entre profissionais do esporte. A fala da jovem Alice reforça o argumento:

Profissionalização do futebol feminino é... Ter mais responsabilidade, né? Ter que sacrificar sua vida por um sonho. Ter que... Deixar as festas, deixar de sair finais de semana, por causa do treino na segunda. E... Pra mim, ser profissional, eu tenho que... No futebol, tem que sacrificar muitas coisas e... Em dias de hoje eu já

sacrifiquei muitas coisas. Então... Pra mim, ser profissional é... Ter muita responsabilidade e sacrificar. (ALICE).

Para ela, o fora não é tão facilmente demarcado nessa atividade, mesmo quando ainda em etapa formativa. Talvez sequer exista um fora. Assim, a assunção de uma conduta profissional no futebol gera responsabilidades que adquirem a conotação de sacrifício. Tal aspecto pode ser considerado comum ao trabalho esportivo, em diferentes estágios da carreira e nas variadas modalidades, considerando os achados e as discussões de pesquisas anteriores (VIEIRA; MANSANO, 2014; VIEIRA, 2017). No entanto, como veremos a seguir, a condição de irregularidade que se impõe às mulheres no futebol parece também influir sobre as confusões entre o dentro e o fora do trabalho, vida profissional e pessoal.

Um aspecto a ser destacado sobre isso diz respeito à parte ocultada ou esquecida da rotina invisível do seu trabalho: as tarefas domésticas. As atletas eram responsáveis pela limpeza e organização dos alojamentos, assim como pela higienização dos uniformes, tanto na base quanto na equipe principal. Durante a semana, dispunham de duas cozinheiras³², uma para cada alojamento. Fora desses horários, elas próprias assumiam o trabalho da casa. Assim, sua rotina de treinamentos se mescla aos trabalhos da casa, configurando uma jornada dupla ou tripla de trabalho, no caso de atletas que estudavam ou precisavam complementar a renda.

Podemos seguir outras pistas a partir da fala de Joana, que, ao comentar sobre a conduta profissional, afirma: “Tem... é... Tem uma coisa pra sê seguida e a gente seguir, sabe? Independente do que cê faz fora disso” (JOANA). Nesse momento, a atleta se referia às condutas a serem incorporadas a fim de obter o reconhecimento do estatuto de “profissional”. Em sua exposição, a participante fala de “uma coisa pra sê seguida” (JOANA), aparentemente uma espécie de código que envolveria a conduta desse “sujeito atleta profissional”. Em seu entendimento, como explicitado no excerto, o suposto código abstrato a ser aderido deixaria salvaguardada a vida íntima “Independente do que cê faz fora disso”. Mas será mesmo possível traçar uma linha de contornos tão definidos?

A própria atleta, ao seguir nas colocações sobre o tema, afirma que, há algum tempo, cometeu falta em relação à dieta, pois teria passado por um período de muito desânimo. Ora, a alimentação estaria alocada na esfera do trabalho ou da vida íntima? Aquilo que se ingere, que se decide colocar dentro do próprio corpo, no caso das trabalhadoras do esporte, parece ser objeto de regulamentação (alimentos, substâncias químicas). Portanto, o código abstrato da

³² A cozinheira da base também exercia a tarefa de cuidadora e passava a noite no alojamento.

suposta conduta profissional seria, de fato, tão “Independente do que cê faz fora disso”? Sendo parte das responsabilidades profissionais, ficaria a carga de quem, atleta ou clube?

O material apresentado por Salvini e Marchi Júnior (2016a) também contribui para problematizar as fronteiras movediças entre trabalho e vida privada nos profissionais do esporte. Dentre as atletas entrevistadas pelos autores, algumas alegavam que parte do desprestígio e da ausência de interesse de patrocinadores pelo esporte estaria relacionada à conduta das atletas fora de campo. Traziam como exemplo o fato de algumas beberem, fumarem, usarem boné ou pegar na mão de outra menina, “homossexualizando-se”.

Aparentemente, o afastamento de normatividades de gênero e sexualidade poderia estar ligado à invisibilização da modalidade, segundo algumas atletas do estudo em questão (SALVINI; MARCHI JÚNIOR, 2016a). O mesmo argumento pode ser encontrado no material etnográfico produzido por Mariane Pisani (2012), a partir de suas conversas com atletas de futebol: a aparência masculinizada de algumas atletas remeteria à lesbianidade, prejudicando a obtenção de patrocinadores resistentes em associar sua marca a tais imagens. Conforme argumentado por Pisani (2012), o que tais posições questionavam eram as aparências de algumas atletas e a suspeição subsequente acerca de suas práticas sexuais, sem levantar qualquer problematização a respeito da lesbofobia residual.

O argumento ganha força quando consideramos as práticas já empreendidas pela imprensa e por clubes durante os anos 1990, na tentativa de criar uma imagem popular do esporte no Brasil. Nesse período, foi marcante a presença de narrativas midiáticas que buscavam associar o futebol de mulheres com imagens de mulheres consideradas belas e desejáveis (ALMEIDA, 2016; ALMEIDA; PISANI, 2015). As autoras em tela destacam que a adoção de tal abordagem era abertamente orientada pelo propósito de afastar a ideia de lesbianidade que ainda era fortemente associada ao esporte, procurando representá-lo de modo mais “feminino”. Não se restringindo apenas ao discurso midiático, essa estratégia de ação esteve presente também entre clubes e federações.

No que diz respeito às Federações estaduais, é sabido que, em 2001, o órgão paulista (FPF) produziu um campeonato estadual feminino, a “Paulistana”, em que a “beleza” e a “feminilidade” foram colocadas como requisitos para as jogadoras que desejassem participar do torneio. A publicidade que chamava as interessadas estipulava, ainda, a faixa etária pretendida: interessavam-se apenas por moças com idades entre 17 e 23 anos (KNIJNIK; VASCONCELOS, 2003). Com isso, foram vetadas, por exemplo, atletas que tivessem cabelos curtos, raspados ou fora da idade estabelecida (GOELLNER, 2005).

Em nosso trabalho de campo, algumas ocorrências nesse sentido foram constatadas tanto durante a visitação aos alojamentos quanto na realização das entrevistas. Ao conhecer os alojamentos, notamos um papel afixado à parede intitulado “Normas e multas”. As condutas reguladas versavam, na maioria dos casos, sobre a pontualidade e assiduidade aos treinos e jogos, recomendações quanto ao uso de equipamentos de proteção (caneleiras) e uniformes (obrigatórios em treinos, viagens, eventos e reuniões), veto de acessórios como brincos, pulseiras e anéis durante os treinos, posto que oferecem risco às atletas. Um dos elementos, contudo, destoava do conjunto: a proibição de apresentar-se em reuniões, viagens e eventos usando chinelos ou bonés, violação que poderia gerar multa de R\$ 20,00, segundo maior valor previsto na tabela. Quanto à proibição do uso de chinelos, parece ser medida comum às categorias feminina e masculina da modalidade, tendo como finalidade prevenir a ocorrência de lesões. O mesmo não pode ser afirmado acerca do uso de bonés, acessório que, no Brasil, é usualmente associado à indumentária masculina. Entre os jogadores, o item, inclusive, pode fazer parte do uniforme para se apresentarem em viagens ou em compromissos públicos oficiais pelo clube. É bastante comum, aliás, que os bonés sejam estampados com o brasão do clube, de algum patrocinador da equipe ou até do próprio atleta. As regulações dirigidas às mulheres parecem não se restringir à preservação da integridade, intervindo também sobre uma certa performatividade de gênero.

Como argumentado, algumas pesquisas revelaram a existência de uma concepção que atribui à masculinidade feminina papel significativo na estigmatização da modalidade, dificultando sua popularização, visibilidade midiática e angariação de patrocinadores. Tais posições se fizeram presentes tanto entre mulheres praticantes do futebol e/ou futsal de lazer (SILVEIRA, 2008; SILVEIRA; STIGGER, 2013) quanto do alto rendimento (MOREIRA; PRADO; CAVALEIRO, 2019; SALVINI; SOUZA; MARCHI JÚNIOR, 2015; SALVINI; MARCHI JÚNIOR, 2016a; PISANI, 2012).

Dentre as nossas entrevistadas, nenhuma apontou a masculinização das mulheres como elemento problemático para a difusão do esporte, e apenas uma delas, Carolina, relacionou a resistência familiar à sua carreira ao temor de que o futebol a pudesse lesbianizar. Embora a vigilância acerca da conformidade com a performatividade de gênero não tenha surgido entre as atletas com as quais dialogamos, na conversa com Sandra, notamos uma autovigilância e um anseio em corresponder à feminilidade normativa. Ao rememorar um episódio da juventude, a atleta foi cristalina em externar o desconforto sentido quando “acusada” por uma colega de escola de usar cueca:

esses preconceitos de... Muito na escola, umas coisas: “cê tá com cueca?”, falava: “cê tá de cueca?”. Eu quase bati na menina. Eu falei assim “Que cueca, menina?! Que cueca?!”. Porque ela... Eu andava, talvez, com uns shorts ééé maiores... Ééé... Umas calças que num eram as calças jeans que elas usavam. Eu gostava de me senti mais à vontade eee... Num importava. Acho que eles encanavam muito com o jeito que eu, que eu usava as minhas roupas eee... Usava bastante calça jeans... Sempre fui muito feminina, mas... Uma calça tactel...? (SANDRA).

Ao declarar sempre ter sido “muito feminina”, Sandra assegurou-se de deixar as mãos à vista. As unhas feitas e o esmalte de cor vibrante pareciam servir-lhe como elementos que garantiam sua “posição legal” no jogo dos gêneros, não obstante o uso eventual de uma calça de tactel ou de outras roupas que a deixassem “mais à vontade”. Na feitura de si, Sandra entende-se como mulher e afirma uma feminilidade. De qualquer modo, isso não parece torná-la menos disposta a reivindicar o uso de outros acessórios, menos habituais num certo padrão de moda feminina. Ela joga com os códigos da moda, da aceitação e contestação das prescrições de gênero, fazendo composições entre eles, dando corpo ao que Ticianelli e Altmann (2021, p. 10) chamaram de um “gênero esportivo, que intersecciona aspectos considerados masculinos e femininos, com fronteiras menos rígidas e mais intercambiáveis”.

Insistimos: a carreira profissional no esporte seria, de fato, independente do que se faz fora do campo/quadra? Haveria resguardo da esfera privada para tais trabalhadoras e trabalhadores? No caso da/o atleta, o tempo-espço do trabalho carece de demarcações precisas (VIEIRA; MANSANO, 2014). Sua geografia é descentralizada e sua cronologia prolongada, contínua. Trabalho radicalmente desterritorializado ou, se assim quisermos formular, que encontra seu território no próprio corpo das/os profissionais. É, portanto, um fazer em tempo integral, demandando constante preparação, cuidado e produção de si, tendo em vista seu ofício e os interesses envolvidos que o atravessam. O futebol de mulheres mostra que tais cuidados ultrapassam os requisitos relacionados ao desempenho esportivo. Regime de vigilância e controle sobre suas sexualidades e performatividades de gênero (ENGH, 2010). Nessa altura, percebemos que o jogo nos convoca a trazer outras movimentações do campo.

3 LINHAS QUE RECORTAM O *OUTRO DO FUTEBOL*

Nesta seção, nos orientamos pela noção de interseccionalidades, procurando acompanhar os contornos que se produzem no cruzamento das várias avenidas (AKOTIRENE, 2019) em que essas mulheres se encontram. As linhas que destacamos estão agrupadas como se segue: a) regionalidade e migrações: em busca de jogos possíveis; b) gerações, idades e as diferentes condições para o jogo; c) lesbofobia, erotização e racialização em campo; d) (im)pressões plurais no futebol de mulheres. Nem sempre o agrupamento encerra com precisão a linha que dá contorno ao tema, as pontas soltas se conectam com outros agrupamentos e ficam também disponíveis para conexões do/a leitor/a.

3.1 Regionalidade e migrações: em busca de jogos possíveis

Como vimos anteriormente, uma das primeiras barreiras a serem encaradas por garotas que desejam jogar futebol é, exatamente, a de encontrar um lugar onde possam desenvolver uma prática sistematizada do esporte. Situação que se torna ainda mais complexa quando tentam fazer do futebol um meio para obtenção do seu sustento e de sua família. Nesse caso, o cenário da modalidade pode lhes impor a necessidade de emigrarem para outros estados do país, a fim de encontrarem melhores condições para o desenvolvimento da prática.

O estudo publicado por Brum, Nascimento e Pereira (2019) investigou os fluxos migratórios de atletas convocadas para representarem a Seleção Brasileira nas Copas do Mundo, no período compreendido entre 1991 e 2015. Ficou explícito que a região Sudeste, sobretudo o estado de São Paulo, ainda é a que apresenta a maior concentração de times femininos e, por conseguinte, onde as garotas encontram mais possibilidades para jogar futebol no alto rendimento.

Os dados mostraram, ainda, que, mesmo tendo havido atletas naturais de todas as regiões do país ao longo dessas convocações, a região Norte contou com apenas uma atleta em todo período – a rondoniense Nenê, que compôs o selecionado de 1995. Por outro lado, a predominância de atletas naturais do Sudeste na análise realizada foi notória (BRUM; NASCIMENTO; PEREIRA, 2019). A realidade do nosso material de campo corrobora o cenário trazido pelos autores: dentre as nove atletas entrevistadas, seis eram da região Sudeste (4 de São Paulo, 1 de Minas Gerais e 1 do Espírito Santo), duas eram provenientes do Norte (1 de Rondônia e 1 do Amapá) e uma do Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul).

Contudo, se considerarmos a distribuição de acordo com o nível da prática, encontramos um cenário distinto entre as diferentes gerações. Enquanto a equipe principal era composta integralmente por atletas da região Sudeste (3 paulistas, 1 mineira e 1 capixaba), a categoria de base apresentava composição mais heterogênea: 1 paulista, 1 sul-mato-grossense, 1 amapaense e 1 rondoniense. Mudança que parece associar-se aos avanços tecnológicos que viabilizaram a comunicação e a circulação de imagens, favorecendo a divulgação de vagas/testes em clubes, expandindo o alcance e descentralizando os circuitos de incitação do desejo. Também há de se considerar a maior aceitação das famílias na adoção de uma vida menos sedentária por parte das garotas, perseguindo a possibilidade de uma ascensão socioeconômica. É verdade, entretanto, que tal aceitação não significa que o processo de deixar a casa da família (da mãe, nos casos aqui considerados) tenha se tornado isento de conflitos. Aqui, abordaremos parte das trajetórias de algumas atletas no que se refere à busca de condições para a carreira esportiva.

A jovem Carolina, natural de Rondônia, narra uma verdadeira Odisseia ao falar de sua trajetória até chegar no clube onde estava atuando pelas categorias de base. Em suas andanças, após deixar o Norte do país, passou pelo Centro-Oeste, Nordeste, até chegar ao Sudeste, particularmente no estado de São Paulo, a “menina dos olhos” do futebol de mulheres no Brasil. A jovem atleta assinala a falta de divulgação dos testes e das seletivas para equipes femininas como um dificultador para garotas que buscam ingressar na prática formativa:

eu sempre tentava achá peneiras. Mas, tipo, tem muito site de peneira masculina. Mas quando você entra nesses sites, tem quase nada de peneira feminina, sabe? [...] num é uma coisa anunciada. Sabe? Porque sempre que tem peneira masculina, cê tá maluco! [...] são muitos anúncios e muita propaganda. E já quando é uma feminina cê nem sabe praticamente que tá tendo aquilo [...] Então, eu... é muito difícil, cara, era muito difícil pra mim... Achá essa informação assim. (CAROLINA).

A jovem atleta destacou a escassez das divulgações de seletivas (ou “peneiras”) nos canais digitais, como sites e afins, no momento em que estava ingressando na carreira e buscava uma inserção no mercado da bola. Todavia considerava que, atualmente, tais recursos já teriam avançado significativamente na promoção do futebol de mulheres. O apontamento inicial sugere uma subutilização dos canais disponíveis e nos remeteu ao contraste com a realidade de jogadoras de futebol dos anos de 1980, entrevistadas por Almeida (2013). Na investigação referida, o meio principal de divulgação do esporte eram as excursões realizadas pelo Brasil afora e para outros países. Além de funcionar para propagar a modalidade, tais excursões contribuíam para promover a circulação de atletas, que eram convidadas a permanecer em equipes dos locais visitados ou a partir com as visitantes. Se, anteriormente,

era o esporte que circulava, atualmente, são as atletas que se movimentam para criar possibilidades de jogo.

As diferenças regionais ficam mais evidentes quando Carolina declara que, antes de chegar ao estado de São Paulo, sequer tinha conhecimento da existência de categorias de base e campeonatos que poderiam ser disputados. Segundo ela, tal conjuntura, associada à ausência de jogadoras na região, dificultava a percepção de uma carreira possível no futebol:

Porque, eu num ouvia fala sabe? “Ah, existe a carreira de jogadorA de futebol”. Num tinha tanto isso [...] era muito difícil, pra mim, é... Você não tê um exemplo de jogadora [...] eu falo: “Gente, em Rondônia não tem isso” (riso) [...] o único exemplo que eu tinha antes era de Marta... Cristiane... Formiga... Que são pessoas assim que caminham por gerações e gerações, acho que como exemplo pra muitas pessoas. Maaaas eu não tinhaa muita perspectiva de que queria ser jogadora. (CAROLINA).

A concentração de clubes e categorias de base na região Sudeste, em particular no estado de São Paulo, impõe a migração como condição para as atletas que desejam buscar melhores possibilidades para o desenvolvimento da carreira esportiva. A afirmação se sustenta nos achados do estudo de Brum, Nascimento e Pereira (2019), já mencionado aqui. Conforme os autores, embora o período analisado (1991-2015) revele a diversificação das regiões/estados de origem das atletas representantes da seleção em Copas do Mundo, a localização dos clubes pelos quais atuavam à época da convocação teve pouca variabilidade. No mundial de 2015, por exemplo, 77% das atletas convocadas atuavam por clubes do estado de São Paulo (BRUM; NASCIMENTO; PEREIRA, 2019).

De acordo com Justo (2012), o espaço constitui um importante organizador das experiências e da produção subjetiva dos sujeitos:

O espaço delimita o assentamento do sujeito no mundo em um dado território geográfico, em um dado círculo de relacionamentos sociais e de produção subjetiva [...] tempo e espaço são construções básicas da organização social pelas quais os indivíduos são classificados, estratificados, distribuídos e postos em ação e circulação em ritmos determinados. (JUSTO, 2012, p. 28).

Assim, o local de nascimento, marcado por condições econômicas e políticas, configura um marcador significativo nas possibilidades esportivas para mulheres no futebol. Se, por um lado, a necessidade migratória oferece a oportunidade de acessar outras experiências e componentes de subjetivação, por outro, a escassez de clubes e de boas condições para o desenvolvimento da prática em diferentes regiões do país pode ser especialmente problemática para jovens atletas. Isso ocorre porque, no caso delas, a necessidade migratória com a qual se deparam traz, novamente, questões relacionadas ao familismo e ao exercício de poder nesse âmbito que recorre à retórica dos gêneros coerentes.

O engajamento e a produção de um modo de vida nômade, que parece necessário à construção da carreira esportiva, rompem com o sedentarismo geográfico e psicossocial esperado dos/para os corpos marcados como femininos (JUSTO; FREITAS; ALMEIDA, 2019), implicando, também, o afastamento da família.

Marina, que já havia debatido com a mãe para conseguir entrar na escolinha de futebol, viu um novo conflito se desenhar quando decidiu ir a São Paulo em busca de melhores condições e oportunidades para desenvolver o seu futebol. A mãe não queria autorizar a viagem e a mudança, mesmo que fosse para morar com o pai. Conta: “Minha mãe, acho que minhas tias [...] falava ‘Não, pra quê? Pra que ir pra tão longe? Fica aqui jogando futsal’. Eu falava ‘Não, é meu sonho. Quero ir’. E, muitas vezes, eu debatia comigo mesma por causa dessa dúvida delas” (MARINA). Novamente, recorreu ao precedente aberto pelo irmão, que já havia migrado com o mesmo objetivo. Conseguiu ir para a casa do pai, no interior de São Paulo, e ingressar na categoria de base, mesmo com a mãe se recusando a falar com ela por um tempo.

A jovem Alice passou por situação semelhante quando decidiu que iria sair do Amapá para morar com o pai em São Paulo. De acordo com Alice, a mãe, sua principal inspiração como jogadora de futebol e com quem se iniciou no esporte, apesar de concordar com a decisão, também se fechou no silêncio:

Minha mãe ficô muito triste, por causa que eu sô a primogênita dela, sô a primeira filha dela, ela ficô muito triste. Mas ela também me apoiô. Ela teve um abalo. Teve um abalo. Ela abalô muito, ela... ficô muito triste. Durante uma semana, ela me ignorou. Durante uma semana! Eu morando com ela, ela num falava comigo! Ela não falava comigo de jeito nenhum [...] Aí, quando eu falei pra ela me deixar no aeroporto, aí ela... Ela falô comigo, tudo mais. Falô que não era pra mim desistir e que ela ia me apoiar, independente se fosse difícil pra ela. (ALICE).

Reiteramos o que está em causa: não apenas jogar futebol, mas decidir sobre a própria vida com alguma autonomia. Ao decidirem percorrer as veredas rumo aos campos de futebol e à construção da carreira, as jovens questionam a autoridade naturalizada do poder familiar sobre seus corpos e sobre como irão viver.

Quando atentamos para as situações trazidas, percebemos que a condição de classe social parece modificar o modo como aparecem e se operam as regulações de gênero exercidas pela família em relação à prática do futebol. Marina e Alice, por exemplo, vinham de famílias com maiores recursos financeiros, o que parece situá-las em projetos (familiares) que não incluíam o futebol como possibilidade de carreira. Já para Carolina, que declarou vir de família pobre, as coisas correram de maneira distinta e, ao receber o convite para jogar por um colégio particular de sua região, foi prontamente incentivada pela mãe, assim como em

seus deslocamentos entre diversas cidades brasileiras. Quando a jovem já pensava em desistir, após inúmeras frustrações, foi a mãe quem deu sequência às buscas por clubes e oportunidades:

Aí minha mãe falô... Ai, tem um clube aqui em São Paulo, que é ali de Americana, que é o Rio Branco, que a minha mãe falô assim: “Cê lembra de tal clube em São Paulo e tals?”. Eu falei: “Ah, mãe, se cê quisé falá cê fala. Eu num vô insisti”. Daí, ela foi e começô a falá com esse clube e, aí, ele falô assim: “Ó, eu lembro dela, sim, no começo do ano tals”. Conversarô e ele falô assim: “Faz o seguinte: manda ela pra cá. Ela vai ficá uma semana em teste e, aí, se ela passá, ela já fica”. Minha mãe falô: “Tá!”. E, aí, foi a coragem da minha mãe, porquee a gente, querendo ou não, nunca tinha falad... Nunca tinha ouvido falá desse clube. (CAROLINA).

Para Carolina e sua família, o futebol vinha, então, como abertura para possibilidades consideradas mais vantajosas, tal qual estudar numa escola melhor e ter mais oportunidades de realização e ascensão socioeconômica.

O contraste entre as histórias trazidas nos mostram que a questão geográfica faz fronteira com os marcadores de classe, gênero e idade, quando se tematiza o futebol de mulheres no Brasil. Os aspectos interseccionais precisam ser considerados, visto que a emigração envolve, dentre outras coisas, custos financeiros (transporte, alimentação, alojamento, material esportivo), interferindo nas condições de acesso em virtude da classe socioeconômica, e relacionais, estes mobilizados pelo embate com a ideia de gênero coerente que pressupõe o sedentarismo e a proximidade da família para as mulheres, em especial as jovens. Enquanto, para o garoto que almeja ser jogador, existe uma postura de incitação e reconhecimento por sair de casa e perseguir seu sonho (VIEIRA, 2017), que, muitas vezes, recobre um projeto familiar de ascensão social, a garota, especialmente das camadas médias, parece enfrentar maior resistência da família. A dependência do consentimento familiar dificulta o processo migratório, pois envolve a necessidade de convencer o responsável legal.

Sandra, atleta veterana, conta que, ao longo da carreira, enfrentou diversas situações de atrasos salariais, o que motivou sua partida rumo ao estrangeiro e lhe rendeu a permanência por cinco temporadas no futebol norueguês. Conforme seu relato:

2011 fui pro Centro Olímpico. Foi onde que eu peguei e... E fiquei lá um ano e pouco. Um ano e meio, mais ou menos. Só que, um ano eu recebi salário, os out...os outros seis meses...deu problema, atrasô, atrasô, atrasô. Aí eu falei assim: “ah, meu, complicado...” [...] Em seis meses. Morando em São Paulo, que já era...já é... Cê já gasta muito mais do que aqui, então... Ééé... Foi difícil. Aí eu recebi uma proposta pra ir pra Noruega. Aí eu falei assim: “ah, meu, eu vô”. Eu nunca fui assim de deixá o time na, na mão, assim. Mas eu conversei com ele, eu falei: “ó, eu tô sem meu salário. Eu tenho... Eu preciso... Eu preciso trabalhá”. Já tava, na época, com 28, 29 anos [...] fiquei lá cinco anos e três meses, na Noruega. (SANDRA).

A migração transnacional já havia sido realidade para três das cinco atletas da equipe principal e aparecia como projeto entre algumas garotas da base. Na pesquisa de Rial (2014),

sobre o fenômeno da migração transnacional entre futebolistas brasileiras, a autora aponta duas motivações principais associadas à busca de carreira no exterior: a) melhores condições contratuais e de salário; b) a possibilidade de vivenciarem sua sexualidade e se engajarem em relacionamentos homoafetivos sem as pressões e retaliações familiares, da imprensa ou de patrocinadores. A narrativa apresentada por Sandra contempla ambas: inicialmente, melhores condições de trabalho a atraíram para deixar o país, posteriormente, a experiência de maior aceitação social da homossexualidade contribuiu para que permanecesse no exterior. Outra razão para buscar os gramados internacionais reside na oportunidade de frequentar o ensino superior e obter um diploma universitário, como foi o caso de Viviane, quando jogou como atleta bolsista nos Estados Unidos. Aqui, reiteramos que migrar constitui-se, para elas, como alternativa para a criação de jogos e vidas possíveis no futebol e através do futebol.

3.2 Gerações, idades e as diferentes condições para o jogo

Com efeito, a dificuldade de encontrar locais para o desenvolvimento e aprendizagem do esporte implica na iniciação tardia da prática sistematizada, quando se tem em vista a preparação para o alto rendimento. Entre a geração de atletas mais jovens que entrevistamos, temos visto algumas mudanças que cooperam para mitigar a extensão dessa dificuldade: maior aceitação/facilidade para circularem em busca de locais para jogarem, maior difusão de informações/divulgação de vagas, possibilidade de comporem equipes mistas na escola ou em espaços especializados no ensino do futebol – embora tal possibilidade não seja ampla e automaticamente assegurada, é uma brecha de possível. Mas quando olhamos para a trajetória das atletas veteranas, percebemos um quadro em que a iniciação tardia aparece como realidade compartilhada por muitas delas. Olhando para os dois grupos, a diferença na idade média de iniciação mostra uma diferença significativa. Enquanto a média de idade de iniciação das atletas da equipe principal ficou em cerca de 13 anos (variando de 7 a 18 anos), na categoria de base, o valor foi de, aproximadamente, 7,5 anos (variando de 5 a 11 anos). Embora o conjunto de atletas (amostra) não seja considerado estatisticamente relevante, o dado é um importante indicador das mudanças ao longo das gerações³³. Como veremos a seguir, o momento da iniciação é percebido como aspecto relevante para as atletas.

³³ Dados absolutos: Equipe principal – Joana (10 anos), Fabíola (18), Paula (17), Sandra (13), Viviane (7); Categoria de base – Marina (5), Carolina (7), Alice (11), Bianca (não contabilizada, pois a informação não foi fornecida pela atleta).

Em nossa conversa, Fabíola contou que começou a praticar futebol em formato competitivo e estruturado apenas aos dezoito anos, depois de ter jogado handebol e basquete: “te falar que eu comecei um pouco tarde. Comecei com 18 anos a jogar mesmo futebol profiss... Profissional, assim, né? Fui pra Minas, com 18”. Por sua vez, Joana, apesar da passagem pelo futsal, ingressou no futebol de campo também mais tardiamente, aos dezoito anos:

isso com 17, né? [...] eu fiz um teste no Guarani. Fiz no futsal e fiz no campo [...] Passei, pela primeira vez... Porém, não tinha alojamento... Aí num tinha alojamento, como que cê vai... ficá? [...] E aí... acabou que num deu certo, né? Eu fiquei meio desamparada... Isso em 2017... 2017, não... com 17 anos... Aí, fui voltá pro Guarani com 18 anos. (JOANA).

Ao ser aprovada, porém, novos desafios se apresentaram. Joana, até então uma novata no campo, precisou lidar com as diferenças entre os dois formatos de ludopédio (quadra e campo), em termos de raciocínio espacial, movimentações táticas e preparo físico. Outra participante, Paula, contou que sua entrada no universo desportivo se deu por meio do voleibol, o qual só foi abandonado em virtude de não ter desenvolvido estatura compatível com os requisitos do esporte:

na verdade, eu sempre tive contato com todos os esportes. O único que eu nu... Não imaginaria era o futebol! Comecei no salão, né? Como a maioria das meninas. Só que eu comecei numa idade jááá... Tipo, meio que avançada, né? Eu tava com já com 17 anos. Aí... Eu sempre joguei vôlei. Atééé participei de competições [...] Aí eu vi que eu não ia crescê, tipo, a altura já não tinha mais e, então, surgiu um teste aqui na F. [nome do clube], em 2009 [...] Tinha bastante dificuldade, também por não ter tido nenhum contato, na época anteriores, como... Num comecei com base. (PAULA).

Segundo Paula, sua chegada no futebol foi quase por acidente, aos dezessete anos. Ela, que chegou a representar o Brasil num mundial, declara que não se imaginava jogando futebol. Imaginava todas as modalidades, menos o futebol. Relato que já é suficiente para questionarmos a razão pela qual o futebol era o único que não imaginava como possível.

Como já discutimos, há de se considerar que o conjunto de possibilidades integrativas das performatividades de gênero varia ao longo do tempo e das gerações, elemento que acaba por interferir nas “preferências” esportivas manifestadas por meninos e meninas, bem como na condução das práticas educacionais e de socialização do corpo na cultura do movimento. No entanto é importante lembrar que, com isso, não pretendemos falar em um determinismo, haja vista que, mesmo com amplo cerceamento, na tentativa de estabelecer fronteiras rígidas (nesse caso, para os movimentos dos corpos), encontraremos processos de subjetivação refratários às estratégias de controle e dominação. As atletas participantes do nosso estudo são a encarnação dessas palavras.

O destaque, aqui, reside em que nenhuma delas, Fabíola, Joana e Paula, pôde experienciar a formação nas categorias de base, tendo feito sua estreia nos gramados já nas equipes principais. Assim, realizar uma pesquisa que reuniu atletas da categoria principal e da formação já denota um avanço significativo para o futebol de mulheres.

Os estudos de Lima (2013) e Carvalho (2018) sobre o futebol de mulheres em Portugal mostram uma disparidade significativa entre o número de praticantes registradas nos escalões de base e sêniores, estando a maioria das atletas alocadas no segundo grupo. Nas investigações referidas, apontam-se, como aspectos associados ao ingresso tardio na modalidade: a conquista de autonomia financeira por parte das jogadoras e a menor suscetibilidade aos julgamentos depreciativos endereçados a elas.

Nas situações que abordamos, a configuração parece adquirir aspectos mais multifacetados, interseccionando idades, gerações e regiões. Uma das razões para termos poucas atletas de alto rendimento, que passaram por categoria de base ou qualquer tipo de formação sistemática para o esporte, é bastante objetiva: baixo número de clubes/equipes femininas ou que aceitassem meninas no grupo, escassez de oportunidades em aulas de educação física – marca de um histórico de proibições e de concepções estereotipadas sobre os gêneros e suas possibilidades corporais.

Os poucos espaços que existiam podiam ser afastados da residência (outras cidades ou estados), envolvendo custos de transporte, moradia e autorização da família, ou sequer serem de conhecimento delas, devido à quase inexistência de divulgação, como já destacado numa fala de Carolina. O avanço das tecnologias de comunicação contribui para ampliar os meios de divulgação ao diminuir a dependência em relação aos grandes conglomerados comunicacionais que, antes, detinham o monopólio do trânsito de informações/notícias³⁴ – um anúncio nas redes sociais, além de mirar de maneira mais acurada o público-alvo, é mais rápido e econômico que o rádio, o jornal ou a TV.

Quando tomamos o material das entrevistas com as atletas da base, apesar de afirmarem ter encontrado espaços possíveis para a aprendizagem inicial, geralmente, jogavam com meninos, com as várias problemáticas que tal situação levantava, conforme já discutido. Durante o exame de qualificação, Ana Lorena nos alertou para os casos de garotas que abandonam a prática quando não encontram equipes femininas e da mesma faixa etária devido ao desconforto que sentem, em virtude do preconceito de gênero e de idade. Para duas jovens

³⁴ Evidentemente que isso traz uma série de problemáticas que fogem ao escopo de nossa discussão. Para uma consulta do tema, indicamos o livro *Basta de cidadania obscena!*, de Mário Sergio Cortella e Marcelo Tas.

que conversaram conosco, Bianca e Alice, o clube atual figurava como a primeira experiência de jogar com outras garotas da mesma faixa etária. De fato, elas exaltaram tal realização. Para Alice, jogar com garotas da mesma idade fez com que se sentisse mais à vontade. Já Bianca declarou que: “Foi diferente! Mas foi um diferente bom, porque você via que não tinha mais aquele olhar de preconceito” (BIANCA). Vejamos que não se trata, meramente, de representação ou identificação, e sim da ausência do “olhar de preconceito”.

Os aspectos relacionados ao tema da iniciação tardia não podem ser desprezados quando se tem em vista o desenvolvimento de competências motoras, musculares, técnicas e táticas para o esporte de alto rendimento, bem como as dimensões cognitivas e afetivas de atletas, cujas vidas não se reduzem à prática e à competição desportiva. Na percepção de Fabíola, à época com 28 anos, a etapa formativa poderia tê-la ajudado a se desenvolver melhor para o esporte, não apenas em termos de aperfeiçoamento de seu rendimento em campo, como de longevidade profissional:

eu estou um pouco velha pra podê... Continuar jogando. Porque, assim... É motivo de estrutura. Então ee... É difícil. No... A gente... Acho que, o futebol feminino, se num tiver uma estrutura boa num, num... Num consegue. E eu, tipo, eu num... Num tive, né? Eu comecei um pouco tarde, né? A jogá... Com 18 anos... então... (FABÍOLA).

Assim, a diferença entre gerações se expressa tanto no aumento das possibilidades de jogo quanto na longevidade da carreira, uma vez que a melhoria de condições para treinamento e preparação contribui para prevenir lesões. Todavia a outra face do tema traz à baila problemáticas envolvendo a iniciação e especialização precoce no esporte, com as várias modificações corporais que isso acarreta, além do imbróglgio do trabalho infantil que está embutido na ideia de preparação para o profissionalismo. Evidentemente que isso nos coloca diante do desafio de definir o que seja “precoce” e da perspectiva de quem essa definição se desenha. Tudo isso concorre no processo de institucionalização da modalidade. Na outra ponta desse *continuum*, encontramos o encerramento da carreira em idade que, na maioria das atividades profissionais, corresponderia à plenitude da capacidade produtiva. Por qualquer uma dessas vias, nos deparamos com a racionalidade esportiva moderna, traduzida no lema do olimpismo “*Citius, Altius, Fortius*” (“mais rápido, mais alto e mais forte”), implicando na supervalorização do jovem (o “novo”) como agente esportivo por excelência.

Na trajetória de Sandra, jogadora veterana de 35 anos, nascida no estado de São Paulo, as dificuldades se expressaram por vias diferentes daquelas enunciadas por outras participantes. Ela iniciou a prática em escolinha de futebol com outras garotas aos treze anos, porém a falta de condições financeiras da família a fazia se deslocar para os treinos de

bicicleta, totalizando um percurso diário de 26 km, recordação que a atleta demonstra satisfação em compartilhar. Em sua trajetória e no momento em que se encontrava da carreira, as questões mais significativas estavam relacionadas às diferenças salariais, à informalidade dos vínculos de trabalho, à insegurança e à instabilidade que ela acarreta, como vemos no excerto abaixo:

Profissionalmente, cê vê a diferença, né? [...] do masculino pro feminino. Isso cê pode até vê numa quarta, quinta divisão, numa terceira divisão aqui do masculino, às vezes, o salário deles é melhor do que na primeira divisão do futebol feminino [...] Por exemplo, meu salário, vice-campeã olímpica, com um cara que tá chegando... Até numa base, talvez, que tem um potencial pra sê um grande jogador, que, às vezes, recebe mais. Então, acho que isso, isso...Essa diferença assim... Uma coisa assim bem chata [...] a gente fica chateado, por isso... (SANDRA).

Na seção anterior, vimos que Sandra deixou o país em busca de melhores condições de trabalho e remuneração. Como já abordado em outra fala da atleta trazida aqui, a preocupação com a situação financeira está vinculada ao marcador etário. Quando Sandra decidiu mudar-se para a Noruega, havia comprometido parte de sua reserva econômica para cobrir o atraso salarial de seis meses e, como a própria atleta destacou: “Já tava, na época, com 28, 29 anos”. Ao que parece, para ela, tal idade já anunciava a aproximação do fim da carreira, especialmente por conta das lesões sofridas: “eu poderia, eu queria jogá até lá os 43, que nem as meninas lá. Vamô vê... Muita cirurgia [...] Tive já três nos joelhos, então acho que é mais difícil”. Assim, seu momento na profissão gerava maiores preocupações com a gestão de carreira: o fim da trajetória como jogadora, o planejamento financeiro e do pós-carreira.

3.3 Lesbofobia, erotização e racialização em campo

Nas conversas com as atletas, o tema da sexualidade surgiu, especialmente, por meio das manifestações lesbofóbicas, apontadas como a forma de preconceito mais recorrente em suas vivências no futebol. Elementos que remetiam ao componente lesbofóbico foram relatados pelas integrantes dos dois grupos, sendo, porém, mais comum entre as atletas mais velhas.

Na visão de Sandra, o termo “sapatão”, empregado de forma pejorativa para referir-se às mulheres lésbicas na tentativa de desqualificá-las, é tão frequente que ela supõe ser um aspecto comum na experiência das mulheres boleiras: “Eu acho que num tem uma jogadora que, de futebol, que num deve tê passado isso. Por... De tê... Sê... Pessoal chamá de ‘macho-fêmea’. Éé... De ‘Maria-sapatão’”. Para Viviane, o termo “sapatão” é tão comum de ser empregado para designar as atletas que está no rol de manifestações “básicas” de preconceito:

“Sapatão. Essas coisas assim. Básicas, né?”. De fato, o material etnográfico produzido por Mariane Pisani (2018a) corrobora nossos dados. Ao narrar cenas de trabalho de campo, a pesquisadora fala de manifestações de caráter preconceituoso e lesbofóbico que ouviu do público presente nos locais de jogos. Vale destacar que as expressões de lesbofobia mencionadas pela autora eram dirigidas à atletas negras e cuja estética se aproximava das performatividades masculinas de gênero, evidenciando o cruzamento de diferentes linhas nas manifestações de preconceito que o público se autorizava a proferir.

Sandra, atleta branca, veterana e que se declarou lésbica durante nosso encontro, comenta que, na altura em que jogou no exterior, a vida revelou-se mais tranquila com relação a tais questões:

cê vai na Europa, ninguém tá ligando, ninguém fala [...] A menina tá com a outra, namorada dela. Lá, aceitam super, super, super abertos, assim... E, aqui, não. Aqui, cê já vê que qualquê um... Então, já é diferente isso. Muito diferente. A cultura aqui do Brasil, a gente tem muito preconceito em tudo assim. (SANDRA).

Os efeitos desse discurso, que violenta simbólica e fisicamente, ficaram evidenciados quando a atleta mencionou seu relacionamento com outra jogadora do time norueguês. Sandra, que, em diferentes momentos, externava certa preocupação em parecer “feminina”, imediatamente após falar da namorada, olha para o gravador e declara, em tom que mesclava jocosidade e apreensão: “Eeee eu tinha uma namorada norueguesa, isso daí você não precisa por (riso)” (SANDRA), sugerindo certo incômodo em abordar o tema publicamente, o qual era também motivo de tensão na relação familiar. No dia seguinte, porém, a atleta enviou uma mensagem liberando o uso do material, afirmando que: “essa questão cultural sobre o ‘homossexualismo’ seria importante também pra modalidade ‘tbn’, já que é um dos desafios que enfrentamos ‘p’ fazer o que amamos” (SANDRA)³⁵. Talvez um indício de que outros movimentos começavam a ganhar contornos na relação de Sandra com sua sexualidade e sobre a necessidade de se abordar o tema na discussão sobre aspectos que se conectam na produção da invisibilidade do futebol brasileiro de mulheres.

É necessário que se debata o tema das sexualidades nas arenas esportivas, dentre outras razões, para que possamos desconstruir preconceitos sedimentados nesses espaços, os quais atingem atletas e outros/as profissionais. A homo/lesbofobia figura como um dos principais mecanismos acionados para tentar operar um controle sobre as futebolistas, seus corpos, desejos e subjetividades, ao jogar no ataque com uma identidade desqualificada na matriz binária e heteronormativa. O jogo com a ameaça de um lugar de abjeção se dá

³⁵ Declaração enviada pela atleta via aplicativo de troca instantânea de mensagens.

independentemente de haver correspondência real na maneira como a atleta vivenciava sua sexualidade. Por jogarem futebol, essas mulheres são apreendidas como incoerentes, pois não correspondem à feminilidade ideal forjada pelo sistema sexo/gênero, e tornadas alvo da lesbofobia. Como já vimos, a concepção de mulher masculina/masculinidade feminina cumpre uma função importante na sustentação dessas suspeitas e autoriza práticas acusatórias e ofensivas contra as atletas. Além disso, tal debate ajuda a desnudar situações de violência e assédio moral que as relações atravessadas pela lesbofobia podem produzir.

Ao falar de sua trajetória, Fabíola afirmou não se incomodar por ser chamada de sapatão. Apesar disso, destacou outras vivências relacionadas à sua sexualidade. Em sua narrativa sobre as dificuldades na carreira, a atleta abordou o período no qual defendeu um clube carioca devido às práticas abusivas do treinador que, na percepção dela, poderiam ser retaliações pelo seu relacionamento com outra atleta:

eu comecei a me envolver com uma menina lá da... Do time que... Era a queridinha dele. Então, acabô que... Num sei se ele gostava dela. Eu num sei falar [...] Mas só que ele viu isso e ele começô a me tirá de tudo [...] Então... Aí eu acabei, tipo, indo nessa dele. Aí eu comecei a engordá [...] Pow, chorava direto, porque... Ele... Mesmo treinando bem, mesmo fazendo gol nos treinos, ele não me levava nos jogos [...] uma coisa que me marcô... Que, é... Teve o mundial da... Da... Lá nos Estados Unidos é... Militar [...] Ele levô ela e não me levô. Aí, ele pegô e falô assim: “É, cê vai tê sérios problemas em casa”. Tipo, querendo causá desavença. Então, meio que ele... Era bem escroto. Então, isso... Meu Deus! Isso acabô comigo. (FABIOLA).

O relato evidencia a necessidade de se considerar o conjunto de relações que produz o cotidiano dos clubes e como ele afeta a saúde de atletas e demais trabalhadores/as, impactando, dentre outras coisas, no rendimento desportivo. A partir dessa fala, assim como de outras destacadas até aqui, percebe-se que o baixo rendimento não coincide com aspectos estritamente individuais, traços que se referem a um eu primordial, causas naturais ou congênitas. Pelo contrário, são expressão de um conjunto de relações, de violências ocultadas, invisibilizadas e, algumas vezes, até mesmo naturalizadas, um dos efeitos de processos abusivos que também constituem o futebol de mulheres no Brasil.

A situação abordada por Fabíola pode ser entendida como assédio moral no trabalho³⁶, considerado fator de risco psicossocial³⁷ (ZANELLI; KANAN, 2019). Nesse contexto,

³⁶ Ramalho (2016, p. 40) propõe a seguinte definição: “forma de violência psicológica praticada por um ou mais sujeitos ativos, seja no trabalho ou em razão deste, contra um ou mais alvos individualizados, por meio de um feixe de condutas - ações ou omissões: hostis, humilhantes, vexatórias e constrangedoras - repetitivas, que se prolonguem no tempo e que, sob qualquer motivação e intento, degradem o ambiente laboral, lesando os direitos fundamentais da vítima, particularmente a sua dignidade”. Ao falar sobre o futebol profissional, a autora alerta para que não se utilize o caráter *sui generis* deste contexto para mascarar práticas abusivas.

³⁷ Fatores de risco psicossocial são aqueles cuja exposição aumenta a probabilidade de danos à integridade do/a trabalhador/a, com adoecimento ou acidentes de trabalho (RODRIGUES; FAIAD; FACAS, 2020).

associando-se ao machismo e à lesbofobia, o assédio impactou sua saúde física e mental, comprometendo a realização das atividades laborais. Os referidos elementos, machismo, lesbofobia e assédio moral, considerados em conjunto, sinalizam o proveito analítico que se poderia obter da aproximação entre as concepções de fatores de risco psicossocial relacionados ao trabalho e aos marcadores sociais da diferença, numa abordagem interseccional, para problematizações laborais no esporte. Voltaremos ao tema.

Como dissemos, Fabíola afirmou não se incomodar em ser chamada de “sapatão”. Segundo relatou, a forma de preconceito que considera mais incômoda são a objetificação e a sexualização das atletas:

fica falando das pernas, e fica falando assim, sabe? E não do futebol... Cê vai... Cê vai no estádio, pow, olha o futebol, olha o futebol feminino [...] dá muita raiva, porque... Pow, ficava... Chamando... Ah... Falando: “é gostosa”... Ééé... Sei lá... Falando das perna [...] acho que of... Muito mais do que me chamá... De tê, tipo, ah... O preconceito de... De sê sapatão, esses negócio assim. (FABÍOLA).

Desse modo, para ela, que assume abertamente uma identidade como mulher lésbica, ser chamada de sapatão não é motivo de maiores constrangimentos ou causa de irritação. A objetificação destacada por Fabíola resulta na sobreposição das características estético-físicas das jogadoras à sua habilidade (ou falta dela) esportiva, situação que, segundo ela, é exclusiva da categoria feminina:

sempre colocam a gente mais pela beleza e menos pelo futebol. Então, ô... Ficava... Bem puta com isso! [...] Num pode compará na... O futebol com a beleza! A gente tem que sê comparado pelo... Pelo que tá jogando... Pelo que tem... Que a gente apresenta dentro de campo [...] Tem que ser só futebol. Ninguém fala que o... Homem “Porra, que homem bonito! Meu Deus!”. Ninguém fala, cara. (FABÍOLA).

Os comentários sobre atributos físicos das atletas estão longe de ser exclusivos das interpelações vindas das arquibancadas e alambrados. Diversos estudos (ALMEIDA, 2016; JANUÁRIO; VELOSO; CARDOSO, 2016; SALVINI; MARCHI JÚNIOR, 2016b; SANTOS; MEDEIROS, 2012) analisaram as abordagens sexistas da mídia na cobertura das competições femininas em várias modalidades. Tais estudos vão ao encontro do relato de Fabíola: o corpo da atleta é objetificado, erotizado, e suas atuações são avaliadas a partir de critérios estéticos e não técnicos. O que se narra são os atributos físicos, e não o desempenho durante a partida. Mas, como referimos anteriormente, a marca de *Outro* não é um conjunto uníssono, ele é também interseccionado, segmentado e reconstruído entre linhas variadas.

No caso de Fabíola, a objetificação e a erotização de seu corpo foram o que se destacaram nas situações de preconceito das quais se recorda. Como abordado por Pisani (2018a), as atribuições conferidas ao corpo feminino na cena pública do esporte também serão

atravessadas por componentes raciais. Assim, mulheres brancas seriam mais visadas pelo sexismo, que se manifesta na erotização e objetificação de seus corpos, e sofreriam desconfiança em relação às suas habilidades esportivas, enquanto as mulheres negras teriam suas posições públicas questionadas sob a forma de hostilização de suas estéticas e destituição de humanidade, bestializando-as. Os marcadores raciais e sexistas atuam simultaneamente.

Almeida (2016) e Almeida e Pisani (2015) mostram um tipo de narrativa midiática, presente nas décadas de 1980 e 1990, que apostava na popularização do futebol de mulheres a partir de sua vinculação com a imagem de garotas consideradas bonitas e desejáveis. Almeida (2016) elucida a discussão ao analisar matérias publicadas na Revista Placar sobre mulheres praticantes do futebol na cidade do Rio de Janeiro. A Figura 8, que integra a discussão das autoras, ilustra as intersecções entre racismo e sexismo no futebol de mulheres.

Figura 8 – A bela e as feras do futebol



Fonte: Martins (1983).

Nas representações veiculadas pelo referido periódico, o bom e belo futebol, que poderia (e deveria) ser reconhecido e assimilado pelo gosto popular, era aquele protagonizado por jovens brancas, com corpos esguios, de classe média-alta e moradoras dos nobres bairros cariocas. Um futebol jogado pelas “belas”. Na outra ponta, estaria o futebol das “feras”, associado às mulheres negras, de cabelos curtos e que habitavam as zonas periféricas da cidade (ALMEIDA, 2016).

Um caso recente que mostra a intersecção entre marcadores de raça e gênero na construção de personagens (i)legítimos para os gramados do futebol de mulheres é o da então

zagueira da seleção francesa, Wendie Renard. Renard, após ótima atuação no jogo que levou à eliminação do Brasil da Copa da França, em 2019, foi alvo de comentários, simultaneamente, racistas e misóginos provenientes de torcedores na internet. Os ataques versavam não acerca de seu desempenho em campo, mas sobre seu cabelo que seria “feio” e “ruim” por não ser alisado (PAINS, 2019). Tal caso foi mencionado por Fabíola durante nosso encontro: “Essa zagueira da França, a Renard. Falando do cabelo dela. Pow, mano... Alguém já ouviu a história dela passada? Mano, ninguém nunca sabe o porquê ela joga assim. Se ela se sente bem tá assim. Pow, cê... O jogo que ela faz é absurdo. Então, mano, olha pro futebol, mano!”.

Lélia Gonzalez (2019) ensina que a dimensão estética assume uma função estratégica no jogo da subalternização do povo negro ao estabelecer o conjunto formado pela depreciação dos seus traços físico-corporais e pela idealização dos aspectos que se aproximam de uma estética europeia. Construção cujos efeitos podem se expressar no âmbito geral da cultura, das relações interpessoais, bem como na relação do sujeito consigo mesmo sob a forma de autodepreciação corporal e do pertencimento étnico-racial. Situação tornada particularmente sensível no caso das mulheres negras, haja vista os usos dos padrões estéticos para agenciar o controle de gênero sobre corpos marcados como femininos. No esporte, vemos que as mulheres negras, quando não têm seus corpos erotizados, podem se tornar alvo de ataques sobre sua aparência física, lendo-as a partir de uma chave de bestialização.

3.4 (Im)pressões plurais no futebol de mulheres

Como temos visto, de maneira geral, a instituição futebolística ainda demarca uma posição de impedimento para as atletas: menos oportunidades de acesso à prática, salários defasados, contratos e pagamentos instáveis, falta de suporte médico-assistencial. Tal situação parece interferir na maneira como elas experenciam a pressão por resultados e a competitividade características do esporte de alto rendimento e de formação.

A fala de Bianca, sobre os desafios envolvidos no processo de se fazer atleta, auxilia na entrada no debate: “Ah, você tem que... Querê vencê a todo momento. Cê tem que querê vencê a si mesmo, toda hora. Cê tem que tá provando pra alguém, sempre, que você tem capacidade pra tá lá. E isso, querendo ou não, às vezes, atrapalha um pouco”. Ao falar sobre a necessidade de vencer a si mesma, Bianca nos remete à noção de superação (do outro, das dificuldades, dos obstáculos e dos próprios limites), amplamente presente na cultura esportiva (SILVA; RABELO; RUBIO, 2010) e que participa do processo de subjetivação de atletas.

No exemplo trazido, a competição deixa de ser restrita a um tipo de relação com o outro para assumir o sentido de superação de si, expressão de uma cultura de culto ao desempenho (EHRENBERG, 2010). A atleta fala no gerúndio, denotando se tratar de um processo contínuo: é preciso provar, constantemente, a capacidade e o merecimento de ocupar um dado lugar. A necessidade de “provar-se”, embora se estenda por toda a vida atlética, parece ser particularmente presente entre atletas de categoria de base, feminina ou masculina, podendo ser relacionada à situação de avaliação constante, característica desse momento da carreira (VIEIRA, 2017).

Entre garotos das categorias de base, a preocupação em se provar parece orientada para o futuro – destacar-se, aparecer no jogo, impor respeito e confiança, mostrar “personalidade” para conseguir um bom contrato, conforme acompanhamos na fala de um dos participantes da pesquisa: “futebol exige bastante dos jogadores, então a gente tem que procurá sempre tá dando o melhor possível pra i prum time e num passá dificuldade lá. Então, a gente treina aí, se mata aí, pra chegá *lá*, chegá no time grande e tá bem” (VIEIRA, 2017, grifo nosso). Já na fala de Bianca, a provação a que se refere parece orientada para o presente: “Cê tem que tá provando pra alguém, sempre, que você tem capacidade pra tá *lá*” (BIANCA). Enquanto o “*lá*” do garoto diz respeito a um lugar imaginário futuro, o “*clube grande*”, o “*lá*” de Bianca encontra-se no agora. Se o jovem garoto busca destacar-se entre os demais para chegar a um lugar de prestígio e reconhecimento, a garota procura mostrar-se capaz e merecedora de ocupar uma posição atual (embora a ocupe, não parece sentir-se como sua detentora). Enquanto um visa à diferenciação, outra procura provar-se como igual.

“Vencer a si mesma” traz implícita uma ideia de movimento, porém, nesse caso, trata-se de um movimento orientado para uma forma cristalizada e tomada como sinônimo de sucesso: o futebol masculino. Conforme abordamos anteriormente, foi ao perceber que se destacava entre os garotos que Bianca passou a vislumbrar o futebol como uma carreira. Segundo a atleta, ao ser reconhecida pelos garotos (como uma igual e, portanto, habilitada para o jogo) sentia grande satisfação:

era uma felicidade pra mim sê reconhecida depois de... Muitas coisas que eu passei e eles me chamá pra jogá, pra fazê parte do time deles. Isso é uma... Uma vitória pra mim. Tipo, sempre foi uma vitória pra mim ééé... Sê reconhecida depois de muito tempo [...] eu me sentia feliz pra caramba. Eu me sentia praticamente dentro do, doo, do mundo, é... Do futebol. Isso é, é muito bom. Quando você se sente dentro de alguma coisa. (BIANCA).

Que o futebol de alto rendimento exige muito de seus praticantes parece ser ponto pacificado, todavia as exigências variam segundo os agentes envolvidos. Para Bianca, por exemplo, a superação de si (“vencê a si mesmo”) assume contornos de autocobrança

(“atrapalha um pouco”). A superação remete à supressão da diferença em busca de uma igualdade que lhe assegure um pertencimento e, portanto, o reconhecimento como sujeito legítimo do jogo. A negação dessa legitimidade implica na precariedade de condições apresentadas ao longo desta pesquisa e cumpre uma função normalizadora. É um modo de operar da Luneta de raios, máquina de corte e recorte dos modos existenciais intensivos, refratários às formas instituídas, que restitui territórios estabelecidos e, assim, “restaura a ordem molar por um instante ameaçada” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 81). Macropolítica e segmentaridades duras que, no futebol, não recusam apenas a inclusão das mulheres, mas a possibilidade de diferenças (outros jeitos de jogar, outros protagonismos, outras narrativas) e a diversificação da cultura esportiva.

Dentre os componentes da posição de impedimento das mulheres no futebol, encontra-se a instabilidade organizacional da modalidade. A fala de Joana, ao narrar os percursos e percalços na tentativa de ingressar em um clube, quando ainda era atleta do futsal, é ilustrativa a esse respeito: “Ele pediu pra eu ‘voltá’ no ano seguinte. Só que no ano seguinte o time ‘acabô’. Essa doidera do futebol feminino... Futsal... Acabou. E olha que o São Caetano era bem forte... Aíí, eu fiquei triste né, porque... Eu ‘tava’ perto de conseguir e deu errado” (JOANA). A “doidera” referida por ela aponta para a inconstância de agremiações, de pagamentos, de contratos, de campeonatos ainda presentes nas diferentes regiões brasileiras.

De uma perspectiva de gênero, podemos compreender que, no futebol, tais condições sinalizam para a distribuição desigual, entre homens e mulheres, das oportunidades para a prática, bem como das vantagens socioeconômicas decorrentes. Contudo gênero não opera isoladamente:

Na base, o futebol é um grande negócio, que proporciona benefícios financeiros a patrocinadores e a uma pequena parcela de atletas de elite. Diferenças de riqueza, origem nacional, raça, gênero e capacidade moldam padrões de oportunidades e desvantagens no esporte [...] essas categorias não são mutuamente excludentes. Ao contrário, o modo como se cruzam determina quem chega a jogar futebol, o nível de apoio que recebe e os tipos de experiência que tem se e quando joga. (COLLINS; BILGE, 2020, p. 21).

A dimensão do gênero, embora valiosa para compreendermos algumas operações do poder na instituição futebolística, deixa escapar outros aspectos, mostrando o valor da noção de interseccionalidade (AKOTIRENE, 2019) como ferramenta de análise. É o caso que temos aqui ao considerar as diferentes trajetórias de atletas no futebol e na construção de uma carreira nesse esporte. Embora as desigualdades derivadas do gendramento da instituição futebolística no sistema FIFA formem um campo comum para as atletas entrevistadas, a

maneira como elas habitam e experimentam esse lugar varia segundo outras marcações sociais, como raça, classe, sexualidade, idade, região/nacionalidade.

Ao falar sobre a pressão sentida, Fabíola a associa às dificuldades estruturais (condições de trabalho) e institucionais da modalidade, sobretudo em termos salariais, razões pelas quais a atleta afirma que cogitou já voltar para a casa da família: “Ah, eu tô bem... Assim, tô meio... Te falá que até... Esses dias atrás eu quase parei. Quase falei assim: ‘Ah, vô pra casa. Eu num consigo mais’. Porra, é difícil, né? É uma pressão...” (FABÍOLA). No decorrer da conversa, foi possível notar que sua declaração era atravessada, ainda, por outros elementos: ter sido vítima de um assalto, no ano anterior, sentir muita saudade da família e o término do namoro com uma atleta de sua equipe precedente. Durante uma conversa, a coordenadora do clube à época chegou a declarar que ninguém entendia o motivo de Fabíola jogar futebol, pois sua família tinha boa condição financeira. Ao que parece, uma das principais buscas de Fabíola no futebol é o reconhecimento social, como veremos na próxima zona do gramado.

Fabíola, enquanto mulher branca e de classe média, dispõe de outros projetos de vida em seu horizonte de possibilidades, como se denota a partir de sua trajetória, sempre oscilante entre o curso superior e a vida nos gramados. Um cenário em que retornar para a casa dos pais se apresenta como possível sem grandes comprometimentos ou constrangimentos – mesmo amando o futebol, não o toma como a única chance de “acontecer na vida”.

A família despontou como outro componente relacionado à pressão e à cobrança sentida pelas atletas. Tal elemento foi particularmente presente na fala das jogadoras da base. Alice, por exemplo, disse se sentir cobrada pelo pai que acompanhava seus treinamentos:

quando ele ia vê meus treinos, ele via, tipo, como ele é técnico, ele via alguns treinos errado. Aí ele ficava muito nervoso com isso. Aí ficava muito, muito chateado e... Descontava em mim. Aí, às vezes, eu ficava pra baixo. Eu tinha até dúvidas se isso era pra mim mesmo [...] Tinha muita pressão em cima de mim antes e... essa pressão que eu tinha me atrapalhava muito no, nos treinos, em jogos”. (ALICE).

Carolina também nos elucida a respeito de certa cobrança familiar ao recordar a obtenção de uma bolsa de estudos em troca de suas habilidades esportivas:

já olharam com outros olhos: “Ah, lá! O orgulho da família! Ninguém nunca teve essa oportunidade que você tá tendo!”. Só que, do mesmo jeito, assim, tinha uma cobrança muito grande. Porque, tipo: “Olha, cê é o orgulho da família, tá!? Presta atenção nas coisas que tu vai fazê daqui pra frente! Tu tá estudando numa escola particular agora. Tu tem mais responsabilidades. Tem que pensá... Sê mais madura”. (CAROLINA).

O trecho, embora já tenha sido parcialmente abordado em outra zona do gramado, revela, aqui, que ser o “orgulho da família” assumia sentidos ambíguos para a atleta. Ao

mesmo tempo que se regozijava por ser reconhecida em seu grupo familiar, sentia que tal posição fazia recair sobre ela uma cobrança. Tornar-se o “orgulho da família” envolve o enredamento a um diagrama de relações que produzem controle sobre a jovem por meio da cobrança de mais responsabilidades e de maturidade. A regulação da instituição familiar seguiu como componente importante para Carolina ao longo de sua trajetória no esporte:

a minha felicidade não era tanto sê titular e sê capitã do jogo, mas vê o que... Ééé... O que a minha família via de mim daquele momento, como eles pensavam, como eles me viam e como eu era exemplo pras pessoas da minha família [...] Num, num tem um, uma coisa maior do que... Quando eu ia dormi e a minha mãe mandava assim: “você é o orgulho da minha vida”. Ééé (voz trêmula): “Eu tenho certeza que se o seu pai e a sua vó tivesse vivos hoje, cê ia sê o orgulho deles também”. (CAROLINA).

A constituição da família como fator de cobrança parece ser atravessada, ainda, por marcadores de classe. Joana, por exemplo, ao abordar a pressão que coloca sobre si e seu desempenho, declara:

cê vai falá assim: “Ah, não. Errá faz parte”. Não, depois que eu paro pra pensá, eu acho isso também e consigo entendê isso. Na hora eu num consigo e eu me pressiono. E eu me pressiono muito com relação ao meu futuro também, porque... Eu sei o quanto a minha família precisa. Sei que eu tenho os meus sonhos, mas através dos meus sonhos eu posso realizá os sonhos deles... E não, tipo assim, sonho fictício, assim: “Nossa, me sinto orgulhosa por minha filha tê chego”. Não! Real. Sonho REAL, sonhos reais de conseguir dar uma casa pra minha mãe, dar uma condição pra ela, de conseguir ajudar minhas irmãs a elas estudarem, de elas num se preocuparem com essas coisas que hoje eu me preocupo. É... Pros meus sobrinhos... (JOANA).

Não obstante a ênfase de Carolina nos aspectos afetivos da relação familiar, o pertencimento de classe da atleta ganhou destaque em distintos momentos, em frases como: “vim de uma família muito humilde [...] a minha mãe não tinha... Minha mãe num tinha dinheiro pra me... Não tinha dinheiro. Pra nada!”, “no bairro que eu morava, ele é muito periferia. Tipo, não periferia como aqui em São Paulo [...] era referência em ponto de droga”, “a gente morava numa casa de madeira, com três cômodos, e que a metade da madeira já tinha ido embora por causa do cupim”. Para ela, o futebol representava uma oportunidade de ascensão social e de oferecer melhores condições de vida aos familiares:

o futebol era a esp... Era a minha esperança, o futebol é a minha esperança de podê dá uma vida melhor, de certa forma, pra minha mãe, pra minha irmã pequena, de cinco anos, que é filha da minha mãe com o meu padrasto, e das minhas duas irmãs. Então, hoje, o futebol, pra mim, ele é... O meu ponto de esperança. O meu ponto de... Sabê que eu posso... Sê uma pessoa melhor, eu posso sê o exemplo pra outras pessoas. (CAROLINA).

Por esse motivo, Carolina parecia tratar com bastante rigor a assunção das responsabilidades da vida atlética:

por causa do futebol eu tive que amadurecê muito cedo [...] Porque... No futebol tem muito isso. Que ou você assume a responsabilidade ou você cai [...] é complicado isso, porque, às vezes, as pessoas cobram coisas de você que nem era pra tá cobrando! [...] as pessoas me chamavam pra ir em aniversário [...] ia tê churrasco na minha família final de semana [...] e eu tinha que ficá em casa, porque eu ia tê treino ou ia tê jogo no outro dia. (CAROLINA).

Embora tenha referido cobranças vindas de terceiros (“as pessoas cobram coisas de você”), ao falar sobre as restrições de conduta (não frequentar churrascos), a jovem afirma: “Era uma coisa que eu me colocava”, acrescentando em seguida: “que a minha mãe me ‘ensinô’ bastante”. Desse modo, a família mostra-se como um componente significativo no que é sentido como pressão pelas atletas. Parte da autocobrança relatada parece estar relacionada a tal nicho de relações, seja para corresponder a um rendimento, como no caso de Alice, seja para obter reconhecimento e assegurar melhores condições socioeconômicas, conforme trazido por Carolina e Joana. Ainda, podemos assumir que a percepção da família como componente de pressão varia de acordo com o momento em que a atleta se encontra na carreira, parecendo atuar de modo mais incisivo na etapa formativa (Carolina e Alice) ou no início da trajetória efetivamente profissional (Joana).

No material etnográfico e na discussão de Pisani (2018a), a antropóloga mostra que, no âmbito do futebol de várzea, existem diferenças notórias no sentido atribuído ao futebol segundo marcadores sociais de raça e classe. Nos grupos acompanhados por ela, enquanto as mulheres brancas e as de classe média percebem o futebol como espaço de empoderamento feminino e prática de lazer com atravessamentos políticos (ocupação do espaço público, direitos sobre o corpo), as mulheres negras e as mais pobres o destacaram como projeto de carreira, uma perspectiva profissional e de ascensão social, não obstante o reconhecimento das dificuldades e da precariedade da modalidade na categoria feminina. Uma contribuição interessante para nos aproximarmos da diferença no modo como as atletas vivenciam a pressão e a maneira em que ela se converte em autocobrança.

Entretanto é preciso ter em consideração que, no âmbito investigado por nós – o alto rendimento –, a profissionalização, como carreira com condições sociais e econômicas, é um projeto compartilhado. Apesar de todas perspectivarem uma carreira, os desafios na construção desse possível podem ser vivenciados de maneiras distintas entre elas, segundo atravessamentos de raça e classe. Ao retomarmos a conversa com Joana, encontramos um fragmento o qual, ainda que longo, é precioso na elucidação do tema:

Eu acho que, como todo emprego, tem muita pressão, né? Sempre tem. Se num é do treinador, se você for sozinho tem sua pressão mesmo... Se você é... Que cê tem que cuidá da sua família, é isso. E, no futebol, todo mundo fala de pressão... Só que, quando fala de pressão, principalmente no feminino, eu num falo... Das pessoas...

Falo de você em você mesmo. Que eu acho que é o mais difícil de aguentá. Porque cê acorda na segunda-feira, cê faz um treino muito bom. Chega na terça-feira, cê faz um treino bom. Chega na quarta, cê faz um treino ruim. Aí cê fica tipo: “Por que?”. Aí cê tem que... Num... Acordá boa pra tentá, na quinta-feira, fazê um treino melhor do que cê fez na quarta... Eee... Talvez melhor do que cê fez na própria segunda, que foi muito bem. Ééé... E se você num consegue... Isso te atrapa... Isso... Ééé... Isso te abala um pouco sua confiança. Aí, no outro treino, se você ainda num tivê confiante, num vai saí... E é muito difícil isso... Cê... Cê... Cê treiná... Cê fazê uma semana espetacular e continuá assim, continuá assim... Sabe aquele lance do... De você chegá no sucesso e mantê? É tipo isso. E é... Eu acho que isso é o desafio que cê tem todo dia de manhã. É você sabê que você não qué errá, mas, às vezes, você vai errá, porque o futebol ele não é só o que você qué fazê... Tem outras pessoa pensando nisso também... Tem milhões de outros problemas acontecendo ali... E... Cê tem que resolvê aqueles problemas. E aí cê erra um passe... Cê tem que sê resiliente pra acertá o próximo... se cê num for resiliente pra acertá o próximo... ixe... Aí cê erra aquele, erra outro, erra outro... E acaba que seu treino fica uma... é muito difícil... E daí tem também o fato de eu penso muito no meu futuro, penso muito aonde eu quero chegá, e eu quero chegá muito longe. Então, aí eu fico com... Com essa pressão e essa ansiedade, sabe? Tipo, eu tenho que fazê um treino bom hoje, pra treiná bem amanhã, pra treiná bem depois, pra podê jogá, pra jogá bem, pra depois treiná bem de novo, jogá bem de novo, que eu quero fazê um ano bom, porque eu quero... Crescê, crescê, crescê... Alcançá tudo que eu sonho no futebol. Então, eu acho que a pressão que a gente tem dentro da gente, eu acho que é o mais difícil no futebol, assim...[...] Eu sou muito ansiosa, muito mesmo (risos). Eu queria resolvê esse problema... (risos). (JOANA).

Segundo Joana, apesar de a pressão ser comum no esporte de alto rendimento e no mundo do trabalho em geral, ela considera que, especialmente no futebol de mulheres, a fonte principal das cobranças venha da própria atleta, e não de terceiros (comissão técnica, dirigentes esportivos, torcida). Tal fala, associada ao que foi declarado por Bianca no início da seção, nos faz pensar que a cobrança para se provarem constantemente como “merecedoras” de um lugar em campo, conjugada à falta de condições jurídicas e infraestruturais, contribui para a produção de situações ansiogênicas que podem ser vivenciadas no cotidiano esportivo de trabalho. Necessidade de prova, na medida em que o merecimento, produzido por relações sociais específicas, aparece como valor tacitamente ligado a corpos distintos dos seus.

A insegurança jurídica (trabalho informal, instabilidade de emprego, contratos precários) e outros aspectos que, como apresentado ao longo das movimentações de campo, caracterizam a realidade de trabalho no futebol de mulheres (falta de equipamentos e instalações adequadas, pressão por resultados, reduzido valor social do trabalho, ambiguidade de papéis/funções no trabalho), constituem fatores de risco psicossocial associados ao sofrimento psíquico no trabalho – ansiedade, *burnout*, dentre outros (CHAGAS, 2015; RODRIGUES; FAIAD; FACAS, 2020). Nesse sentido, a aproximação entre as noções de fatores de risco psicossocial e de interseccionalidades mostra-se profícua para análise do trabalho esportivo.

No caso específico de Joana, mulher preta e de origem pobre, as expectativas depositadas na carreira ultrapassam preocupações e ambições individuais. Tendo o anseio de cuidar da família, a atleta pode intensificar a autocobrança, aumentando a pressão sentida. Para melhor apreendermos a situação, é válido recorrermos à contribuição de Gonzalez (2016):

Quanto à mulher negra, que se pense em sua falta de perspectivas quanto à possibilidade de novas alternativas. Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais alto nível de opressão [...] onde sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da “inferioridade” que lhe seriam peculiares. (GONZALEZ, 2016, p. 408).

Se o futebol emerge como uma “nova alternativa” para Joana (apesar da situação ainda precária da modalidade), a entrada nessa jornada não é isenta dos efeitos deletérios do racismo e do sexismo que miram seu corpo e, por vezes, se tornam componentes na produção de sua subjetividade. O ônus? O excerto destacado de sua fala ilustra – o erro, que já é usualmente reprovável no universo geral do desporto de alto rendimento, parece tornar-se ainda mais inadmissível vindo de uma mulher negra³⁸. Inadmissível para o outro e para si. Nesse contexto, a falha pode ser percebida como uma confirmação das baixas expectativas de uma sociedade racista em relação a ela. Quando os erros efetivamente acontecem, afinal, qualquer atleta está sujeito(a) a isso, a repercussão e a cobrança públicas tendem a ser particularmente cruel com pessoas negras, como podem testemunhar os casos do goleiro Barbosa³⁹ e da judoca Rafaela Silva⁴⁰.

Tornar-se mais visível também faz de Joana mais exposta e seu corpo, já lhe é bem sabido, é alvo. Assim, a atleta se vê precisando fazer sempre mais e melhor, dada sua posição de outro do outro (RIBEIRO, 2017). O desafio de “‘chegá’ no sucesso e ‘mantê’” (JOANA). Todavia não podemos depreender disso o pressuposto de um efeito universal na relação de pessoas negras com o racismo, sob o risco de criarmos uma nova essencialização. O emaranhado de condições que, no caso de Joana, se expressam sob a forma do que ela chama de ansiedade, é suprimido.

³⁸ Mais informações podem ser encontradas em Ryan (2021), pelo link: <https://www.geledes.org.br/entenda-como-a-misoginia-contra-mulheres-negras-oprime-atletas/>.

³⁹ Caso Barbosa, responsabilizado pela opinião pública e por veículos de imprensa pela derrota do Brasil na Copa de 1950 (RACISMO..., 2021). Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/videos/2021/06/21/racismo-culpou-goleiro-barbosa-por-derrota-do-brasil-em-1950-explica-consultor-de-exposicao.htm>.

⁴⁰ Caso Rafaela Silva, após eliminação na Olimpíada de Londres (EM 2012..., 2016). Disponível em: <https://oglobo.globo.com/esportes/em-2012-rafaela-silva-foi-vitima-de-racismo-apos-desclassificacao-19877192>.

A configuração do capitalismo neoliberal (e racista) conjura um “eu” para ser reconhecido (mérito) e responsabilizado (fracasso) individualmente, obliterando o conjunto de relações e condições que constituem o processo do viver, com suas inúmeras variações. Esse “eu” é convocado a gerenciar os aspectos intervenientes que possam afetar a funcionalidade do sujeito para a produtividade laboral. Viviane, ao falar sobre a distância da família e sobre a dificuldade em morar no alojamento com diversas pessoas de “características diferentes da sua, jeito de vivê diferente do seu”, ressaltou a importância do aspecto mental no trabalho esportivo: “acho que muito é... É mental também, porque você tem que saber lidar com tudo isso pra você chegá no treino, você rendê, você chegá no jogo, você rendê”.

Caberia, portanto, à própria atleta, como um “eu” autossuficiente, lidar com as dificuldades do cotidiano da vida esportiva (saudades da família, convívio e conflitos com colegas de alojamento, além de outros aspectos que vimos ressaltando nesta seção) e estar sempre pronta a render em campo. A/o atleta é a mimetização do empreendedor que se projeta sobre o imaginário coletivo numa representação espetacular e irradia um padrão de conduta (rendimento, superação, mérito, autossuficiência) em escala planetária, como argumentou Eherenberg (2010). Se a atleta falha no gerenciamento de si, esse “eu” emerge como problema a ser corrigido, como no relato de Joana. Ora, haveria melhor maneira de manter inquestionáveis as condições, práticas e relações que produzem contextos abusivos e, por vezes, adoecedores, senão encerrando o “problema” no indivíduo? Estratégia eficaz para manter inalteradas as políticas que engendram o sofrimento psicossocial ao produzir o próprio indivíduo como causa do problema.

Sublinhamos a existência de aspectos socioinstitucionais e relacionais que organizam trânsitos, méritos, provas e reconhecimentos desiguais para os corpos no universo desportivo, produzindo efeitos psicossociais também distintos. Com isso, a conquista de uma posição como jogadora de futebol não parece fazer cessar ou atenuar as cobranças para que se provem capazes e merecedoras de estar onde estão. A chegada imaginária só coloca um novo desafio: manter a posição “titular”. As autocobranças e a pressão sentidas parecem guardar relação com o contexto da modalidade no país, com o momento em que se encontram na carreira, com o sentido atribuído ao esporte, tudo isso atravessado pelas intersecções entre distintos marcadores sociais.

Ao fazer coro ao que foi enunciado por Rinaldi (2020), em seu estudo sobre estresse, humor e *burnout* em atletas de futebol feminino, ao avaliar o desempenho esportivo e a saúde das atletas, é preciso considerar o contexto da modalidade. Relatos sobre alterações do sono, sintomas de ansiedade, alterações metabólicas e de humor, como os que chegaram até nós, são

parte da realidade psicossocial dessas atletas em condições socioinstitucionais específicas da modalidade, associadas aos marcadores sociais que se intersectam e criam relações de poder complexas, podendo gerar efeitos diversos sobre sua saúde e desempenho em campo.

Embora o futebol traga cobrança e pressão, parece haver algo mais nessa relação, afinal, “os segmentos duros e sobrecortantes são cortados por baixo por segmentações de uma outra natureza” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 81). Para elas, jogar futebol possibilita movimentações corporais e dos processos de subjetivação, deslocamentos que lhes exigem a produção de um campo e um território para si no jogo. Possibilita-lhes um fazer-se no e pelo futebol. Sigamos com a bola em jogo.

4 VIDAS EM CAMPO: MOVIMENTAÇÕES MICROPOLÍTICAS DAS ATLETAS DE FUTEBOL



AmarElo – Emicida, Majur e Pablllo Vittar

Como temos visto, as linhas macropolíticas atuam no sentido de tentar fixar as mulheres futebolistas, condicionando suas possibilidades de experimentação corporal e afetiva segundo contornos morfológicos, matizes fenotípicos, serializações etárias, distribuições regionais, orientações sexuais e gradações de classe socioeconômica. Embora distintas, são também as linhas duras que demarcam zonas de proteção social e jurídica celebradas em contratos de trabalho, essas tão necessárias e constantemente atacadas na atualidade. Aqui, é preciso lembrar o alerta de Deleuze e Guattari (2012, p. 74) de que a linha dura “de forma alguma é uma linha de morte, já que ocupa e atravessa nossa vida [...] Seria fácil demais dizer: ‘essa linha é ruim’, pois vocês a encontrarão por toda a parte e em todas as outras”. Esse é o dilema que está posto às atletas do futebol: por uma via, escapando às circunscrições que tentam lhes inscrever uma posição marginalizada no sistema limitado do futebol institucional; por outra, travando uma luta que oscila entre a ocupação de territórios já estabelecidos e reconhecidos na modalidade e a criação de outros, sempre visando à conquista do amparo sociojurídico para o trabalho.

A despeito das segmentaridades acionadas para fazer sua inclusão marginal no sistema futebolístico, elas seguem participando do jogo. Os “nãos”, os atrasos salariais e tantas outras dificuldades que incidiram sobre seus corpos para colocá-las na posição de impedimento, foram insuficientes. Os agentes e mecanismos de normalização e entristecimento, que miram o embotamento de sua ação, falham à medida que elas persistem e se mantêm na vida atlética. É preciso ter atenção nos efeitos deletérios que, sim, marcam seus corpos, suas memórias e trajetórias. Marcam, inclusive, sob a forma de cicatrizes. Foi em reconhecimento às várias dores presentes em suas vozes que produzimos nossas movimentações em campo até agora. Mesmo nelas, já era possível perceber que tal dimensão passa ao largo de resumir suas vidas no esporte. Nessa altura, nossa ignorância não poderia nos conduzir a outra questão senão esta: ora, diante de tanta adversidade, o que faz com que permaneçam? De saída, questão carregada pela moral.

A indagação se deslocou para o interesse pelo modo de vida que produzem e para quais conexões o fazem funcionar. Deleuze e Guattari (2012, p. 81), ao falarem sobre as distintas linhas que compõem os modos de vida, afirmam que “os segmentos duros e sobrecortantes são cortados por baixo por segmentações de uma outra natureza”. Ao acompanharmos essas segmentações de outra natureza, vemos se desenhar um processo, toda uma micropolítica da vida que constitui um modo de existência distinto do que reina despoticamente no esporte símbolo da nação. É desse lugar que teceremos as discussões nesta zona do gramado que fecha nossas movimentações de campo. Para tanto, percorrendo três aspectos: o ver e o ser vista; o direito ao prazer; a amizade. Importante ressaltar que os traçados a seguir não se pretendem como representação ou definição do que é o modo de vida “jogadora de futebol”. São, antes, contornos de nossas movimentações em campo. Pistas que nos aproximam de um futebol outro.

4.1 Reconhecimento social: ver e ser vista

O reconhecimento social apareceu como tema relevante para as atletas, estando, frequentemente, associado com a ideia de profissionalização. Ser profissional demandaria ser reconhecida como profissional pela família, pelos órgãos gerenciais do esporte e pelo público, como já assinalado por Almeida (2013). O reconhecimento da profissionalidade, assim formulado, remete à certa concepção da Psicologia do Trabalho, nomeadamente nas elaborações de Yves Clot (2006, 2010), a qual postula que o trabalho, como atividade, possui, entre seus direcionamentos, o outro. Isso parece ser bastante pertinente ao considerarmos o jogo-trabalho, cuja uma das razões de ser, o sentido do seu fazer, estaria, sobretudo, na relação com o público, destinatário por excelência do trabalho no espetáculo esportivo.

Durante as entrevistas, a ideia de profissionalização se apresentou ligada ao reconhecimento vindo de terceiros. Para Fabíola, por exemplo, o olhar do público e o reconhecimento social são apontados como fonte de motivação:

Porque lá, lá em Manaus. O torcedor, o torcedor é surreal. O... O pessoal de lá é surreal. Era... Dava assim, 10 mil pessoas assistindo, 15 mil pessoas assistindo. Então, cara, cê... Cê olhava assim no estádio cê falava assim: “Caraca! Que isso?”. Ééé... Isso que motiva! [...] eu fui jogá lá... Ano passado, retrasado. Aí e... Mesmo... Mesmo assim cê para, tira foto com... Tem que subi escada e tirá foto com todo mundo. E todo mundo lembra de você. E eu me... a... Ainda recebo mensagem falando assim: “Que dia cê volta pra Manaus?”. Então, isso motiva! Porque... Cê vê que... Eles lembram de você... Cê vê que... Eles apoiam isso... É... e incentivam. Então, cara... Isso é... Meu Deus! Isso é muito bom... Ouvir... é muito bom... Ver esse... A alegria nas pessoas em... em tá lá assistindo você jogar. (FABÍOLA).

Outras atletas referiram-se a “uma ajuda mesmo que vem de cima” (PAULA) uma ação colaborativa entre “pessoas [...] a sociedade em si” (BIANCA). Haveria, ainda, a necessidade de que “*eles* olhem pro futebol feminino e vê que num tem diferença alguma do masculino” (MARINA), o *eles* sendo “todos esses que têm preconceito. Acho que até as pessoas que não transmite [...] Eu penso *neles*” (MARINA).

Outro aspecto do apoio viria da “sociedade. Porque *eles* não dão muito valor” (ALICE). Nota-se que o *eles*, esse sujeito até então indeterminado, começa a ser identificado “Então... eu acho que... o apoio da, da CBF, do, das outras... dos outros *marketing* vai fazê muita diferença!” (ALICE). “Eles”, a CBF, de onde talvez proviesse a tal “ajuda vinda de cima”.

A partir dessas considerações, percebemos que o entendimento sobre a profissionalização parece assumir um caráter tutelar e, talvez, até mesmo paternalista. Existiria um terceiro, seja “a CBF”, “a sociedade” ou “eles”, a quem competiria definir um código a ser seguido. “Eles” é que teriam a capacidade de estabelecer seu estatuto como profissionais, nomeando-as como tal. Tal definição, ao mesmo tempo, demandaria o assujeitamento das atletas a um determinado domínio discursivo que caracteriza o “ser profissional” no futebol. Todavia, desde Foucault (2017b), foi possível compreender que a constituição do sujeito não se dá apenas por efeito de forças incisivas e coercitivas das relações de saber-poder, definindo sua sujeição, mas também por uma adesão e combinação entre determinados códigos por quem se faz sujeito de certo campo e discurso social, dando margem a modos de subjetivação outros. Como já pudemos assinalar em outro momento da tese-jogo, o ofício de atleta envolve a produção de certo modo de conduzir-se na vida que, por vezes, adquire contornos de um “sacrifício”, segundo algumas entrevistadas. Assim, para além de um assujeitamento a determinadas regras, prescrições e proscricções, haveria a elaboração de um modo de ser que dialoga com o conjunto normativo num tipo de relação que não se resume à subjugação, mas remete à esfera desejante.

A aderência aos fundamentos regulamentadores de “futebolista profissional” seria uma operação primeira nesse processo, segundo o entendimento das atletas – deixando subentendido algo que poderia ser traduzido da seguinte forma: “Devo me fazer e agir como ‘profissional’ para ser declarada ‘profissional’ por quem detém o poder de assim me definir”. Mas de onde adviria o poder que investe tais órgãos e os autorizam a declarar quem será resguardado e quem será posto à margem, senão daqueles e daquelas que consentem em viver sob o seu jugo?

Contudo tal consentimento precisa ser olhado considerando a situação de insegurança jurídica e instabilidade socioeconômica que se faz presente na vida profissional das atletas. Candiotto (2016) aponta que os mecanismos agenciadores da insegurança são intensificados de modo a legitimar os dispositivos de segurança. O posicionado “marginal”, numa dada relação ou campo social, pode criar condições para que se invista e se deseje a aderência ao conjunto de prescrições que asseguraria a legitimidade e, com ela, a segurança. Um investimento que contribui para reforçar as formas instituídas no presente. Rolnik (2018) nos auxilia com o tema:

Ora, tal precarização somada a uma suposta autonomia deixa as subjetividades mais traumatizadas e impossibilitadas de agir. É quando elas tornam-se mais vulneráveis ao abuso, prontas para entregar sua força pulsional à cafetinagem, na ilusão de que esta lhes trará de volta um contorno e um lugar. E, mais amplamente, é assim também que a potência coletiva de criação e cooperação é canalizada para sustentar e alimentar o *status quo* [...] é assim que a potência do desejo é desviada de seu destino ético, ativo e criador, para ser apropriada pelo capital e converter-se em potência reativa de submissão. (ROLNIK, 2018, p. 87).

À vista do exposto, notamos que o tal reconhecimento vindo de “terceiros” que compõe o futebol institucional não se deu, ainda, de maneira efetiva. É nele que se deposita a expectativa de legitimidade e, com esta, a debandada de uma situação de insegurança. Daí que a produção do futebol de mulheres como condição marginal pode ser vista como parte de um processo para sua assimilação passivamente ao território já instituído na modalidade. Ao agenciar a condição de instabilidade e insegurança, o aparato institucional, já estabelecido, passa a ser investido, desejado, ampliando as possibilidades de neutralizar o potencial questionador das subjetivações distintas que as mulheres produzem nos modos de fazer futebol e viver.

Se o reconhecimento, como “reciprocidade do olhar”, buscado nos órgãos gerenciais, não acontece ou, quando muito, se dá de modo precário, o que se passa? O que sustenta a produção dessa vida? Aqui, encontramos uma das diferenças que constituem esse futebol outro. Em nosso trabalho de campo, um elemento que pareceu importante foram as relações sociais que se criam entre as categorias de base e a equipe principal. Paula, ao contar sobre sua experiência de iniciação no futebol de alto rendimento, relata a importância das atletas veteranas em seu processo de inserção no clube e de melhoria de seu desempenho:

Aí, quando eu cheguei, falei assim: “Caraca! Tô indo pro time da Andréia Rosa! Participô das Olimpíadas!”. E até então eu não, não... Hoje eu sô zagueira, na época eu era lateral e... Mas eu admirava muito por, por vê ela jogando, marcações, tudo. Eee foi ela e, na época, que me ajudô bastante também foi as meninas, uma das mais velhas também que foi a B. P., que chamava. Tudo... E elas, as que mais me ajudaro. É ela, a G., as mais antiga [...] o que eu tava precisando, foi simplesmente um cons...

tipo, um... Um... Um conselho ou um apoio, que foi das meninas mais velha: “Ó, cê tááá...” e um elogio “cê tá melhorando”. (PAULA).

A jovem Carolina faz relato semelhante ao se lembrar de sua chegada a São Paulo. Ela disse que temia muito a maneira como seria tratada, bem como de ser alvo de perseguições, zoações ou, até mesmo, de violência física. O desfecho foi bastante diverso do que supôs de início e acabou por encontrar o acolhimento das colegas:

E eu tenho muito medo de apanhá também. Então, sempre eu fui dessas. Então, eu falava assim: “mano, se essas menina querê me bate, eu vô apanhá. Vai fazê o quê? É a vida, né?” [...] E, quando eu cheguei, cara do céu! Elas me receberam muito bem! [...] E, aí, eu cheguei e, aí, elas já começaram a brincá comigo e tal. Perguntando da onde eu era... É... Que posição eu jogava [...] Todo mundo que chegava ia lá no quarto e falava comigo. Aí, eu falei: “Caraca, perá! Ninguém vai me batê, né?”. (CAROLINA).

As relações e experimentações que se tecem entre esses dois grupos parecem ter, inclusive, importante valor formativo para as mais jovens. A aspirante Marina, por exemplo, ao falar sobre as atividades que gosta de realizar, comenta sobre as ocasiões em que pode participar dos treinos com a equipe principal:

treiná com o profissional, principalmente, porque é lá que eu evoluo, de ouvir as meninas do profissional, de conversa bastante com elas, de ouvi as histórias delas. Acho que é isso que me deixa feliz aqui na F. [clube] [...] Ééé... é incrível! É, acho queee... São... Acho que são as da... Uma das data que mais marcô minha vida. E, principalmente, quando ooo, o nosso fotógrafo tirô uma foto minha e posto: “Olha, a base!”. Bem como? Eu treinando no principal. (MARINA).

Sobre essa fala, é válido que levemos em consideração a importância da presença do fotógrafo e a criação de mecanismos de reconhecimento por meio da divulgação dessas imagens nas redes sociais dos clubes e das próprias atletas, elemento cuja importância no agenciamento de carreira no futebol de mulheres já foi apontada por Almeida (2018). Por sua vez, as veteranas parecem encontrar nas jovens algo que também confere sentido ao seu fazer e à sua persistência no esporte. É no encontro com as aspirantes que as veteranas tecem a oportunidade de narrar suas experiências e trajetórias, compartilhando macetes e alertando para erros que cometeram. Foi o que nos revelou Sandra:

acho que eu tento falá muito. Usá das minhas experiências, do meu conhecimento de atleta, principalmente de atleta, pra incentivá essas meninas, pra passá as coisas boas... Ééé... Que eu vivi e ensiná elas pra elas alguns caminhos e cortá alguns caminhos, que elas podem pulá [...] Então, eu uso muito minha experiência pra isso: falá com as jogadoras mais novas ééé... Até com as mais velhas, o que eu tenho a oportunidade de falá ee... Não que eu seja dona da verdade, mas com a experiência que a gente cria, jogando futebol vinte anos já... Então, tem, tem uma bagagem boa pra... Meu, ensiná as meninas [...] pra elas conseguirem sê melhores, não só como atletas, mas como pessoas também. (SANDRA).

Ainda que em algumas ocasiões essas partilhas possam assumir um caráter de conjunto de prescrições ou de exemplos a ser rigorosamente seguido, não parece ser esse o tom principal das trocas, ao menos segundo o entendimento passado por Sandra. É verdade que, nas entrevistas, muito se falou sobre atentar para as dificuldades enfrentadas pelas veteranas para valorizar a situação atual. Mas, mesmo aí, a ideia parecia mirar a tentativa de enunciar as conquistas obtidas, mostrando avanços, e não ensejar uma postura agradecida e resignada.

A questão sobre “ser melhor como atleta e como pessoa” ou de “crescer como atleta e como profissional” emergiu em distintos diálogos, a exemplo do excerto anterior. Pista que nos sugere a importância atribuída à constituição de certo modo de estar no mundo e viver, no futebol e além dele. Assim, jogar bem, ser considerada uma boa atleta parece importar tanto quanto uma produção de si enquanto mulheres corajosas, que apostam e se lançam na perseguição daquilo que desejam. É o que podemos encontrar na conversa com Viviane. Ao mencionar suas conversas com as aspirantes do clube ou com garotas que a procuram pelas redes sociais, ela deixa evidência da sua posição e atuação como agente incitadora das produções desejantes: “cê tem a oportunidade, mas cê tá com medo de ir? Dá a cara a tapa! Às vezes, é melhor cê dá a cara a tapa e sofrê e vê... Vivenciá aquilo por um tempo, do que se arrependê [...] é uma das coisas que eu sempre... Tento falá pras meninas e... Né? E, assim, incentivar mesmo” (VIVIANE).

A reciprocidade e a produção desejante que se constituem na conexão entre os dois grupos aparecem bem destacadas na fala de Bianca:

Tanto o profissional precisa da base pra crescê quanto a base precisa do profissional pra se espelhar. E isso é... É... É... Muito bom, porque, olha pras meninas do profi e se vê nela e fala: “Nossa, um dia eu quero tá jogando com você! Porque eu me inspiro em você. Eu acho o que você faz muito legal”. Eeee é o nosso sonho. Tanto o meu quanto o seu. (BIANCA).

O excerto destacado traz a noção de um sonho compartilhado e de um projeto que transcende as ambições estritamente individuais: “o nosso sonho. Tanto o meu, quanto o seu”. Nas conversas com Fabíola, a atleta também se reporta a esse campo comum ao comentar sobre o que faz com que ela permaneça jogando:

a gente continua jogando e quem vai dá o futuro pra meni... Quem vai ser o futuro da d... Nosso... Vai ser essas meninas! Não ser essas meninas! Então, a gente acaba... meio que lutando. Igual cê falô, é... se elas... se as pessoas dão espaço pra gente mostrá o que a gente já viveu. Tipo, aí, igual a... Ééé, falando que, o que, o que falta, o que não falta, o que precisa melhorá tal... Acho que isso ajuda a tê um... A ter um futuro pro futebol. Que, com a experiência de todo mundo, com todo mundo conversando, todo mundo se ajudando, todo mundo falando que, talvez, assim seja melhor e não desse jeito ou num sei o quê. Todo mundo conversando, falando,

fazendo isso, acho que isso acaba... o futebol melhorando e, e essas meninas aí do, do sub, acaba é tendo um futuro melhor. A gente luta pras, pra, pras meninas. Então, a gente corre atrás pras meninas poder colher tudo que a gente tá correndo. (FABÍOLA).

Em partes, a permanência parece estar relacionada à aposta de um legado para a modalidade e para as atletas ainda por vir. É isso que encontramos também na fala de Viviane, a qual, ao comentar sobre o que poderia melhorar na modalidade, afirma que o principal seria “dar mais oportunidade pras meninas que estão vindo da base, trabalhar elas pra que elas possam ser o futuro e, assim, sucessivamente...” (VIVIANE).

Contudo, segundo as falas nos sugerem, a importância das jovens aspirantes para as atletas da equipe principal vai além. A relação social que se cria entre base e equipe principal parece assumir conotação particularmente importante pelo aspecto do ver e ser vista que aí se encontra. Afinal, como já dissemos, a apresentação de si no espetáculo constitui parte relevante do trabalho esportivo no contemporâneo. A existência do olhar delas, enquanto público e assistência, é mencionada por Sandra como elemento que a torna mais atenta ao próprio desempenho em campo:

Eu faço o meu melhor, porque eu sei que alguém tá me observando. Não, não sei que alguém tá me observando... Mas eu sei que... Eu posso sê inspiração pra alguém [...] de sabê, também: “Poxa, tem umas meninas da base ali. Elas tão ali”. Então, fazê meu melhor pra sê...pra elas, fala: “Pow, eu quero chegá lá! Eu quero ser como Sandra”. “A Sandra é meu exemplo” [...] vê jogadoras, aqui, falando assim: “Nossa, você é minha inspiração” ou “Vejo o jeito que cê joga”. Então, pra gente, é gratificante. Isso é uma motivação muito grande. E, ee o estímulo, também, tipo, poxa, que bacana, né? Cê escutá isso te dá uma motivação pra continuá, continuá, continuá, fazê o meu melhor. (SANDRA).

Para as jovens aspirantes, a presença e a proximidade de relação com uma equipe de alto rendimento instigam a produção desejante para o seu fazer tanto por oferecer alguém para quem olhar, ou se espelhar, como disse Bianca, quanto por saber-se sendo vista por outrem, em quem se inspiram. Vejamos a fala de Marina a esse respeito:

tinha duas meninas aqui da casa do profissional. E uma é zagueira e eu... Eu me inspiro muito nela pela história de vida, por tudo que ela já passô e tals. Aí, ela falô bem assim: “Ah, eu só vô lá assistir se você fizê gol”. Falei: “Então tá bom! Pode ir assistir que eu vô fazê gol hoje”. Beleza. Primeiro escanteio que teve e a bola passou, eu não fiz o gol. Beleza. No segundo escanteio, eu fiz o gol. (MARINA).

Assim, as conexões naquele coletivo participam do acionamento da produção desejante que cria a existência “jogadora de futebol”, com seus sentidos parciais e provisórios. São conexões em que cada grupo se remete mutuamente. Para as jovens, o valor formativo e prospectivo – ao vislumbrar um possível para si na existência concreta das veteranas e suas conquistas (Marina, por exemplo, fez questão de ressaltar a ampliação dos registros em carteira de trabalho na equipe principal feminina) – ganha contornos importantes. Já para as

atletas veteranas, a presença de um olhar que as acompanha e a disponibilidade em acolher suas narrativas, bem como reconhecer suas trajetórias, oferecem uma possibilidade de legitimação social de suas existências no espaço público.

O funcionamento micropolítico do coletivo estabeleceu condições importantes para que as meninas e mulheres entrevistadas pudessem criar outras maneiras de se relacionar com as normas instituídas e as formas de existência definidas como legítimas no futebol. Um movimento valioso ao anunciar a produção de uma “gramática” distinta da que está colocada pela organização monopolista-despótica do futebol. É na produção dessa “gramática outra”, para dizerem sobre si, que forjam possibilidades de autodefinições sobre o modo de vida “mulheres atletas de futebol”.

Patricia Hill Collins (2019) forja o conceito de autodefinição, partindo das discussões sobre formas de resistência das mulheres negras nos Estados Unidos. Segundo a autora:

Muitas das imagens de controle aplicadas às afro-americanas são, na realidade, representações distorcidas de aspectos de nosso comportamento que ameaçam os arranjos de poder existentes [...] uma tentativa de controlar uma dimensão do comportamento das mulheres negras que ameaça o *status quo*. (COLLINS, 2019, p. 206-207).

A autodefinição reivindica o direito de dizer sobre si e reconhecer-se, no âmbito coletivo, como pessoa. Nesse sentido, é uma ferramenta para contrapor imagens controladoras dirigidas às minorias políticas, recusando a posição inferiorizada que tais imagens pretendem estabelecer.

Transpondo as considerações de Collins (2019) ao contexto de nossa investigação, podemos dizer que é pela via da criação coletiva que as jogadoras elaboram um entendimento sobre si como “guerreiras” e “corajosas”. Desse modo, recusam imagens controladoras que pretendem deslegitimar suas existências, na medida em que contrariam ideais de feminilidade pressupostos para corpos marcados como mulheres. Ao transitar por essas veredas, torna-se possível pensar em outros entendimentos para o futebol de mulheres e suas praticantes, bem como para sua relação com o modelo hegemônico da modalidade. Vejamos a fala de Sandra:

Mas claro que a gente num tem que compará também com o masculino. A gente tem que cresce ali e formá... A nossa própria é... A nossa própria história. O próprio... Que nem cê fala assim de movimento, tipo... Ééé... A... Hããã... A... Num sei, tipo... Mas formá... O nosso... A nossa história toma... Ééé... Consolidá a, o futebol feminino. Que o futebol masculino é uma coisa, o futebol feminino é outra coisa. (SANDRA).

A outra coisa que o “futebol feminino” é ou pode ser, conforme referido por Sandra, ganha forma ao passo que é formulado pelas agentes que o produzem nas conexões cotidianas. Embora não prescindam das vias formais para existir no âmbito institucional, o dizer

sobre (autodefinir-se) mostra que as atletas não se encontram numa postura de resignação e passividade, tuteladas por medidas paternalistas. Pelo contrário, movimentam-se na tentativa de criar caminhos e sentidos para suas existências e para a modalidade.

À vista do exposto, notamos que a dinâmica criada entre os dois grupos que participaram da pesquisa parece desempenhar um papel importante com relação ao reconhecimento. Por um lado, o reconhecimento envolve a dimensão da distribuição do poder econômico e simbólico de larga escala (o que, em grande parte, aparece na ideia de “ter carteira assinada”), que ainda é bastante concentrado e restrito a um nicho específico do futebol brasileiro e mundial. No entanto outro aspecto do reconhecimento parece estar relacionado à possibilidade de ocupar um lugar que é visibilizado, legitimado e valorizado na esfera pública.

Se, no quesito de distribuição do poder econômico e simbólico de larga escala, a relação entre base e equipe principal pode ter pouca relevância, no que diz respeito à conquista de um lugar valorizado na esfera pública, tal dinâmica assume grande importância. Ao que parece, há um jogo entre o ver e o ser vista que contribui para a produção desejante da vida esportiva na qual as atletas persistem: as jovens da base, tendo exemplos próximos que as inspiram, anunciam possibilidades de carreira no futebol e que acompanham sua progressão no esporte; e as veteranas, sabendo que há quem olhe para elas e as reconheçam em suas conquistas e trajetórias.

Parece plausível assumir que, no encontro entre as diferentes categorias e gerações, as atletas produzem um lugar para ser ocupado, sendo reconhecidas pelo outro e reconhecendo a si próprias. Afinal, “só existimos na medida em que fazemos existir outros, ou que ampliamos outras existências, ou que vemos alma ou força onde outros nada viam ou sentiam” (PELBART, 2014, p. 253). Assim, no coletivo plurigeracional, as atletas criam saídas para o anonimato e para a condição abjeta que lhes é atribuída por sua sexualidade, real ou virtual, definida como desviante, por sua cor/raça considerada inferior, por seu gênero relegado à passividade, por sua classe social tida como indiferenciada e desprovida de qualquer manifestação desejante.

A reciprocidade do olhar na relação base-profissional, o ver e o ser vista, participa da produção da forma de vida “jogadora de futebol”. O reconhecimento, forjado na micropolítica das relações cotidianas, confere às atletas a possibilidade de uma existência legítima no coletivo esportivo e na vida pública. Nessa relação, elas adquirem e validavam seus nomes, rostos e histórias, tornam-se pessoas e se conectam a um coletivo, passando a compor algo que diz respeito a elas ao mesmo tempo que as ultrapassa.

4.2 O direito ao prazer

No pensamento moderno ocidental e no colonialismo, o corpo foi elaborado como campo de encarnação da diferença, marca por excelência do Outro, como argumentado por Oyèwùmí (2020), quando afirma que:

Mulheres, povos primitivos, judeus, africanos, pobres e todas aquelas pessoas que foram qualificadas com o rótulo de “diferente”, em épocas históricas variadas, foram consideradas como corporalizadas, dominadas, portanto, pelo instinto e pelo afeto, estando a razão longe delas. Elas são o Outro, e o Outro é um corpo. (OYÈWÙMÍ, 2021, p. 29-30).

Segundo essa tradição, portanto, o corpo emergiria como dimensão a ser negada ou recusada (LE BRETON, 2013). Quanto mais nos distanciássemos do corpo, mediante a prática da ascese como renúncia ao prazer, mais nos acercaríamos de uma existência ideal, legítima e verdadeira. Em vez do ascetismo, o que encontramos na pesquisa com as futebolistas foi um mergulho. Elas descem ao nível de seus corpos, reencontrando-os e criando possibilidades outras de relacionarem-se com esta dimensão existencial pela via dos prazeres.

Os prazeres são objeto de intensas discussões em várias disciplinas e por pensadores diversos (CORBIN, 2012; FREUD, 1920; LIEBEL, 2008; MUCHEMBLED, 2007). Sua tematização coloca em evidência o corpo e as distintas maneiras pelas quais esse é interpelado, dirigido, reivindicado e reinventado. Na *História da Sexualidade*, Foucault (2017a, 2017b, 2017c) toma a problematização sobre os prazeres para compreender a modificações da moral sexual, desde a antiguidade clássica até o cristianismo. A obra demonstra processo de recrudescimento na relação com o corpo e no modo de uso dos prazeres, por meio da imposição de códigos sob a forma de leis universais.

São várias as mudanças que o autor expõe, dentre elas, a paulatina instituição da heterossexualidade como expressão sexual supostamente natural, cuja legitimidade encontrar-se-ia circunscrita ao casamento, tendo como propósito a geração de progenitura (FOUCAULT, 2017c). Tais formulações, alçadas ao posto de formas universalmente válidas e verdadeiras da existência, trazem inúmeras implicações, das quais mencionamos as seguintes: o cerceamento de todo um corpo sensível, reduzindo-o a algumas poucas zonas erógenas específicas, em geral, coincidindo com os órgãos reprodutivos; a restrição das formas de experimentação do prazer, demarcadas tanto por uma suposta natureza quanto por um tipo de ordenamento jurídico; o aprisionamento dos corpos e sexualidades femininas ao formato estabelecido como juridicamente legítimo e moralmente natural. Todavia os modos de existir das mulheres no

futebol permitem o questionamento de tais definições, mostrando outras maneiras possíveis de experimentação dos prazeres e da feitura de si.

Abordar esse tema da perspectiva das relações afetivo-sexuais entre mulheres no futebol é, no mínimo, delicado. A tensão que carrega pode ser creditada à dificuldade existente em se trabalhar diretamente com um dos principais elementos que formam o estigma anexado às meninas e mulheres boleiras, o de que seriam todas sapatão. Uma das falas de Sandra, já destacada em outro momento de nossa tese-jogo, explicitava isso com bastante precisão, ao afirmar que, possivelmente, “num tem uma jogadora que, de futebol, que num deve ter passado isso. Por... de ter... Sê... Pessoal chamar de macho-fêmea, é... De Maria-sapatão”.

Embora o estigma e as suspeitas dirigidas às mulheres ocupantes dos gramados, areias e quadras futebolísticas sejam discutidos e problematizados na literatura científica (CAMARGO; KESSLER, 2017; GOELLNER, 2005; MOREIRA; PRADO; CAVALEIRO, 2019; SALVINI; SOUZA; MARCHI JÚNIOR, 2015; SALVINI; MARCHI JÚNIOR, 2016a; PISANI, 2012), isso não parece acontecer com relação à efetiva existência de mulheres lésbicas e/ou bissexuais nesses contextos. Em nossas buscas, nos deparamos com apenas algumas produções nesse sentido, como as dissertações de mestrado de Raquel Silveira (2008) e de Valleria Araujo de Oliveira (2014), a tese de doutorado de Mariane Pisani (2018a), cujo capítulo sobre o tema passou, posteriormente, a compor parte de um livro, publicado no mesmo ano (PISANI, 2018b), e um artigo de Claudia Samuel Kessler (2020).

Até que ponto o silenciamento ou a dificuldade de dar expressão ao tema não colabora para reiterar a concepção de que a melhor saída para o futebol de mulheres, especialmente na esfera do alto rendimento, é o distanciamento em relação às expressões sexuais e de gênero não normativas? A proposição de tal afastamento, ainda que apenas implícita por um certo calar-se a respeito do assunto, seria isenta de efeitos sobre a saúde e os processos de subjetivação das atletas lésbicas e bissexuais? Nosso encontro com Sandra também contribuiu para pensarmos sobre tais aspectos. Sua hesitação inicial, no momento formal da entrevista, quando nossa conversa ainda era gravada, pode sugerir a existência de um conflito ante a declaração pública de lesbianidade e de relacionamento com uma companheira de equipe anterior. Posteriormente, quando Sandra nos enviou uma mensagem de texto liberando o uso de todo o conteúdo da entrevista, a informante dava mais uma pista sobre a importância de que o tema fosse tratado. Os desejos lesbianos e bissexuais também circulam entre esses coletivos esportivos. Se sua presença, real ou virtual, é usada como instrumento para justificar

o apagamento ou a diminuição da modalidade, a lesbofobia e a bifobia é que precisam ser interpeladas, e não as sexualidades e performatividades de gênero das atletas.

Mais do que integrar tal contexto, a elaboração de outras possibilidades de experimentação do prazer, como os vínculos afetivo-sexuais entre as atletas, parece participar da produção de um modo de vida atleta de futebol, permitindo a persistência de algumas delas na carreira. Tais elementos começaram a ganhar contornos durante a conversa com Fabíola, quando mencionou seu namoro com uma atleta da última equipe pela qual havia atuado. Quando questionada sobre o que a mantinha na carreira, ela traz à luz os acontecimentos relacionados ao namoro. Acompanhemos seu relato:

Aí, acabô que, tipo, eu terminei com a minha namorada, aí eu falei assim: “Vamô lá, e agora, eu tô jogando por quê? Pra quê?” [...] Foi recentemente. Aí eu fico “Por quê? Pra quê continuá jogando?”. Num tem um porquê. Aí as coisas também num tava dando certo. Dando certo, assim, eu tava jogando mal. Aí eu falei assim: “Caraca, pow!”. Aí sempre que eu jogo mal eu penso assim “Mano, o que que eu tô fazendo aqui? Por que tô jogando? Porque... Eu num mereço tá aqui. Eu tô aqui pra... Bosta nenhuma. Porque eu num tô... Ajudando. Então, pra quê eu tô aqui?”. Então, aí eu sempre me fazia essa pergunta [...] É meio difícil. Mas... Fazê o quê? Ah, mas isso... Esse... Esse bagulho de eu ter terminado namoro... Namorada... Nossa! Foi... A... A pior coisa que podia acontecê [...] Tava. É, bem vinculado... Porque, tipo, como a gente tinha combinado... [...] Um plano de fazê umas coisas e, depois, ir pra fora. Era, tipo, era o que eu tava seguindo. E acabô que... Não deu certo. E aí eu falei “Ai, caramba! E agora?”. E agora? Tipo, aí eu falei: “Ah, mano...”. Mas, aí, eu fui aos poucos... Me reerguendo. Ficando bem... Hoje em dia... Tô... (riso). (FABÍOLA).

Como podemos apreender a partir da fala de Fabíola, o vínculo com a namorada parece enredado à sua permanência na carreira: fizeram planos juntas e havia a perspectiva de compartilharem uma vida comum. O fim do relacionamento a faz questionar sobre o que a mantinha, ainda, no esporte-trabalho, tornando-a mais sensível às flutuações de seu desempenho em campo e às oscilações da equipe na temporada.

Kessler (2020) e Pisani (2018a), em seus estudos sobre o futebol de lazer e de várzea, respectivamente, argumentam que a prática do futebol entre mulheres cria um tempo-espço mais seguro para que elas possam expressar sexualidades e experimentar prazeres fora de uma configuração heterossexual. O clima de segurança se daria, principalmente, nos espaços restritos da vida esportiva, como os vestiários e as confraternizações internas (PISANI, 2018a). O relato de Fabíola nos permite ir além, sugerindo que os diversos componentes da experiência esportiva, mesmo na prática de alto rendimento, são irredutíveis a uma compartimentalização perfeita. Nessa situação específica, percebemos que os aspectos sexuais e esportivos parecem ser coextensivos um ao outro, prolongando-se num delineamento que dá contornos e colabora para sustentar sua persistência na carreira.

A circulação mais livre e aberta de modos outros de expressão parece ser algo corriqueiro no cotidiano e com maiores possibilidades de negociação entre os coletivos futebolísticos de mulheres (KESSLER, 2020; PISANI, 2018a; SILVEIRA; STIGGER, 2013), especialmente, quando comparados aos espaços convencionais do futebol. Parte dos motivos para tal abertura se encontraria, talvez, na menor visibilidade dessa manifestação esportiva. Ser menos visível é, também, estar menos enredada aos regimes de vigilância que acompanham a visibilidade, com seus atravessamentos econômicos e políticos. Contudo não seria exato afirmar a total inexistência de mecanismos e posicionamentos atravessados por intentos e anseios normalizadores de gênero, inclusive coercitivos, em consonância com perspectivas binárias (MOREIRA; PRADO; CAVALEIRO, 2019; SILVEIRA; STIGGER, 2013). Bate-bola realizado também em outros momentos desta tese-jogo.

O apontamento dos prazeres afetivo-sexuais como elemento que participa da produção e funcionamento do modo de vida tratado aqui não pretende alçá-los ao lugar de fundamento ou regra geral para o futebol de mulheres. Afinal, nem todas as mulheres que se engajam na carreira futebolística vivem ou desejam vivenciar tais relações, e, entre aquelas que o fazem, tal dimensão não circunscreve o todo de suas experiências. Mesmo para Fabíola, outros aspectos integravam a produção de sua vida em campo, haja vista que ela continuou e continua jogando após o fim do relacionamento. Ainda no quesito das experimentações dos prazeres, as relações das atletas com o próprio corpo em movimento no jogo ganharam contornos durante as entrevistas. Saímos do prazer como experiência ligada ao sexo e às relações sociais que se podem criar por meio dele, para pensá-lo como possibilidade do corpo inteiro. A fala de Viviane nos auxilia a ilustrar o argumento, evidenciando, inclusive, a dimensão ritual envolvida na produção do prazer:

assim... Cê tem oportunidade de... Tá lá no vestiário. Tá se trocando. Tá colocando aquela camisa que, cê sabe que é... É forte... É pesada. E você tem que honrá. Entendeu? Eee aí cê tá amarrando a chuteira. E cê tá sentindo o clima. Né? De... De tá entrando dentro de campo. Tá vendo o peso do jogo também, né? Sabendo o que que cê tem que fazê no jogo [...] Então, acho que, pra mim, é incrível também podê tê... Ter esse dom. Né? A oportunidade de fazer isso. (VIVIANE).

A ênfase na emoção de colocar a camisa, amarrar a chuteira, por fim, o ritual de preparação para o jogo. Os rituais, como construções simbólicas, são parte constitutiva da produção de prazer. Poderíamos dizer que entrar num vestiário e trocar a roupa, assumir a imagem de jogadora, literalmente se travestir (vestir-se com outra roupagem) é um gozo tão intenso quanto o de estar em campo ou até fazer um gol. Aliás, o gol não traria tanta alegria e prazer sem a camisa e a chuteira. A relação das iniciantes com as profissionais, abordada na

seção anterior, também carrega um forte sentido de ritual. Ritual de iniciação e ritual de passagem tão presentes nas instituições e nas relações informais.

Ao apresentar sua teoria da contrassexualidade, Preciado (2019, p. 412) a situa como crítica à “certa tecnologia sexual que identifica os órgãos reprodutivos como órgãos sexuais, em detrimento de uma sexualização do corpo em sua totalidade”. As entrevistas realizadas nos aproximaram dessa perspectiva de um corpo totalmente sexualizado, deslocando do ato sexual, em suas realizações normativas ou subversivas, o monopólio sobre o prazer. Desse modo, afastamo-nos do entendimento de sexualidade e de prazer que se limita à sua apreensão e organização como genitalidade (orientada para fins reprodutivos), conforme demonstrado pelos estudos de Foucault (2017a, 2017b, 2017c), mencionados no início desta seção.

Como mostraremos a partir dos fragmentos de entrevista, ao falarem sobre a persistência na carreira, as atletas se referem a uma experimentação global dos prazeres, pondo em evidência o corpo em movimento no jogo. Assim, no lugar de uma ou outra zona erógena específica, podemos pensar em prazeres que abrangem todo o corpo enquanto um prolongamento intensivo e sensível às conexões. Há uma experimentação do prazer que parece inerente ao jogar.

Sandra e Bianca, ao falarem sobre o jogar e sobre a relação com o futebol, destacam a importância e o sentido da modalidade em suas vidas:

É uma paixão! Pra mim, é minha paixão jogá futebol [...] Eu sempre fui apaixonada, apaixonada, apaixonada pelo futebol. Então, o que me move é isso: essa paixão que eu tenho e a vontade de vencê. (SANDRA).

Porque eu amo muito o que eu faço. Eu não sei me vê... Ééé... Não fazendo isso e... Isso é o que me dá força todos os dias pra levantá e corrê atrás do meu sonho. (BIANCA).

Ao lhe nomearem como uma paixão, destacam o futebol como força motriz: aquilo que as move e que lhes dá força para perseguir e construir uma carreira no esporte. À primeira vista, o futebol parece-nos um objeto exterior às próprias atletas, o que nos levaria a presumir sua condição de assujeitadas em relação àquele. A paixão assumiria, assim, o sentido de um assalto do espírito que as coloca numa posição de vulnerabilidade ante tal objeto, tornando o prazer dependente de sua presença ou de sua ausência.

Todavia, ao longo de todas as entrevistas, notamos uma produção ativa do jogar. Como visto em outros momentos da tese-jogo, o jogar futebol não foi oferecido ou disponibilizado para as mulheres (historicamente e para as entrevistadas), mas foi conquistado, forjado por elas. Ao tomarem parte no jogo e fazê-lo acontecer, as atletas constituem-se como sujeitos que atuam na produção do futebol. O ludopédio deixa de ser exterior a elas, passando a ser

afetado, também, por suas ações. Assim, o prazer que experimentam ao jogar pode ser entendido como uma forma de “prazer que se tem consigo mesmo [...] definido pelo fato de não ser provocado por nada que seja independente de nós e que, por conseguinte, escapa ao nosso poder” (FOUCAULT, 2017c, p. 85). As atletas produzem “seu objeto” de prazer.

A noção de paixão, para significar a relação com o jogar futebol, também compareceu nos relatos de outras atletas:

Porque, indiferentemente da dificuldade... A gente... Eu falo por mim, porque assim... Ééé a minha paixão! É o que eu mais amo fazê na vida é jogá bola. Você tirá de mim tá tirando uma... Uma grande parte de mim. E... Indiferente, né... Esses quesitos aí... Dificuldades, salários, desigualdade, né? É... Éé... É o que eu mais amo é entrá dentro de campo. Sentir aquele frio na barriga. É... Podê fazê gol. Comemorá [...] Mas, assim... Indiferentemente... É... É minha maior alegria, minha maior paixão. É meu amor. (VIVIANE).

Pra mim, é... O... A... É a minha paixão, é o meu emprego. É... Consegui ajudá meus pais com isso. Eeee... E... É a minha maior... Paixão... E... Num falo que é, que é obrigação por conta do, do, do emprego, mas é uma paixão que, que me sustenta [...] Eu me sinto alegre e leve! Muito leve, assim! (PAULA).

As palavras de Paula, Viviane, Bianca e Sandra foram expressas em meio à inúmeras pausas e hesitações, como se enfrentassem mesmo obstáculos na tentativa de dar contornos às sensações de prazer e aos sentidos que parecem caracterizar a relação das entrevistadas com o jogo e com o jogar. Por fim, o termo que lhes saltava aos lábios e tentava dar conta do que buscavam expressar era “paixão”. O futebol como uma paixão, um amor, uma força motriz, algo que as faz alegre e traz leveza. O futebol como aquilo que sustenta, conforme disse Paula, empregando uma palavra capaz de evocar diversas significações. Uma sustentação no plano concreto, por meio do salário – Paula era uma das poucas atletas, à época, com vínculo formal de emprego no clube – sem, no entanto, limitar-se a tal aspecto, uma vez que “Não é só financeiro, como que me dá mais força” (PAULA). É um sustentar, também, existencial, afetivo, por meio das relações e experimentações possíveis no futebol. Retomaremos o tema.

Viviane, imersa na busca de maneiras para se expressar, chega a tratar com certo desdém as tantas dificuldades que também fazem parte da experiência das mulheres que buscam viver do futebol em nosso país: “E... Indiferente, né... Esses quesitos aí... Dificuldades, salários, desigualdade, né? É... Éé... É o que eu mais amo é entrá dentro de campo”. Paula, cambiante nas palavras para falar desse gostar, também diminui a relevância das mazelas no futebol de mulheres, quando declara: “o futebol me traz alegria, independente dessas... Dessas barreira que, às vezes, acontece. Por gostar, por jogar, por treinar”.

Lá onde falta a palavra, a paixão e a alegria fazem sua morada e talvez só encontrem uma plena expressão no corpo em movimento no jogo. Trata-se de um saber que não se sabe,

pois é incapaz de dar as razões sobre si, e que se apresenta sob a forma de um gosto (AGAMBEN, 2020), um gostar de jogar futebol que dispensa ou é irreduzível a qualquer racionalização. Retondar (2013) identifica o jogo como tempo-espaço do prazer e da fruição, destacando a vacilação que marca a tentativa de lhe dar contornos por meio das palavras:

O tempo do prazer no jogo se confunde com a experiência estética da fruição. O fruir significa viver com intensidade uma experiência impossível de ser descrita racionalmente, pois profundamente significativa e envolvente. É tão orgástica quanto o orgasmo. Só pode ser sentida, jamais descrita. (RETONDAR, 2013, p. 32).

O prazer, nesse sentido, é descolado de uma atividade específica, o sexo, deixando também de se limitar à genitalidade, elaborada como via erógena legítima no Ocidente, conforme demonstrado por Foucault (2017a, 2017b, 2017c). Assim, o prazer é amplificado como experiência global do corpo em movimento que se realiza nos limites do tempo-espaço do jogo que, mesmo no alto rendimento, é marcado pelo lúdico, pela tensão e pela incerteza. A experiência de prazer que o jogar suscita possui estatuto em si mesma. Fabíola, por exemplo, citando o jogador de futebol Romário, aproxima as sensações do jogo dos momentos que o antecedem ao têsão:

Feliz [...] A gente sempre tem uma dor de barriga diferente antes dos jogos (riso). Porque... Ah... Igual uma vez o Romário falou “Se eu num senti isso, é porque eu num tenho mais têsão em jogá bola!” [...] é um... Me... Medo, misturado com a... Ansiedade... Com um monte de coisa. (FABÍOLA).

A fruição destacada por Retondar (2013) encontra-se amplamente apoiada na ideia de compartilhamento. É na relação com outros – adversário, campo, bola, companheira de equipe, arbitragem, regras, torcida – que o jogar futebol produzirá sentidos e a possibilidade de prazer. A fruição, nesse caso, deixa de ser compreendida como experiência de um sujeito individual (um eu que goza), assumindo a forma de um prazer experienciado no conjunto. A experimentação do prazer do corpo em movimento no jogo extrapola a esfera individual para se produzir em conexão com os distintos componentes característicos do jogar. Guattari e Rolnik (1996) nos ajudam a pensar uma corporalidade para além da individuação:

No ato de dirigir um carro, não é a pessoa enquanto indivíduo, enquanto totalidade egóica que está dirigindo; a individuação desaparece no processo de articulação servo-mecânica com o carro. Quando a direção flui ela é praticamente automática, a consciência do ego, a consciência do *cogito* cartesiano não intervém. E, de repente, há sinais que requisitam novamente a intervenção da pessoa inteira (é o caso de sinais de perigo). É claro que sempre se reencontra o corpo do indivíduo nesses diferentes componentes de subjetivação; sempre se reencontra o nome próprio do indivíduo; sempre há a pretensão do ego de se afirmar numa continuidade e num poder. Mas a produção da fala, das imagens, da sensibilidade, a produção do desejo não se cola absolutamente a essa representação do indivíduo. Essa produção é adjacente a uma multiplicidade de agenciamentos sociais. (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 31-32).

A composição entre o humano e o não humano cria uma corporalidade que ultrapassa o antropológico e o individual, levando a gestos fluidos e quase automáticos. Fabíola nos ajuda a perceber que tal fluidez também está presente na experiência da atleta:

tê a tranquilidade de, de tá na frente do gol e podê... Ah, sei lá, chutá, fazê uma bola... Chutá uma bola boa. Sempre, sempre... É, eu aprendi com um técnico meu, lá no Ipatinga, que... Que, quando cê tá na frente do gol ou no cabeceio, sempre tem que tê, sei lá, tranquilidade. Cê tem que falá assim, pensá assim: “Não, eu sei fazê isso. Então cabô”. Eee fazê o que você sabe fazer. (FABÍOLA).

Esse “quase automatismo” traz à baila, uma conduta intuitiva “que substitui aquela guiada por representações. A perícia requer refinamento sensorial e fluidez de movimentos. Não se trata do reconhecimento de formas, mas do contato e da apreensão de uma matéria fluida e irrepresentável e de certos signos” (KASTRUP, 2001, p. 22). Assim, um corpo atlético parece emergir da composição entre jogadora e seu objeto esportivo, a bola de futebol, assim como de outros signos que formam “o campo de jogo”. Tal corpo cria e executa gestos que assumem caráter quase automático (ter tranquilidade e fazer o que se sabe) por meio do treinamento exaustivo. A disciplina necessária a tal aquisição:

diz respeito à necessidade de embarcarmos obstinadamente nos fluxos materiais, atentos à sua singularidade [...] estamos entregues às forças ou aos signos da matéria em questão. O desenvolvimento das habilidades depende de uma prática com as coisas, o que envolve utilizá-las, modificá-las e até destruí-las. Assim desenvolvemos aptidões e formamos conhecimentos inscritos corporalmente. A disciplina é uma condição, embora não garanta que a invenção se cumpra”. (KASTRUP, 2001, p. 23).

Raciocínio e movimento parecem fundir-se num mesmo processo, efeito da diminuição do intervalo entre o sentir, o pensar e o agir ao ínfimo. Ações e movimentos, inicialmente desengonçados e caricatos, são lapidados, esculpidos até se inscreverem sob a forma de técnicas corporais e emergirem como gestos esportivos. Neste caso, criação e técnica cooperam entre si na produção do corpo atlético. A conversa com Viviane também nos remeteu a noção de quase automatismo:

Cê tem que tá... Visualizando, mentalizando o que vai ser feito no jogo. Cê tem que tá pensando também o qual... Quais as coisas que podem não dar certo e a modificação que você tem que fazer no decorrer do jogo pra não te atrapalhar, né? [...] Quantas coisas podem acontecer naquele tempo. Noventa minutos pode acontecer tanta coisa! Né? Quantas tomadas de decisões a gente precisa, né? Fazer em milésimos de segundo. Quando cê recebe a bola, cê já tem que pensá, né? Anteriormente o que você vai fazer depois, quando você recebe. Cê tem que... É... Sabê driblá. Cê tem que sabê corrê. Cê tem que sabê fazê isso tudo. É muito complexo! É muito complexo do que as pessoas aqui de fora vê o que a gente faz lá dentro. (VIVIANE).

Sua fala aborda sensibilidades, saberes motores e cognitivos requisitados antes e durante o jogo. Planeja-se, antecipa-se, visualiza-se mentalmente o que será ou poderá ser feito na partida. O planejamento, individual ou coletivo, todavia, não pode ser demasiado rígido. Necessita de maleabilidade, uma margem reservada à invenção e ao imprevisto face às imposições e à resistência das adversárias. Além disso, é preciso saber correr, saber driblar. Por fim, é necessário conjugar tais habilidades e saberes para poder agir em diferentes situações e cenários encontrados no jogo. Como nos refere Kastrup (2001, p. 22): “a habilidade envolve um saber-fazer, uma ação efetiva. O manejo habilidoso é um agir em fluxo, uma lida com as coisas e as situações, uma atividade e uma prática”. Desse modo, a improvisação, que por vezes ganha passagem no futebol, surge da capacidade única de cada atleta combinar e recombina o conjunto de técnicas corporais do qual dispõe como “prontidão corporificada” em “perfeita sintonia com as forças experimentadas no presente” (KASTRUP, 2001, p. 23), inventando um gesto, até então, impossível e impensável.

Também aí é possível de se experimentarem prazeres. Um prazer sentido no corpo como sensação que acompanha o gesto instantaneamente percebido como bem executado, fazendo fluir a atleta e seu jogo. Um prazer que se produz no encontro corpo-bola, sistematizado pelo treinamento, que participa da constituição do corpo atlético, pelo qual se expressa um saber-fazer tornado tácito, como um quase automatismo.

O campo, espaço retangular que parece recoberto de misticismo, torna-se, para as entrevistadas, um importante lócus na produção de formas outras de expressão. Bianca, que disse não se ver fazendo outra coisa senão jogando futebol, também afirma que o campo é o “melhor lugar onde você pode está. É sua casa em si. E lá você pode sê feliz é... Os 90 minutos. Isso é muito bom. Isso é muito gratificante pra gente”. Sendo casa, espaço do familiar, sugere ser o lugar onde se reconhece de maneira visceral.

Entretanto a atleta Paula comenta: “quando eu tô dentro de campo, faz como se tivesse assistindo o melhor filme, só que eu sou a protagonista. É... Me sinto muito... Muito feliz mesmo”. Metáfora interessante tanto pelo conteúdo quanto pela construção. O filme, inicialmente, aparece como algo estranho. Não haveria, de pronto, reconhecimento ou identificação de Paula com aquele agrupamento de imagens (é um filme ao qual assiste). Nesse sentido, o campo emerge como estranho, e não como casa, conforme destacado por Bianca. Na sequência, porém, Paula afirma ser a protagonista do filme. Assim, ela não apenas atua no que foi estranhado, mas constrói para si um papel central nesse cenário.

O paradoxo da experiência (protagonizar uma cena que nos é estranha) é apenas aparente. Tal descompasso perde seu sentido ao considerarmos que o estar em campo suscita

uma situação na qual as entrevistadas, ao se comporem com os elementos formativos do jogo, emergem como jogadoras (lembremos da fala de Viviane sobre o ritual da uniformização). Ocasão em que se evidencia um eu multiforme, constantemente em trânsito, cuja forma varia à medida que se conecta aos distintos componentes de subjetivação, como destacado anteriormente por Guattari e Rolnik (1996). Nesse sentido, podemos compreender que, ao estar em campo, as entrevistadas experimentam outras possibilidades de realização nas quais se aprazem, tornam-se protagonistas de suas histórias, fabricam e diversificam suas formas de expressão, emergindo como jogadoras.

Tudo o que está fora do campo desaparece ou é esquecido, e a realidade momentânea do jogo ganha existência, como mostram as falas a seguir:

Já vem uma adrenalina desde o aquecimento já. Cê já fica... Ambiciosa já pra querê pegá a bola, querê fazê jogada. Então, eu me sinto... Satisfeita de tá onde eu tô. Porque eu sei que o meu treino é 100% que eu dô. Todos os meus treinos 100%. Tem dias que... Tô mal por causa de briga de familiares e tudo mais, mas eu num deixo que isso me atrapalhe dentro de campo. Então, tenho um controle, mas, quando eu vô entrá em jogo, eu esqueço de tudo. É só eu e a bola e meu time. Que é mais coletivo. O esporte futebol é coletivo. Então, me sinto muito... Satisfeita. (ALICE).

Mas, assim, quando eu chego em campo, aí... Parece que tudo, sei lá... Desaparece! Então, é... Meu Deus! Quando eu tô dentro de campo ééé... Esquece o mundo. Eu esqueço o mundo. Aí... Então lá dentro é muito bom. Muito, muito bom. É a melhor coisa que tem (risos). Pra gente que joga, acho que é a melhor coisa tá dentro d'um campo e tá fazendo o que a gente gosta. (FABIÓLA).

Fabiola, referindo-se ao misto de sensações mencionado anteriormente, enfatiza que tudo desaparece ao entrar em campo ou, como refere a jovem Alice, “entrar em jogo”. Esquece-se do mundo, esquece-se de tudo, inclusive das brigas familiares, como no caso da jovem atleta. A fluidez do jogar pode ser prejudicada quando não se “entra em jogo”, ou quando o campo do jogo, como realidade momentânea, é contaminado por aspectos que lhe são exteriores e estranhos. O relato de Fabiola sobre as dificuldades do time no início da temporada ajuda a elucidar o tema:

Então, tem, pow, tem dia que, pra gente, é... Fica... Tá um pouco difícil de fazê gol. Não sei o porquê... (riso) a gente não consegue [...] Então a gente já ficava... Já tava ficando estressada e acabava levando, levando... Isso tudo pra dentro de campo. E, aí, aí mérmoo que as coisa num funcionava. Mas, aí, depois a gente começô a falá assim: “Não, as coisa vão andar” [...] aí as coisas começaram a dar certo. Daí... Aí a gente começou a... A... A fluir mais o futebol, fluir... Fluir a nossa cabeça, deixar mais... Mais... Ficá mais tranquila dentro do campo, então isso ajudô bastante. Isso ajuda bastante! (FABIÓLA).

A jovem Alice também se recorda de dificuldades pessoais que comprometiam sua “entrada em jogo”:

Eu ficava com muito medo de errar. Muito medo de errar, e isso me atrapalhava muito. Porque, quanto mais a gente pensa no erro, pro jogador, isso aí... Um jogo a gente foi péssimo, a gente fica pensando muito nisso, aí acaba atrapalhando no outro jogo. Eu era muito assim [...] eu num tava conseguindo jogar. Que eu tava tendo muitos problemas psicológicos de cobrança, como eu falei. Tava me cobrando muito. E, a cada vez que eu me cobrava, isso me atrapalhava mais ainda nos treinos. Tipo, meu cérebro queria ir, mas meu corpo não ia... Não... Não aceitava. As ordens que eu dava. (ALICE).

O jogo, ao ser invadido por aspectos exteriores e alheios à partida em curso, fica comprometido, e a fluidez do jogar, expressa no quase automatismo dos gestos, é perdida. Além dos erros, Alice relatou que se sentia pressionada pela cobrança do pai sobre seu desempenho, o que potencializava seu medo de errar e dificultava, ainda mais, sua capacidade de deixar-se absorver pelo jogo. São situações em que o jogo não se constitui para a atleta, e o jogar torna-se desprovido de prazer.

“Entrar em jogo”, portanto, vai muito além do ato físico-mecânico de adentrar o campo (entrar no jogo) e nele permanecer pelo tempo cronológico de 90 minutos (mais acréscimos). “Entrar em jogo” remete à composição de uma realidade própria, extraordinária e momentânea, na qual a atleta torna-se parte do jogo ao mesmo tempo que é constituída por ele, daí o entendimento do futebol como jogo absorvente (DAMO, 2001). Nesse caso, o que ganha existência é um “eu e a bola e meu time e o adversário”. A realidade momentânea criada por essa fusão é acompanhada da satisfação de estar onde se está, como fruição ou como conexão que faz fluir, tornando o jogar uma atividade prazerosa.

Como argumentamos de início, as possibilidades de experimentação dos prazeres são socialmente organizadas (FOUCAULT, 2017a, 2017b, 2017c; LIEBEL, 2008), e seu controle mira de maneira incisiva os corpos lidos como femininos (e a partir de outras óticas – corpos envelhecidos, deformados, empobrecidos). A persistência das entrevistadas no futebol pode ser entendida como forma de protesto diante dos cerceamentos que tentam enquadrá-las. Mais do que um protesto com teor de denúncia, é um modo de criarem vidas outras para si.

Assim, as vias para experimentação que resultam dos prazeres encontram, no futebol, um canal possível para seu alargamento e diversificação. No referido esporte, as atletas fogem ao *script* que estabelece o matrimônio, a maternidade, a heterossexualidade e a genitalidade como moradas exclusivas do prazer e da subjetivação das mulheres. Nesse processo, criam uma relação outra com suas corporalidades. Em vez de negarem seus corpos na perseguição de um suposto ideal da existência, tal como a “mulher de verdade”, apropriam-se deles e criam distintas modalidades para seu uso, no futebol e por meio dele. O prazer, longe de ser recusado, é afirmado como direito por essas mulheres.

4.3 A amizade em campo

A amizade talvez seja uma das formas de filiação ou de relacionamento mais intrigantes entre os humanos. A importância atribuída a ela contrasta com o aspecto ordinário que ocupa em nossa existência. Simultaneamente corriqueira e específica, a relação entre amigos se produz numa espécie de vácuo de codificações, em que abundam possibilidades e carecem referenciais prévios sobre como se conduzir. Talvez, por essa razão, sua tematização seja diminuta quando comparada ao matrimônio e ao parentesco, por exemplo. Interessante notar que é justamente em relação à instituição familiar que a amizade tende a ser apresentada, seja para fazer seu contraponto – a amizade é o que está fora da família –, seja para se amparar nela em busca de legitimidade – o amigo verdadeiro é como irmão. A tensão existente entre família e amizade é notória, expressando, dentre outras coisas, embates que envolvem identidade e alteridade, controle e experimentação de relações.

Ortega (1999, 2000) apresenta a concepção tradicional da amizade no discurso filosófico, o qual compreende o amigo como um outro de mim mesmo e como um irmão. Nesses termos, a relação se basearia nos pressupostos de igualdade, de familiaridade, balizando-se pela fraternidade como fundamento político. Por sua vez, teria como efeito a supressão da diferença e da possibilidade do outro existir como alteridade. O amigo, entendido dessa forma, é apreendido apenas como “instrumento de projeção narcísica do mesmo, de um fortalecimento do eu, de uma egologia e de uma incorporação do outro na violência do mesmo [...] o amigo não tem existência própria” (ORTEGA, 2000, p. 70). Concepções que são ratificadas no cotidiano, quando tentamos justificar ou compreender uma amizade a partir das afinidades ou daquilo que os amigos compartilham, seus traços comuns, como se fosse inconcebível a relação entre diferentes.

Na esteira dessa argumentação, o referido autor defende que o recurso à metáfora familista como chave interpretativa da amizade (amigo verdadeiro como um irmão) atesta o poder da instituição familiar, ratificando seu monopólio sobre a afetividade e as formas de *philia*. Nesse sentido, a família seguiria como critério último da legitimação dos laços sociais, mesmo entre pessoas não ligadas pelo parentesco ou matrimônio. Igualmente, tal metáfora cumpre a função de converter o estranho em familiar, assim tornando-o palatável para assimilação. As diferenças são suprimidas, e a relação entre iguais é colocada como único horizonte possível ou aceitável.

Assim, no bojo da metáfora familiar, para referir-se ao amigo, encontrar-se-ia a violência narcísica de supressão da alteridade que atualiza, para o nível das relações

interpessoais, a estratégia política de apagamento das diferenças, como nos discursos nacionalistas e totalitários. Embora discorde que essa seja a única via possível de conceber a amizade, Ortega (2000) reconhece seu ímpeto nas formulações feitas sobre o tema, seja no campo filosófico, seja no discurso cotidiano. Em nossas entrevistas, o modo como a questão foi abordada faz coro ao argumento do autor em tela.

A menção à amizade surgiu durante as entrevistas ao questionarmos as atletas sobre o que as mantinha no esporte, mesmo com as tantas adversidades que já haviam narrado. Ao citarem momentos críticos na vida pessoal e na carreira, Sandra e Paula enfatizam a importância das amigas no enfrentamento das dificuldades. A veterana Sandra, por exemplo, conta do período em que teve uma grave lesão no joelho enquanto jogava na Noruega.

Que eu fiquei longe da minha família. Tinha as meninas. Eu tive um suporte delas, assim, tipo, meu... Sensacional. Eu jamais vou esquecer o que elas fizeram. Tipo de me carregá na escada. De pegá gelo. De levá comida. De me ajudá no banho... R., D., V... Éééé... a L.... Tudo essas menina... Tão tudo na seleção aí agora. Tipo, as meninas, ééé... Sempre, sempre, sabe? Me ajudaro muito ali. Então, naquele momento, que eu tava longe da minha família, que... Fui, foi o momento mais difícil... (SANDRA).

Aqui, já podemos encontrar uma correlação inicial entre família e amizade: a falta de suporte, devido à distância dos familiares, teria sido amenizada pela presença das amigas que forneceram apoio para sua recuperação. Implicitamente, as amigas aparecem como equivalentes à família pelo exercício do cuidado. Uma tal correlação nos permite questionar sobre a tendência a inscrevermos o cuidado no domínio familiar e do parentesco, operação que, por um lado, reafirma o monopólio da família sobre essa prática e, por outro, estabelece a obrigação moral de que um conjunto específico de pessoas a executem.

Nesse caso específico, Sandra alude, exclusivamente, às atletas brasileiras que jogavam com ela no exterior, podendo sinalizar a existência de um componente de solidariedade relacionado à condição estrangeira. O estudo de Rial (2014) mostrou que a circulação das atletas pelos clubes de futebol no exterior, usualmente, se dá sob a forma de indicações de jogadoras que já atuam no clube ou país. Possivelmente, isso viabiliza o agrupamento entre atletas brasileiras que estabelecem redes de apoio capazes de amenizar estranhamentos com a vida fora do país de origem. A fala de Sandra corrobora isso, ao afirmar que a presença de outras brasileiras, suas amigas, foi fundamental para sua transição, “adaptação” à nova cultura e ao cotidiano do clube:

Eu acho que o mais difícil foi enfrentá o frio lá, pra mim. Porque, a língua... Eu, graças a Deus, tinha uma brasileira...Tinha duas, a R., que é a da Seleção, e a D., elas estavam lá. Inclusive, fui pra Noruega como a indicação da R.. Porque eles tavam precisando de uma zagueira [...] Foi mais cômodo praaa... Pra falá inglês, pra tê esse suporte delas. Que elas me ajudavam demais. Demais, demais. Então, acho

que a língua que, teoricamente, seria o mais difícil, foi mais tranquilo [...] Claro, assim... Entendê o treinador, cê fica dependendo das meninas. Tipo “ah, que que ele falô? Que que ele num falô? O que que ele falô?”. Era um pouco chato, assim... Comida... a gente morava com as brasileiras, então a gente se virava ali pra se alimentá. (SANDRA).

Ao falar da importância das amigas para si, Paula relembra seu processo de luto pelo pai e uma lesão muscular grave que sofrera pouco depois de sua morte.

Tipo, ano passado, eu acabei perdendo meu pai [...] Então, o futebol, ele conseguiu com que eu desse essa volta por cima. Porque eu achei que meu mundo ia acabá. Eeee que... E eu queria desisti. Mas não! O futebol foi o que me deixa mais feliz. Tipo, quando eu tô dentro de... De campo, treinando com as meninas onde v... Me sinto em paz [...] E logo depois de eu tê perdido meu pai eu tive uma lesão muito séria. Que eu fiquei quase sete meses fora. De novo, muscular. Aí que ficô um pouco mais difícil assim. Mas, mesmo assim, as meninas sempre me ajudaro [...] Se num fosse... Elas, mesmo morando, na época eu num tava morando mais no alojamento, mas com uma mensagem, ééé... Ou um convite pra... Saí e conversá as coisa. Elas tiveram bastante importância nisso [...] como eu vim de lesão, logo depois da perda do meu pai, é, esse ano, tipo, foi meio que... Com medo ainda. Medo de me machucá, medos... Ééé... de quando eu estivé sozinha ou... Será que eu vô tá desesperada? Porque, como sempre eu tô com muita gente, mesmo morando fora do alojamento, sempre tô em volta deee, procuro estar em volta de outras pessoas. Eee esse... E... E mesmo com isso, tipo, os fantasma vindo de medo... De lesionar ou até mesmo “vô senti muita falta do meu pai. Hoje eu num quero. Tô muito mal”. Não, aí eu penso “tem gente lá que, que vai me ajudá. Que se me vê triste num vai me deixá triste” e que “Eu não vô me machucá!”. Eu tenho a melhor estrutura, tenho um preparador que sa... Tá ali, tenho a t... Coordenadora pra conversá, tenho a colega pra conversá. Eee isso meio que bloqueia o medo que eu estava sentindo, por conta do ano anterior que eu tive [...] Que eu falo que, às vezes, éééé... É melhor que parente! Amigo. (PAULA).

Na seção anterior, destacamos que, para Paula, o futebol remetia à ideia de sustentação. Conforme a própria atleta, não apenas um sustento financeiro, mas também de “força”, uma sustentação no plano existencial, afetivo. O excerto anterior nos mostra que tal sentido se encontra amparado pelas relações estabelecidas no futebol, com destaque para a amizade. Novamente, um termo relacionado à família (parente) é acionado para falar do vínculo entre os amigos. Nesse caso, demarca-se uma diferenciação entre amigo e parente, mas o valor da amizade continua a ser medido por sua capacidade de superar o parentesco: alguns amigos são melhores do que alguns parentes. O código familiar permanece como a chave interpretativa da amizade, neutralizando um dos seus potenciais, qual seja seu caráter desistincionalizado, de programa vazio, para inventar toda uma gramática relacional entre os amigos (ORTEGA, 1999; FOUCAULT, 1981). Voltaremos a isso.

Na fala de Paula, assim como de outras entrevistadas, a metáfora familiar, para referir às relações de amizade, também emergiu na forma clássica, equiparando o amigo ao irmão e a amizade à família, como mostram os trechos a seguir:

porque eu falo que é uma família. Eu passo mais tempo com as meninas do que com a minha própria família. Eeee a intimidade, as brincadeira, a gente consegue tirá a tristeza e fazê a alegria tando juntas, assim. Uma ajudando a outra. (PAULA).

tipo a L., ela falava que ela era meu pai, e ela realmente cuidava muito de mim [...] Eu lembro que quando acabô o jogo, a L., que era meu pai, ela pegô e falô assim: “Eu sinto muito orgulho de você. Você mostrou o porquê você ficô quatro semanas treinando duro e tudo mais”. Porque, tipo assim, todo treino, quando acabava o treino, a L. vinha e falava assim: “Cê acertô nisso e nisso e nisso. Cê errô nisso e nisso e nisso”. E ela não tinha dó de falá. Às vezes, ela me esculachava, às vezes, ela me elogiava, dependendo do treino. Então, a L. foi muito importante pra mim também nisso. (CAROLINA).

Ah, é a primeira vez que eu tô saindo da minha casa. Já faz... Faz um ano que eu tô no alojamento. Eeee... A convivência com as meninas é, é muito boa. Claro que, às vezes, tem um, alguns atritos, mas isso tem em todos os lugares, e a gente, junto a gente supera tudo. E... Uma precisa da outra pra, pra gente conseguir o nosso objetivo maior, uma precisa da outra, e isso é muito bom, porque a gente acaba virando uma família. Porque a gente fica aqui o ano todo e é muito difícil, tipo, todas irem pra casa. E aí... A gente acaba se tornando irmãs de outras mães [...] como eu te falei, a gente acaba virando uma família, e a família, uma ajuda a outra, porque, quando uma não tá bem, a outra vai lá, senta, conversa... É... Se precisá, chora junto. E isso é muito bom, porque... Nesse mundo, é muito complicado, tipo, você tê essa cumplicidade entre várias pessoas. Eeee aqui a gente consegue tê. Aqui, é, tipo, uma pela outra. Se precisááá... Morrê, vamos morrê todas juntas, se precisá matá, vamos matá todas juntas. E isso é... É muito bom, porque você não sente sozinha. (BIANCA).

A chegada a um novo país. O luto por um ente querido. A primeira vez que se deixa a casa da família. Situações que podem ser desoladoras, evocar incertezas quanto ao que está por vir, medo pelo desconhecido. Vale lembrar uma fala de Carolina, já mencionada em outra ocasião em nossas movimentações nesta zona do gramado, na qual a jovem relata o medo sentido em sua primeira experiência de alojamento. Receava ser destrutada ou, até mesmo, apanhar. Sentimento dissipado pelo acolhimento recebido em sua chegada, especialmente, por aquela que, posteriormente, tomou como pai. Ortega (2000) interroga a tendência a traduzirmos nossas relações de amizade em termos familiares e ensaia a seguinte resposta:

Isso decorre, sem dúvida, da inclinação a adaptarmos tudo o que se apresenta como distante e desconhecido ao que nos é próximo e familiar [...] Em muitas culturas, o aumento da intensidade afetiva na relação de amizade leva sua substituição por uma relação familiar: o amigo passa a ser o irmão. (ORTEGA, 2000, p. 115-116).

O suporte fornecido pelo amigo, sua ajuda para traçarmos contornos em nossas existências, tem seu valor em algumas ocasiões. Em episódios como os destacados nas falas das entrevistadas, tal função pode ser importante para evitar uma paralisia ou um perder-se absolutos. O que não significa reduzir a amizade a tal papel. Vale notar que, precisamente por desempenhar também essa função, a amizade tende a ser traduzida pela metáfora familiar. Como se, afinal, apenas no bojo da família ou do parentesco, fossem possíveis práticas de cuidado, relações íntimas, ajuda mútua, cumplicidade, alegrias e tristezas compartilhadas. A

insistência em tal metáfora, mais que atestar a pobreza de nossas possibilidades relacionais (ORTEGA, 2000), parece dissimular, ocultar ou anular o potencial contido na amizade. Que potencial seria esse?

Foucault (1981) discute a questão da amizade partindo da problematização sobre a homossexualidade e um modo de vida homossexual. O aspecto destacado pelo autor, ponto de intersecção entre os dois temas, homossexualidade e amizade, reside em estarem situados fora das linhas duras da instituição, desprovidas de um código ou lei que regule as condutas entre os parceiros ou entre os amigos. Assim, a potência da amizade estaria situada na inventividade relacional que ela anuncia, evidenciando que os laços de afetividade entre humanos não são represados por contratos jurídicos, como no matrimônio, ou regras morais, como no parentesco. Característica que pode ser problemática, conforme apontado por Ortega (1999):

A amizade [...], devido ao seu caráter afetivo, apresenta uma ameaça ao funcionamento harmônico de uma ordem social dada. A sociedade reage a este perigo canalizando a amizade em formas permitidas. Estes mecanismos de regulação e de desativação de seu potencial transgressivo definem a amizade em nossa sociedade como um assunto privado do indivíduo, fora de todo significado político. (ORTEGA, 1999, p. 169).

Pelo material obtido em nosso trabalho de campo, o futebol parece tornar-se um espaço que possibilita a emergência de vínculos afetivos intensos entre as mulheres que o integram, como, aliás, já debatemos na primeira seção do presente capítulo. A jovem Marina, por exemplo, externa o pesar sentido ao se deparar com comentários depreciativos sobre o futebol de mulheres na internet e que inferiorizam as mulheres: “Eu acho que eu sinto por todas, quando eu ve... Entro na internet e vejo isso”. Ao falar das alegrias possíveis no futebol, Joana afirma: “Acho que é essa união que a gente tem, porque a gente sabe que precisa, e é daí que a gente tira essa alegria. Porque é só... Paixão mesmo. Num é?”. Prosseguindo em nossa conversa, a atleta relata situações adversas ocorridas em outros clubes e com atletas da seleção brasileira em preparação para a Copa da França-2019:

igual a A. contou pra mim, que... Que a menina, as menina da Seleção acabô sendo expulsa do... Do... Centro de treinamen... Não expulsa, tipo, escurraçada, mas elas teve que saí pro masculino treiná. Uma semana antes da... Uma semana, duas semanas antes de começá a Copa do Mundo. Tipo, tá, aconteceu lá. Se é no masculino, ninguém liga. Porque num acontece e, mesmo que acontecesse, eles num liga pro que tá acontecendo no outro clube. Aqui, a gente importa. Quando um ti... Quando um clube fecha as portas pro futebol feminino, a gente fica chateada. Quando o Rio Preto decidiu que num... Que num ia entrá pro Paulista, meu, todo mundo ficou chateado. E, quando ele entrô, todo mundo ficou feliz, sabe? Porque a gente sabe que é muito importante pra gente, então, a gente sente muito. Pode... A gente pode num sê todo mundo amigo, mas a gente é todo mundo unido, sabe? Porque todo mundo qué a mesma coisa. E é uma coisa que no masculino... Num tem, porque num precisa. Agora, aqui precisa e eu acho que é daí que a gente tira a alegria. (JOANA).

Embora tais adversidades não digam respeito diretamente à Joana ou à agremiação a qual pertencia, elas são tomadas como questões que impactam na modalidade como um todo. Há um sentido de coletividade e solidariedade na maneira como Joana diz sentir-se afetada pelas ocorrências relatadas: há uma união, mesmo que não sejam todas amigas (no sentido tradicional de um convívio íntimo, uma amizade pertencente ao foro privado). O objetivo que declara ser compartilhado entre as atletas parece capaz de operar algumas relativizações em valores cristalizados na instituição esportiva, sobretudo no alto rendimento. Dentre eles, a competitividade exacerbada e a compreensão da vitória como resultado reservado apenas a um dos competidores ou equipes, entendimento segundo o qual se sagrar campeão é elevar-se sobre os demais, superando-os, subjugando-os e, no limite, eliminando-os. Para Joana, assim como para outras atletas entrevistadas, a eliminação definitiva de um adversário potencial não é sentida como um prazer, mas como um pesar.

O tema da política salarial, pouco questionado no futebol hegemônico, foi trazido por Viviane e nos elucida sobre coletividade e solidariedade entre as atletas:

Falo que tem... Tem atletas que ganham, sim. Tem atletas que ganham valores dignos, mas tem outras que não, entendeu? E isso é chatante! [...] indiferente do que você já... Já fez... Do que você já conquistô... Dê tem... Uma oportunidade de ganhá um pouco mais. Mas também tem realidades que a atleta ganha que... Por exemplo, três vezes menos do que outras, entendeu? (VIVIANE).

Viviane questiona a política salarial que remunera por produtividade. Ela, como atleta que conquistou títulos pela seleção brasileira e conta com vasta experiência no futebol estadunidense (uma das principais ligas do futebol feminino mundial), poderia ser considerada como detentora de um “passe valorizado”, um “produto” diferenciado no mercado da bola. No entanto se atenta e se chateia com a desigualdade derivada do sistema atual que, ao criar escalonamentos, torna a dignidade salarial uma condição de acesso limitado. Quais as implicações de um futebol orientado pelos pressupostos que aparecem nas falas dessas atletas? Que efeitos poderia provocar ao poder instituído no esporte de alto rendimento, em que se mimetizam princípios caros à organização social capitalista? Sendo espaço propício ao surgimento e cultivo de relações intensas, capazes de provocar ruídos aos modos de organização social estabelecidos, o futebol de mulheres torna-se, também, alvo de tentativas de neutralização desse potencial.

Uma dessas tentativas pode ser localizada na alegação generalizada de lesbianidade, tema já abordado em outros momentos de nossa tese-jogo. A colocação das mulheres futebolistas no *status* de lésbicas ajuda a cumprir uma função normalizadora, na medida em que as reenquadra segundo um código relacional que tende a ser mais estabilizado, embora

nem sempre seja exatamente institucionalizado: o código sexual. Por um lado, fornece um motivo para o agrupamento e convívio entre mulheres, o desejo sexual, o que parece desautorizar possibilidades outras de estabelecer laços de filiação fora do parentesco e do sexo. Por outro, ao atribuir-lhes uma identidade socialmente desqualificada, faz com que sirvam de contraponto para reforçar a identidade produzida como legítima. Ao falar da imagem comum associada à homossexualidade masculina (desejo sexual aflorado, com encontros sexuais casuais), Foucault (1981) argumenta que tal construção anula a “virtualidade inquietante” desse modo de vida:

ela responde a um cânone tranqüilizador da beleza e anula o que pode nesse encontro vir a inquietar no afeto, carinho, amizade, fidelidade, coleguismo, companheirismo, aos quais uma sociedade um pouco destrutiva não pode ceder espaço sem temer que se formem alianças, que se tracem linhas de força imprevistas. Penso que é isto que torna “perturbadora” a homossexualidade: o modo de vida homossexual muito mais que o ato sexual mesmo. Imaginar um ato sexual que não seja conforme a lei ou a natureza, não é isso que inquieta as pessoas. Mas que os indivíduos comecem a se amar: aí está o problema. A instituição é sacudida, intensidades afetivas a atravessam; ao mesmo tempo a dominam e perturbam [...] Estas relações instauram um curto-circuito e introduzem o amor onde deveria haver a lei, a regra ou o hábito. (FOUCAULT, 1981, p. 2).

De modo similar, o enquadramento das mulheres futebolistas como lésbicas ou a partir da metáfora familiar também parece servir como estratégia apaziguadora diante de um modo de vida que não se conforma ao convencional ou ao esperado pela ordem social. É interessante notar que o esvaziamento da amizade, como modo de sociabilidade, é contingente ao surgimento da família moderna como célula principal da sociedade (ORTEGA, 2000, 2002). Para que a família se tornasse detentora do monopólio afetivo, era preciso minar as formas de relação que floresciam fora dos seus domínios.

Segundo Ortega (2000, 2002), o declínio da amizade é paralelo à ascensão da suspeita e à condenação de uma homosociabilidade que, no limite, carregaria os perigos de uma homossexualidade latente. Especificamente com relação às amizades femininas, até o Renascimento, os intercâmbios afetivos entre mulheres gozavam de ampla liberdade, sendo admitida, inclusive, uma sexualidade pré-marital entre elas. Paulatinamente, a noção de amizade entre mulheres é deslocada e tal afetividade, sexual ou não, se torna objeto de suspeita de lesbianidade e passa a ser patologizada (ORTEGA, 2000). O surgimento do feminismo constitui um marco importante nesse processo, posto que o discurso antifeminista, que emerge em reação ao movimento, teve papel significativo no ataque às relações de solidariedade entre mulheres. Igualmente, a ideia de homossexualidade latente, percebida como perigo moral e social, dá suporte à condenação de vínculos intensos entre pessoas do mesmo sexo, em especial, de fora do núcleo familiar (ORTEGA, 2000, 2002).

Em meio ao processo de fortalecimento da família, o autor em tela vislumbra a queda das relações de solidariedade e, com isso, a diminuição do aspecto político da existência. Encerrados nos limites das relações familiares, o contato com a alteridade torna-se escasso. A amizade, enquanto alternativa à soberania familiar nas relações, é percebida como meio para a retomada desse contato, um caminho possível para restituir o político, a dimensão coletiva da vida. Nessa altura, ganha relevo o potencial da amizade e do amigo, enquanto alteridade, para nos confrontar, possibilitando uma experiência de sair de si mesmo, daquilo que é mais conhecido e habitual. A trajetória na construção de uma carreira coloca tal experiência como condição para as futebolistas. Acompanhemos a fala de Joana a respeito:

era muito difícil eu morá longe da minha mãe, da minha família. E lidá com pessoas extremamente diferentes. Pessoas que eu nunca vi... E por isso, também, que eu aprendi muito [...] Sobre convivência. Sobre conviver com outras pessoas. E, aí, eu cresci nesse quesito. Aprendi. Mas eu tive muita dificuldade [...] Era muito necessário que eu passasse por isso, sabe? Porque, igual eu falei. Cê consegue percebê detalhes que, antes, cê num percebia, sabe? Cê aprende que... Eu acho que em relação ao mundo mesmo. Que cê precisa respeitá as pessoas [...] Eu num trocaria essa que eu tô passan... É isso que é... Isso que eu passei, de jeito nenhum, porque... Eu me sinto outra pessoa até. Minha mãe fala, minhas irmãs falam... Eu mudei muito. Eu era muito... É, eu ainda sô, né? Porque eu gosto de brincá, gosto de fazê amizade... Eu sô muito extrovertida, mas quando é pra entendê as coisas assim, hoje, eu entendo muito melhor muita coisa [...] Eu num gostava de pedi desculpa. Tipo, eu podia tá certa, eu podia tá errada [...] quando eu vim pra cá, eu aprendi a num tê mais isso. Eu deixei de sê isso [...] Nossa, gosto do que eu tô... Me transformando, assim. Das coisas que eu passei. Eu sô grata pelas coisa que eu passei, por isso que aconteceu. Porque era preciso, sabe? E vivê no alojamento é... É muito bom, porque cê cresce muito, sabe? Mai... É difícil (riso rápido). Cresce muito, mas é difícil, cê sabe! (JOANA).

A fala da atleta encontra ressonância nos relatos de outras entrevistadas. Como assinala Ortega (2000, p. 82), a amizade nos possibilita “desenvolver uma sensibilidade para as diferenças de opinião e de gostos [...] nos deixarmos questionar em nossas crenças e ideias, a modificarmos nossas opiniões através do relacionamento com o amigo”. Tal relação constitui-se como um caminho possível para, ao nos deixarmos ser afetados pelo outro enquanto alteridade, atualizarmos as configurações dos nossos modos de existir, como expressado por Joana ao dizer que se sente “outra pessoa”.

A amizade, pensada como alternativa para a restituição da dimensão política das relações, recusa a ideia de fraternidade, a busca pelo consenso e pela reciprocidade irrestrita. O movimento engendrado pelas trocas de Joana com as companheiras provoca efeitos na maneira como ela se conduz na relação consigo mesma e com os demais. O amigo, como alteridade, nos possibilita confrontar nossos hábitos, interrogar o que nos era familiar e conhecido, fornecendo uma possibilidade para nos fazermos outro. Se o contato com a

diferença pode provocar deslocamentos em nossos modos de ser habituais, tal processo não é isento de conflitos e dificuldades, como revela Joana:

Sobre convivência. Sobre conviver com outras pessoa. E, aí, eu cresci nesse quesito. Aprendi. Mas eu tive muita dificuldade, porque... Sei lá, sobre privacidade também, às vezes, eu queria... Silêncio e... Mas num tava acontecendo o silêncio. Às vezes, eu queria é... Humm... Extravasá e eu num podia extravasá. E, às vezes, eu queria só um lugarzinho pra chorá e num dava. Se cê chora no banheiro, a hora que eu saio tô com o rosto vermelho e, aí, tem gente te perguntando e, às vezes, cê num qué falá e num qué que ninguém pergunta. Qué que todo mundo finja que num viu, sabe? [...] é bem ruim... Eu acho que a privacidade [ênfatisa a palavra], convivê com pessoas que a gente não conhece e... E... Muitas pessoas... Porque em casa era bastante, mas era pessoas que eu tava acostumada, né? [...] aí, cê chega e cê vê pessoas de outros lugares, com outras vivências, com... E é muito doido. Eu acho que eu tive muita dificuldade com isso. Bastante mesmo. Sobre a privacidade. Até... Hoje! Hoje mesmo eu sinto que eu tenho um pouco, mas, às vezes... Às vezes, só o que eu queria era saí de perto de todo mundo e ficá sozinha. Então, quando as meninas saem, e cê consegue ficá sozinho assim no quarto... Ah, às vezes eu gosto tanto! Tanto, amiga! Tipo, eu tô sozinha! Não que elas num me fazem bem. Elas me fazem bem! Mas, às vezes, é tudo que eu... Que eu preciso, sabe? (JOANA).

É sobre convivência, mas também é sobre privacidade. A fala de Joana traduz a disparidade de emoções que a vida compartilhada no alojamento acarreta. Os momentos de solidão, como possibilidade de um afastamento mínimo do outro, são ansiados face a um convívio percebido como excesso: dorme-se junto, come-se junto, trabalha-se junto, festeja-se junto. A forçosa constância da presença do outro torna-se incômoda, não obstante o reconhecimento de que também é satisfatório (“Elas me fazem bem!”). Para Joana, a dificuldade não diz respeito às quantidades, mas à uma dimensão qualitativa: “em casa era bastante, mas eram pessoas que eu tava acostumada”. O costume, o eu como conjunto de hábitos, se vê num processo de diluição forçada diante das constantes pressões do outro como diferença imperativa. Se bem Joana celebra o “crescimento” vindo da experiência no alojamento, não mascara o caráter agonístico de tal processo.

A luta que se trava no encontro com a diferença, fica bem demarcada na fala de Viviane ao abordar a vida no alojamento: “Às vezes, cê tá tipo... Tem dia que cê num qué vê a cara de ninguém, mas cê tem que ver, porque cês moram no mesmo lugar, entendeu? Indiferente. E... É isso que o... Eu acho que o atleta passa é isso. Essa... Luta diária contra... A... Né? O seu... Você mesma, né?”. Uma luta que parece necessária na criação de um convívio possível, embora não seja isento de incômodos: “eu sô muito sistemática. Quando eu gosto de tá no quarto, às vezes, eu prefiro tá sozinha, com meu fone essas coisas. Só que lá cê tem mais... Três pessoas e às vezes você nem quer conversá, mas... Cê acaba, né... Ouvindo alguma coisa ali” (VIVIANE). De saída, a atleta demarca os contornos formadores de seu território existencial “sou sistemática” e diz preferir a solidão. O fone, inclusive, estabelece

uma barreira e parece carregar uma mensagem: não quer se conectar ou interagir com outras pessoas no local. A despeito da carreira, era a primeira vez que experienciava a vida no alojamento. Segundo ela, quando chegou ao clube, procurava fazer atividades fora da casa para: “distrair ô... Fazê as coisas, assim, fora pra num... É... Ficá naquele... Naquele meio ali”. Por fim, declara: “Não vejo a hora de tê meu lugar. Tá louco...”.

As considerações anteriores mostram que o futebol de mulheres está longe de se apresentar como uma totalidade harmônica na qual habitaria a sororidade em sentido pleno. As falas de Joana e Viviane dão pistas a esse respeito: o encontro com a diferença traz um jogo truncado, é um processo difícil. O dissenso paira sobre suas rotinas e, mesmo existindo uma coletividade, como destacado anteriormente, não significa que seja compartilhada por todas as atletas indistintamente ou de maneira constante. A convivência entre elas também é atravessada pela competitividade, parte do esporte de alto rendimento, bem como pela complexidade presente nas relações humanas. Conflitos fazem parte desse jogo e, por vezes, deixam marcas que comprometem o relacionamento entre elas:

Eu até falei pra T. [treinadora à época] que, nesses dias... Já que eu cheguei, as meninas pegava muito no meu pé... Muito, muito... [...] Parecia... Parecia... eu acho ruim de falá essa palavra, mas elas tinha o costume de pegá a mais novinha ou a que acabô de chegá... Ou escolhe uma menina a dedo e ficá... Em cima dessa menina, sabe? Se a menina acertava ela tava lá... E eu tô sendo bem sincera, sabe? Ela ficava lá... Acertava e parecia que tinha errado... E errava parecia que tinha acertado... E... Chegou a minha vez e aconteceu comigo. E foi muito ruim [...] E eu falo que aquilo me atrapalhou muito... Que aquilo deixô... É... Como que fala? Deixô sequelas. (JOANA).

Se há acolhimento e parceria, há também ritos de passagem, iniciação e entrosamento que podem assumir o sentido de violência e causar constrangimentos, levando algumas atletas a duvidarem de si, de sua possibilidade ou capacidade de jogarem futebol, como vinha acontecendo com Joana. As sequelas referidas pela atleta se apresentavam, principalmente, sob uma ausência de sentir, uma espécie de vazio, como nos relatou:

às vezes, eu num sinto. Tipo, igual cê perguntou de “tá em campo”. Eu já pensei em jogo. No último jogo, eu joguei. E, depois do jogo, a T. [treinadora] me elogiou, as meninas me elogiaram. Só que, antes de começá o jogo, era pra eu tá, tipo, pulando de felicidade porque eu ia começá jogando. E eu num tava [...] Num é “foda-se”, mas é... Num tava sentindo uma alegria, tipo, enorme e também num tava sentindo tristeza. Pra mim era... sabe? Uma coisa... S... Vazia. E num é vazia. Era pra, se fosse... Se eu num tivesse sentindo tudo essas coisa que eu tô sentindo, era pra eu tá muito feliz e muito ansiosa. Normalmente, eu, Joana, eu ia tá... Uns três dias antes, eu ia tá: “Meu Deus do céu. Vô jogá! Começá a jogá. O que que eu vô fazê?”. Eu já ia tá assim. E eu num tava. Eu tava, tipo, só mais um jogo. E, pra mim, num era só mais um jogo. (JOANA).

A fala de Joana sinaliza que o campo de jogo ideal não existe. Reciprocidade, prazer e amizade não remetem a relações harmônicas e pacíficas. Os conflitos também comparecem no

coletivo em questão, embora não impossibilitem lampejos de alegria e satisfação. Em meio à trama relacional que se produz, fluindo entre conflitos e prazeres, uma vida até então impossível de ser vivida, de ser suportada, em razão das tantas adversidades com as quais se depara, ganha consistência e contorno. Na discussão sobre amizade, Foucault (1981) aponta a importância de um “tecido afetivo” no enfrentamento das situações mais infernais:

E alguém pode perguntar o que se fez que nessas guerras absurdas, grotescas, nesses massacres infernais, as pessoas, apesar de tudo, tenham se sustentado? Sem dúvida, um tecido afetivo. Não quero dizer que era porque eles estavam se amando uns aos outros que continuavam combatendo. Mas a honra, a coragem, a dignidade, o sacrifício, sair da trincheira com o companheiro, diante do companheiro, isso implicava uma trama afetiva muito intensa [...] se tem aí uma das condições, não a única, que permitiu suportar uma vida infernal em que as pessoas, durante semanas, rolassem no barro, entre os cadáveres, a merda, se arrebentassem de fome; e estivessem bêbadas na manhã do ataque. (FOUCAULT, 1981, p. 5).

Ao longo das trajetórias das atletas, notamos que um tecido afetivo também é costurado com o decorrer do tempo, uma trama relacional que ganha contornos e lhes dá sustentação na busca e produção de uma vida possível no futebol. De outra maneira, poderíamos dizer que, no grande campo chamado vida, as atletas inventam parcerias, criam tabelas improváveis e dão corpo ao que ainda não existe, buscando avançar num jogo coletivo.

PARA ENCERRAR... AQUELA RESENHA

Na gíria futebolística, a “resenha” é o nome dado ao bate-papo que prossegue após uma partida. Os comentários, recordação dos principais lances, exaltação de uma jogada, criação de cenários alternativos, críticas, indicações do que precisa ser modificado para o próximo jogo. A resenha futebolística prova que um jogo nunca termina com o apito final. Assim também acontece com a pesquisa: embora coloquemos um ponto final no texto, questões novas e antigas continuam a nos acompanhar e anunciam outros caminhos possíveis de serem percorridos, outros jogos possíveis de serem disputados. Longe de esgotar o que se pode saber sobre futebol e mulheres no Brasil, a presente pesquisa resulta de uma série de escolhas e condições de situação: um âmbito da prática (o alto rendimento), uma localidade geográfica (clube paulista); um conjunto de voluntárias (nove atletas de distintos lugares do país e com trajetórias diversas); um momento histórico, político e institucional da modalidade; um percurso de leituras. O que enunciamos não poderia, portanto, ser visto de outro modo, senão como saber limitado, parcial e localizado sobre a questão que nomeia esta tese: “Mulheres e futebol no Brasil: um jogo possível?”. Ao longo da pesquisa, constatamos que não apenas um, mas vários são os jogos possíveis criados por mulheres diversas. Vamos aos principais lances da partida.

Na etapa de revisão de bibliografia e de estudo histórico-documental sobre o tema, consultamos trabalhos anteriores e documentos que nos ajudassem a compreender a história da modalidade no país. Como vimos, o futebol de mulheres foi proibido no Brasil, entre 1941 e 1979, só tendo sido regulamentado pela CBF em 1983. Esse fato impactou no desenvolvimento institucional da modalidade e pode ser considerado um dos grandes responsáveis por muitos entraves enfrentados na atualidade. A justificativa oficial para a proibição é que o futebol seria muito agressivo para as mulheres e poderia prejudicar sua capacidade reprodutiva. No período da proibição, as mulheres ocupavam uma posição central no projeto de nação varguista, justificando quaisquer medidas de controle dirigidas a elas.

Um dado importante da nossa pesquisa mostrou que os lugares onde o futebol mais se desenvolvia, na época, eram os subúrbios cariocas, bairros majoritariamente compostos pela classe trabalhadora, pessoas negras e mais pobres da sociedade. À vista disso, argumentamos que a proibição pode ser vista, também, como um ato de preconceito contra esses grupos populacionais em resposta à visibilidade social que conquistavam por meio do futebol, em razão da cobertura midiática das partidas. Tal formulação surge da confrontação entre a veiculação prestigiosa da imagem de tais grupos e a representação de nação que o projeto

varguista buscava criar para o Brasil: um país branco, moderno na economia, mas sem perder o tradicionalismo nos costumes, moldado pelos preceitos do higienismo e da eugenia.

Contudo a proibição não foi suficiente para impedir que as mulheres continuassem jogando, mesmo que em espaços não oficiais e de maneira descontínua. As amantes do esporte inventaram estratégias para seguir praticando futebol, muitas vezes, mesclando o jogo com causas beneficentes/caridade, o que era visto como adequado e correspondente ao lugar e à função da mulher na sociedade. O jogo pela finalidade competitiva e o jogo pela vontade de vencer não eram condutas bem aceitas quando partiam de mulheres, pois entendia-se que elas deveriam ser mais calmas, evitar o esforço e praticar a caridade. A astúcia delas se valeu do estereótipo, usando-o em favor de seus interesses, para continuar jogando futebol.

Com o passar dos anos, vimos uma mudança nas legislações e da própria organização do futebol mundial e nacional para tratar da modalidade feminina. Em vez de proibição, notamos que, cada vez mais, adota-se uma postura de incentivar e promover o esporte entre as mulheres, destacando seus benefícios para a saúde física e mental, além de justificar a tentativa de expansão em virtude do potencial comercial que a modalidade apresenta. Assim, a mudança não decorre da “boa vontade” das instituições, sendo fruto de lutas e reivindicações de atletas, gestoras, treinadoras, árbitras e mulheres em diversas posições dentro do futebol, ações que vão ao encontro dos interesses econômicos em torno da modalidade atualmente.

A promoção comercial colabora para o esporte se desenvolver e favorece avanços na luta pela profissionalização (uma demanda antiga das mulheres no futebol brasileiro), todavia é importante atentar para a maneira como se conduz tal processo, a fim de evitar que o futebol de mulheres, assim como o futebol masculino, se torne um espaço de competitividade exacerbada e de produção de distintas formas de sofrimento e despotencialização da vida. Algumas questões ganham contornos: qual futebol queremos? Para quem ele se destina? Por qual propósito se orienta? Assim, o desafio é mostrar o potencial de rentabilidade do futebol feminino, para atrair investimentos e fortalecer a modalidade, sem deixar que o aspecto econômico se torne o único a direcionar as ações e planejamentos do esporte. Em meio a isso, não se pode esquecer da demanda central que vem das atletas: a conquista do trabalho formal de maneira ampla e irrestrita para a categoria. Apresentando-se como uma diferença, o futebol de mulheres poderá contribuir para repensarmos, inclusive, o futebol masculino, auxiliando na reformulação das definições de sucesso na modalidade.

No que tange às entrevistas, o material obtido deu base à elaboração de quatro capítulos, nos quais abordamos: as experiências e condições para iniciação esportiva; a dimensão do trabalho no futebol feminino; as diferenças entre as trajetórias segundo as

condições de classe, raça, região/estado de nascimento e orientação sexual; os aspectos do cotidiano das atletas e alguns dos fatores que contribuem para sua permanência no esporte.

No capítulo que tratou das experiências e condições para iniciação esportiva, os dados mostraram que as entrevistadas iniciaram a prática futebolística jogando na rua com meninos, em especial, com membros da família, como primos ou irmãos. Desse modo, destacamos que, implicitamente, o acesso e a participação das garotas em atividades do espaço público seguem dependendo do aval e da mediação de figuras masculinas. Muitas vezes, as famílias só liberavam a participação das garotas em escolinhas de futebol, por exemplo, se elas estivessem acompanhadas e frequentassem o mesmo estabelecimento que os primos ou irmãos. As entrevistas também revelaram a necessidade de negociação com as famílias para adentrar na prática do futebol. Embora a divergência inicial não tenha sido considerada pelas participantes como uma barreira ou impeditivo, é notório, nos relatos coletados, que ao menos um membro da família tenha apresentado objeções à prática. Da mesma forma, todas as entrevistadas relataram ter, pelo menos, um membro da família que apoiou incondicionalmente a escolha do futebol como modalidade esportiva. Tal apoio mostrou-se imprescindível tanto no aspecto afetivo quanto jurídico, pois é necessário contar com autorizações dos responsáveis para participar de competições ou jogar em outras cidades.

Quanto aos familiares que se opuseram, uma das razões para isso reside no fato de que o futebol, em grande parte, segue como prática ligada ao masculino e reservada aos homens/meninos no imaginário coletivo. Desse modo, a manifestação do desejo de jogar futebol tende a ser percebida como indicativo de uma transgressão de gênero, provocando reações de objeção por parte da família, que se vê como responsável por preservar a criança e pela sua condução conforme as expectativas para o gênero feminino ou masculino. Tal conduta das famílias se baseia no entendimento de que o “sexo biológico”, especificamente o órgão genital, é que determina o gênero e, por conseguinte, as atividades apropriadas e desaconselhadas para garotos e garotas. Dessa forma, a iniciação das garotas no futebol tende a ser dificultada e impõe a elas um processo de negociação com as famílias para poderem seguir na prática esportiva. Além disso, são reações (da família, de professores e de outros agentes) que podem levá-las a se subjetivarem a partir de sentimentos de inadequação e mesmo de insegurança quanto à sua capacidade de jogar, exigindo um processo de negociação consigo mesmas, a fim de perceberem que não há incongruência ou qualquer tipo de problema em se praticar futebol.

Como as entrevistas trabalharam com gerações distintas, foi possível notar mudanças quanto ao processo de iniciação. Um avanço que precisa ser mencionado é o próprio fato de

ser possível fazer uma parte do estudo com atletas de categoria de base, etapa formativa que, há poucos anos, era praticamente inexistente no país e que, atualmente, já conta com campeonatos nacionais e estaduais. Os relatos também indicaram uma mudança na reação dos garotos com os quais as entrevistadas começaram a jogar. Quanto às veteranas, estas afirmaram ter sido, por diversas vezes, impedidas de entrar em quadra para jogar. Já as mais jovens atestam que não vivenciaram situações semelhantes, no entanto era comum estarem na quadra, mas não receberem a bola para participar do jogo. Isso nos mostra que, embora existam avanços no plano institucional da modalidade, o âmbito cotidiano, as relações e a mentalidade ainda carecem de mudança. Sem intervir no cotidiano, poderemos assistir a um refinamento dos preconceitos no lugar de fomentar a criação de espaços inclusivos, seguros e que valorizam a diversidade.

Ainda no que se refere aos dados das diferentes gerações, é válido mencionar as atitudes das garotas ao se depararem com situações de preconceito por jogarem futebol. Nas atletas veteranas, os relatos indicaram o acolhimento de falas depreciativas proferidas por diversos agentes sociais; já nas mais jovens, encontramos práticas de enfrentamento e questionamento de tais preconceitos. É preciso perceber que esse avanço revela um importante laço que conecta gerações distintas, uma vez que a persistência das atletas veteranas em jogar futebol e conquistar visibilidade para a modalidade contribuiu para dar confiança às garotas mais jovens que desejam jogar. Além disso, a persistência das veteranas possibilitou às mais jovens fundamentarem os argumentos, rebatendo as críticas e os preconceitos com os quais se deparam.

No capítulo que abordou a dimensão do trabalho, os dados mostraram que, na trajetória das atletas veteranas, foi comum vivenciarem situações de precariedade e informalidade. Tais aspectos se manifestaram sob a forma de insegurança jurídica em razão de contratos temporários de curta duração ou ausência de contratos, instabilidade nos pagamentos, falta de assistência médico-previdenciária em casos de lesões e afastamentos. Os elementos destacados parecem cooperar para o engendramento do sofrimento psíquico em formas e graus variados entre as atletas. Além disso, na equipe principal, foi enfatizado o incômodo com a falta de reconhecimento social de sua atividade como trabalho. Segundo elas, mesmo cumprindo com uma série de requisitos necessários à alta *performance* em campo (treinamentos técnicos, táticos e físicos, adoção de dietas específicas, restrição do lazer), muitas pessoas se referem ao seu trabalho com desdém ao dizer que elas apenas correm atrás de uma bola. A discussão sobre o trabalho também demonstrou que a reivindicação pela

profissionalização pode ser entendida como pauta comum entre as atletas, tanto da equipe principal quanto da categoria de base.

Conforme evidenciado a partir das entrevistas, o trabalho de atleta borra as fronteiras entre o universo profissional e a vida privada, por exemplo, ao limitar as formas e a frequência do lazer e impor restrições à dieta. Ainda, no futebol praticado por mulheres, o estereótipo de lesbianidade dirigido às atletas faz com que as cobranças sobre a vida privada atuem como forma de controle de suas sexualidades e performatividades de gênero, posto que, literatura, tal estereótipo tende a ser considerado um dos principais responsáveis pelas dificuldades de marketing da modalidade. Nesse aspecto é importante pensarmos sobre os efeitos das ações institucionais que miram o controle de gênero e sexualidade das atletas ao invés de atacar a lesbofobia que sustenta preconceitos e estigmas acerca da modalidade. De modo mais imediato, além de desconsiderar a existência de mulheres lésbicas e bissexuais que circulam pelos gramados de futebol pode favorecer a constituição de espaços não seguros, bem como de relações abusivas e violentas nos coletivos. Em sentido ampliado, limita a projeção de performatividades de gênero e estéticas disruptivas através do futebol.

As entrevistas permitiram destacar as diferenças que compõem suas trajetórias, demonstrando que, embora as relações de gênero sejam relevantes para analisarmos a situação do futebol feminino e das atletas, existem outros aspectos importantes para compreendermos tal contexto. As relações raciais, as sexualidades, a idade/geração e a região de nascimento também compõem na formação das trajetórias e das experiências das entrevistadas. Assim, pensar soluções para as dificuldades da modalidade solicita que se considerem esses marcadores.

Especificamente com relação à região, vimos que o Sudeste brasileiro concentra a maioria das oportunidades e as melhores condições de prática do futebol para meninas e mulheres, impondo a necessidade migratória para atletas de outras localidades que almejam seguir carreira no futebol. Acerca disso, seria interessante a realização de um amplo levantamento sobre números de praticantes, bem como de clubes, escolinhas e categorias de base em cada região do país, de modo a identificar os locais chave para o fomento da modalidade, descentralizando e democratizando o acesso ao esporte para atletas que visam à profissionalização. Tal fomento poderia contribuir, ainda, para a ampliação das possibilidades de intercâmbio e circulação de atletas e demais profissionais, oportunizando o contato com o futebol das diferentes regiões do país.

No que tange às relações raciais e às sexualidades, nossa pesquisa sugeriu a existência de um vínculo entre tais aspectos e a saúde mental das atletas. Conforme destacamos, a

autocobrança no esporte, expressa em pensamentos constantes sobre jogos anteriores ou futuros, preocupação com o desempenho, supervalorização dos erros, dificuldades para dormir, pode estar associada às construções sociais racistas que estabelecem expectativas negativas sobre o desempenho de atletas negras/os e enfatizam eventuais falhas/erros ocorridas em competições. Situação que, combinada com outras condições de precariedade do futebol de mulheres, parece interferir na autocobrança entre atletas negras.

Tais discussões colocam questões importantes para a Psicologia Social do Esporte (RUBIO, 2007). As considerações tecidas ao longo da tese ajudam a pensar sobre a saúde mental e o sofrimento psíquico entre atletas, no esporte de alto rendimento e nas categorias de base, atentando para sua relação com as dimensões socioinstitucionais do desporto e psicossociais de atletas. Assim, além dos elementos específicos, das condições e relações mais diretas e imediatas da prática, é importante que se tenha em vista os aspectos sociais, institucionais e políticos que constituem a modalidade e participam da produção da experiência psicossocial que engendra a/o atleta.

Do mesmo modo, os dados chamaram nossa atenção para uma possível relação entre situações de despotencialização da vida, relatadas pelas atletas, e as relações de trabalho que desrespeitam a diversidade sexual. Embora a situação trazida pela pesquisa possa ser entendida como uma prática de assédio moral, o componente da sexualidade precisa ser considerado. Isso acontece porque, no entendimento da atleta que abordou o assunto, foi uma situação de disputa sexual com um ex-treinador (clube progressivo) que teria motivado as práticas de assédio (não a relacionar para os jogos mesmo apresentando ótimo desempenho nos treinos, “pegar no seu pé” de maneira desproporcional quando comparado às demais atletas, aproveitar competições/excursões no exterior para mantê-la afastada da namorada).

Os dados apresentados mostram a importância de que os clubes, as Federações e a Confederação atuem para implementar políticas de valorização da diversidade sexual e étnico-racial como estratégia para melhorar os indicadores de saúde mental no futebol de mulheres. Definir e executar uma agenda de trabalho contínuo sobre tais temas poderá colaborar para a melhoria das relações profissionais no cotidiano, assim como na desconstrução de perspectivas individualizantes e (auto)culpabilizantes do sujeito por situações de sofrimento psíquico.

É válido destacar que não realizamos diagnósticos a partir das entrevistas, tampouco foi esse o objetivo ao qual nos propomos aqui. O que fizemos foi dar enfoque à maneira como, na narrativa das atletas, as dificuldades, as violências e os obstáculos se mesclavam aos relatos de despotencialização de suas existências. Desse modo, apontamos a relevância de que

se considerem os diversos aspectos psicossociais em meio aos quais as/os atletas se constituem. Cumpre ressaltar que um estudo epidemiológico para investigar a correlação entre fatores psicossociais e as situações de sofrimento psíquico no esporte carece de ser realizado.

No último capítulo, discutimos os vínculos e experiências que favorecem a permanência e persistência das atletas na construção da carreira esportiva, mesmo com as dificuldades que se opõem a tal objetivo. A partir dos dados, encontramos três aspectos a serem destacados: a importância da relação entre categoria de base e equipe principal na construção do reconhecimento social; as possibilidades de experimentação dos prazeres; a amizade.

Sobre a relação entre base e equipe principal, enfatizamos a dinâmica do ver e ser vista na construção dos sentidos do esporte como trabalho e formação. As categorias de base possibilitam a produção do reconhecimento social do trabalho das atletas da equipe principal, valorizando suas trajetórias e conquistas. Muitas atletas desta equipe destacaram a importância de existirem jovens que se inspiram nelas, considerando que isso permite a sua permanência na carreira, buscando desenvolver o esporte e melhorar as condições para as futuras gerações. Dentre as atletas da base, foi indicado que ter profissionais próximas nas quais elas podem se inspirar contribui para perceberem a possibilidade concreta de carreira como jogadora de futebol. Assim, base e equipe principal funcionam como dois polos que se retroalimentam, produzindo uma significação recíproca que incentiva a sua permanência.

Com relação às possibilidades de experimentação do prazer, os dados mostraram duas tendências. Uma delas consiste nos relacionamentos homoafetivos, posto que os espaços do futebol de mulheres podem ser considerados como mais receptivos a tais práticas, embora existam cobranças e tendências de controle sobre a sexualidade e performatividade de gênero das atletas. Uma das razões para tal receptividade pode ser encontrada na falta de visibilidade da modalidade, deixando-a menos exposta a pressões midiáticas. Sendo percebido como um espaço seguro, não obstante os conflitos que, eventualmente, podem surgir, o futebol de mulheres permite expressões e práticas sexuais não normativas. Os vínculos afetivo-sexuais formados entre as atletas lésbicas e/ou bissexuais (e as relações sociais que decorrem deles sob a forma de namoros, por exemplo) também parecem ter papel significativo para a permanência de algumas delas na carreira. É necessário enfatizar que tal vínculo não pode ser apontado como o único, tampouco como o principal motivo de permanência, pois, mesmo com o fim dos relacionamentos, tais atletas seguem jogando. Desse modo, as possibilidades de experimentação do prazer pelo sexo não as únicas a considerarmos.

Outra tendência revelada pelos dados permitiu-nos dar destaque a uma forma de prazer vivenciada no/pelo jogar. Um prazer que é sentido de corpo inteiro, tendo plena expressão no corpo em movimento no jogo. Ao falarem do futebol, entre pausas, buscando palavras, ensaiando modos de dizer, as atletas acabam por apresentá-lo como uma paixão, algo que as move e que constitui sua maior alegria.

Nessa dimensão, o prazer também é atravessado pelos rituais que antecedem o jogar (vestir a camisa, sentir o clima da partida, pensar na história que cerceia o confronto), a faceta simbólica do prazer. O prazer sentido no jogar nos remeteu à experiência de fruição característica do tempo-espaço do jogo, em que a conexão com os elementos que o integram provoca o surgimento de uma realidade momentânea, extraordinária e envolvente. O jogar cria uma situação na qual as atletas saem de si mesmas e experimentam outras possibilidades de realização de si no jogo, de modo que os limites da individuação, demarcadores de um eu, tornam-se turvos ou mesmo perdem seu sentido. Em tais conexões, emergem os gestos esportivos como quase automatismos, expressão de um saber-fazer tornado tácito pelos anos de treinamento e pela sensibilidade do corpo esportivo, produzido em suas trajetórias.

Por fim, no que diz respeito às relações de amizade, os dados mostraram que os vínculos formados entre as atletas tendem a ser interpretados pela noção de relações familiares. As amigadas cumprem um papel importante de acolhimento em situações novas e desconhecidas, ajudando a amenizar as incertezas e inseguranças relacionadas ao momento de chegada a um novo grupo. Da mesma forma, o suporte vindo das amigas de clube se apresenta em práticas de cuidado durante lesões e no enfrentamento de dificuldades pessoais.

Ao mesmo tempo que são interpretadas como relações familiares (amigas como irmãs), são confrontadas com as diferenças de hábitos de cada uma, com a proximidade constante e com uma intimidade forçada, entre as que vivem no alojamento. Os choques de convívio impõem a necessidade de negociação entre elas e possibilita a diversificação dos seus modos de ser, pensar, sentir e agir ao se encontrarem com tais diferenças.

O clima amistoso, porém, não evita que ocorram situações de violência, sobretudo psicológica, no coletivo de atletas. Os dados das entrevistas também sinalizaram a ocorrência de rituais de iniciação no grupo, para atletas recém-chegadas, ou de passagem, para atletas vindas das categorias de base. Em alguns casos, tais rituais buscam estabelecer hierarquias em que a submissão das novatas é produzida por meio de zoações durante os treinos, orientações/avaliações distorcidas, induzindo ao erro e ignorando/desconsiderando o que a atleta fez de correto.

Seria importante atentar para tais interações e dinâmicas entre as atletas, no intuito de evitar a naturalização de um padrão violento de relações (vista em alegações como: “a cultura esportiva é assim mesmo”) que pode ser prejudicial aos indivíduos e à coletividade. No caso dos clubes, intervenções conduzidas por profissionais da Psicologia poderiam trabalhar tal questão. Às Federações e à Confederação, caberia o fornecimento de capacitações e formações que sensibilizem gestores locais para o tema, disponibilizando ferramentas/estratégias para agirem nos respectivos clubes, como parte de uma política em prol da saúde mental no futebol de base e alto rendimento.

Assim, o reconhecimento social, as possibilidades de experimentação do prazer e as relações de amizade são linhas que conectam as mulheres entrevistadas ao futebol, movendo-as em direção a essa prática e à construção de uma carreira. Tais linhas, podemos dizer, participam da produção desejante que as sustenta na construção de uma carreira e de uma vida no futebol. Desejo ativo que se (re)afirma e se materializa no campo que constroem para si como jogadoras.

As conversas com as atletas mostraram que seu percurso, na construção da carreira, é atravessado pelos efeitos das hierarquias que as categorizam em gêneros, raças, idades, classes, sexualidades e regiões. Condições precárias para o desenvolvimento da prática, embates familiares e na escola, instabilidade contratual, disparidades de salários em relação aos homens e irregularidades nos pagamentos, falta de assistência e suporte institucional em caso de lesões. Essas são algumas das matérias que ganharam relevo em nossas conversas e no acervo documental consultado. A ênfase e o sentido atribuído a cada um dos temas eram variáveis, formando constelações específicas de acordo com os lugares ocupados por cada atleta no emaranhado social: jovens e adultas, brancas e negras, lésbicas e héteros, pobres e de classe média, imigrantes. Lugares que se entremeiam na produção de experiências:

raça, gênero e classe, não são âmbitos diferentes de experiência que existem isoladamente uns dos outros, nem podem ser simplesmente montados em conjunto como se fosse um lego. Essas categorias existem em e por meio das relações entre elas. Por esse motivo são categorias articuladas. As categorias de diferenciação não são idênticas entre si (sic), mas existem em relações, íntimas, recíprocas e contraditórias. Nas encruzilhadas dessas contradições é possível encontrar estratégias para a mudança. (PISCITELLI, 2008, p. 268).

Se o clamor pelo reconhecimento de suas práticas como trabalho e pela regulamentação legal de seus vínculos de emprego era uníssono, os anseios e demandas expressos por elas se faziam ressoar em timbres, ritmos e frequências diferentes. Jogo comum, intensidades díspares. Como elucidado pela citação anterior e apreendido a partir das entrevistas, a intersecção entre as diferenças, mais que servir à análise combinatória das

formas de opressão, auxilia no encontro de estratégias, possibilidades de mudança, questionamentos das formações instituídas no presente. Nesse sentido, além das dificuldades, preconceitos e sofrimentos relatados, campo macropolítico formado pelos sentidos mais estabilizados ao se falar sobre as mulheres no futebol, localizamos, também, movimentações micropolíticas produzidas no cotidiano que favorecem sua permanência numa instituição que lhes é hostil, bem como sinalizam potências embrionárias de um jeito outro de se fazer, jogar e viver o futebol. Nesse caso, o ludopédio como produção cultural ganha contornos, primando pela dimensão lúdica e prazerosa do jogar, pelo caráter de sociabilidade coletiva e de amizade na vida esportiva e pelas possibilidades de reinvenção de si, criando modos outros de subjetivação. São, por assim dizer, reveladoras das diversas maneiras de se fazer jogos, no futebol e na vida.

REFERÊNCIAS

- AMBRÓSIO, T. Primeira Liga: o fim do torneio que nasceu para dar certo só na imaginação. *Goal (Brasil)*, 25 jun. 2019. Disponível em: <https://www.goal.com/br/not%C3%ADcias/primeira-liga-o-fim-do-torneio-que-nasceu-para-dar-certo-so/5k8wc3hpbz0cj1ryxxu1dz4hxw>. Acesso em: 31 mar. 2022.
- A MULHER e o esporte: a propósito do futebol feminino. *Folha da Manhã*, São Paulo, 26 maio 1929. Esportes, Caderno único, p. 17. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=26451&keyword=futebol%2Cfeminino&anchor=4527196&origem=busca&pd=92fb9cb787332cbbdef701da0b335805>. Acesso em: 20 nov. 2017.
- A MULHER não pode jogar o *football* nem o Box!. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, n. 3701, 3 set. 1941. p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_01&pasta=ano%20194&pesq=General%20Newton%20Cavalcanti&pagfis=17201. Acesso em: 27 nov. 2018.
- ABOIM, S. Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 95-117, maio 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000100006>. Acesso em: 3 set. 2020.
- AGAMBEN, G. *Gosto*. Tradução, posfácio e notas: Cláudio Oliveira. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- AGIU a polícia. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, n. 1728, 11 jan. 1941. p. 15. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=107670_04&pesq=Presa%20uma%20das%20mentoras%20do%20football%20feminino&pasta=ano%20194&pagfis=4609. Acesso em: 23 jul. 2018.
- AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.
- ALMEIDA R.; TONIOL, R. (orgs.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos – Análises conjunturais*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2018.
- ALMEIDA, C. S. "*Boas de bola*": um estudo sobre ser jogadora de futebol no Esporte Clube Radar durante a década de 1980. 2013. 151 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2013.
- ALMEIDA, C. S. Belas e feras, nós e as masculinizadas: corporalidades e significações. In: KESSLER, C. S. (org.). *Mulheres na área*: gênero, diversidade e inserções no futebol. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2016. p. 107-134.
- ALMEIDA, C. S. *Do sonho ao possível*: projeto de campo de possibilidade nas carreiras profissionais de futebolistas brasileiras. 2018. 254 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2018.

ALMEIDA, C. S. O Estatuto da FIFA de igualdade de gênero no futebol: histórias e contextos do Futebol Feminino no Brasil. *FuLiA*, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 72-87, jan./abr. 2019. Edição especial – Dossiê Futebol e Mulheres. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/fulia/article/view/14964>. Acesso em: 25 nov. 2019.

ALMEIDA, C. S.; JAHNECKA, L. As noções de carreira e de profissionalização no futebol “menor”: entre as fronteiras do termo e a perspectiva da circulação. *Novos olhares sociais*, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 178-198, 2020. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/ojs/index.php/novosolharessociais/article/view/505/242>. Acesso em: 12 abr. 2021.

ALMEIDA, C. S.; PISANI, M. S. Carreiras e profissionalismo após a regulamentação do Futebol Feminino no Brasil. *Labrys, études féministes/estudos feministas*, [S. l.], v. 28, p. 1-20, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys28/sport/caroline.htm>. Acesso em: 25 mar. 2022.

ALTMANN, H. *Educação física escolar: relações de gênero em jogo*. São Paulo: Cortez, 2015.

ALVAREZ, J.; PASSOS, E. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. *Pistas do método da cartografia: pesquisa intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 131-149.

ANJOS, L. A.; SILVA JÚNIOR, J. A. Recusando armários: histórias de homens homossexuais no futebol brasileiro. *Mosaico*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 14, p. 214-231, 2018. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/74071>. Acesso em: 25 fev. 2022.

ANTUNES, F. M. R. F. O futebol nas fábricas. *Revista USP*, São Paulo, n. 22, p. 102-109, jun./ago. 1994. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/26963>. Acesso em: 12 mar. 2022.

ANZALDÚA, G. Hablar en lenguas – Una carta a escritoras tercermundistas. In: MORAGA, C.; CASTILLO, A. *Esta puente mi espalda – Voces de mujeres tercermundistas en los Estados Unidos*. São Francisco: Ism Press, 1988.

ANZALDÚA, G. Queer(izar) a escritora – Loca, escritora y chicana. Tradução: Tatiana Nascimento. In: KEATING, A. L. (ed.). *The Gloria Anzaldúa Reader*. Durham: Duke University Press, 2009. Disponível em: https://brota.noblogs.org/files/2016/01/Queerizar-aescritora_Gloria-Anzaldua.pdf. Acesso em: 9 out. 2020.

ATACANTE Morro García, ex-Athletico, é encontrado morto na Argentina. *Portal UOL*, São Paulo, 6 fev. 2021. Futebol. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2021/02/06/atacante-morro-garcia-ex-athletico-e-encontrado-morto-na-argentina.htm>. Acesso em: 23 jul. 2021.

ATHLETICO encerra parceria com o Foz Cataratas e anuncia o próprio time no futebol feminino. *Porta Eletrônico Globo Esporte*, Curitiba, 16 dez. 2019. Disponível em:

<https://ge.globo.com/pr/futebol/times/athletico-pr/noticia/athletico-encerra-parceria-com-o-foz-cataratas-e-anuncia-o-proprio-time-no-futebol-feminino.ghtml>. Acesso em: 28 fev. 2022.

BAGNO, M. *Português ou brasileiro?* Um convite à pesquisa. São Paulo: Parábola, 2001.

BARLEM, C. CBF quer todas as atletas da A1 com carteira assinada em 2021 e pensa em torneios regionais para 2022. *Blog Dona do Campinho*, Rio de Janeiro, 10 dez. 2020. Portal GloboEsporte. Disponível em: <https://ge.globo.com/blogs/dona-do-campinho/post/2020/12/10/cbf-quer-todas-as-atletas-da-a1-com-carteira-assinada-em-2021-e-pensa-em-torneios-regionais-para-2022.ghtml>. Acesso em: 23 jul. 2021.

BARROS, L. P.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. *Pistas do método da cartografia: pesquisa intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 52-75.

BATISTA, D.; VITOR, R. Mulheres assumem o comando do futebol feminino no Brasil. *Estadão*, São Paulo, 1 out. 2020. Caderno de Esportes. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/infograficos/esportes,mulheres-assumem-o-comando-do-futebol-feminino-no-brasil,1124127>. Acesso em: 23 jul. 2021.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Tradução: Sérgio Millit. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BONFIM, A. F. *Football Feminino entre festas esportivas, circos e campos suburbanos: uma história social do futebol praticado por mulheres da introdução à proibição (1915-1941)*. 2019. 213 f. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2019.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Tradução: Maria Helena Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. *CPI da mulher*. Requerimento nº 15/76 – CN. Brasília, 1978. v. 1 e 2. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/84968?show=full>. Acesso em: 12 mar. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Desportos. Deliberação nº 1/83, de 11 de abril de 1983. Dispõe sobre normas básicas para a prática de futebol feminino. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, DF, 1983. Seção I, p. 5794.

BRASIL. Conselho Nacional de Desportos. Deliberação nº 10/79, de dezembro de 1979. Baixa instruções às entidades Desportivas do país, para a prática de desportos pelas mulheres. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, DF, 1979. Seção I, p. 20220.

BRASIL. Conselho Nacional de Desportos. Deliberação nº 2/83, de 11 de abril de 1983. Altera os artigos 1º e 2º da Deliberação nº 05/82, que dispõe sobre o uso de propaganda e publicidade nos uniformes e equipamentos dos atletas profissionais de futebol. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, DF, 1983. Seção I, p. 5794.

BRASIL. Conselho Nacional de Desportos. Deliberação nº 7-65, de 02 de agosto de 1965. Baixa instruções às entidades esportivas do país sobre a prática de desportos pelas mulheres. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1965.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 14 abr. 1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del3199.htm. Acesso em: 12 mar. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.155, de 04 de agosto de 2015. Estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol, cria o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro e dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das referidas entidades. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 4 ago. 2015a.

BRASIL. Medida provisória nº 671, de 19 de março de 2015. Inclui o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 19 mar. 2015b.

BRASIL. Ministério do Esporte. Diagnóstico Nacional do Esporte. A prática de esporte no Brasil. *Portal eletrônico*, 2015c. Disponível em: <http://arquivo.esporte.gov.br/diesporte/2.html>. Acesso em: 28 mar. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.672, de 06 de julho de 1993. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, DF, 7 set. 1993.

BRASIL. Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências. *Diário oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, DF, 25 mar. 1998.

BRASIL. Presidência da República. Ministério do Esporte. *Política Nacional do Esporte*. Resolução nº 05 do Conselho Nacional do Esporte, 14 jun. 2005. Disponível em: <http://arquivo.esporte.gov.br/arquivos/politicaNacional/politicaNacionalCompleto.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf. Acesso em: 12 jun. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/brasil_2013_pnpm.pdf. Acesso em: 20 jun. 2019.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Getúlio Vargas: o estadista, a nação e a democracia. In: BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, C. D. (orgs.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2012. p. 93-120.

BRÊTAS, J. R. da S. *et al.* Significado da menarca segundo adolescentes. *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo, v. 25, n. 2, 2012, p. 249-255. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002012000200015>. Acesso em: 23 jul. 2021.

BRITO, L. T. Da masculinidade hegemônica à masculinidade queer/cuir/kuir: disputas no esporte. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 29, n. 2, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n279307>. Acesso em: 14 mar. 2022.

BRUM, M. F.; NASCIMENTO, D. R.; PEREIRA, E. G. B. Trajetória profissional das atletas da seleção brasileira de futebol feminino. *Arquivos em Movimento*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 95-110, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/am/article/view/20842/pdf>. Acesso em: 28 mar. 2022.

BUENO, L. *Políticas públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento*. 2008. 200 f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo). Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2493/72040100444.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2018.

BUTLER, J. Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: HOLANDA, H. B. de. (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019a. p. 213-230.

BUTLER, J. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. Tradução: Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: n-1 edições, 2019b.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. L. (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-167.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. Regulações de gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 42, p. 249-274, jan./jun. 2014. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n42/0104-8333-cpa-42-00249.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

CALDAS, W. *Temas da cultura de massa: música, futebol, consumo*. São Paulo: Arte & Ciência – Villipress, 2001.

CALENDÁRIO das competições femininas de 2021 é definido pela CBF; confira detalhes. *Portal Globo esporte*, Fortaleza, CE, 5 jan. 2021. Disponível em: <https://ge.globo.com/ce/futebol/noticia/calendario-das-competicoes-femininas-de-2021-e-definido-pela-cbf-confira-detalhes.ghtml>. Acesso em: 28 fev. 2022.

CAMARGO, E. S. *Pessoas trans no esporte: os jogos da cisnormatividade*. 2020. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Porto Alegre, 2020.

CAMARGO, W. X. Justin Fashanu: jogador profissional de futebol, negro e gay! *Portal Ludopédio*, São Paulo, v. 98, n. 6, 2017. Disponível em: <https://ludopedio.com.br/arquibancada/justin-fashanu-jogador-profissional-de-futebol-negro-e-gay/>. Acesso em: 21 jul. 2021.

CAMARGO, W. X. Protestos olímpicos: mulheres atletas contra roupas que sexualizam corpos. *Ludopédio*, São Paulo, v. 146, n. 1, 2021. Disponível em: <https://ludopedio.org.br/arquibancada/protestos-olimpicos-mulheres-atletas-contra-roupas-que-sexualizam-corpos/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

CAMARGO, W. X.; KESSLER, C. S. Além do masculino/feminino: gênero, sexualidade, tecnologia e performance no esporte sob perspectiva crítica. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, v. 23, n. 47, p. 191-225, abr. 2017. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832017000100191&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 2 maio 2020.

CAMARGO, W. X.; ALTMANN, H. Deslocamentos políticos e de gênero no esporte. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 29, n. 2, p. 1-11, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/80215>. Acesso em: 26 mar. 2022.

CAMPOS, J. Com Corinthians na liderança, Ranking Nacional de Clubes do Futebol Feminino revela os reflexos do investimento na modalidade. *Bolavip*, [S. l.], 20 jan. 2022. Disponível em: <https://br.bolavip.com/corinthians/Corinthians-lidera-ranking-da-CBF-do-futebol-feminino-20220120-0070.html>. Acesso em: 10 mar. 2022.

CANDIOTTO, C. Sujeito, agonística e seus desdobramentos políticos no pensamento de Michel Foucault. In: NALLI, M.; MANSANO, S. R. V. (orgs.). *Michel Foucault: desdobramentos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 29-39.

CARDOSO, M. As garotas de ouro. *Placar Magazine*, [S. l.], n. 481, jul. 1979. p. 22D-22F.

CARVALHAES, F. F.; MANSANO, S. R. V. Mulheres e lutas políticas: conquistas e limites vividos na segunda metade do século XX. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 141-164, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2016v13n2p141>. Acesso em: 26 mar. 2022.

CARVALHO, I. F. L. de. *O Futebol Feminino: da dificuldade à operacionalização do processo de treino*. 2018. 202 f. Dissertação (Mestrado em Treino de Alto Rendimento) – Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2018.

CASTRO, L. Marco Aurélio Cunha, as jogadas é que precisam ser bonitas, não as jogadoras. *Trivela*, [S. l.], 16 jun. 2015. Disponível em: <https://trivela.com.br/brasil/marco-aurelio-cunha-as-jogadas-e-que-precisam-ser-bonitas-nao-as-jogadoras/>. Acesso em: 10 mar. 2022.

CHAGAS, D. Riscos psicossociais no trabalho: causas e consequências. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 439-446, 2015.

CHAVES, L. Aline Pellegrino quer mapear realidade do futebol feminino. *Agência Brasil*, São Paulo, 8 set. 2020. Esportes. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/esportes/noticia/2020-09/aline-pellegrino-quer-mapear-realidade-do-futebol-feminino>. Acesso em: 25 fev. 2022.

CLOT, Y. *A função psicológica do trabalho*. Petrópolis: Vozes, 2006.

CLOT, Y. *Trabalho e poder de agir*. Tradução: Guilherme João de Freitas e Marlene Machado Zica Vianna. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

COLLINS, P. H. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. *Interseccionalidade*. Tradução: Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. *Manual do licenciamento: conceitos, prazos e critérios técnicos – temporada 2018*. Disponível em: https://conteudo.cbf.com.br/cdn/201709/20170915200443_0.pdf. Acesso em: 4 set. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS). Ministério da Saúde. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. *Resolução nº 466*, de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 15 maio 2019.

CORBIN, A. O encontro dos corpos. In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G. (orgs.). *História do corpo: da Revolução à Grande Guerra*. Tradução: João Batista Kreuch, Jaime Clasen; revisão da tradução: Ephraim Ferreira Alves. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 181-266.

CRENSHAW, K. W. Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas. *Portal Geledés*, [S. l.], 1993. Tradução: Carol Correia. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contra-mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/>. Acesso em: 25 fev. 2022.

DAMATTA, R. Antropologia do óbvio: notas em torno do significado social do futebol brasileiro. *Revista USP*, São Paulo, n. 22, p. 10-17, jun./ago. 1994.

DAMATTA, R. Esporte na sociedade: um ensaio sobre o futebol brasileiro. In: DAMATTA, R. et al. *Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Pinakothek, 1982.

D'ANGELO, V. M. Género, diferencia y desigualdad. In: BELTRÁN, E.; MAQUIEIRA, V. (eds.) *Feminismos debates teóricos contemporáneos*. Madrid: Alianza editorial, 2001. p. 127-190.

DAMO, A. S. *Do dom à profissão: uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França*. 2005. 435 f. Tese (Doutorado em [Antropologia Social]) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2005.

DAMO, A. S. Futebóis – da horizontalidade epistemológica à diversidade política. *FuLiA/UFMG*, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 37-66, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.17851/2526-4494.3.3.37-66>. Acesso em: 15 fev. 2021.

DAMO, A. S. Futebol e estética. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 82-91, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/DPjQ7fbKwKZsPrRSgmwgsZz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2022.

DAMO, A. S. Monopólio estético e diversidade configuracional no futebol brasileiro. *Movimento: Revista de Educação Física da UFRGS*, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 129-156, maio-ago. 2003.

DARN, T. *Reflexões sobre o território do futebol e a copa do mundo FIFA 2014 no Brasil*. 2011. 215 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2011. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/104371/darn_t_dr_rcla.pdf?sequence=1. Acesso em: 25 fev. 2022.

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. [S. l.]: EbooksBrasil.com, 2003. *E-book*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/debord/1967/11/sociedade.pdf>. Acesso em: 05 out. 2020.

DEFENDEM-SE as praticantes do *football* feminino. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 10 maio 1940. p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_01&pasta=ano%20194&pesq=adyagram&pagfis=14401. Acesso em: 15 abr. 2018.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*. Tradução: Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 2011. v. 1.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*. Tradução: Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 2012. v. 3.

DIESPORTE: diagnóstico nacional do esporte. [S. l.]: Ministério do Esporte, Caderno 1, 2015. Disponível em: http://arquivo.esporte.gov.br/diesporte/diesporte_grafica.pdf. Acesso em: 23 jul. 2021.

DIESPORTE: diagnóstico nacional do esporte. [S. l.]: Ministério do Esporte, Caderno 2. 2016. Disponível em: <http://cev.org.br/arquivo/biblioteca/4033637.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2021.

DORNELLES, P. *Distintos destinos? A separação entre meninos e meninas na Educação Física escolar na perspectiva de gênero*. 2007. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

EHRENBERG, A. *O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa*. Organização e tradução: Pedro F. Bendassoli. Aparecida, São Paulo: Ideias & Letras, 2010.

EM 2012, Rafaela Silva foi vítima de racismo após desclassificação. *O Globo*, [S. l.], 8 ago. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/esportes/em-2012-rafaela-silva-foi-vitima-de-racismo-apos-desclassificacao-19877192>. Acesso em: 12 mar. 2022.

ENGH, M. H. *Football, femininity and muscle: an exploration of heteronormative and athletic discourses in the lives of elite-level women footballers in South Africa*. 2010. 181 f. Dissertation (Master degree of Social Science in Gender Studies) – University of Cape Town, Faculty of the Humanities, Cape Town, 2010.

EX-JOVEM da base do Manchester City é encontrado morto aos 17 anos. *Porta ESPN* [S. l.], 26 out. 2020. Disponível em: https://www.espn.com.br/futebol/artigo/_id/7644946/ex-jovem-da-base-do-manchester-city-e-encontrado-morto-aos-17-anos. Acesso em: 23 jul. 2021.

FARIA, E. L. Jogo de corpo, corpo do jogo: futebol e masculinidade. *Cadernos de campo*, São Paulo, v. 18, n. 18, p. 65-86, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/45438>. Acesso em: 26 mar. 2022.

FAUSTO-STERLING, A. Dualismos em duelo. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 17-18, p. 9-79, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332002000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 8 abr. 2020.

FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION. *Estrategia de Fútbol Femenino*. FIFA: Zürich, 2018. *E-book*. Disponível em: <https://digitalhub.fifa.com/m/4d5b84ac932db91e/original/jor8jikrnmjulndmyoip-pdf.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2022.

FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION. *Women's football: minimum labour conditions for players*. FIFA: Zürich, 2020a. *E-book*. Disponível em: <https://digitalhub.fifa.com/m/033101649cc3c480/original/f9cc8eex7qligvxfzbnf-pdf.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2022.

FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION. *FIFA Women's development programme*. FIFA: Zürich, 2020b. *E-book*. Disponível em: <https://digitalhub.fifa.com/m/7dd1c3a5b4de5efb/original/irueiuwuc4auv3aey4lg-pdf.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2022.

FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION. *Regulations: FIFA gender verification*. FIFA: Zürich, 2011. *E-book*. Disponível em: <https://digitalhub.fifa.com/m/3950e57162ea513d/original/ihf3yx6kw3insqt6r0i6-pdf.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2022.

FERREIRA, J. Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e populismo. In: BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, C. D. (orgs.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2012. p. 295-322.

FLORENZANO, J. P. A cerimônia do adeus: “a nação traída” (I parte). *Ludopédio*, São Paulo, 5 set. 2019. Disponível em: <https://ludopedio.org.br/arquivancada/a-cerimonia-do-adeus-a-nacao-traida-parte-1/>. Acesso em: 10 mar. 2022.

FONTANA, A.; FREY, J. H. The interview: from structured questions to negotiated text. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *The handbook of qualitative research*. 2. ed. Thousand Oaks: Sage Publications Inc, 2000. p. 645-671.

FÓRA de campo... a polícia apitou e a “paredra” dos nove *clubs* de *football* feminino foi parar no xadrez. *A Noite*, Rio de Janeiro, 10 jan. 1941. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_04&pasta=ano%20194&pesq=carlota%20silva&pagfis=6629. Acesso em: 21 maio 2018.

FOUCAULT, M. De l'amitié comme mode de vie. [Entrevista cedida a] R. de Ceccaty, J. Danet e J. le Bitoux. Tradução: Wanderson Flor do Nascimento. *Gai Pied*, n. 25, p. 38-39, abr. 1981. Disponível em: <http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/amizade.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017a.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017b.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica: Roberto Machado. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017c.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica: Roberto Machado. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017d.

FRANCO, M. Futebol de base feminino abre novas portas e promete revelar talentos para o esporte. *Trivela*, [S. l.], 26 maio 2020. Disponível em: <https://trivela.com.br/brasil/futebol-de-base-feminino-abre-novas-portas-e-promete-revelar-talentos-para-o-esporte/>. Acesso em: 23 jul. 2021.

FRANZINI, F. *As raízes do país do futebol: estudo sobre a relação entre futebol e a nacionalidade brasileira (1919-1950)*. 2000. 144 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2000.

FRANZINI, F. Futebol é "coisa para macho"? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 25, n. 50, p. 315-328, dez. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882005000200012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 out. 2017.

FREITAS, M. A. Futebol e construção da subjetividade masculina: leituras da Psicologia Social. *Revista Brasileira de Psicologia do Esporte*, São Paulo, v. 1, n. 1, 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-91452007000100008. Acesso em: 26 mar. 2022.

FREUD, S. Além do princípio do prazer [1920]. In: FREUD, S. *Obras psicológicas de Sigmund Freud: escritos sobre a psicologia do inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. 2, p. 123-198.

FREUD, S. Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos [1925]. In: FREUD, S. *O eu e o Id, "Autobiografia" e outros textos [1923-1925]*. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. Coleção obras completas. v. 16, p. 256-271.

GALATTI, L. R. *et al.* Pedagogia do esporte: procedimentos pedagógicos aplicados aos jogos esportivos coletivos. *Conexões: Revista da Faculdade de Educação Física da Unicamp*, Campinas, SP, v. 6, p. 397-408, jul. 2008. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8637843>. Acesso em: 26 mar. 2022.

GOELLNER, S. V. "As mulheres fortes são aquelas que fazem uma raça forte": esporte, eugenia e nacionalismo no Brasil no início do século XX. *Recorde: Revista de História do Esporte*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 1-28, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/view/790>. Acesso em: 26 mar. 2022.

GOELLNER, S. V. Imagens da mulher no esporte. In: DEL PRIORI, M.; MELO, V. A. (orgs.). *História do Esporte no Brasil: do Império aos dias atuais*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2009. p. 269-292.

GOELLNER, S. V. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. *Rev. bras. Educ. Fís. Esp.*, São Paulo, v. 19, n. 2, p.143-51, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rbef/article/view/16590>. Acesso em: 26 mar. 2022.

GOELLNER, S. V.; BOTELHO-GOMES, P.; SILVA, P. Sobre os feminismos, o esporte e o potencial pedagógico dessa relação. *Labrys, études féministe/estudos feministas*, [S. l.], n. 22, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys22/education/silvana.htm>. Acesso em: 10 maio 2019.

GONÇALVES, S. da R. V. O neoconservadorismo e os retrocessos na agenda educacional. *REMEA – Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, [S. l.], n. 2, p. 213-228, abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/8893>. Acesso em: 11 jun. 2020.

GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: RODRIGUES, C.; BORGES, L.; RAMOS, T. R. O. (orgs.). *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Funart, 2016. p. 399-416.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: HOLLANDA, H. B. de. (org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 237-256.

GORTÁZAR, N. G. CBF anuncia igualdade de pagamento de diárias para as seleções de Marta e Neymar. *El País*, [S. l.], 3 set. 2020. Esportes. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/esportes/2020-09-03/cbf-anuncia-igualdade-de-pagamento-de-diarias-para-as-selecoes-de-marta-e-neymar.html>. Acesso em: 25 fev. 2022.

GORZ, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

HAAG, F. R. “O futebol pode não ter sido profissional comigo, mas eu fui com ele”: trabalho e relações de sexo no futebol feminino brasileiro. *Mosaico*, [S. l.], v. 9, n. 14, p. 141-160, 2018. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/73997>. Acesso em: 26 mar. 2022.

HARDT, M. O trabalho afetivo. Pelbart, P.; Costa, R. (Org.). In: PELBART, P.; COSTA, R. (orgs.). *Cadernos de subjetividade: o reencantamento do concreto*. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 143-157.

HELAL, R. *Passes e impasses: futebol e cultura de massa no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1997.

hooks, b. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Tradução: Ana Luiza Libâno. 4. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

HUIZINGA, J. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. Tradução: João Paulo Monteiro. Revisão de tradução: Newton Cunha. 9. ed. rev. atual. São Paulo: Perspectiva, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA E GEOGRAFIA. Estatísticas do século XX – populacionais, sociais, políticas e culturais. 2019. Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/populacao.html>. Acesso em: 10 jun. 2019.

JACO, J. F.; ALTMANN, H. Significados e expectativas de gênero: olhares sobre a participação nas aulas de educação física. *Educação em foco*, Juiz de Fora, v. 2, n. 1, p. 1-26, jun. 2017.

JANUÁRIO, S. B.; VELOSO, A. M. da C.; CARDOSO, L. C. F. Mulher, mídia e esportes: a Copa do Mundo de Futebol Feminino sob a ótica dos portais de notícias pernambucanos. *Revista Eptic*, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 168-184, jan./abr. 2016.

JOGADORAS emitem carta aberta à CBF cobrando melhores condições. *Gazeta Esportiva*, [S. l.]. 6 out. 2017. Disponível em: <https://www.gazetaesportiva.com/futebol/futebol-feminino/jogadoras-emitem-carta-aberta-cbf-cobrando-melhores-condicoes/>. Acesso em: 25 fev. 2022.

JUSTO, J. S. *Vidas errantes: políticas de mobilidade e experiências de tempo-espaço*. Londrina: EDUEL, 2012.

JUSTO, J. S.; FREITAS, C. J. de; ALMEIDA, J. E. B. de. Andarilhas de estrada e questões de gênero. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, n. 71, v. 3, p. 88-104, 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-52672019000300008. Acesso em: 26 mar. 2022.

KASTRUP, V. *Invenção de si e do mundo: uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição*. 1997. 286 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1997.

KASTRUP, V. Aprendizagem, arte e invenção. *Psicologia em Estudo*, v. 6, n. 1, p. 17-27, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/NTNFsBzXts5GHp4Zk8sBbyF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 mar. 2022.

KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. *Pistas do método da cartografia: pesquisa intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 32-51.

KESSLER, C. S. “São tudo sapatão”: lesbianidades e heteronormatividade no futebol/futsal brasileiro. *Revista Brasileira De Estudos Do Lazer*, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 45-62, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/26962>. Acesso em: 23 nov. 2021.

KESSLER, C. S. Futebol ou futebóis: é plural ou singular? In: KESSLER, C. S. (org.). *Mulheres na área: gênero, diversidade e inserção no futebol*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2016. p. 21-42.

KESSLER, C. S. *Mais que Barbies e ostras: uma etnografia do futebol de mulheres no Brasil e nos Estados Unidos*. 2015. 375 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2015.

KNIJNIK, J. D.; SOUZA, J. S. S. de. Diferentes e desiguais: relações de gênero na mídia esportiva brasileira. In: SIMÕES, A. C.; KNIJNIK, J. D. (orgs.). *O mundo psicossocial da mulher no esporte: comportamento, gênero e desempenho*. São Paulo: Alehp, 2004. p. 191-212.

KNIJNIK, J. D.; VASCONCELOS, E. G. Mulheres na área no país do futebol: perigo de gol. In: SIMÕES, A. C. (org.). *Mulher e esporte: mitos e verdades*. São Paulo: Manole, 2003. p. 165-176.

LACOMBE, A. De entendidas à sapatonas: socializações lésbicas e masculinidades em um bar do Rio de Janeiro. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 28, p. 207-225, 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644803>. Acesso em: 23 jul. 2021.

LE BRETON, D. *Adeus ao corpo: antropologia e sociedade*. Tradução: Marina Appezeller. 6. ed. Campinas, SP: Papius, 2013.

LEMOES, F. C. S. *et al.* Os intercessores e a amizade na escrita e leitura: possíveis, hoje? *Mnemonise*, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 284-295, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41598>. Acesso em: 1 mar. 2022.

LIEBEL, S. A construção social do prazer. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 711-713, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000200032>. Acesso em: 28 fev. 2022.

LIMA, R M. T. *Iniciação esportiva de raparigas nos clubes de futebol: estudo da perspectiva de jovens jogadoras, da família e de treinadores*. 2013. 185 f. Dissertação (Mestrado em Desporto para crianças e jovens) – Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2013.

LINS, G. O que mudou com nova política do COI para pessoas transgênero? *Olimpíada todo dia*, [S. l.], 26 nov. 2021. Disponível em: <https://www.olimpiadatododia.com.br/embaixada-olimpica/399088-coi-publica-nova-politica-de-inclusao-pessoas-trans/>. Acesso em: 10 mar. 2022.

LISPECTOR, C. *Correio para mulheres*. Organização: Aparecida Maria Nunes. Rio de Janeiro: Rocco, 2018.

MACEDO, A. R. *A experiência da queimadura: implicações subjetivas e socioculturais*. 2018. 124 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Assis, São Paulo, 2018.

MACHISMO no futebol: ex-conselheiro do Santos diz que futebol feminino é um lixo. *Esquerda Diário*, [S. l.], 3 fev. 2021. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Machismo-no-futebol-ex-conselheiro-do-Santos-diz-que-futebol-feminino-e-um-lixo>. Acesso em: 28 fev. 2022.

MAGRI, D. Da proibição à obrigação, o futebol feminino desafia os clubes brasileiros em 2019. *El País*, São Paulo, 13 abr. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/11/deportes/1555012178_170838.html. Acesso em: 18 abr. 2020.

MAIA, J. L. A.; CHAO, A. R. de la T. Subúrbio carioca: conceitos, transformações e fluxos comunicacionais da cidade. *Conexão – Comunicação e Cultura*, Caxias do Sul, v. 15, n. 29, p. 147-165, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/3517>. Acesso em: 26 mar. 2022.

MANSANO, S. R. V. Alguns desafios colocados para a pesquisa qualitativa na contemporaneidade. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, n. 136, p. 1-9, set. 2012. Disponível em: <https://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/18400>. Acesso em: 25 mar. 2022.

MARCONDES, R. M.; TOCCI, L. M. STF declara inconstitucionalidade de norma do PROFUT. *Blog Migalhas*, [S. l.], 17 fev. 2020. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/320230/stf-declara-inconstitucionalidade-de-norma-do-profut>. Acesso em: 25 fev. 2022.

MARQUES, A. C. S.; OLIVEIRA, A. K. de C.; MORICEAU, J. L. A política da escrita e a performatividade da palavra do homem ordinário no método da igualdade de Jaques Rancière.

Questões transversais – Revista epistemologias da comunicação, São Leopoldo, Brasil, v. 6, n. 12, p. 92-103, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/questoes/article/view/18082>. Acesso em: 26 mar. 2022.

MARTINS, L. A bela... e as feras do futebol. *Revista Placar*, [S. l.], n. 701, 28 out. 1983. p. 50.

MARTINS, M. Z.; SILVA, K. R. S.; VASQUEZ, V. As mulheres e o país do futebol: intersecções de gênero, classe e raça no Brasil. *Revista Movimento*, Porto Alegre, v. 27, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.109328>. Acesso em: 23 jul. 2021.

MELLO-THÉRY, N. A. de. Perspectivas ambientais: retrocessos na política governamental. *Confins*, [S. l.], 501, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.21182>. Acesso em: 10 jun. 2020.

MELO, V. A. de. Encontros nas quadras de grama: as mulheres e o tênis no Brasil do século XIX. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 29, n. 2, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n279300>. Acesso em: 25 fev. 2022.

“MENINO veste azul e menina veste rosa”, diz Damares Alves. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 3 jan. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/menino-veste-azul-e-menina-veste-rosa-diz-damares.shtml>. Acesso em: 15 maio 2020.

MIRANDA, D. Sócio do Santos: ‘Futebol feminino é um lixo. Pegaria um time no Bahamas’. *Universa UOL*, [S. l.], 1 fev. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/colunas/debora-miranda/2021/02/01/socio-do-santos-futebol-feminino-e-um-lixo-pegaria-um-time-no-bahamas.htm>. Acesso em: 22 fev. 2022.

MONTEIRO, M. Maracanazo 70 anos: saiba porque Brasil x Uruguai de 50 é um jogo único. *GE Globo*, Rio de Janeiro, 16 set. 2020. Disponível em: <https://ge.globo.com/blogs/memoria-ec/post/2020/07/16/maracanazo-70-anos-saiba-porque-brasil-x-uruguai-de-50-e-um-jogo-unico.ghtml>. Acesso em: 10 mar. 2022.

MORAES, E. V. *As mulheres também são boas de bola: história de vida de jogadoras baianas (1970-1990)*. 2012. 287 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica, Faculdade de História, São Paulo, 2012.

MOREIRA, M. de F. S.; PRADO, V. M. do; CAVALEIRO, M. C. Quando o futebol é de mulheres: suspeitas, regulações e transgressões no campo dos gêneros e sexualidades. *Ensino em Re-Vista*, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 524-546, 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/49345>. Acesso em: 25 fev. 2022.

MOTA, L. Pesquisa aponta que 38% de jogadores em atividade no mundo já sofreram sintomas de depressão ou ansiedade. *Jornal O Povo*, [S. l.], 14 jul. 2019. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/cienciaesaude/2019/07/09/quando-a-depressao-e-a-bola-da-vez.html>. Acesso em: 23 jul. 2021.

MOURA, E. J. L. As relações entre lazer, futebol e gênero. 2003. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, SP, 2003.

MOURA, J. C. da C. *Joguem como Homens!:* masculinidades, liberdade de expressão e homofobia nos estádios de futebol, no estado do Maranhão. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

MUCHEMBLED, R. *O orgasmo e o Ocidente:* uma história do prazer do século XVI a nossos dias. Tradução: Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MUSEU DO FUTEBOL (Brasil). *Visibilidade para o Futebol Feminino* [1940]. Exposição on-line. (Exposição original de longa duração com formato físico em São Paulo, 2015/2016). Disponível em: <https://artsandculture.google.com/story/7wWxL29yflWzIQ>. Acesso em: 10 mar. 2022.

NÃO irá a Buenos Aires o scratch de saias – a polícia não permitirá e vai fechar o Primavera. *A Noite*, Rio de Janeiro, 17 jan. 1941. p. 8. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_04&Pesq=N%c3%a3o%20ir%c3%a1%20a%20Buenos%20Aires%20o%20scratch%20de%20saias&pagfis=6758. Acesso em: 13 abr. 2018.

NASCIMENTO, B. A mulher negra no mercado de trabalho. In: HOLLANDA, H. B. de (org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 259-264.

N'UM *match* feminino, houve pancada a valer. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 19 maio 1931. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_01&pasta=ano%20193&pesq=madame%20lessa%20alves&pagfis=232. Acesso em: 23 fev. 2018.

O FOOTBALL feminino nos suburbios. *A noite*, Rio de Janeiro, 1931. Secção de Rotogravura. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=120588&Pesq=football%20feminino&pagfis=1149>. Acesso em: 27 mar. 2022

OKIN, S. M. Gênero, o público e o privado. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 305-332, ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/4MBhqfxYMpPPPkqQN9jd5hB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 3 set. 2020.

OLIVEIRA, M. A. T. da. Esporte e política na ditadura militar brasileira: a criação de um pertencimento nacional esportivo. *Revista Movimento*, Porto Alegre, v. 18, n. 4, p. 155-174, out./dez. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/32108>. Acesso em: 28 mar. 2022.

OLIVEIRA, V. A. de. *Periguetes, sapatões e mulherzinhas: (des)construindo o que é “ser mulher” no campo de futebol*. 2014. 182 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais, Goiânia, 2014. Disponível em: <https://ludopedio.org.br/biblioteca/periguetes-sapatos-e-mulherzinhas/>. Acesso em: 25 mar. 2022.

ORTEGA, F. *Amizade e Estética da Existência em Foucault*. Rio de Janeiro: Edições Graal LTDA., 1999.

ORTEGA, F. *Genealogias da Amizade*. São Paulo: Iluminuras LTDA., 2002.

ORTEGA, F. *Para uma política da amizade: Arendt, Derrida, Foucault*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

OYĚWÙMÍ, O. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Tradução: wanderson flor do nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

PAINS, C. O que os ataques racistas sobre cabelo de francesa que tirou Brasil da Copa dizem sobre nosso país. *O Globo*, [S. l.], 24 jun. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/celina/o-que-os-ataques-racistas-sobre-cabelo-de-francesa-que-tirou-brasil-da-copa-dizem-sobre-nosso-pais-23759832>. Acesso em: 23 jul. 2021.

PARECER da Sub-divisão de Medicina Especializada a Despacho do Exmo. Snr. Presidente da República, assinado por Paulo Frederico de Figueirêdo Araújo. Rio de Janeiro, 17.05.1940. *Arquivo Gustavo Capanema — CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (RJ): GC 36.04.22/g — Filme 42 —*, pp. 518-519. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ARQ_GC_G&PagFis=38115&Pesq=fe mininos. Acesso em: 12 nov. 2017.

PEDRO, J. M. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 249-272, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/YJb8D9N6Kv4sNvRYkDkvBcP/?lang=pt>. Acesso em: 26 mar. 2022.

PELBART, P. P. Por uma arte de instaurar modos de existência que “não existem”. In: MAYO, N. E.; BELTRÁN, E. (orgs.). *Como (...) coisas que não existem*. Livro da 31ª Bienal de São Paulo. São Paulo: Bienal, 2014, p. 250-265. Disponível em: https://issuu.com/bienal/docs/31_livro_pt/252. Acesso em: 25 fev. 2022.

PEREIRA, G.; CONDE, P. R. Teste de gênero acende debate antes das Olimpíadas, e Érika Coimbra quebra silêncio. *Portal Eletrônico Globo Esporte*, São Paulo, 31 jan. 2021. Disponível em: <https://ge.globo.com/olimpiadas/noticia/teste-de-genero-acende-debate-antes-das-olimpiadas-e-lenda-do-volei-quebra-silencio-me-livre-do-medo-e-da-dor.ghtml>. Acesso em: 12 jul. 2021.

PINTO, C. R. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

PIONEIRA no futebol feminino, Formiga enfrentou resistência dos irmãos. *Portal Torcedores.com*, [S. l.], 14 jul. 2017. Disponível em: <https://www.torcedores.com/noticias/2017/07/pioneira-no-futebol-feminino-formiga-enfrentou-resistencia-dos-irmaos>. Acesso em: 23 jul. 2021.

PIRES, B. G. O legado das regulações esportivas. Diagnóstico e consentimento na elegibilidade da categoria feminina. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 35, p.

283-307, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sess/a/7mHR5LG4mcyNFgDqj6M94yf/?lang=pt>. Acesso em: 23 jul. 2021.

PIRES, B. G. Pânicos de gênero, tecnologias do corpo: regulações da feminilidade no esporte. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 29, n. 2, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/nYz7P78Hcpk4xgh9dRVkgHK/?lang=pt>. Acesso em: 2 dez. 2021.

PISANI, M. S. “*Sou feita de chuva, sol e barro*”: o futebol de mulheres praticado na cidade de São Paulo. 2018. 245 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2018a.

PISANI, M. S. Lesbianidades em campo: afeto e desejo entre jogadoras de futebol brasileiras. In: SAGGESE, G. S. R. et al. (orgs.). *Marcadores sociais da diferença: gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica*. São Paulo: Terceiro Nome: Gramma, 2018b. p. 251-267.

PISANI, M. S. *Poderosas do Foz*: trajetórias, migrações e profissionalização de mulheres que praticam futebol. 2012. 166 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2012.

PISANI, M. S. Uma análise inicial sobre a profissão de jogadora de futebol: trajetórias, dificuldades, história de vida e migração de algumas jogadoras do Foz Cataratas Futebol Clube. In: KESSLER, C. S. (org.). *Mulheres na área: gênero, diversidade e inserção no futebol*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2016, p. 43-58.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 263-274, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/5247>. Acesso em: 26 mar. 2022.

POR Libertadores, Athletico fecha parceria para time de futebol feminino. *Gazeta do Povo*, [S. l.], 26 dez. 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/esportes/coritiba/por-libertadores-athletico-fecha-parceria-para-time-de-futebol-feminino-aypubwp98801rghp1101ax1si/>. Acesso em: 28 fev. 2022.

PRECIADO, P. B. O que é contrassexualidade? In: HOLLANDA, H. B. de. (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 411-419.

PRECIADO, P. B. Quem defende a criança queer. *Jangada*, Viçosa, MG, n. 1, p. 96, jan.-jun. 2013. Disponível em:

https://www.academia.edu/8458139/Quem_defende_a_crian%C3%A7a_queer_Paul_B_Preciado. Acesso em: 26 mar. 2022.

PRESA uma das mentoras do *football* feminino – as atividades de Carlota Rezende vão ser devidamente apuradas. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, n. 1728, 11 jan. 1941. p. 8. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=107670_04&pesq=Presa%20uma%20

das%20mentoras%20do%20football%20feminino&pasta=ano%20194&pagfis=4602. Acesso em: 12 jul. 2018.

PRONI, M. W. *A metamorfose do futebol*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2000.

RAMALHO, G. S. *O assédio moral no futebol profissional*. 2016. 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídico-Empresariais) – Universidade de Coimbra, Faculdade de Direito, Coimbra, Portugal, 2016.

RAMOS, P. O que o futebol inglês tem feito para cuidar da saúde mental de seus atletas. *Blog PLBRASIL*, [S. l.], 2019. Disponível em: <https://premierleaguebrasil.com.br/futebol-ingles-saude-mental-jogadores/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

RECISMO culpou goleiro Barbosa por derrota do Brasil em 1950, explica consultor de exposição. *UOL*, [S. l.], 21 jun. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/videos/2021/06/21/racismo-culpou-goleiro-barbosa-por-derrota-do-brasil-em-1950-explica-consultor-de-exposicao.htm>. Acesso em: 12 mar. 2022.

RETONDAR, J. *Teoria do Jogo: a dimensão lúdica da existência humana*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

REVISTA EDUCAÇÃO PHYSICA. Acervo CEME/UFRGS. *Equipe feminina do Casino Realengo, 1940*: Rio de Janeiro, Brasil. In: *Museu do Futebol (Brasil)/Google Arts and Culture*. 1 fotografia. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/asset/equipe-feminina-do-casino-realengo-1940/ZgF76dvZgIgTLA>. Acesso em: 10 mar. 2022.

RIAL, C. “Por que todos os ‘rebeldes’ falam português?” A circulação de jogadores brasileiros/sul-americanos na Europa, ontem e hoje. *Antropologia em primeira mão*, [S. l.], n. 110, p. 1-22, 2009. Disponível em: https://ludopedio.org.br/wp-content/uploads/152254_110.pdf. Acesso em: 26 mar. 2022.

RIAL, C. New frontiers: the transnational circulation of Brazil’s women soccer players. In: ARGERGAARD, S., TIESLER, N. C. (eds.). *Women, soccer and transnational migration*. New York: Routledge, 2014. p. 86-101.

RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, R. R. Futebol de mulheres em tempos de proibição: o caso das partidas Vespiano X Oficina (1968). *Mosaico*, [S. l.], v. 9, n. 14, 2018. p. 48-69. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/73995>. Acesso em: 15 maio 2019.

RINALDI, I. M. *Estresse, humor e burnout em atletas de futebol feminino*. 2020. 60 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências de Bauru, Bauru, 2020.

RODRIGUES, B. Estar abaixo de Marta não deveria ofender um homem, diz pesquisadora. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1 jul. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2019/07/estar-abaixo-de-marta-nao-deveria-ofender-um-homem-diz-pesquisadora.shtml>. Acesso em: 20 jul. 2019.

RODRIGUES, C. M. L.; FAIAD, C.; FACAS, E. P. Fatores de risco e riscos psicossociais no trabalho: definições e implicações. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 36, p. 1-9, 2020.

ROLNIK, S. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina: Ed. da UFRGS, 2016.

ROLNIK, S. *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

ROLNIK, S. Subjetividade e história. *Rua*, Campinas, SP, n. 1, p. 49-61, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638916>. Acesso em: 26 mar. 2022.

RUBIN, G. *O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo*. Tradução: Christiane Rufino Debat, Edileusa Oliveira da Rocha e Sonia Corrêa. Recife: SOS Corpo Editora, 1993, p. 2-32. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1919>. Acesso em: 23 jul. 2021.

RUBIN, G. Tráfico sexual – entrevista. [Entrevista cedida a] Judith Butler. *Cadernos Pagu*, [S. l.], n. 21, p. 157-209, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/JMKFStf5gzxRdzkMLrmHWLQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 fev. 2022.

RUBIO, K. A cordialidade feminina no esporte brasileiro. In: RUBIO, K. *As mulheres e o esporte olímpico brasileiro*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. p. 85-102.

RUBIO, K. Ética e compromisso social na Psicologia do Esporte. *Psicologia Ciência e Profissão*, Brasília, v. 27, n. 2, p. 304-315, 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007000200011. Acesso em: 26 mar. 2022.

RUBIO, K.; SIMÕES, A. C. De espectadoras a protagonistas – A conquista do espaço esportivo pelas mulheres. *Movimento: Revista de Educação Física da UFRGS*, Porto Alegre, v. 5, n. 11, p. 50-56, 1999. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/2484>. Acesso em: 26 mar. 2022.

RYAN, H. Entenda como a misoginia contra mulheres negras oprime atletas. *Portal Geledés*, [S. l.], 5 ago. 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/entenda-como-a-misoginia-contra-mulheres-negras-oprime-atletas/>. Acesso em: 12 mar. 2022.

SALGADO, R. G.; SOUZA, L. L. de. Gêneros, sexualidades e infâncias: cenas de crianças na contramão da inocência. *Childhood & Philosophy*, [S. l.], v. 14, n. 29. p. 241-258, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/5120/512054679013/html/index.html>. Acesso em: 23 jul. 2021.

SALVINI, L.; MARCHI JÚNIOR, W. “Guerreiras de chuteiras” na luta pelo reconhecimento: relatos acerca do preconceito no futebol feminino brasileiro. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 303-311, abr./jun. 2016a. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbefe/a/75dKnwwgPzVs4dWVQWHBfWF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 fev. 2022.

SALVINI, L.; MARCHI JÚNIOR, W. Registros do futebol feminino na Revista Placar: 30 anos de história. *Motrivivência*, Florianópolis, v. 28, n. 49, p. 99-113, dez. 2016b. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2016v28n49p99>. Acesso em: 26 mar. 2022.

SALVINI, L.; MARCHI JÚNIOR, W. Uma história do futebol feminino nas páginas da Revista Placar entre os anos de 1980 e 1990. *Movimento*, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 95-115, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/31644>. Acesso em: 27 mar. 2022.

SALVINI, L.; SOUZA, J.; MARCHI JÚNIOR, W. Entre fachadas, bastidores e estigmas: uma análise sociológica do futebol feminino a partir da teoria da ação social de Erving Goffman. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 29, n. 4, p. 559-569, out./dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-55092015000400559>. Acesso em: 25 fev. 2022.

SANT'ANNA, D. B. É possível realizar uma história do corpo? In: SOARES, C. L. (org.). *Corpo e História*. 4 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. p. 3-24.

SANTOS, D. S. dos; MEDEIROS, A. G. A. O futebol feminino no discurso televisivo. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Florianópolis, v. 34, n. 1, p. 185-196, jan./mar. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/MQDJ49QV6BxqRDjwzVtKxZh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 mar. 2022.

SANTOS, L. D. *Linhas de pensamento: geologia e física do pensar*. Porto: Edições Afrontamento, 2011.

SANTOS, L. S. Os subúrbios do Rio de Janeiro no início do século XX. *Mneme – Revista de Humanidades*, [S. l.], v. 12, n. 30, p. 257-280, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/1265>. Acesso em: 26 mar. 2022.

SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35-50, ago. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 3 set. 2020.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: HOLLANDA, H. B. de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 49-81.

SCOTT, J. W. A invisibilidade da experiência. Tradução: Lúcia Haddad. Revisão técnica: Marina Maluf. *Projeto História*, São Paulo, n. 16, p. 297-325, fev. 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11183>. Acesso em: 26 mar. 2022.

SILVA, E. M.; RABELO, I.; RUBIO, K. A dor entre atletas de alto rendimento. *Revista Brasileira de Psicologia do Esporte*, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 79-97, jan./jun. 2010. Disponível

em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-91452010000100006. Acesso em: 26 mar. 2022.

SILVA, G. C. *Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista: entre a proibição e a regulamentação (1965-1983)*. 2015. 135 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2015.

SILVA, M. L. População-sacer e democracia racial no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, [S. l.], v. 32, n. 3. p. 593-620, set./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/7714>. Acesso em: 14 mar. 2022.

SILVEIRA, R. da. *Esporte, homossexualidade e amizade: estudo etnográfico sobre o associativismo no futsal feminino*. 2008. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Porto Alegre, 2008.

SILVEIRA, R. da; STIGGER, M. P. Jogando com as feminilidades: um estudo etnográfico em um time de futsal feminino de Porto Alegre. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, [S. l.], v. 35, n. 1, p. 179-194, maio 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32892013000100014>. Acesso em: 25 fev. 2022.

SILVERMAN, D. Analyzing talk and text. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *The handbook of qualitative research*. 2. ed. Thousand Oaks: Sage Publications Inc, 2000. p. 821-834.

SIMONI, M. Presidente do Conselho, Mota diz que Vitória só tem futebol feminino ‘por obrigação’. *Metro 1*, Salvador, BA, 3 jul. 2020. Disponível em: <https://www.metro1.com.br/noticias/esportes/94195,presidente-do-conselho-mota-diz-que-vitoria-so-tem-futebol-feminino-por-obrigacao>. Acesso em: 22 fev. 2022.

SOLUÇAVA de chuteiras. *A Noite*, Rio de Janeiro, n. 10387, 11 jan. 1941. p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_04&pasta=ano%20194&pesq=carlota%20silva&pagfis=6637. Acesso em: 14 mar. 2022.

SOUZA JÚNIOR, O. M.; REIS, H. H. B. dos. *Futebol de mulheres: a batalha de todos os campos*. Paulínia: Autoesporte, 2018.

SOUZA, F. dos S. Como surgiu o Clube dos 13: da ascensão à queda de um sonho frustrado. *Trivela*, [S. l.], 25 out. 2019. Disponível em: <https://trivela.com.br/brasil/como-surgiu-o-clube-dos-13/>. Acesso em: 10 mar. 2022.

TEDESCO, S. H. A ética da pesquisa e a perspectiva da cartografia: algumas considerações. *Revista Polis e Psique*, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 32-47, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/53952>. Acesso em: 26 mar. 2022.

TEDESCO, S. H.; SADE, C.; CALIMAN, L. V. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. *Fractal: Revista de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 299-322, maio/ago. 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/fractal/a/ZHyYWDpHhdhFg4RK9ggfPpD/?lang=pt>. Acesso em: 26 mar. 2022.

TICIANELLI, G. G.; ALTMANN, H. Maria Esther Bueno: eficiência e competitividade no tênis. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 29, n. 2, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n279453>. Acesso em: 23 ago. 2021.

TRALCI FILHO, M. A. “*Atleta negro, psicólogo branco*”: racialização e esporte na visão de profissionais de psicologia. 2019. 219 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

TRALCI FILHO, M. A.; ARAUJO, S. E. C. As possíveis relações entre os feminismos e as práticas esportivas. In: RUBIO, K. (org.). *As mulheres e o esporte olímpico brasileiro*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. p. 17-41.

“UM DISPARATE sportivo que não deve prosseguir”. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 7 maio 1940. p. 3-4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=221961_02&pasta=ano%20194&pesq=DISPARATE%20SPORTIVO&pagfis=1941. Acesso em: 10 mar. 2018.

VARGAS NETTO. *Football feminino* [crônica]. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 30 abr. 1948. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_01&pasta=ano%20194&pesq=General%20Newton%20Cavalcanti&pagfis=30436. Acesso em: 21 out. 2018.

VAROTTO, N. R.; SOUZA JÚNIOR, O. M. Fútbol callejero: um olhar para os processos educativos. *FuLiA/UFMG*, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 43-60, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/fulia/article/view/22065>. Acesso em: 25 fev. 2022.

VIEIRA, T. M. *Futebol não é (só) brincadeira*: os processos de formação e subjetivação de atletas. 2017. 238 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2017.

VIEIRA, T. M.; JUSTO, J. S.; MANSANO, S. R. V. Mulheres e futebol: análise de documentos do mundo esportivo brasileiro no século XX. *Psicologia Revista*, São Paulo, v. 27, número especial: Psicologia do Esporte, p. 519-543, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/37805>. Acesso em: 26 mar. 2022.

VIEIRA, T. M.; MANSANO, S. R. V. Impasses gerados pelo trabalho imaterial na vida privada: um estudo sobre os profissionais do esporte. *Pesqui. prá. psicossociais*, São João del-Rei, v. 9, n. 2, p. 222-231, dez. 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082014000200008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 4 set. 2020.

VIEIRA, T. M.; MEZZARI, D. C. de S. Futebol de mulheres: a insurgência do corpo e o questionamento do binário. *Arquivos em movimento*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 190-210, jan./jul. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/am/article/view/21623>. Acesso em: 13 maio 2020.

VIEIRA, T. M.; RODRIGUES, J. C. Fora de jogo? Futebol, mulheres e pandemia. *Revista Espaço Acadêmico*, [S. l.], v. 20, p. 112-122, fev. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/57145>. Acesso em: 23 jul. 2021.

VIGARELLO, G. O corpo inscrito na história: imagens de um “arquivo vivo”: entrevista. [Entrevista cedida a] Denise Bernuzzi de Sant'Anna. *Projeto História*, São Paulo, 2000. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10769>. Acesso em: 26 mar. 2022.

WITTIG, M. Não se nasce mulher. *In*: HOLLANDA, H. B. de. (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 83-91.

ZANATTA, L. F. *et al.* Igualdade de gênero: por que o Brasil vive retrocessos? *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 8, 2016. *Epub*. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00089616>. Acesso em: 11 jun. 2020.

ZANELLI, J. C.; KANAN, L. A. *Fatores de risco, proteção psicossocial e trabalho: organizações que emancipam ou que matam*. 2. ed. Lages: EDUNIPLAC, 2019.